

**PLANO PLURIANUAL
1993-1995
ANEXOS**

SUMARIO

ANEXO I

PRIORIDADES DO GOVERNO

ANEXO II

DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS SETORIAIS E PROGRAMAÇÃO DA DESPESA

DIRETRIZES, OBJETIVOS e METAS SETORIAIS

1. PODER LEGISLATIVO

1.1 - Câmara dos Deputados

1.2 - Senado Federal

1.3 - Tribunal de Contas

2. PODER JUDICIARIO

2.1 - Supremo Tribunal Federal

2.2 - Superior Tribunal de Justiça

2.3 - Superior Tribunal Militar

2.4 - Tribunal Superior Eleitoral

2.5 - Tribunal Superior do Trabalho

2.6 - Conselho da Justiça Federal

2.7 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

3. MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO

4. PRESIDENCIA DA REPUBLICA

4.1 - Órgãos Integrantes da Estrutura Básica da Presidência

4.2 - Estado Maior das Forças Armadas

4.3 - Secretaria da Cultura

4.4 - Secretaria da Ciência e Tecnologia

4.5 - Secretaria do Meio Ambiente

4.6 - Secretaria do Desenvolvimento Regional

4.7 - Secretaria dos Desportos

4.8 - Secretaria de Assuntos Estratégicos

5. MINISTERIO DA JUSTIÇA

6. MINISTERIO DA MARINHA



7. MINISTERIO DO EXERCITO
8. MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
9. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
10. MINISTERIO DA AERONAUTICA
11. MINISTERIO DA SAÚDE
12. MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
13. MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
14. MINISTERIO DO TRABALHO E DA ADMINISTRAÇÃO
- 14.1 - Trabalho
- 14.2 - Administração Federal
15. MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
16. MINISTERIO DA AÇÃO SOCIAL
- 16.1 - Habitação
- 16.2 - Saneamento
- 16.3 - Promoção Social
17. MINISTERIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
- 17.1 - Transportes
- 17.2 - Comunicações
18. MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA
- 18.1 - Energia
- 18.2 - Mineração
- 18.3 - Metalurgia dos Não-Ferrosos
- 18.4 - Siderurgia

PROGRAMAÇÃO DA DESPESA

ANEXO III

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO BRASIL, ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO
E PREMISSAS DO PLANO PLURIANUAL

1. INTRODUÇÃO
2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO BRASIL
- 2.1 - Tendências de Reestruturação Mundial
- 2.2 - Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro

2.3 - Ajustamento e Controle Económico

3. ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO

3.1 - Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

3.2 - Modernização da Produção

3.3 - Crescimento e Distribuição de Renda

3.4 - Sustentabilidade do Desenvolvimento

3.5 - Equalização de Oportunidades

3.6 - Modernização do Estado

4. PREMISSAS DO PLANO PLURIANUAL

4.1 - Suporte Institucional

4.2 - Fundamentos Macroeconómicos

ANEXO I

ANEXO I

PRIORIDADES DO GOVERNO

As estratégias apresentadas no Anexo III indicam um conjunto articulado de opções para o desenvolvimento brasileiro numa perspectiva de longo prazo. São as grandes linhas que orientam a ação do setor público ao longo do tempo, conforme prazos de maturação e inércias próprias a cada área. O êxito dessas estratégias na construção de um Brasil Novo depende, portanto, de continuidade e persistência.

No entanto, dados o contexto e as condições específicas do País nestes primeiros anos da década de 90, faz-se necessário selecionar para o período 1993-1995 prioridades que direcionem, de forma precisa, a ação governamental, na busca de um processo continuado de transformação sócio-econômica e institucional.

Ao concentrar recursos em ações prioritárias, o Governo demonstra à sociedade seu empenho em maximizar resultados, numa conjuntura de reduzida capacidade de investimento. Indica, também, as atividades que considera portadoras de mudanças qualitativas, introduzidas pela atual administração e para as quais voltar-se-ão, primordialmente, o acompanhamento e a avaliação de desempenho. Portanto, reduzindo a dispersão de recursos públicos, busca o Governo propiciar maior potencial de efetividade, bem como menores custos e prazos de conclusão das ações prioritárias.

Assim, destacam-se para o período 1993-1995 cinco grandes prioridades, nas quais se concentrarão as ações e recursos orçamentários do Governo:

- a) educação, saúde, ciência e tecnologia, abrangendo ação integrada para a criança e o adolescente, melhoria da qualidade da educação básica, capacitação científica e tecnológica e consolidação do Sistema Único de Saúde;
- b) reforma agrária e incentivo à produção agrícola;
- c) recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano, envolvendo o zoneamento ecológico-econômico para a ordenação do território nacional sob esse enfoque;
- d) consolidação e recuperação da infra-estrutura;
- e) abertura e modernização da economia.

Essas cinco prioridades, destacadas a partir das 23 referências de longo prazo estabelecidas no Anexo III, "Estratégia de Desenvolvimento", passam a constituir o núcleo central da ação de governo e serão objeto de programação e acompanhamento sistemático, até o nível da Presidência da República.

A programação plurianual, elaborada pelos diversos órgãos e unidades orçamentárias da Administração Pública Federal, em nível de subprogramas, projetos e atividades mais relevantes, está vinculada às ações de governo decorrentes dessas prioridades, representando etapa metodológica necessária ao estabelecimento de processo unificado de alocação de recursos, dentro de uma concepção de planejamento estratégico.

A definição de prioridades não implica, contudo, exclusão de outras áreas e programas de governo, alguns até muito importantes. Conceder prioridade significa destacar e enfatizar o eixo central da alocação dos recursos, de acordo com as diferentes características de cada segmento prioritário, mas sem abandonar, evidentemente, o conjunto das atividades necessárias do setor público, de natureza complementar e até mesmo rotineira, detalhadas nas propostas de dispêndio dos Ministérios e órgãos da Presidência da República.

Os projetos e atividades que receberam destaque neste Plano estão articulados com as estratégias de desenvolvimento e vinculados às cinco prioridades sumariadas nos quadros a seguir.

Na estrutura desses quadros incorpora-se o acervo conceitual do planejamento estratégico, que privilegia a abordagem por problemas, os quais, na maioria das vezes, são intersetoriais, exigindo portanto ação coordenada de planejamento.

Cada um dos quadros relaciona um problema-síntese referente à prioridade destacada. A especificação do problema encontra-se caracterizada na série de descritores de situações, que serão alteradas mediante o conjunto de projetos e atividades contidos nas ações de governo, propiciando a obtenção da situação-objetivo desejada.

A suficiência das ações com que se pretende acionar as transformações no rumo desejado nem sempre estará de antemão assegurada. Embora a abordagem estratégica, bem como o processo de acompanhamento e avaliação indiquem o desenho de novas trajetórias, ou precedência na alocação de recursos, o sucesso deste Plano não pode prescindir do

4

concurso de outros agentes, públicos ou privados, com capacidade de decisão e de intervenção positiva na realidade brasileira.

Os valores agregados para as ações correspondem ao somatório dos projetos e atividades dos órgãos envolvidos, selecionados consoante sua maior contribuição para as transformações implícitas no cotejo dos descritores da situação inicial com os da situação-objetivo. Necessário considerar que outros agentes também interferem, positiva ou negativamente, sobre essa resultante, razão a mais para a introdução do acompanhamento estratégico das cinco prioridades. Os ajustamentos que se fizerem recomendáveis serão objeto de desdobramentos legais do Plano Plurianual, por meio dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Em resumo, as prioridades de governo indicam ações de caráter estrutural, indutoras do desenvolvimento que deve modelar o futuro econômico-social do País. No entanto, duas questões básicas - saneamento financeiro do Estado e estabilização da economia, bem como modernização, com redefinição, do papel do Estado - são fundamentais para a efetiva implementação dessas prioridades e para obtenção de resultados positivos sobre o conjunto da sociedade brasileira.

ANEXO I
PRIORIDADES

PRIORIDADE: 1 - EDUCAÇÃO, SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 1.1 - Ação Integrada para a Criança e o Adolescente
 1.2 - Melhoria da Qualidade da Educação Básica

Cr\$ 1.000 de fevereiro de 1992

PROBLEMAS / DESCRITORES	AÇÕES DE GOVERNO	VALOR TOTAL 1993-95	SITUAÇÃO - OBJETIVO
<p>PROBLEMA: Atenção insuficiente e de baixa qualidade, no campo educacional, na saúde e na promoção social, à criança e ao adolescente, que representam 42% da população, dos quais 44% encontram-se na faixa de pobreza absoluta.</p> <p>DESCRITORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> 15,5% das crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola. 14,4% das crianças de 10 a 14 anos são analfabetas. 41% das crianças têm nível de instrução inferior à 4ª. série do 1º grau, e apenas 25% concluíram o 1º grau. Cerca de 8 milhões de crianças e adolescentes são meninos de rua. Para cada mil crianças nascidas vivas, 64 morrem antes de 1 ano, e 85 morrem antes de 5 anos. Praticamente a totalidade das crianças e adolescentes desconhece seus direitos e não tem acesso a informações sanitárias e educacionais. A violência contra os menores e a disseminação do uso de drogas têm se elevado substancialmente. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação e adequação da rede de creches e pré-escolas. Ampliação da rede de ensino fundamental (7 a 14 anos), com promoção de jornada integral, acesso a material pedagógico e desenvolvimento de bibliotecas, da educação física e da cultura da criança. Ampliação da rede de centros integrados de apoio a criança (CIACs). Promoção da formação técnica-profissional e do ensino médio para adolescentes. Dinamização de programas de formação e reciclagem de docentes. Assistência alimentar e nutricional a gestantes, nutrizes e crianças carentes. Controle de doenças incidentes sobre a criança por meio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Promoção do atendimento a criança deficiente pela ampliação da educação especial e da proteção social. Divulgação de informações sobre proteção aos direitos da criança e do adolescente. 	<p>1.486.214.365</p> <p>2.228.007.631</p> <p>4.461.466.819</p> <p>1.182.248.334</p> <p>92.477.526</p> <p>2.674.430.143</p> <p>3.327.609.988</p> <p>331.176.818</p> <p>564.409.812</p>	<ul style="list-style-type: none"> Garantia de atendimento em creches e pré-escolas a 50% das crianças carentes até 6 anos. Garantia do acesso a escola para a totalidade das crianças de 7 a 14 anos e eliminação do analfabetismo entre as crianças de 10 a 14 anos, até 1995. Redução drástica da evasão e da repetência escolar, pela revisão metodológica do ensino e melhoria das condições de saúde e de nutrição. Incremento da formação de professores do ciclo normal e reciclagem de todo o corpo docente do ensino básico e fundamental. Implantação de 4 mil centros integrados de apoio a criança, com jornada integral de ensino. Expansão de sistema plural Governo-Sociedade de iniciação profissional para adolescentes e de projetos de apoio aos meninos de rua. Universalização da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, com a finalidade de reduzir a mortalidade infantil e a mortalidade de menores de 5 anos para, respectivamente, 40 e 45 por mil nascidos vivos e a morbidade da mulher e da criança. Implantação de conselhos de direitos da criança e do adolescente em todos os municípios com mais de 50 mil habitantes e dos conselhos tutelares em todas as cidades de médio e grande portes.

PRIORIDADE: 1 - EDUCAÇÃO, SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 1.3 - Capacitação Tecnológica: Qualidade e Produtividade

Cr\$ 1.000 de fevereiro de 1992

PROBLEMAS / DESCRITORES	AÇÕES DE GOVERNO	VALOR TOTAL 1993-95	SITUAÇÃO - OBJETIVO
<p>PROBLEMA: Produção científica e tecnológica insuficiente, inadequada e ineficaz às necessidades de modernização do sistema produtivo nacional.</p> <p>DESCRIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção científica e tecnológica quantitativa e qualitativamente defasada em relação à incorporação de novas tecnologias. • Produção de conhecimentos e de tecnologias desarticuladas das necessidades do sistema produtivo. • Participação reduzida do setor produtivo na produção tecnológica. • Formação e capacidade de pesquisadores e tecnólogos quantitativa a qualitativamente inadequada. • Força de trabalho despreparada para operar equipamentos e implementar processos e produtos inovadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional. • Implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. • Capacitação de recursos humanos. • Desenvolvimento de pesquisas aeroespaciais. • Desenvolvimento de infraestrutura técnico-operacional de apoio. • Desenvolvimento de pesquisas marinhas. • Desenvolvimento de pesquisas agropecuárias. • Melhoria da qualidade dos produtos de origem vegetal. • Melhoria da qualidade dos produtos de origem animal. • Implementação do Programa de Competitividade Industrial. • Capacitação tecnológica da indústria. 	<p>2.367.671.226</p> <p>10.476.383</p> <p>1.779.556.625</p> <p>775.388.167</p> <p>223.217.994</p> <p>48.527.504</p> <p>747.134.012</p> <p>40.522.110</p> <p>171.196.280</p> <p>-</p> <p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da defasagem tecnológica para atingir padrões de competitividade internacionais. • Aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade da produção nacional. • Integração progressiva entre entidades produtoras de tecnologia e usuários. • Incorporação progressiva de novas tecnologias para os serviços de apoio do sistema produtivo nacional. • Desenvolvimento de programas intensivos de formação e reciclagem da força de trabalho. • Ampliação e adequação da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos voltados para a melhoria da qualidade e da produtividade.

PRIORIDADE: 1 - EDUCAÇÃO, SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1.4 - Consolidação do Sistema Único de Saúde

Cr\$ 1.000 de fevereiro de 1992

PROBLEMAS / DESCRITORES	AÇÕES DE GOVERNO	VALOR TOTAL 1993-95	SITUAÇÃO - OBJETIVO
<p>PROBLEMA: População sujeita a precários níveis de serviços de saúde, devido à deterioração da rede hospitalar e redução dos níveis de serviços saúde preventiva.</p> <p>DESCRITORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Deterioração da rede de prestação de serviços médico-hospitalares e dos padrões de atendimentos profissionais. Aumento das taxas de morbidade e mortalidade em doenças evitáveis, por redução de ações profiláticas disponíveis e custo acessível, resultando níveis comparados aos países de baixo desenvolvimento econômico e social. Recrudescimento de doenças endêmicas de alta transmissibilidade e surgimento de novas enfermidades consequentes de ação deficiente nos campos sanitários e ambiental. Volume insuficiente de recursos disponíveis para o setor saúde e inadequação das fontes de financiamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação da rede hospitalar básica e da rede ambulatorial. -expansão e consolidação da rede de controle de sangue; -integração das ações de vigilância sanitária e epidemiológica às de assistência à saúde; -adequação da remuneração das Internações Hospitalares e Atendimento Ambulatorial aos custos destes serviços. Prioridade às ações de proteção à saúde da criança, do adolescente e da mulher em período fértil. -intensificação dos programas de imunização e produção e distribuição de medicamentos e de imunobiológicos. Prioridade aos programas de combate ao cólera, à AIDS, à malária e a outras doenças transmissíveis. Regularização de fonte de financiamento única e permanente para o Setor Saúde. 	<p>23.806.708.187</p> <p>3.287.442.828</p> <p>3.931.310.893</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da oferta de 9.000 leitos. Melhoria dos níveis de atendimento e consultas médicas. Redução da mortalidade materna, perinatal e neo-natal. Aumento da cobertura vacinal com a consequente redução da taxa de morbidade e mortalidade infantil e de doenças evitáveis por imunizantes. Redução da incidência da malária. Controle dos casos de cólera. Controle e assistência aos casos de AIDS. Aumento nos recursos para financiamento do setor.

PRIORIDADE: 2 - REFORMA AGRARIA E INCENTIVO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Cr\$ 1.000 de fevereiro de 1992

PROBLEMAS / DESCRITORES	AÇÕES DE GOVERNO	VALOR TOTAL 1993-95	SITUAÇÃO - OBJETIVO
<p>PROBLEMA 1: Elevado número de trabalhadores rurais sem terra e sem condições de produzir, associado à existência de terras agricultáveis ociosas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação dos artigos 184 e 185 da Constituição Federal. 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de terras a 400 mil famílias de trabalhadores rurais, apoiando-lhes a produção.
<p>PROBLEMA 2: Falta de condições para o crescimento auto-sustentado do setor agrícola, levando a safras irregulares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assentamento de trabalhadores rurais em áreas agricultáveis e construção de infra-estrutura nos projetos de assentamento e de colonização. 	11.449.271.391	<ul style="list-style-type: none"> - Emancipação de 200 mil famílias de trabalhadores rurais, já assentados ou em projetos de colonização.
<p>DESCRITORES:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento de linhas especiais de crédito para projetos de assentamento. 	1.755.413.620	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio creditício específico às famílias assentadas e emancipadas.
<ul style="list-style-type: none"> - Existência, em 1991, de 477 áreas de conflito, envolvendo 36.119 famílias de trabalhadores rurais sem terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regularização fundiária, e manutenção e atualização de cadastro rural. 	74.889.108	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de condições adequadas de infra-estrutura para produção e comercialização aos pequenos produtores rurais.
<ul style="list-style-type: none"> - Infra-estrutura precária nos projetos de assentamento e colonização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Emancipação de projetos de colonização. 	177.175.049	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção e atualização do cadastro rural.
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de linhas específicas de crédito para projetos de assentamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoamento das políticas de crédito rural e de preços mínimos, estabelecidas no Plano Nacional Agrícola definido em 1991. 	17.486.981.512	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de cerca de 47 mil títulos em terras públicas.
<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de trabalhadores rurais sem título de propriedade da terra (113.000 posseiros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao desenvolvimento do mercado futuro de produtos agrícolas e recuperação da credibilidade dos "warrants". 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento da produção agropecuária a uma taxa de 3% ao ano no período 1993/95.
<ul style="list-style-type: none"> - Elevada percentagem de terras ociosas (cerca de 30% da área agricultável, levando em conta apenas os latifúndios). 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoamento da atuação do Governo no mercado agrícola, estabelecendo regras estáveis para o setor. 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação da infra-estrutura para irrigação privada de 772 mil hectares.
<ul style="list-style-type: none"> - Descapitalização dos agricultores em face da queda de safra, agravada pelas políticas anteriores de crédito rural e de preços (redução da oferta de crédito e aumento das taxas de juros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Geração e difusão de tecnologias agropecuárias que promovam o aumento da produtividade, a conservação dos recursos naturais e a redução dos custos de produção. 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação de 146 mil hectares de áreas irrigadas e recuperação de 5.800 hectares de perímetros públicos.
<ul style="list-style-type: none"> - Inadequação dos estímulos direcionados ao setor, visando ao seu crescimento numa perspectiva de longo prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de infra-estrutura hídrica e de irrigação. 	2.020.548.011	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de 2.000 barragens e de 88 açudes.
<ul style="list-style-type: none"> - Baixa produtividade da agropecuária no Nordeste, com insuficiente produção de alimentos para atender às necessidades da população da região. 			

PRIORIDADE: 3 - RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE RURAL E URBANO

Cr\$ 1.000 de fevereiro de 1992

PROBLEMAS / DESCRITORES	AÇÕES DE GOVERNO	VALOR TOTAL 1993-95	SITUAÇÃO - OBJETIVO
<p>PROBLEMA 1: Ocupação desordenada do território nacional, com concentração espacial da população e das atividades produtivas.</p> <p>PROBLEMA 2: Deterioração das condições ambientais no meio urbano e rural.</p> <p>DESCRITORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concentração excessiva no meio urbano provocando pressão sobre a infra-estrutura, e instabilidade migratória interna, com esvaziamento do interior. - Uso predatório dos recursos naturais e ambientais - Poluição do ar, da água e do solo, no meio urbano, por afluentes e resíduos provenientes das atividades produtivas e da ocupação desordenada do solo. - Degradação de áreas, desmatamento e erosão, no meio rural, impedindo a exploração econômica adequada e aumentando a ocorrência de secas e inundações. - Espaços de ocupação territorial indígena em grande parte não regularizados, sujeitos a invasões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do zoneamento ecológico-econômico do território nacional. - Implantação de pesquisas para geração e difusão de tecnologias de manejo e conservação de recursos naturais. - Conservação e recuperação de ecossistemas naturais. - Preservação e demarcação de todas as áreas indígenas. - Instituição de programas de educação ambiental. - Reaparelhamento institucional para monitoramento e fiscalização do meio ambiente. - Realização de obras de saneamento urbano e rural. - Implantação do sistema de gestão integrada das bacias hidrográficas. - Estabelecimento de instrumentos normativos e obras de controle da poluição. 	<p>72.839.851</p> <p>158.441.269</p> <p>2.154.207.225</p> <p>82.681.287</p> <p>8.276.853</p> <p>86.026.166</p> <p>2.046.606.270</p> <p>189.502.327</p> <p>384.195.794</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de pré-condições para a ocupação ordenada e economicamente sustentável do território. - Preservação de ecossistemas naturais e de biodiversidade. - Exploração sustentada dos recursos naturais e uso adequado do solo. - Melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio rural e urbano. - Controle dos principais agentes poluidores. - Recuperação de áreas críticas de degradação ambiental (bacias hidrográficas e áreas de exploração mineral). - Proteção das populações indígenas.

PRIORIDADE: 4 - CONSOLIDADAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

Cr\$ 1.000 de fevereiro de 1992

PROBLEMAS / DESCRITORES	AÇÕES DE GOVERNO	VALOR TOTAL 1993-95	SITUAÇÃO - OBJETIVO
<p>PROBLEMA: Deterioração da infra-estrutura básica e necessidade urgente de novos investimentos.</p> <p>DESCRITORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deterioração da malha rodoviária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção, conservação e restauração de rodovias. 	<p>4.924.085.713</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Restauração de 13.500 Km, manutenção de 66 postos de pesagem, manutenção de sinalização vertical e horizontal em 30 mil Km e eliminação de 1.700 pontos críticos.
<ul style="list-style-type: none"> - Oferta insuficiente de energia elétrica para a demanda projetada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de conservação e expansão dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica. 	<p>15.172.876.199</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da capacidade instalada de energia elétrica em 2.900 MW e implantação de linhas de transmissão. - Elevação da produção de óleo para 970 mil barris/dia em 1995.
<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência da produção e inadequação da estrutura de distribuição e refino de petróleo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfuração de poços exploratórios e desenvolvimento. Expansão da produção nas bacias terrestres e marítimas. 	<p>13.896.446.606</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da capacidade de refino para 1.600.000 barris/dia.
<ul style="list-style-type: none"> - Estrangulamento no sistema de telecomunicações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação e otimização do parque de refino e do sistema de transportes de petróleo e derivados. - Melhoria e expansão dos sistemas de telecomunicações convencionais e implantação do sistema de telefonia móvel. 	<p>5.423.410.148</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de 8 navios e ampliação da capacidade de dutos e terminais. - Instalação de 3.437.000 terminais telefônicos fixos, 366 mil telefones celulares, 20 mil telex e 44.060 portas RENPAC.
		<p>15.591.936.859</p>	

PRIORIDADE: 5 - ABERTURA E MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA

Cr\$ 1.000 de fevereiro de 1992

PROBLEMAS / DESCRITORES	AÇÕES DE GOVERNO	VALOR TOTAL 1993-95	SITUAÇÃO - OBJETIVO
<p>PROBLEMA: Economia fechada, pouco competitiva no mercado internacional, e não especializada, deixando de explorar segmentos nos quais o País dispõe de maiores vantagens comparativas.</p> <p>DESCRITORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de protecionismo que garante sobrevivência a agentes econômicos ineficientes. - Atraso tecnológico na indústria. - Excesso de regulamentação nos setores industrial e de comércio exterior. - Ineficiência localizada no sistema de produção e distribuição. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação da nova política industrial e de comércio exterior. - Implementação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. - Continuidade à política de redução de tarifas médias vigentes na importação. - Implementação do Programa de Competitividade Industrial. - Capacitação tecnológica da indústria. - Continuidade ao Programa Federal de Desregulamentação. 	<ul style="list-style-type: none"> - - - - - - 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade dos produtos nacionais, com elevação da produtividade das empresas. - Garantia de produtos de qualidade a preços realistas para o consumidor interno. - Maior exposição da economia à competição internacional. - Melhores condições para as empresas atuarem nos mercados interno e externo. - Redução de custos, agilização do comércio exterior e indução à competitividade.

ANEXO II

ANEXO II**DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS SETORIAIS E
PROGRAMAÇÃO DA DESPESA**

A programação setorial a seguir contém dois blocos de informações. No primeiro são apresentadas diretrizes, objetivos e metas de política setorial, refletindo as ações prioritárias do Governo, agora desagregadas por órgãos e unidades orçamentárias da Administração Pública Federal em cujas responsabilidades se inserem. Cabe salientar que, em alguns casos, há delegação de determinada prioridade a mais de um órgão.

As informações contidas nos textos referentes às entidades da Administração Pública Federal foram fornecidas pelos próprios setores, que por sua vez incorporaram dados relativos aos subsetores respectivos.

No segundo bloco são explicitadas as despesas previstas, em cada ano, para os exercícios de 1993 a 1995.

Em atenção ao disposto no art. 165, parágrafo primeiro, da Constituição Federal, incluíram-se no Plano as seguintes categorias de despesas:

- a) despesas de capital;
- b) despesas decorrentes das de capital, entendidas como dispêndios correntes necessários à implantação ou manutenção de projetos;
- c) despesas relativas a programas de duração continuada, definidas como gastos correntes de atividades compreendidas em subprogramas voltados para ações-fim.

No intuito de retratar fielmente as despesas referentes às prioridades governamentais, e de vincular com maior clareza o Plano Plurianual à orçamentação futura, adotou-se ainda a discriminação em nível de projeto ou atividade, incluindo metas físicas, alocações financeiras e perfis regionais do gasto, segundo a classificação funcional-programática.

CRITERIOS PARA FIXAÇÃO DOS TETOS

As projeções de despesas basearam-se nas estimativas das receitas do Tesouro, exclusive operações de crédito, construídas a partir dos números observados em 1991. A esse resultado incorporaram-se as alterações legais previstas para os anos seguintes, tanto relativas às receitas, quanto às despesas, respeitadas as metas programadas para as contas públicas.

A escassez de receitas, aliada à extrema rigidez do gasto público federal, mesmo considerando o esforço de arrecadação do Governo, reduz sensivelmente as disponibilidades para programação, exigindo uma grande seletividade nas ações. Dadas as projeções de receita, a retomada dos investimentos só poderá ser viabilizada em decorrência de medidas de contenção das despesas correntes, de pessoal e outros custeios. Como o objetivo básico do Plano é aumentar a taxa de crescimento das despesas de capital, em especial naqueles setores e atividades considerados prioritários, a alocação de recursos observou critérios estritos de eficiência e racionalidade.

Nesse contexto, projeta-se o crescimento das despesas de capital a taxas de 6% em 1993 e de 10% em cada um dos dois anos subsequentes, o que representa o dobro da taxa de crescimento prevista para o PIB no período. As despesas de capital deverão elevar-se de 2,3% do PIB em 1991 para 2,7% em 1995. As despesas de capital com recursos do Orçamento Fiscal aumentam de 1,5% do PIB para 1,7% do PIB, no mesmo período.

Para as despesas de pessoal, admitiu-se a manutenção real dos valores globais dos gastos realizados em 1991. Ao tornar constante o montante da despesa nessa rubrica, reduz-se a participação da despesa de pessoal como proporção do Produto, que deverá atingir 3,5% no final do período.

As despesas de custeio devem manter-se constantes em relação ao PIB, prevendo-se que não ultrapassem o equivalente a 7,2% do Produto.

Considerando a meta de equilíbrio primário do Orçamento da Seguridade Social, todo o incremento previsto nas rubricas de receitas da Seguridade foi alocado no item "outros custeios", que financia os benefícios previdenciários. A conta Capital da Seguridade, parcela de menor peso relativo nesse orçamento, foi mantida inalterada, como proporção do PIB, nas projeções realizadas.

As despesas de capital do Orçamento Fiscal - variável de saldo, no fechamento das contas públicas - constituem elemento básico do Plano, pois representam a fonte de recursos que financia a expansão dos investimentos federais. Embora inferiores à projeção original do Plano Plurianual, as taxas de crescimento das despesas de capital foram projetadas a fim de compatibilizar as necessidades mínimas de investimentos do setor público federal com a política de saneamento financeiro do Estado e com as metas de estabilização econômica.

Quanto à distribuição dos recursos disponíveis, para programação, entre órgãos e funções do Governo, procurou-se manter, com a maior proximidade possível, a estrutura observada na execução de 1991. Foram considerados, ainda, os seguintes critérios:

- a) vinculações constitucionais e legais de receitas;
- b) projetos prioritários do Governo;
- c) tratamento prioritário, nas despesas de capital e outros custeios, a partir do exercício de 1993, para os seguintes órgãos: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria do Meio Ambiente.

A semelhança da metodologia utilizada na Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, os limites fixados para a despesa não incluem os juros relativos à dívida interna e externa, contratual ou mobiliária, posto que representam compromissos a serem pagos ou repactuados de acordo com critérios de mercado, por conseguinte não sujeitos à programação administrativa. Já os gastos com amortizações, embora excluídos dos tetos fornecidos aos órgãos, por razões análogas àsquelas aplicadas aos juros, são especificados nos quadros das despesas, porquanto a norma constitucional que disciplina a matéria não prevê essa hipótese de excepcionalidade.

As despesas acham-se consignadas, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no órgão responsável por sua realização, eliminando-se, no órgão de origem, as transferências intragovernamentais. Excetua-se desse procedimento as transferências de recursos do Tesouro para empresas estatais, incluídas no respectivo orçamento de investimento.

O aporte anual de recursos do Tesouro para financiamento dos gastos de investimento das empresas estatais foi mantido constante, a fim de estimular o autofinanciamento, conforme as metas de obtenção de saldos primários positivos.

As empresas em fase de extinção, dissolução ou privatização não se incluem neste Plano.

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS SETORIAIS

1. PODER LEGISLATIVO

1.1. Câmara dos Deputados

1.2. Senado Federal

1.3. Tribunal de Contas da União

1.1. CAMARA DOS DEPUTADOS

A complexidade e abrangência das atribuições da Câmara dos Deputados foram sensivelmente ampliadas pela Constituição, que, em seus preceitos fundamentais, aprofundou também a responsabilidade da instituição na consolidação do processo democrático nacional.

Para que essas atribuições sejam realizadas a contento, obtendo-se maior eficiência e eficácia nas suas ações legislativa e fiscalizadora, torna-se necessário promover a modernização da organização e dos métodos administrativos e processuais utilizados, principalmente mediante disseminação racional do uso da informática.

A natureza do exercício das funções legislativas determina a predominância do gasto com pessoal e com encargos sociais. As despesas com investimentos só passam a ser relevantes no período que antecede a instalação de nova legislatura, quando se faz necessário recompor e recuperar bens móveis e imóveis.

Vale lembrar que, até 1995, está previsto um acréscimo de aproximadamente 100 parlamentares, tornando-se inevitável a adequação física e funcional da Câmara dos Deputados, uma vez que ainda prevalece a estrutura anterior à promulgação da Constituição de 1988.

Nesse contexto, são prioridades para o período 1993-1995 as seguintes ações básicas:

- implantação de um sistema de informática, envolvendo elaboração de Plano Diretor, ativação do convênio com o PRODASEN, implantação do Projeto EMBRATEL, aquisição de softwares e treinamento de pessoal;
- reforma e ampliação do Edifício do Anexo II, incluindo construção de auditório e aumento do espaço físico, requerido em função do acréscimo previsto na composição e volume de trabalho das Comissões;
- ampliação do Edifício do Anexo IV, para permitir instalação de gabinetes para os novos parlamentares;
- construção de estacionamento, casas de máquinas, galpão e pequeno prédio administrativo, visando à guarda e controle do material.

1.2. SENADO FEDERAL

Analogamente ao que ocorreu em relação à Câmara dos Deputados, a Carta Constitucional ampliou as prerrogativas e o campo de atuação do Senado Federal, o que torna necessárias a reestruturação e a dinamização das suas unidades de trabalho.

Para eliminar alguns pontos de estrangulamento e aumentar a capacidade de resposta da Casa aos novos desafios, foram estabelecidas as seguintes ações prioritárias para o triênio 1993-1995:

- reestruturação administrativa, reforma de instalações e implantação e funcionamento das novas Comissões Setoriais;
- modernização e ampliação do suporte de informática dos Gabinetes Parlamentares, das Comissões e das áreas legislativas e administrativas;

- democratização do acesso às informações de natureza política, econômica e social, produzidas no âmbito do Senado Federal.

1.3. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

As atividades de controle externo do Tribunal de Contas da União objetivam assegurar o bom uso, a probidade e a economicidade da aplicação de recursos públicos e da renúncia de receitas fiscais, o julgamento das contas dos administradores e responsáveis por bens e valores da União, e a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Tribunal de Contas da União tem como prioritárias as seguintes ações básicas:

- modernização do sistema de comunicações e dinamização do fluxo de informações voltadas para a tomada de decisão;
- ampliação dos espaços físicos e reaparelhamento da Sede e das Inspetorias Regionais de Controle Externo;
- manutenção e expansão do sistema de processamento de dados, interligando a Sede às Inspetorias Regionais;
- construção do anexo da sede do Tribunal, bem como instalação das novas Inspetorias Regionais nos Estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Roraima e Amapá;
- construção do Centro de Treinamento previsto na Lei Orgânica do TCU.

2. PODER JUDICIÁRIO

2.1. Supremo Tribunal Federal

2.2. Superior Tribunal de Justiça

2.3. Superior Tribunal Militar

2.4. Tribunal Superior Eleitoral

2.5. Tribunal Superior do Trabalho

2.6. Conselho da Justiça Federal

2.7. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

2.1. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, bem como o julgamento, de forma definitiva, de questões jurídicas que envolvem as demais instâncias do Judiciário.

No âmbito do Tribunal, constata-se a imperiosa necessidade de informatizar os serviços, para possibilitar amplo acesso aos acórdãos. Igualmente relevantes são a armazenagem e a divulgação dessas informações, como forma de criação de uma memória jurídica.

São as seguintes as prioridades do Supremo Tribunal Federal, para o triênio 1993-1995:

- informatização dos serviços, mormente os de distribuição e controle de andamento dos processos e respectiva publicação;
- implantação do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, que possibilitará o conhecimento da realidade judiciária e forense do País;
- implantação da Escola Federal de Magistratura, incluindo a instalação de um centro superior de estudos sobre a realidade e os problemas da administração da Justiça no País;
- prosseguimento das obras relativas ao Anexo II, para atender às necessidades de ampliação do Departamento de Documentação e Divulgação.

2.2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Constituição promoveu importante mudança no cenário jurídico brasileiro, ao criar o Superior Tribunal de Justiça (STJ), outorgando-lhe a responsabilidade de decisão, em última instância, dos conflitos jurídicos atinentes a toda matéria infraconstitucional. Da mesma forma, a instalação de cinco Tribunais Regionais Federais objetivou a descentralização e aceleração dos julgados oriundos da Justiça Federal de Primeira Instância.

A ampliação das atribuições e competências do STJ, em relação às do antigo Tribunal Federal de Recursos, torna imprescindível a ampla revisão organizacional da estrutura existente e a expansão de suas instalações.

Para atendimento dos seus objetivos, no triênio 1993-1995, o STJ prevê as seguintes ações:

- conclusão das obras da sede, para abrigar o plenário, as salas de sessões de julgamentos e as demais instalações de apoio administrativo;
- informatização dos serviços, incluindo bases de dados integradas com os processos e decisões do STJ, e com as atividades-meio;
- promoção do desenvolvimento organizacional, inclusive treinamento e aperfeiçoamento do quadro de servidores.

2.3. SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

A Justiça Militar, de acordo com a Constituição, compete processar e julgar os crimes militares. Composta de Tribunais e Juízes Militares, tem como órgão principal o Superior Tribunal Militar (STM). O STM, no período 1993-1995, desenvolverá as seguintes ações prioritárias:

- apoio às atividades judicantes da Segunda Instância (STM) e da Primeira Instância (Auditoria), mediante aquisição de material permanente, publicações e artigos de expediente;
- expansão das atividades do núcleo de processamento de dados;
- formação de recursos humanos, especialmente o treinamento do pessoal pertencente aos quadros das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias;
- reparo e conservação do edifício-sede e das Auditorias Militares;
- elaboração de estudos e projeto de construção do anexo do edifício-sede do Superior Tribunal Militar.

2.4. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

A Justiça Eleitoral compõe-se do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Juizes Setoriais e das Juntas Eleitorais, cabendo-lhe a responsabilidade de organizar as eleições no País.

As ações prioritárias, definidas pelo TSE para o período, são as seguintes:

a) em 1993:

- instalação dos Tribunais Regionais Eleitorais do Acre, Amapá, Roraima e Tocantins;
- aquisição de imóvel para instalação da Secretaria Regional do Paraná;
- início da construção das sedes dos Tribunais Regionais do Acre, Amapá, Distrito Federal, Rondônia e Roraima;
- instalação de Cartórios Eleitorais no Distrito Federal e nos Estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí e Sergipe;
- ampliação dos edifícios-sede dos Tribunais Regionais do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Piauí;

b) em 1994:

- continuação das obras das sedes dos Tribunais do Amapá, Distrito Federal, Rondônia e Roraima, assim como término da construção das sedes do Acre e Tocantins e das ampliações dos edifícios-sede de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Pará;

c) em 1995:

- término das obras dos Tribunais Regionais do Acre, Distrito Federal e Rondônia.

2.5. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

A Justiça Trabalhista é composta pelo Tribunal Superior do Trabalho, por 18 Tribunais Regionais e por 599 Juntas de Conciliação e Julgamento.

A Justiça do Trabalho, buscando a melhoria do seu desempenho na prestação de serviços jurisdicionais a empregadores e empregados, tem, como prioridades, as seguintes ações:

- criação de quatro Tribunais Regionais do Trabalho nos Estados de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí;
- implantação de 123 novas Juntas de Conciliação e Julgamento;
- prosseguimento da implantação do projeto de informatização, com vistas a tornar mais ágil a tramitação de processos nas suas três instâncias, com rápida solução dos litígios ajuizados.

2.6. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA)

Com a criação dos cinco novos Tribunais Regionais Federais, descentralizou-se a Segunda Instância da Justiça Federal e, ao mesmo tempo, assegurou-se maior celeridade dos feitos relativos à prestação jurisdicional.

Cabe ao Conselho da Justiça Federal, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, proporcionando substancial redução no número de processos remetidos aos Tribunais Superiores.

Para cumprir o objetivo de gerar condições que possibilitem ao Poder Judiciário da União prestar serviços jurisdicionais eficientes e acessíveis à população que deles necessita, é preciso direcionar recursos humanos e financeiros para a modernização dos procedimentos administrativos e processualísticos, para treinamento de pessoal e para adequação da infra-estrutura física à demanda desses serviços.

Nesse sentido foram estabelecidas as seguintes prioridades para o triênio 1993-1995:

- incremento no quadro permanente de pessoal e de juizes federais para lotação nos Tribunais Regionais Federais, nas Seções Judiciárias e nas novas Varas Federais que estão sendo criados por dispositivos legais;
- conclusão de obras e início de construção de edifícios-sede (ou seus anexos) de Tribunais Regionais Federais, Fóruns, Seções Judiciárias e respectivas Varas;
- reforma e ampliação de edificações cujas instalações encontram-se em situação precária;
- instalação das novas Varas que serão criadas;
- implantação e interligação de novos sistemas, aquisição de equipamentos e treinamento de recursos humanos na área de informática, visando melhorar o controle dos processos, propiciar rapidez e precisão às informações prestadas aos usuários e agilizar a tramitação dos feitos julgados.

2.7. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, órgão do Poder Judiciário Federal, tem por atribuição a prestação jurisdicional desdobrada em dois níveis: o primeiro compreende as Varas Judiciais da Justiça Comum, grupadas em circunscrições judiciárias localizadas no Plano Piloto, Cidades-satélite do DF e Territórios; o segundo compõe-se do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, instância competente para apreciar as questões submetidas em grau de recurso.

Nos últimos anos, as demandas judiciais apresentaram grande crescimento no Distrito Federal, enquanto o precário atendimento das necessidades de modernização e ampliação da capacidade de oferta desses serviços jurisdicionais, inclusive daqueles previstos em lei específica, torna necessária a concretização das seguintes linhas de ação, no triênio 1993-1995:

- reforma do edifício-sede e do Anexo I do Tribunal;
- conclusão do Anexo II do Tribunal;
- informatização dos serviços, reformas organizacionais e de procedimentos administrativos visando otimizar os fluxos processuais;
- ampliação dos Fóruns já existentes nas cidades-satélites do DF;
- construção de edifícios para o funcionamento dos Fóruns das cidades-satélites de Samambaia e do Paranoá, também no DF;
- construção do Depósito Público de Brasília, para melhorar os serviços de armazenagem dos bens penhorados.

3. MINISTERIO PÚBLICO DA UNIÃO

O Ministério Público é definido constitucionalmente como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, estando incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Tem como princípio institucional a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. É composto pelo Ministério Público da União (MPU) e pelo Ministério Público dos Estados.

Ao Ministério Público da União compete coordenar a ação dos Ministérios Públicos no âmbito federal, compreendendo o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Sua competência inclui a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas, a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público e social, e o combate ao crime organizado.

Cabe, ainda, ao Ministério Público da União questionar, perante a Suprema Corte, toda a legislação federal e estadual que contrarie a Constituição, bem como atuar perante a Justiça Militar, Trabalhista e Eleitoral.

Para desempenhar as funções institucionais previstas no art. 129 da Constituição, o Ministério Público da União precisa estruturar-se com vistas à sua atuação perante os órgãos do Poder Judiciário da União, e do Distrito Federal e Territórios.

O Ministério Público Federal, com atuação junto a todas as instâncias da Justiça Federal e Eleitoral, necessita igualmente de reorganizar-se, em virtude da ampliação das suas atribuições e das reformulações na estrutura do Poder Judiciário introduzidas pela Constituição, a exemplo da criação dos Tribunais Regionais Federais e da interiorização da Justiça Federal de Primeira Instância. Assim, prevê-se, para o período 1993-1995, a realização das seguintes ações:

- reorganização do Ministério Público da União;
- construção de sedes do MPU e melhoria das instalações físicas dos órgãos regionais;
- instalação das Procuradorias Regionais da República, já autorizada por lei;
- interiorização das ações do MPU, com instalação de Procuradorias da República nos principais Municípios brasileiros;
- expansão dos serviços de informática.

4. PRESIDENCIA DA REPUBLICA

4.1. Órgãos Integrantes da Estrutura Básica da Presidência

4.2. Estado-Maior das Forças Armadas

4.3. Secretaria da Cultura

4.4. Secretaria da Ciência e Tecnologia

4.5. Secretaria do Meio Ambiente

4.6. Secretaria do Desenvolvimento Regional

4.7. Secretaria dos Desportos

4.8. Secretaria de Assuntos Estratégicos

4.1 ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ESTRUTURA BÁSICA DA PRESIDÊNCIA

Os órgãos que integram a estrutura da Presidência da República são os seguintes: Secretaria-Geral, Gabinete Militar e Gabinete Pessoal, na condição de órgãos essenciais; Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, órgãos consultivos; Conselho de Governo, Alto Comando das Forças Armadas, Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e Consultoria Geral da República, órgãos de assessoramento imediato; e, como órgãos de assistência, as Secretarias da Cultura, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Regional, dos Desportos, da Administração Federal e de Assuntos Estratégicos.

Os órgãos essenciais, os de consultoria e os de assessoramento (à exceção do EMFA) desenvolvem, no âmbito de suas responsabilidades específicas, ações caracterizadas como atividades-meio. Daí por que não é pertinente pormenorizá-las. As despesas típicas deste Plano, cometidas àqueles órgãos, limitam-se a gastos absolutamente indispensáveis à manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Igual entendimento aplica-se às ações vinculadas ao Gabinete da Vice-Presidência da República.

Já o EMFA e as Secretarias da Presidência têm, sob sua responsabilidade, inúmeros programas que justificam tratamento diferenciado, para fins de explicitação dos seus conteúdos programáticos.

4.2 ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA)

Para o período 1993-1995, são as seguintes as áreas de atuação prioritária do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA): atividades espaciais, sistema militar de comando e controle, assuntos científicos e tecnológicos e comunicações militares por satélites.

A Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) está encarregada da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), que elaborou e está implementando o Plano Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). O PNAE prevê o desenvolvimento de satélites e de veículos lançadores de satélites, além da construção do Centro de Lançamento de Alcântara.

O Projeto do Sistema Militar de Comando e Controle é gerido pela Comissão de Desenvolvimento do Sistema Militar de Comando e Controle (CISMC), enquanto a Comissão Assessora de Assuntos Científicos e Tecnológicos (COMASSE) coordena as pesquisas científicas e tecnológicas de interesse comum às Forças Singulares. Já o Sistema de Comunicações Militares por Satélites (SISCOMIS) busca atender, com comunicações modernas, eficientes, rápidas e seguras, as necessidades das Forças Armadas e dos órgãos civis.

DIRETRIZES

- desenvolvimento e utilização das técnicas espaciais em todos os campos de interesse nacional e efetiva participação do País em atividades espaciais;
- implantação do Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações da Estrutura Militar de Guerra e das instalações do Centro de Operações do Comando Supremo, bem como apoio à instalação dos demais Centros de Operações das Forças Singulares e outros elos eventuais do sistema, com o objetivo de assegurar a operação integrada dos equipamentos e a compatibilidade dos processos;
- desenvolvimento de meios informatizados de comando e controle, que permitam ao Comando Supremo das Forças Armadas a tomada de decisões, quer na execução de operações combinadas, quer nos casos de calamidade pública;
- redução da distância tecnológica que separa o Brasil de outros países mais adiantados, no campo espacial;
- formação e aprimoramento de recursos humanos em todos os níveis, para as atividades relacionadas com o programa espacial, inclusive mediante participação crescente das universidades e centros de pesquisas, como forma de desenvolver e difundir tecnologias;

- fortalecimento dos segmentos envolvidos no programa espacial, mediante gradual capacitação nas áreas de satélites, cargas úteis, lançadores e campos de lançamento, bem como expansão da infra-estrutura de solo associada a esses setores;

- coordenação dos trabalhos relacionados com o programa espacial, objetivando evitar superposição de esforços e reduzir o distanciamento entre atividades programadas e realizadas;

- desenvolvimento da tecnologia espacial, sobretudo nas áreas consideradas estratégicas e com potencial de retorno comercial;

- realização de pesquisas visando à nacionalização do material de defesa e de componentes estratégicos, além da garantia da tecnologia imprescindível à soberania nacional na área militar;

- estabelecimento de um sistema moderno de comunicações militares, objetivando a proteção às informações e o aumento do grau de confiabilidade e segurança das ligações.

OBJETIVOS E METAS

- desenvolvimento de dois Satélites de Coleta de Dados e dois de Sensoriamento Remoto, bem como das instalações do segmento solo e início da série de lançamentos;

- desenvolvimento e fabricação de Veículos Lançadores de Satélites;

- término da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, tornando-o capaz de atender ao programa espacial brasileiro e, de forma comercial, a outros países;

- fortalecimento dos órgãos encarregados do desenvolvimento espacial, visando à sedimentação das tecnologias e sua disseminação no parque industrial brasileiro;

- formação e aprimoramento de recursos humanos em todos os níveis, para as atividades relacionadas com o programa espacial e atividades industriais dele decorrentes;

- nacionalização de componentes estratégicos necessários ao estágio atual e desenvolvimentos futuros ligados ao programa espacial;

- instalação de conjuntos computacionais no Centro de Comando do Teatro de Operações Marítimo, da Zona de Defesa da Amazônia e da Zona de Defesa do Oeste;

- interligação do Centro de Operações da Força Terrestre, do Centro de Comando do Teatro de Operações Marítimo, da Zona de Defesa da Amazônia e da Zona de Defesa do Oeste;

- aquisição e instalação de equipamentos de comunicações referentes a uma estação central, a estações navais, aeronáuticas e tático-leves, além de duas estações transportáveis;

- viabilização dos trabalhos em desenvolvimento nos centros de pesquisa das Forças Singulares, para nacionalização do material de Defesa Militar, substituição de equipamentos e garantia de tecnologia imprescindível à soberania nacional;

- fomento às atividades de ciência e tecnologia nos campos de propulsão, controles, eletrônica, informática, química de explosivos, materiais compostos, sensores, criptografia e simulação;

- implantação da Estação Terrena de Brasília, controladora do sistema SISCOMIS, possibilitando o funcionamento do Centro de Operação e Controle de Comunicações e a interligação com os principais pontos estratégicos, mediante enlaces em fibra ótica;

- implantação das estações terrenas do Rio de Janeiro e de Curitiba, e dos segmentos terrestres, interligando os principais pontos estratégicos daquelas áreas por meio de enlaces em rádio digital e fibra ótica.

4.3. SECRETARIA DA CULTURA

A política conduzida pela Secretaria da Cultura (SEC) está centrada na proteção e preservação do patrimônio cultural e no apoio às diferentes manifestações culturais. Aspecto relevante dessa política é a garantia do pleno exercício dos direitos culturais e do acesso às fontes da cultura nacional.

A cultura é fundamental para a formação de uma cidadania consciente, capaz de reflexão e crítica, essencial, portanto, ao processo democrático. É relevante, ainda, para o desenvolvimento integral do País, tanto no sentido amplo, antropológico, como stricto sensu. Assim, abrange tanto os valores e atitudes coletivas, quanto inclui o acervo de obras artísticas e culturais da sociedade.

A ação do Estado não pretende dirigir a cultura em seu sentido antropológico, mas deve desempenhar seu papel no tocante à cultura stricto sensu.

DIRETRIZES

- democratização do acesso às fontes da cultura e aos bens e serviços culturais, divulgando e estimulando a criação e o fazer cultural;
- valorização das diferentes formas de expressão das manifestações culturais;
- garantia de condições para expressão das manifestações culturais das diversas etnias formadoras da sociedade nacional;
- preservação do patrimônio cultural e ampliação do compartilhamento das ações e responsabilidades de proteção e formação desse patrimônio com os demais níveis do Poder Público e com a comunidade;
- estímulo à participação do setor privado no financiamento da produção cultural, segundo os mecanismos criados pela Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1.991;
- garantia do acesso a informações que enriqueçam culturalmente a cidadania, por meio da divulgação dos resultados de pesquisas científicas, artísticas e literárias, e do melhor conhecimento sobre os bens integrantes do patrimônio cultural e seu uso;
- incentivo ao hábito da leitura, promovendo o acesso à produção literária e ampliando o campo de trabalho do autor nacional;
- estímulo à reflexão, ao debate e à pesquisa sobre as condições de formação e aperfeiçoamento crescente dos criadores culturais e dos intelectuais, artistas e técnicos.

OBJETIVOS E METAS

- captação e canalização de recursos para projetos culturais, e implementação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC);
- identificação, documentação, proteção, promoção e difusão do patrimônio cultural e dos acervos bibliográficos, documentais, arquivísticos, artísticos, museológicos e científicos, compreendendo a proteção de 131 bens culturais por ano e a preservação de cerca de 4,6 milhões de acervos;
- incentivo à criação e produção artística e cultural na área das artes plásticas, gráficas e cênicas, principalmente fotografia, música, cultura popular e folclore, mediante apoio à realização e desenvolvimento de 560 programas e projetos, além da concessão de 24 prêmios, no triênio;

- identificação, apoio e difusão do conhecimento, bem como valorização das manifestações culturais oriundas das diversas etnias nacionais;

- promoção, realização e divulgação de estudos e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento vinculadas à cultura brasileira, inclusive filologia e ciências humanas, e implementação do Programa Nacional de Informações Culturais, além da recuperação das informações existentes sobre o patrimônio cultural brasileiro, totalizando cerca de 8.150 estudos e pesquisas e 150 exposições e eventos;

- incentivo à criação e desenvolvimento de bibliotecas, à produção, difusão e veiculação do livro de interesse cultural, e à criação literária nacional, além da implementação do Programa de Incentivo à Leitura (PRO-LER), beneficiando quatro mil bibliotecas, reativando 100 salas de leitura e divulgando cerca de 120 mil títulos, anualmente;

- fomento à produção, preservação, difusão, veiculação, distribuição e exibição da obra audiovisual brasileira;

- aperfeiçoamento da doutrina e da jurisprudência autoral e combate à utilização ilícita de obras intelectuais, por meio da fiscalização e aplicação da legislação autoral e das convenções internacionais em uso no País, inclusive com disseminação de informações nessa área, além da realização de registro e averbação de obras intelectuais e das cessões patrimoniais do autor;

- capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, afim de melhorar o nível técnico do produtor artístico e cultural, com realização de 8.000 cursos e eventos específicos;

- aprimoramento e modernização das ações e procedimentos de gestão dos órgãos integrantes do sistema nacional de cultura, inclusive com implantação de mecanismos de cooperação técnica e financeira, orientando as respectivas atuações por modelos que respeitem a liberdade de criação e incentivem as obras e manifestações artísticas e culturais.

4.4 SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A idéia de modernização científica e tecnológica resume o conjunto dos objetivos e diretrizes que orientam as ações da Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT). Significa atualizar a área científica e reciclar o sistema produtivo nacional, num cenário mundial em profunda transformação das técnicas produtivas e de crescente integração entre as atividades científicas e tecnológicas. Nesse sentido, as ações do Governo irão direcionar-se para os objetivos centrais de excelência no campo científico e de competitividade no âmbito tecnológico.

Em consonância com as demais políticas governamentais, a política de ciência e tecnologia deverá contribuir para a solução dos problemas sociais, regionais e setoriais do País, com atenção para os aspectos ambientais.

As ações propostas pela SCT, coerentes com as Estratégias de Desenvolvimento do Plano, referem-se à capacitação tecnológica para melhoria da qualidade e produtividade, à ciência e tecnologia para o desenvolvimento e à valorização de recursos humanos. Contemplam, ainda, o processo de abertura e modernização da economia, contribuindo harmonicamente para a reestruturação do setor produtivo nacional.

DIRETRIZES

- articulação dos órgãos governamentais e interação com os demais agentes atuantes no campo científico e tecnológico, com assistência do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;

- estímulo ao aumento da participação das empresas no esforço de desenvolvimento científico e tecnológico do País, com ampliação de seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, utilização de técnicas modernas de gestão e uso de tecnologias avançadas;

- adoção de medidas de estímulo à capacitação tecnológica da base produtiva, de forma seletiva e combinada com a exposição planejada das empresas à concorrência internacional, particularmente pela expansão dos

financiamentos, privilegiando-se os setores geradores e difusores da inovação e do progresso técnico e aqueles mais afetados pela abertura comercial;

- desenvolvimento de estratégias para integração da pesquisa entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, e criação de núcleos de pesquisa e desenvolvimento próprios das empresas ou de consórcios empresariais;

- direcionamento de recursos para recuperação e modernização da infra-estrutura laboratorial de universidades, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento, e dos laboratórios metrológicos, assegurando melhores condições para desenvolvimento da pesquisa e apoio à base produtiva;

- implementação de políticas que ampliem a cooperação interinstitucional e adoção do enfoque multidisciplinar nos programas de pesquisa científica e tecnológica;

- adequação do perfil da base técnico-científica, a fim de atender às áreas mais carentes de recursos humanos qualificados e responder às necessidades dos segmentos portadores de novas tecnologias.

OBJETIVOS E METAS

- ampliação da participação do setor privado nos dispêndios com pesquisa e desenvolvimento, procurando-se, no mínimo, triplicar essa participação até 1995;

- formação de recursos humanos qualificados para pesquisa científica e tecnológica, mediante concessão de bolsas de estudo no País e no exterior, em todos os níveis, com ênfase, na área científica, na formação de doutores e, em geral, nas áreas de suporte às tecnologias avançadas, especialmente de engenharias. Serão concedidas, no total, 44.110 bolsas em 1993, 46 mil em 1994 e 48 mil em 1995, com destaque para o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico (RHAE);

- fomento à pesquisa científica e tecnológica, alcançando praticamente toda a base técnico-científica do País, mediante mobilização de recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), dentre outros;

- dinamização seletiva de ações, programas e projetos executados pelos institutos de pesquisa vinculados à SCT e ao CNPq, destacando-se: o início da operação do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, em 1993; a conclusão, também em 1993, das instalações para acompanhamento da emissão de gases (vigilância de queimadas) na Amazônia; o lançamento, em 1994, do primeiro satélite de recursos terrestres, desenvolvido em cooperação com a China; a criação de laboratórios de testes e certificação; a continuidade da implantação do ciclo completo de fabricação de circuitos integrados e da instalação do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron; a realização de pesquisas em áreas básicas do conhecimento científico e tecnológico; a geração de conhecimentos sobre os ecossistemas da região amazônica; e a prestação de serviços tecnológicos;

- modernização tecnológica do setor produtivo, em consonância com a política industrial e de comércio exterior, tendo por eixos principais o financiamento a projetos de pesquisa e desenvolvimento e o apoio à implantação de tecnologias avançadas nas empresas, através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e de outras agências que participam do esforço nacional de desenvolvimento científico e tecnológico;

- reestruturação da indústria de informática, disseminação do uso de seus bens e serviços, assim como fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa e formação de recursos humanos, conforme orientações do II Plano Nacional de Informática e Automação (II PLANIN).

4.5. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Os desequilíbrios sócio-econômicos e as condições resultantes do subdesenvolvimento são fatores de degradação do meio ambiente, pois acarretam processos produtivos tecnicamente ineficientes e altamente predatórios dos

recursos naturais. Em condições de pobreza, grande parte da sobrevivência material da população faz-se pela apropriação indiscriminada dos recursos do meio ambiente.

A par disso, a sociedade brasileira traz uma profunda herança histórica de exploração predatória, em que as relações com a natureza e o meio ambiente se caracterizam pela falta de visão de longo prazo, pelo predomínio de interesses econômicos imediatistas e pelo pouco conhecimento da estrutura e da dinâmica dos sistemas ambientais. Isso se traduz em rupturas e destruição desses sistemas, com comprometimento dos recursos produtivos e diminuição dos bens naturais disponíveis para a população.

Com o uso equilibrado dos recursos naturais e do meio ambiente, a reorientação das atividades e da população no território e a racionalização dos processos utilizados nas atividades econômicas, consolidam-se as possibilidades de exploração produtiva permanente, a partir dos recursos disponíveis no patrimônio natural brasileiro.

Orientando-se pelos princípios do desenvolvimento sustentável, o Governo promove uma evolução conceitual na política de meio ambiente, cujos objetivos gerais contemplam a preservação, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental propícia a vida. A formação de uma consciência ecológica na sociedade deriva da ação conjunta de pessoas, forças produtivas e organizações científicas, políticas e culturais, e deve resultar em novo entendimento da relação com o meio natural e um tratamento diferenciado das questões ambientais.

De acordo com as Estratégias de Desenvolvimento explicitadas neste Plano, o desenvolvimento deve harmonizar as dimensões econômica, social e ambiental, como base para tornar mais eficiente a produção, aumentar e desconcentrar a renda e assegurar a integridade do meio ambiente e de seus recursos. Para isso são prioridades, na execução da política nacional do meio ambiente, o zoneamento ecológico-econômico para ordenação do território nacional, a adequação da produção e do consumo de bens e serviços a padrões conservacionistas, a ampliação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação - visando a preservar os ecossistemas naturais e a biodiversidade - e a recuperação do meio ambiente urbano e rural.

No âmbito da Administração Pública Federal, a execução da política nacional do meio ambiente, a cargo da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM) segue a orientação de incorporar a preocupação ecológica ao planejamento e à ação de todos os órgãos, definindo prioridades, diretrizes e metas ambientais nos respectivos setores. Nesse sentido, articula-se a atuação de entidades federais em relação aos problemas do meio ambiente e procura-se mobilizar outras instâncias, governamentais e não governamentais, em ação comum e abrangente.

Essa articulação é essencial, na medida em que as prioridades do meio ambiente têm interrelações importantes com a política urbana, o desenvolvimento agropecuário e industrial, a produção de energia, o desenvolvimento regional e o saneamento.

No quadro ambiental brasileiro, assumem também relevância os ecossistemas que se identificam com grandes regiões, com destaque para a Amazônia, os Cerrados, o Pantanal Matogrossense, as Caatingas e a Mata Atlântica. Para essas áreas, como para outros ecossistemas, a política de meio ambiente prevê medidas rigorosas de controle e preservação, com elaboração de zoneamentos que determinem as possibilidades e restrições de sua exploração econômica. A fiscalização e controle de atividades que apresentem características predatórias ou processos poluidores estão orientados pela determinação de se fazer cumprir a legislação do meio ambiente. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se esforços de pesquisa para a geração de alternativas econômicas, sociais e tecnológicas viáveis, com preservação ambiental, a serem oferecidas à iniciativa das pessoas e das empresas. Na ocupação de novas áreas, cuida-se que seja preservado o valor dos patrimônios naturais e que sejam respeitados os direitos e necessidades dos povos indígenas, garantindo-se a integridade de seus territórios.

No plano internacional o Governo, além de colaborar com os esforços para avaliar e corrigir os desequilíbrios ecológicos globais, objetiva transmitir uma imagem correta dos problemas ambientais brasileiros e de suas implicações sócio-econômicas, evidenciando as necessidades de cooperação tecnológica e financeira.

Com a realização da II Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92), o Brasil insere-se no conjunto das nações que buscam novas perspectivas para um futuro ecológico comum.

DIRETRIZES

- consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), da legislação ambiental e da estrutura institucional das entidades do setor, visando ao exercício das atribuições nas áreas de defesa e preservação do meio ambiente;
- orientação e apoio aos planos de ordenamento territorial, com destaque para o Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Zoneamento em Áreas de Preservação Ambiental;
- destinação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente prioritariamente para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, controle ambiental, aproveitamento sustentado da flora e fauna nativas, criação de unidades de conservação e desenvolvimento institucional;
- apoio à criação de tecnologias para o uso racional dos recursos naturais e para a proteção do meio ambiente, apoio à exploração sustentada dos recursos naturais renováveis, mediante manejo da fauna, dos recursos pesqueiros, de florestas nacionais e de reservas extrativistas, e promoção de ações visando ao manejo sustentado de recursos hídricos e do solo;
- instituição e consolidação de florestas nacionais e reservas extrativistas, criação e demarcação de unidades de conservação, execução de projetos de proteção ambiental em áreas indígenas e de projetos de recuperação de áreas degradadas por garimpos e outras atividades;
- apoio a iniciativas para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, especialmente as relacionadas com saneamento básico, poluição do ar, do solo e das águas, poluição sonora e destinação de lixo;
- articulação técnica, científica e financeira com o exterior, em apoio à política de meio ambiente, e implementação de programas e projetos decorrentes de acordos e convenções internacionais, firmados pelo Governo Brasileiro em função da II Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

OBJETIVOS E METAS

- consolidação da legislação brasileira de meio ambiente e do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);
- monitoramento e controle da qualidade ambiental, fiscalização da exploração da fauna silvestre, da flora, dos recursos pesqueiros e demais atividades potencialmente suscetíveis de causar danos ao meio ambiente, preservação da diversidade biológica da flora e fauna silvestre, implantando e administrando cerca de 50 unidades de conservação em áreas de especial interesse ecológico, e implantação do Centro de Estudos e Manejo da Fauna Silvestre;
- implantação e consolidação de nove áreas de florestas nacionais, reservas extrativistas e outras áreas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, representando cerca de 1,6 milhão de hectares de proteção e conservação de ecossistemas e 4,8 milhões de hectares de regularização fundiária;
- coordenação e monitoramento das atividades de pesquisa voltadas para a área ambiental, realização de projetos de pesquisa, informação científica e tecnológica, e de levantamento do meio ambiente, bem como articulação técnica, científica e financeira com organismos internacionais em apoio à política de meio ambiente;
- implantação do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil, com apoio financeiro e técnico dos países do Grupo dos Sete, e fortalecimento da cooperação técnica, científica e financeira de âmbito internacional;
- implementação de uma rede nacional de agricultura regenerativa e execução de pesquisas relacionadas com a estrutura e dinâmica dos sistemas ambientais brasileiros, a tecnologia ambiental, o manejo e conservação de recursos naturais renováveis e exploração de garimpos;

- orientação do desenvolvimento e ordenamento da pesca, assegurando a reprodução das espécies e a manutenção de níveis sustentáveis de estoques, envolvendo assistência a 62 comunidades pesqueiras e a operação de 14 estações de piscicultura;

- assistência à heveicultura, com apoio aos seringueiros, em cerca de 180 mil hectares de seringais, e coordenação da política de abastecimento e estoque de borracha vegetal, envolvendo o custeio e comercialização anual de 5 mil toneladas do produto;

- controle e orientação das atividades de exploração da madeira e de outros recursos extrativos vegetais;

- execução de programas de educação ambiental em todos os níveis de ensino formal e não formal, e nos meios de comunicação.

4.6. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As disparidades de renda e de qualidade de vida entre as regiões brasileiras são incompatíveis com a modernização do País, um dos principais objetivos de Governo.

Modernizar, no contexto do desenvolvimento regional, significa atuar no sentido de transformar as estruturas econômicas e sociais - pela combinação e utilização mais eficiente dos fatores de produção -, erradicar a pobreza absoluta, humanizar as condições de vida nos grandes aglomerados urbanos e no campo, explorar racionalmente as possibilidades que a natureza oferece, otimizando a utilização de investimentos realizados. Numa perspectiva geral, impõe considerar a dimensão espacial no contexto da política de desenvolvimento, com observância das especificidades locais e do entrelaçamento da problemática regional com as questões urbana e ambiental.

Importa notar que o quadro das desigualdades econômicas coincide, em grande medida, com o das desigualdades sociais. Essas discrepâncias reforçam-se mutuamente e, na ausência de intervenção governamental, tendem a agravar-se. Obter a redução dos desníveis regionais atende ainda a preceito constitucional. Ademais, o aproveitamento do potencial das áreas menos dinâmicas configura importante etapa na retomada do desenvolvimento nacional, a par de contribuir para a solução de graves problemas urbanos e ambientais nas regiões economicamente nucleares.

Afigura-se, portanto, imperativo promover a interiorização do desenvolvimento, concentrando meios nas áreas de maior aptidão, selecionadas a partir de adequado zoneamento, e com uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

Todas as prioridades da ação regional encontram-se consoantes com as estratégias delineadas pelo Governo, para o período do Plano.

DIRETRIZES

a) de caráter geral:

- elevação das taxas de crescimento econômico no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em níveis acima da média nacional, com apropriação regional da renda adicional gerada;

- ordenamento territorial e organização do espaço para preservação de ecossistemas, promovendo a criação e o manejo de unidades de conservação, bem como a utilização racional dos recursos naturais;

- promoção do bem-estar social, mediante redução das desigualdades espaciais, setoriais e funcionais, além da interiorização do desenvolvimento, da descentralização de ações em favor dos Estados e Municípios, e da participação social;

- incorporação ao mercado interno das populações marginalizadas, com melhor distribuição espacial e social da renda regional, reduzindo pressões sociais e migrações pela geração local de empregos;

- eliminação dos pontos de estrangulamento na infra-estrutura básica, especialmente nas áreas de maior potencial produtivo, de forma articulada espacial e setorialmente, visando à dinamização e à consecução do desenvolvimento auto-sustentado;
 - absorção das inovações modernizadoras do sistema produtivo, bem como desenvolvimento e consolidação de tecnologias especificamente destinadas à solução dos problemas regionais;
 - apoio às comunidades indígenas, mediante regularização fundiária, demarcação de terras e preservação de hábitos, costumes e valores culturais, assegurando-se aos grupos mais aculturados, e interessados, a integração ao desenvolvimento nacional;
 - ordenamento dos grandes centros metropolitanos, comprometidos pela intensificação do êxodo rural e pelas migrações interurbanas;
 - descongestionamento macrorregional e metropolitano, objetivando reduzir pressões sociais em áreas saturadas;
 - atuação no setor sucroalcooleiro, notadamente no que concerne a políticas ligadas a abastecimento, preços e produtividade;
 - apoio a estudos e projetos a cargo dos diversos segmentos governamentais, mormente aqueles que visam consolidar e expandir a implantação de Zonas de Processamento de Exportações;
- b) referentes à Amazônia:
- consolidação da ocupação ribeirinha, especialmente nos vales dos principais rios, com aproveitamento de várzeas e do sistema hidroviário regional;
 - dinamização das comunidades localizadas em áreas de fronteira, envolvendo as populações em atividades produtivas, com melhoria da infra-estrutura;
 - fortalecimento da rede urbana de porte intermediário, reguladora do processo migratório;
 - apoio ao adensamento agrícola em áreas do cerrado, como alternativa ao avanço de práticas predatórias sobre ecossistemas florestais;
 - dinamização do mercado interno regional, pela consolidação da infra-estrutura econômica, evitando dispersões que reduzam sua produtividade e acentuem sua vulnerabilidade;
 - adoção de medidas que reexaminem a divisão administrativa da região, em consonância com as diretrizes das políticas de ordenamento territorial e de segurança nacional;
 - apoio ao turismo ecológico, como forma de valorização ecológica e cultural da região, e de geração de renda, pela criação de novos empregos e incorporação de divisas originárias do fluxo internacional;
 - montagem, com participação dos órgãos federais, estaduais e municipais, de um sistema regional de planejamento, abrangendo estatísticas básicas e estudos prospectivos de longo prazo;
 - implantação gradual do zoneamento ecológico e sócio-econômico, com prioridade para as áreas de maior risco ecológico, para disciplinar a localização de atividades produtivas e a ocupação do território;
 - expansão das atividades de ciência e tecnologia, abrangendo levantamento de recursos, geração e difusão;

- estímulo à cooperação externa no campo da preservação ecológica e do desenvolvimento integrado, especialmente a partir da cooperação com os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA);

c) referentes ao Nordeste

- reestruturação e controle da faixa litorânea, privilegiando os investimentos na faixa central e na hinterlândia ocidental;

- apoio ao pequeno produtor, promovendo seu acesso aos fatores produtivos e aos mercados;

- integração da infra-estrutura e adensamento da ocupação recente nos cerrados do oeste da Bahia, sudoeste do Piauí e sul do Maranhão;

- realização de estudos e pesquisas voltadas para o desenvolvimento regional, inclusive com capacitação de recursos humanos, cooperação técnica internacional e articulação com Estados e Municípios;

- execução de programas especiais de desenvolvimento sub-regional integrado, com ênfase na organização e participação dos pequenos produtores rurais;

- aprimoramento da reestruturação normativa e da simplificação operacional dos instrumentos financeiros regionais (Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE);

- implantação de projetos de infra-estrutura hídrica que permitam superar os problemas gerados pelo fenômeno das secas, nas áreas semi-áridas;

- geração e difusão de tecnologias apropriadas para pequenos produtores, especialmente aquelas relacionadas com a redução de custos de captação, armazenamento e utilização dos recursos hídricos, e adaptação da base produtiva às condições ecológicas do semi-árido;

- racionalização e descentralização das ações emergenciais, sem prejuízo da adoção de soluções permanentes;

d) referentes ao Centro-Oeste:

- revisão da atual estruturação programática do Centro-Oeste, levando em conta sua contiguidade estratégica com o meio norte, a fim de estabelecer três eixos de ordenação territorial no País: eixo de descongestionamento e reestruturação (faixa litorânea), eixo de interiorização e adensamento (faixa central), e eixo de preservação e diferimento (faixa ocidental);

- prioridade para os investimentos localizados no eixo de interiorização e adensamento;

- apoio à implementação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) e do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (PRODEAGRO), com ênfase no fortalecimento da capacidade gerencial das organizações envolvidas;

- disciplinamento das tendências à diluição das frentes pioneiras, mediante consolidação da ocupação no eixo de adensamento, tendo em vista riscos ecológicos, ônus econômicos, problemas sociais e agressão às comunidades indígenas;

- proteção ao ecossistema pantaneiro, estimulando programas de desenvolvimento econômico-ecológico;

- redefinição das funções geopolítica, econômica, social e cultural da Capital Federal, à vista de sua inserção no contexto de desenvolvimento da Região Centro-Oeste e do crescente processo de metropolização e conurbação;

- dinamização das áreas de influência do Distrito Federal, para redirecionar as pressões atuais que convergem para Brasília;

- adoção de medidas visando à integração regional, mediante maior articulação com o Programa Grande Carajás, apoio ao Corredor Norte de Exportações e aos Pólos Florestais, e acesso ao gás proveniente da Bolívia;

- eliminação das deficiências na infra-estrutura de armazenagem, energia e transporte, interligando as áreas de maior potencial e estruturando a faixa de adensamento;

- implantação de zoneamentos agroambientais, observado o escalonamento estratégico da ordenação territorial;

- intensificação das ações voltadas para articulação programática com Estados e Municípios;

e) referentes às Regiões Sul e Sudeste:

- interiorização do desenvolvimento, promovendo o descongestionamento metropolitano;

- implantação, na faixa setentrional, de programas de recuperação de terras e de valorização da alternativa hidroviária;

- implantação, na faixa meridional, de programas binacionais de desenvolvimento nas áreas de fronteira, em articulação com os países do Cone Sul, vinculando-os efetivamente ao MERCOSUL.

OBJETIVOS E METAS

- implantação dos Planos de Desenvolvimento Regional Integrado, cujo propósito é transformar a realidade regional - notadamente do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste - mediante execução simultânea de ações de apoio à agropecuária, de reforço da infra-estrutura econômica e social, de preservação e recuperação do meio ambiente, de expansão da atividade industrial, entre outras, em áreas-programa de maior potencial produtivo, respeitadas as peculiaridades de cada região;

- fortalecimento da infra-estrutura econômica e social do Estado de Tocantins;

- implantação de projetos sociais nos Municípios mais densamente povoados da Amazônia, com prioridade para o aproveitamento de tecnologia e mão-de-obra locais;

- conservação, manutenção e expansão da infra-estrutura física dos distritos agropecuário e industrial da Zona Franca de Manaus;

- apoio à implantação de áreas de livre comércio em toda a Amazônia, através da construção de armazéns alfandegados e da estruturação de suas bases legais;

- apoio ao desenvolvimento do Complexo Industrial-Metalúrgico de Barcarena;

- prosseguimento da execução do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP), objetivando a organização de pequenos produtores rurais e assegurando seu acesso à terra, aos recursos hídricos, às tecnologias de produção, aos mercados de insumos e produtos e ao crédito rural;

- implementação de programas especiais em áreas selecionadas nas regiões Sul e Sudeste;

- manutenção do Programa Nacional do Alcool em magnitude compatível com a efetiva capacidade de produção já instalada no País;

- apoio à execução do PLANAFLORO e PRODEAGRO, para o desenvolvimento sustentado de Rondônia e Mato Grosso, respectivamente, com base no zoneamento ecológico-econômico e em ações destinadas à conservação e proteção do meio ambiente, apoio ao pequeno produtor rural, e reforço da infra-estrutura econômica e social, beneficiando diretamente, no Estado de Rondônia, 52 mil famílias de produtores rurais, cinco mil indígenas e 2.500 famílias de pescadores e ribeirinhos, e, em Mato Grosso, 35 mil famílias de produtores rurais, 14 mil indígenas, 600 pescadores e seis mil garimpeiros;

- apoio aos setores produtivos nordestinos, com ênfase na consolidação dos empreendimentos em fase de implantação;

- apoio à implantação de 14 Zonas de Processamento de Exportações.

No tocante ao turismo, os objetivos visam: ao aumento dos fluxos, da taxa de permanência e do gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial emissivo em nível internacional; à difusão de novos pontos turísticos, buscando diversificar os fluxos internos, beneficiando as regiões menos desenvolvidas; e ao reaparelhamento da infra-estrutura turística, mediante apoio creditício e repasse de recursos de participação societária.

4.7 SECRETARIA DOS DESPORTOS

A atuação governamental para o setor desportivo, sob responsabilidade da Secretaria dos Desportos (SEDESP), orienta-se, fundamentalmente, por dois parâmetros: o dever constitucional do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, e os princípios de modernização.

A prática sistemática de atividades físicas e desportivas constitui parte da cultura geral do cidadão, propiciando-lhe melhores condições de saúde e integração social.

DIRETRIZES

- universalização da prática desportiva, especialmente na escola - instituição responsável pela preservação e transmissão de valores, hábitos e atitudes, e que assegura a presença de todas as premissas inerentes ao processo pedagógico - sem prejuízo do denominado esporte-lazer, dirigido aos diferentes segmentos sociais, principalmente aos idosos, aos portadores de deficiência e aos menores carentes;

- qualificação do desporto de alto rendimento, que constitui a dimensão qualitativa e mensurável do nível de desenvolvimento desportivo, mediante apoio às exigências desse segmento.

OBJETIVOS E METAS

- promoção de atividades físicas nas escolas, integrando-as equilibradamente aos demais componentes curriculares, incorporando-as aos hábitos dos cidadãos e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, mediante realização de 270 cursos para docentes e promoção de 220 eventos específicos no triênio;

- apoio a movimentos e iniciativas populares e institucionais de prática esportiva formal e não-formal, concedendo incentivo a cerca de 1.180 centros de desportos e espaços poliesportivos;

- apoio ao desenvolvimento progressivo e sistemático de talentos desportivos, identificados nos sistemas de ensino e desportivo, proporcionando-lhes condições especiais de treinamento e intercâmbio de competições adequadas, no País e no exterior, mediante fomento à participação de atletas em 60 competições anuais;

- melhoria da qualidade das atividades desportivas e modernização da administração, mediante capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, incremento da cooperação técnica e modernização da legislação, prevendo-se a realização de 520 cursos e eventos técnico-científicos.

4.8 SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) exerce as atribuições de secretaria executiva do Conselho de Governo, e da secretaria-geral do Conselho de Defesa Nacional. Ainda, desenvolve estudos e projetos sobre utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, coordena a formulação da política nacional nuclear e supervisiona sua execução, salvaguarda os interesses do Estado e das instituições nacionais, bem como coordena, supervisiona e controla outros projetos e programas que lhe forem atribuídos pelo Presidente da República, além de subsidiar suas decisões.

Dentre as atividades da SAE destacam-se várias convergências com as Estratégias de Desenvolvimento detalhadas neste Plano, especialmente no tocante à ciência e tecnologia, à infra-estrutura, ao zoneamento ecológico-econômico, à defesa nacional e ao planejamento estratégico.

DIRETRIZES

- formulação de alternativas estratégicas de médio e longo prazos, bem como de análises específicas, objetivando a modernização do Estado e da economia e o encaminhamento de soluções para problemas internos, em especial nas áreas de políticas públicas de natureza social e econômica;
- articulação com órgãos da Administração Pública Federal para concessão de prioridade a programas e projetos de natureza estratégica e identificação de impactos nos cenários de médio e longo prazos;
- coordenação de estudos voltados para ordenamento do território, em especial os de zoneamento ecológico-econômico;
- coordenação da política nacional de energia nuclear e do Programa Nuclear Brasileiro, no tocante ao desenvolvimento de tecnologia e à operação das empresas estatais do setor;
- supervisão do Sistema de Proteção Nuclear Brasileiro e atualização da legislação pertinente;
- colaboração nos programas e projetos que materializam a política de defesa nacional;
- desenvolvimento de estudos e projetos para utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional;
- planejamento, coordenação e execução, em nível estratégico, da Atividade de Inteligência;
- promoção da pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de projetos para segurança das comunicações;
- promoção do desenvolvimento das atividades especiais de interesse nacional e supervisão da execução das ações decorrentes;
- planejamento, execução e controle de projetos e programas de formação e de aperfeiçoamento de recursos humanos nas áreas de competência da SAE, e em proveito de outros órgãos do Governo;
- melhoria da qualidade e da produtividade no âmbito da SAE e de suas entidades supervisionadas.

OBJETIVOS E METAS

- concepção, em articulação com as demais estruturas do Governo, da estratégia de desenvolvimento nacional de longo prazo, capaz de garantir articulação de esforços e recursos em torno de desafios selecionados;
- complementação do macrodiagnóstico da Amazônia (1 milhão de Km² adicionais) e extensão dos estudos das áreas críticas (mais de 300 mil Km²) dentro das prioridades do zoneamento ecológico-econômico, base para os planos de ordenação do território;

- melhoria das condições estruturais dos Municípios da faixa de fronteira, mediante gerenciamento de ações do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira;

- gerenciamento e coordenação do Programa Calha Norte, consubstanciados na execução das seguintes ações na fronteira norte: vigilância terrestre, aérea e naval; adensamento de marcos demarcatórios de fronteira; e apoio ao desenvolvimento regional, abrangendo a ampliação da oferta de serviços sociais básicos (saúde, educação, previdência e assistência social), proteção e assistência à população indígena, expansão da oferta de energia elétrica e de infraestrutura viária;

- desenvolvimento de pesquisas e projetos relacionados com a área de segurança das comunicações;

- desenvolvimento de pesquisas sobre ciclo do combustível nuclear e materiais estratégicos, tecnologia de reatores e de suporte, visando à autonomia nacional em setores estratégicos da área nuclear;

- desenvolvimento de salvaguardas para operação segura das instalações nucleares, tanto no âmbito dos acordos Brasil-Argentina - Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), como nas atividades de fiscalização, licenciamento e prestação de serviços da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);

- continuidade da ação seletiva do segmento produtivo estatal na área nuclear, mediante diversificação setorial e de mercado na produção de equipamentos pesados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP) e associações privadas na extração e beneficiamento de minerais radioativos, a cargo da Urânio do Brasil S.A (metas, para 1993-1995, de produção de 850 toneladas de concentrado de urânio e de 195 mil toneladas de ácido sulfúrico) e da NUCLEMON Minero-Química Ltda. (30 mil toneladas de zirconitas, ilmenitas, fosfatos e outros);

- expansão gradual do suprimento de combustível nuclear para a recarga de Angra I e início de operação de Angra II (1995), pelas Indústrias Nucleares do Brasil S.A - INB (meta, para 1993-1995, de fabricação de 180 elementos combustíveis), e do enriquecimento isotópico do urânio, pela Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A - NUCLEI (início de operação da primeira cascata em 1995);

- execução, em articulação com outras estruturas do Governo, do Sistema de Proteção Nuclear;

- implementação das ações decorrentes da criação da Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares;

- gerenciamento das medidas para construção do depósito definitivo dos rejeitos radioativos de Goiás;

- implementação das ações decorrentes da execução da política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais, a cargo da Agência Espacial Brasileira, a ser criada;

- implantação, em articulação com outras estruturas do Governo, do Sistema de Vigilância da Amazônia, visando à atuação integrada dos órgãos governamentais na repressão aos ilícitos e na proteção ambiental da Amazônia;

- continuidade do processo de aperfeiçoamento e modernização do exercício da Atividade de Inteligência;

- continuidade do processo de aperfeiçoamento da infra-estrutura de apoio à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

- execução do Programa da Qualidade e Produtividade da SAE, em atendimento às diretrizes do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

5. MINISTERIO DA JUSTIÇA

Superada a fase de implantação e consolidação da estrutura resultante das responsabilidades que lhe foram atribuídas, o Ministério da Justiça concentra-se no atendimento aos objetivos e metas constantes nos projetos e atividades de sua esfera de atuação, em consonância com as seguintes Estratégias de Desenvolvimento: modernização da produção; equalização de oportunidades; e modernização do Estado.

DIRETRIZES

a) na área de segurança pública:

- reequipamento e modernização da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária;
- elaboração e implantação do Plano Nacional de Segurança Pública;
- implantação e consolidação de banco de dados, integrado com as polícias estaduais e a Justiça, objetivando o registro de veículos e condutores, bem como o de pessoas procuradas ou impedidas de entrar no País e dele sair;
- elaboração de um novo Código Nacional do Trânsito;
- formação de pessoal e treinamento de professores de primeiro grau na área de educação sobre o trânsito;

b) na área de administração penitenciária:

- expansão da capacidade do sistema penitenciário brasileiro;
- interligação, por meio de sistema informatizado, das unidades prisionais, Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança Pública, Departamentos Penitenciários Estaduais, Varas de Execução Criminais e Ministério da Justiça;
- revisão da legislação penal;

c) na área de competência relativa a estrangeiros:

- criação de banco de dados sobre a situação dos estrangeiros no território nacional;

d) na área de defesa da ordem econômica:

- conscientização e motivação da iniciativa privada para a qualidade e produtividade;
- aperfeiçoamento da legislação pertinente ao abuso do poder econômico;
- modernização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
- fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;
- simplificação do acesso à Justiça e agilização dos procedimentos administrativos e judiciais;
- implantação de ações de desburocratização, simplificação e racionalização dos procedimentos de constituição de empresas e arquivamento de atos posteriores, e unificação dos serviços prestados por órgãos ligados ao Sistema Nacional de Registro do Comércio;
- consolidação, atualização e manutenção do Cadastro Nacional das Empresas;

e) na área de política indigenista:

- identificação, delimitação, demarcação e regularização das áreas indígenas;
- elaboração e implantação do Plano de Saúde Indígena, compreendendo imunização sistemática da população contra a ocorrência de doenças imunopreviáveis;
- assistência ao indígena, principalmente através de ações na área da educação;
- recomposição parcial dos ecossistemas das áreas indígenas;

f) na área de propriedade industrial e metrologia:

- consolidação da infra-estrutura técnico-operacional, voltada para o desenvolvimento de tecnologia industrial básica;
- apoio à implantação de sistemas de qualidade nos serviços de metrologia, ensaios, certificação e inspeção técnica;
- treinamento de instrutores do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);
- aprimoramento das ações do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), nas áreas de registros e marcas, patentes e informação tecnológica, em conformidade com as diretrizes da política industrial e de comércio exterior;
- divulgação dos recursos e da potencialidade dos serviços de marcas, patentes e informação tecnológica;
- melhoria da rede de informações tecnológicas, destinada a setores específicos.

OBJETIVOS E METAS

- modernização do sistema de Comunicação e Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, mediante formação e treinamento de recursos humanos e aquisição de equipamentos necessários para controle de tráfego e segurança em estradas;
- formação e treinamento de 4.980 técnicos, distribuição de 200 módulos escolares e produção de 30 filmes, destinados à educação sobre trânsito;
- construção, ampliação e reforma de prédios necessários às atividades da Polícia Federal e elaboração de doutrina uniforme para a formação do policial brasileiro;
- ampliação da rede de usuários do Sistema Nacional de Informação (SNIC), a ser instalada nas Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal e nas Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- construção e/ou reforma de unidades prisionais;
- integração, em nível nacional, de informações criminais, penitenciárias e sobre violência em geral;
- implantação de plano de saneamento básico nos postos indígenas, com vistas à erradicação de doenças, e à capacitação e reciclagem de profissionais de saúde;
- demarcação de 3.900 quilômetros, identificação de 148 áreas e regularização de 59 mil hectares de terras indígenas;

- construção de sete novos postos de vigilância em áreas indígenas;
- ampliação e regionalização da rede escolar indígena, beneficiando 35 mil alunos, com produção de material didático-pedagógico;
- implantação de infra-estrutura de apoio à produção agrícola em terras indígenas e implantação de 7.760 hectares de reflorestamento;
- consolidação e ampliação da Rede Nacional de Laboratórios de Ensaio, sob coordenação do INMETRO;
- implantação do Sistema Nacional de Treinamento e Desenvolvimento, com treinamento de 11.340 técnicos na área de metrologia, normalização e qualidade industrial;
- aprimoramento do Sistema de Informações Tecnológicas, com atualização de mais de cinco mil documentos do acervo do INPI;
- implantação, desenvolvimento e consolidação das operações da Agência Brasil.

6. MINISTERIO DA MARINHA

O Ministério da Marinha vem direcionando seus esforços no sentido de construir uma força naval moderna e adestrada e vem adequando sua programação à disponibilidade de recursos financeiros.

Os meios flutuantes, em sua maioria, e particularmente os combatentes, atingiram ou ultrapassaram a idade-limite. Assim, faz-se imperiosa a gradual implementação de um programa de reaparelhamento.

Paralelamente, buscando alcançar independência tecnológica, a Marinha vem alterando, de modo significativo, sua postura em relação à obtenção de meios para, em ritmo crescente, desenvolver no País projetos de construção de sistemas e equipamentos navais.

Essa política de nacionalização de meios passou a exigir maior investimento na preparação de pessoal técnico, no País e no exterior. Nesse sentido, a Marinha tem procurado integrar-se com a comunidade técnico-científica, com as universidades e com outros órgãos voltados para o desenvolvimento dos projetos navais.

Tem sido, também, preocupação constante a montagem de uma estrutura industrial especificamente destinada à construção, pesquisa e desenvolvimento de sistemas e equipamentos.

DIRETRIZES

- obtenção de um nível de aprestamento compatível com as exigências atuais, enfatizando a eficácia e a prontidão operativas;
- continuidade da construção, no País, de meios navais, aéreos e de guerra anfíbia, com prioridade para o emprego de recursos nacionalizados;
- desenvolvimento de pesquisas científico-tecnológicas, com vistas à nacionalização de itens prioritários para o Poder Naval;
- atualização e capacitação contínua de pessoal, para absorção adequada pela constante evolução tecnológica dos sistemas navais;

- desenvolvimento das atividades de pesquisas oceânicas, visando ao conhecimento do ambiente marinho, para a adequada aplicação do Poder Naval;

- desenvolvimento de pesquisas antárticas, para conhecimento do ambiente, em consonância com as diretrizes e os objetivos estabelecidos na Política Nacional para Assuntos Antárticos;

- capacitação adequada para tarefas específicas de defesa dos elementos do poder marítimo, com precedência para aqueles nas águas de jurisdição nacional e nas hidrovias da bacia amazônica e do rio Paraguai;

- aperfeiçoamento das estruturas administrativas e operativas, com adoção de práticas modernas de administração, visando à otimização do emprego dos recursos financeiros, materiais e humanos.

OBJETIVOS E METAS

- prosseguimento da execução do Programa de Reparcelamento da Marinha, consistindo no término da construção, no País, de três submarinos e de quatro corvetas, início de mais um submarino e uma corveta, aquisição de seus equipamentos e obtenção de sistemas e equipamentos para modernização de três fragatas;

- continuação do Programa de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes, compreendendo: desenvolvimento do projeto de construção do submarino NAC-1; construção ou aquisição de navios-transporte, lanchas anfíbias, rebocadores, lanchas, chatas e embarcações especiais; aquisição de 16 helicópteros e modernização de quatro aeronaves; bem como prosseguimento da modernização do porta-aviões Minas Gerais;

- desenvolvimento de projetos especiais destinados à criação de protótipos de meios flutuantes, visando tornar o País menos dependente do exterior em tecnologia de ponta;

- pesquisa e levantamento dos recursos vivos, minerais e energéticos exploráveis da Zona Econômica Exclusiva (ZEE);

- desenvolvimento de estudos específicos do Plano Setorial para os Recursos do Mar;

- provimento dos meios necessários à execução do Programa Antártico Brasileiro, bem como estudo e interpretação da Placa Antártica do continente Gondwana, pesquisa dos aspectos meteorológicos e de física da alta atmosfera;

- prosseguimento da execução do Programa de Patrulha Costeira, abrangendo construção de cinco navios-patrulha de 200 toneladas, prontificação de três lanchas-patrulha e de polícia naval;

- reparcelamento e modernização das instalações das bases e estações navais, capacitando-as para apoio adequado aos diversos meios;

- adoção de medidas visando aprimorar, nas escolas e centros de formação e aperfeiçoamento, a instrução em todos os graus e formas, mediante construção, ampliação, recuperação e aparelhamento das instalações.

7. MINISTERIO DO EXERCITO

O Ministério do Exército vem realizando, há vários anos, atividades estruturadas de planejamento, a fim de alcançar a capacitação necessária para atender às exigências estratégicas de preparo, evolução e emprego da Força Terrestre.

Nesse sentido, criou o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), no qual as ações relacionadas à evolução da Força são visualizadas para trinta anos à frente, período que corresponde, aproximadamente, aos ciclos de vida profissional do militar e à utilização dos principais equipamentos bélicos.

Para adequar o planejamento do SIPLEx às circunstâncias conjunturais - econômicas, políticas e legais -, a programação foi dividida em subperíodos. Para o subperíodo 1985-1990, estabeleceram-se objetivos de curto prazo, consubstanciados no Programa FT/90, que visava à estruturação mínima necessária ao cumprimento da missão do Exército, compreendendo as atividades mais prementes e os recursos indispensáveis à sua implementação.

Restrições financeiras, no entanto, impediram o pleno alcance dos objetivos estabelecidos, impondo a reprogramação de várias metas para 1991-1995. Assim, a operacionalidade da Força, embora tenha melhorado, não atingiu ainda as condições mínimas necessárias à sua capacitação para dissuadir eventuais atitudes hostis às decisões soberanas do Estado.

DIRETRIZES

- modernização do Exército, como forma de obter a capacitação necessária para atender às atuais concepções estratégicas de preparo, evolução e emprego da Força Terrestre;
- implementação do Projeto Reaparelhamento do Exército, a partir das seguintes orientações: conclusão das ações em andamento na aviação do Exército; especialização do pessoal necessário aos programas de aviação, guerra eletrônica e informatização; continuação das pesquisas iniciadas e apoio a novas pesquisas nas áreas de informática, comunicações e guerra eletrônica; conclusão das ações iniciadas referentes à estruturação da Força Terrestre e ao complemento de equipamentos; e implementação do programa de informatização do Exército;
- elevação do nível de operacionalidade das demais organizações militares, bem como redução de algumas estruturas e eliminação de outras, consideradas obsoletas ou desnecessárias.

OBJETIVOS E METAS

- conclusão da organização das seguintes unidades: uma divisão no Sul, uma brigada no Oeste, uma brigada na Amazônia, uma brigada como reserva estratégica, uma brigada de infantaria pára-quedista, uma brigada de aviação do Exército (comando, centro de instrução, 1º Batalhão de Helicópteros, batalhão logístico e companhia precursora), Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Centro de Cartografia Automatizada do Exército e Centro Tecnológico do Exército;
- prosseguimento da aquisição de equipamento e material permanente, bem como realização de obras necessárias à organização de 97 unidades militares e conclusão da organização de 72 unidades militares, no período 1993-1995;
- transferência, para a Amazônia, de duas brigadas do Sudeste e do Sul, e prosseguimento da transferência de 13 unidades localizadas em grandes centros urbanos, visando à interiorização e à ocupação de espaços vazios que possibilitem melhores condições para instrução e adestramento, bem como conclusão da transferência de outras sete unidades;
- prosseguimento dos melhoramentos de 19 estabelecimentos de ensino, mediante adequação de instalações e aquisição de materiais, a fim de assegurar melhor qualificação dos recursos humanos;
- completamento de 24 grandes unidades, 17 estabelecimentos de ensino e 18 organizações militares de saúde, mediante substituição de material obsoleto ou desgastado;
- prosseguimento das pesquisas nas áreas de pessoal, doutrina, material, informática, comunicações e guerra eletrônica;

- implementação do 8o Programa do Plano de Estruturação do Exército, a fim de possibilitar a implantação da sua organização sistêmica e do Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Inteligência;
- prosseguimento da construção de duas mil residências, para atender às necessidades de unidades situadas em áreas fronteiriças e em áreas de comprovada deficiência de moradia;
- implementação do Programa Região Militar e prosseguimento da criação de dois parques regionais de manutenção, três batalhões e oito depósitos de suprimento;
- construção de um hospital geral, três hospitais de guarnição, seis postos médicos de guarnição e um hospital escolar;
- prosseguimento dos trabalhos de pesquisas de mísseis e foguetes lançadores, armamento e material de engenharia, intendência e eletrônica.

8. MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem buscado consolidar e aprofundar as linhas de atuação externa definidas pelo Presidente da República, no contexto mais amplo de modernização da economia e da sociedade brasileira.

No campo de atuação do Itamaraty, a consolidação de funções indelegáveis do Estado visa a garantir a soberania nacional em face da complexidade dos interesses internacionais, mantendo relações com estados estrangeiros, participando de organismos internacionais e celebrando tratados, convenções e atos, com vistas à integração do País nos fluxos dinâmicos de bens, capitais e conhecimento. No plano político, projeta externamente os valores democráticos que inspiram a sociedade brasileira.

Para a consecução de suas finalidades, o Ministério necessita de estrutura moderna que lhe permita responder, de maneira eficiente, às constantes transformações sociais, tanto no plano interno quanto externo.

Ao longo dos últimos anos, em razão de restrições financeiras, o MRE tem-se defrontado com dificuldades crescentes, cujas consequências foram: deterioração marcante do acervo patrimonial; adiamento de obras e reformas indispensáveis; atraso tecnológico nas áreas de informação e comunicações, sobretudo no campo da informática; obsolescência de equipamento e técnica cartográfica necessários à demarcação de fronteiras; e perda de qualidade e atualização do Programa de Formação de Diplomatas e demais funcionários do Serviço Exterior.

Torna-se imperiosa, por conseguinte, a reversão desse quadro, sob pena de comprometer seriamente a execução da política externa brasileira, com inevitáveis prejuízos ao País.

A política externa, como expressão de vontade e aspiração nacionais e em estreita sintonia com a política e a realidade internas, constitui instrumento necessário para permitir a consecução dos objetivos fundamentais e permanentes do País.

DIRETRIZES

- busca da inserção crescente e competitiva de produtos brasileiros na economia mundial, através da expansão do mercado externo e do acesso a tecnologias avançadas;
- ampliação e fortalecimento da presença brasileira no plano internacional, objetivando permitir, inclusive, a atuação do Brasil no processo de tomada de decisões em organismos internacionais;

- incremento da integração com os países latino-americanos, particularmente os da região do Cone Sul;
- favorecimento de questões de interesse da comunidade internacional, no que diz respeito à preservação do meio ambiente e à defesa dos direitos humanos.

OBJETIVOS E METAS

- modernização e adequação do Serviço Exterior às peculiaridades, necessidades e responsabilidades do País;
- prosseguimento da consolidação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL);
- apoio às atividades de promoção comercial no exterior, inclusive com os novos parceiros do Leste Europeu;
- valorização do multilateralismo, incluindo a quitação de débitos pendentes junto a foros internacionais;
- apoio à difusão da presença cultural brasileira no exterior e às atividades relativas à cooperação intelectual;
- identificação de novas oportunidades de cooperação técnica com países desenvolvidos, em benefício de instituições brasileiras de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- aquisição ou construção de sedes e chancelarias em 11 cidades do exterior;
- instalação de representações diplomáticas ou consulares em cinco cidades do exterior;
- expansão, modernização e consolidação do sistema de telecomunicações e documentação;
- apoio às atividades de demarcação de fronteiras;
- adaptação da rede consular à demanda crescente de serviços;
- continuidade do projeto de preservação de bens patrimoniais no Brasil e no exterior.

9. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

A educação no Brasil tem merecido atenção de segmentos cada vez mais expressivos da sociedade. Generaliza-se a consciência de que a superação de seus complexos problemas é fundamental para viabilizar qualquer projeto de desenvolvimento do País.

As estratégias para modernização do setor devem atingir todos os níveis de ensino, desde a pré-escola até a pós-graduação, respeitadas as respectivas particularidades.

Há consenso de que tratamento especial deve ser dado à educação básica, garantindo a todos o acesso à escola, bem como a permanência no sistema, com progressiva extensão da escolaridade e elevação dos atuais índices de rendimento dos alunos, mediante adoção de medidas que concorram para a melhoria da qualidade da oferta e do processo educacional.

A heterogeneidade qualitativa do sistema educacional deixa de ser vista apenas como questão de iniquidade, para ser tratada como questão de desempenho. Torna-se, assim, indispensável reduzir, por intermédio de ações complementares, o contingente de analfabetos, bem como potencializar o desempenho dos alunos, em todos os níveis, valendo-se, principalmente, da expansão e melhoria da educação pré-escolar, especialmente para crianças carentes.

Ao mesmo tempo, é necessário ampla revisão e atualização de currículos e métodos de ensino, bem como reordenamento da rede física, basicamente recuperação ou ampliação da capacidade instalada e não, exclusivamente, construção de novas unidades.

É imprescindível implementar uma política de formação e valorização do magistério que resulte em melhor desempenho do professor de ensino fundamental, o que implica revisão do sistema de formação docente e reciclagem dos atuais professores. Nesse processo, não se pode prescindir das universidades, pois é nelas que se concentra a pesquisa científica e onde se forma o pessoal docente, responsável por uma educação de qualidade nos níveis anteriores de ensino.

Constitui, ainda, tarefa urgente modernizar e adequar os currículos e métodos do ensino técnico às demandas do mercado de trabalho, visando à formação profissional e à promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Com relação à educação superior, o Governo buscará elevar os critérios de equidade, eficiência e qualidade, promovendo a integração das universidades na formação de recursos humanos exigida pela política de desenvolvimento econômico, voltada para a modernização científico-tecnológica. Tal propósito implica articulação estreita entre ensino, pesquisa e extensão.

Também, serão privilegiadas as ações que possibilitem às universidades autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira, conforme disposto na Constituição. A contrapartida dessa autonomia é o compromisso das instituições com a melhoria de seus padrões de desempenho, no sentido de contribuir com maior eficácia para o desenvolvimento da educação e do sistema de ciência e tecnologia do País.

Tais orientações implicam formulação e execução de programas diversificados, adequados ao perfil das várias clientelas, e complementados por iniciativas de caráter mais amplo, dirigidas à erradicação das causas da evasão, da repetência e do mau aproveitamento escolar.

Dentro desses princípios, as ações a serem desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), coerentemente com as Estratégias de Desenvolvimento constantes neste Plano, voltam-se para atendimento integrado à criança e ao adolescente, melhoria da qualidade da educação básica, incentivo à ciência e à tecnologia, e valorização dos recursos humanos.

DIRETRIZES

- alocação das transferências federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, preferencialmente para projetos de expansão ou melhoria de seus sistemas educacionais, cabendo às unidades da Federação assegurar-lhes a respectiva manutenção;

- descentralização técnica, administrativa e financeira dos sistemas, com democratização da gestão educacional e maior autonomia didático-pedagógica das escolas, de forma gradativa e ordenada, acompanhada do fortalecimento da capacidade local de gestão, controle e avaliação qualitativa;

- estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para o ensino, buscando nivelar efetivamente as oportunidades e atender às novas exigências do processo de modernização do País;

- expansão física do sistema de ensino fundamental, direcionada para a correção dos focos de carência localizados, complementarmente à implantação dos Centros Integrados de Assistência à Criança (CIACs);

- integração das ações voltadas para a infância, evitando duplicação de gastos e fragmentação de atividades, expandindo o modelo de atendimento dos CIACs às unidades de ensino tradicionais;

- superação dos níveis insatisfatórios de desempenho docente e de competência pedagógica, mediante capacitação permanente e valorização de docentes, bem como reestruturação curricular, metodológica e organizacional dos processos de formação dos educadores;

- descentralização e aprimoramento das políticas de assistência suplementar ao estudante, sobretudo dos programas de material didático-escolar, alimentação e assistência à saúde, destinados, prioritariamente, aos educandos do ensino fundamental;

- ampliação da utilização de multimeios na sala de aula, basicamente direcionados ao apoio do processo ensino-aprendizagem, a fim de melhorar o desempenho dos professores e oferecer oportunidades de educação permanente à população em geral, como complemento e dando continuidade ao ensino fundamental;

- fortalecimento, aperfeiçoamento e expansão da educação tecnológica, de forma integrada com os setores produtivos, compartilhando encargos financeiros e responsabilidade pedagógica com Estados, Distrito Federal, Municípios e organizações não governamentais;

- aperfeiçoamento do desempenho da universidade pública, de forma integrada com os demais níveis de ensino, inclusive aproximando, nas áreas pertinentes, a produção acadêmica e o setor produtivo, e introduzindo procedimentos de avaliação periódica das unidades do sistema;

- aprimoramento do sistema de pós-graduação, promovendo sua integração ao sistema de ciência e tecnologia e dinamizando a cooperação com o setor produtivo.

OBJETIVOS E METAS

- universalização e melhoria da educação básica, mediante assistência técnica e financeira às instâncias da Federação, compreendendo, dentre outros:

- melhoria da capacidade instalada, pelo desenvolvimento da rede de CIACs, e construção, ampliação e reforma de 300 escolas e 400 salas de aula, no período 1993-1995;

- valorização e capacitação sistemática e continuada do professor, com revisão do sistema de formação e da política salarial, elevando progressivamente as atuais bases de remuneração e estabelecendo níveis mínimos de desempenho, além de treinamento a cerca de 74 mil docentes;

- implantação e modernização de sistemas de gestão;

- aumento da jornada escolar;

- expansão do atendimento à infância, mediante criação, no triênio 1993-1995, de 140.520 novas vagas na pré-escola, de forma integrada com o ensino fundamental;

- combate ao analfabetismo e à subescolarização entre crianças de 10 a 14 anos e na população adulta;

- melhoria do rendimento escolar na pré-escola e no ensino fundamental, mediante oferta de programas de suplementação, com fornecimento anual médio de merenda a 21 milhões de alunos, distribuição média anual de 43,5 milhões de livros didáticos e 16,5 milhões de módulos de materiais necessários ao processo ensino-aprendizagem;

- ampliação do atendimento ao ensino tecnológico, mediante estímulo à participação de entidades não governamentais e do setor privado, além do apoio à ampliação de 260 salas de aula no período 1993-1995, adequando a oferta à demanda do sistema produtivo, organizando e fortalecendo o Sistema Nacional de Educação Tecnológica;

- expansão do ensino especial, por meio de assistência financeira a entidades especializadas;
- expansão do ensino superior de graduação, com democratização do acesso à universidade e estímulo ao seu aperfeiçoamento acadêmico e gerencial, com aumento seletivo de vagas nas áreas de maior conteúdo tecnológico, além de modernização do parque computacional e atualização do instrumental didático-pedagógico, especialmente laboratórios científicos;
- consolidação da pós-graduação de cerca de 13.500 bolsas de estudo em 1993, 14.600 em 1994 e 15.950 em 1995, apoio financeiro a programas e cursos, fomento à infra-estrutura laboratorial e aperfeiçoamento dos procedimentos de avaliação dos cursos;
- desenvolvimento da pesquisa educacional voltada para o aperfeiçoamento dos sistemas e a melhoria da qualidade do ensino, com execução média de cerca de 6.500 projetos anuais de pesquisa;
- ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, com aumento intensivo dos multimeios voltados para aluno e professor, e do atendimento à população em termos de informação educacional, profissional e cultural.

10. MINISTERIO DA AERONAUTICA

O desenvolvimento das complexas atividades do Ministério da Aeronáutica exige a utilização de equipamentos de alta tecnologia, e recursos que possibilitem implementar programas de aquisição e ações de preparo, operação e manutenção de sua infra-estrutura.

Para atingir a desejada eficiência operacional e administrativa o Ministério tem, como objetivos permanentes, o domínio do espaço aéreo, a prontidão operacional da Força Aérea Brasileira, a integridade do poder aeroespacial, o desenvolvimento científico e tecnológico e a valorização profissional.

A Aeronáutica empenha-se em reduzir gastos e racionalizar rotinas, visando eliminar desperdícios e garantir a continuidade de sua programação prioritária. Ao mesmo tempo, a fim de pelo menos manter um nível adequado de operacionalidade, sua programação reduz-se à conclusão de programas em andamento, evitando, sempre que possível, o desenvolvimento de novos projetos.

DIRETRIZES

- consolidação do poder aeroespacial, racionalizando e promovendo a eficácia administrativa;
- fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea, mediante revitalização e modernização dos equipamentos existentes e ajuste da infra-estrutura aeroespacial às necessidades do País;
- execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas em áreas de tecnologia de ponta;
- apoio ao desenvolvimento de indústrias e participação em programas de cooperação industrial internacional, visando à evolução tecnológica e à penetração em novos mercados;
- implantação do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA) e modernização e ampliação dos equipamentos de comunicação, além de auxílio à navegação aérea com vistas à integração nacional;
- treinamento de recursos humanos para capacitá-los ao atendimento das novas exigências tecnológicas.

OBJETIVOS E METAS

- reforma, ampliação e construção de instalações indispensáveis ao funcionamento da Força Aérea;
- atendimento das necessidades de manutenção, suprimento e aquisição de equipamentos, tanto no que se refere a material bélico, quanto no que diz respeito à operacionalidade dos meios aéreos;
- aquisição de veículos operacionais nas áreas de saúde, contra-incêndio, apoio a aeródromos e transporte logístico;
- desenvolvimento e absorção de tecnologias avançadas, mormente as relacionadas com aeronaves de alto desempenho, dando prioridade à continuidade do programa conjunto Brasil-Itália para construção do jato AM-X;
- ação integrada, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), mediante financiamento de obras de infra-estrutura aeroportuária;
- otimização da rede aeroportuária de responsabilidade do Ministério, pela atuação de sua vinculada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), com realização de reformas e implantação de melhorias em seus equipamentos e instalações;
- capacitação de recursos humanos, incorporação de tecnologias avançadas e fomento ao parque industrial, por meio de pesquisa pura e aplicada e da industrialização, no País, de materiais de interesse do Poder Aeroespacial;
- revitalização, ampliação e implantação do Sistema de Controle e Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB);
- construção de unidades habitacionais para apoio à movimentação de pessoal militar, bem como reparos e conservação de próprios nacionais residenciais.

11. MINISTERIO DA SAUDE

A efetiva consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) constitui meta-síntese do Ministério da Saúde (MS) para o período 1993-1995, segundo as diretrizes de: universalização e equidade do acesso aos serviços; integralidade da assistência à saúde; descentralização político-administrativa; regionalização e hierarquização dos serviços; e participação da comunidade, estabelecidas pela Constituição Federal.

A pré-condição para atingir essa meta-síntese é assegurar um fluxo estável de recursos para o setor.

Assim, a destinação de um percentual estável e mínimo de 25% sobre o montante da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social e, ainda, a destinação de 30% do Orçamento da Seguridade Social, excluindo o seguro desemprego, serão objetivos fundamentais para o MS.

O Ministério pretende, com a melhoria do acesso da população aos serviços de saúde e o combate sistemático às endemias, reverter o quadro sanitário referente às doenças transmissíveis, bastante insatisfatório e ultimamente agravado, também, pelo surgimento de epidemias de cólera e dengue.

As ações propostas pelo Ministério da Saúde encontram-se inseridas no contexto das Estratégias de Desenvolvimento e serão centradas, principalmente, nos seguintes campos: assistência médica sanitária, vigilância sanitária, produtos profiláticos e terapêuticos, pesquisas fundamental e aplicada, saneamento geral e abastecimento d'água, treinamento de recursos humanos e informação científica e tecnológica.

As ações propostas pelo Ministério da Saúde estão inseridas no contexto das Estratégias de Desenvolvimento e compreendem:

- nas questões relativas ao combate à pobreza, à ação integrada para a criança e o adolescente e à otimização dos serviços de seguridade social: realização de atividades de saneamento básico, especialmente em pequenas localidades e áreas rurais; apoio ao Projeto Minha Gente, baseado na implementação dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs) e articulado com vários órgãos das três esferas de governo e organizações não governamentais; assim como expansão e aperfeiçoamento das ações da Rede Integrada ao Sistema Único de Saúde;

- no campo da ciência e tecnologia para o desenvolvimento: realização de estudos e pesquisas para auto-suficiência na produção e no aperfeiçoamento tecnológico de imunobiológicos, reagentes e fármacos essenciais, além do aprimoramento do conhecimento e das técnicas de controle de doenças.

DIRETRIZES

- fixação de base e mecanismos econômico-financeiros para consolidar e desenvolver o Sistema Único de Saúde;

- implantação e consolidação do Sistema de Informações de Saúde, informatizando-o para integração abrangente e consistente das ações internas de saúde, e destas, com suas interfaces com outros setores da economia;

- reestruturação organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS), com o desenvolvimento de novos modelos assistenciais, no cumprimento dos requisitos constitucionais, em especial;

- apoio à implementação e consolidação dos conselhos de saúde, estaduais e municipais, visando garantir a participação da comunidade;

- adoção de uma visão global nos atendimentos às pessoas e nas intervenções no meio-ambiente; prioridade à implementação de ações voltadas para a criança, o adolescente e as mulheres em período fértil; promoção de ações sistemáticas de proteção à saúde do trabalhador, para assegurar-lhe as condições pessoais físicas, mentais e ambientais (incluindo relações sociais no trabalho), para executar as suas tarefas com produtividade e qualidade; ênfase ao desenvolvimento de ações de alcance coletivo, destinadas ao controle e à redução de doenças transmissíveis; aprimoramento das ações de Vigilância Sanitária de ambientes, serviços e produtos, com especial atenção ao controle da qualidade de alimentos, medicamentos, sangue, hemoderivados, vacinas e saneantes, bem como à segurança no uso de defensivos agrícolas, com vistas a anular os fatores de risco à saúde, nas suas origens, promovendo a defesa do consumidor e a do usuário;

- desenvolvimento dos recursos humanos do setor; investigação e incorporação de novos conhecimentos e tecnologias de interesse para a saúde.

- ampliação e modernização da Vigilância Sanitária, particularmente quanto ao controle da qualidade de drogas, medicamentos e alimentos e à informação toxicológica.

- expansão e aprimoramento das ações de assistência integral à saúde do grupo materno-infantil.

OBJETIVOS E METAS

- implantação de sistema de informações integrado e informatizado, que permita articulação especialmente das diversas áreas da Saúde, integrando as ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica com as de Assistência à Saúde, criação de novos mecanismos e indicadores de referência e contra-referência, pré-requisitos indispensáveis para uma ação igualitária e realmente de alcance coletivo, sem prejuízo da qualidade;

- implantação de um sistema permanente de acompanhamento dos custos do sistema, em especial das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais, com vistas à reestruturação do sistema;

- consolidação do Centro Nacional de Epidemiologia, do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, com vistas ao controle de doenças e à redução ou eliminação de fatores de risco e agravos à saúde;
- consolidação da rede de hemocentros e do sistema de controle de sangue e seus componentes;
- eliminação da transmissão da AIDS por transfusão de sangue e seus componentes, com a conscientização da população para evitar a infecção por outras vias e melhoria das condições de sobrevivência dos doentes;
- aumento da produção de imunobiológicos, sangue e derivados, com controle total de qualidade, buscando a auto-suficiência nacional;
- interrupção da transmissão transfusional e intradomiciliar da doença de Chagas;
- apoio à pesquisa e desenvolvimento, com vistas a alcançar autonomia tecnológica na produção de sangue e seus componentes para transfusão, imunobiológicos, equipamentos médicos especiais, reagentes de uso laboratorial e fármacos necessários à fabricação de medicamentos essenciais;
- manutenção da vigilância epidemiológica da poliovírus selvagem, visando a erradicação da poliomielite;
- eliminação do ciclo urbano da raiva e ampliação do conhecimento sobre a situação epidemiológica do ciclo silvestre;
- redução drástica da ocorrência de malária;
- incremento da campanha de combate ao sarampo, visando sua erradicação até o ano 2000;
- manutenção da cobertura vacinal de 90% da população até 5 (cinco) anos, com vistas a proteção específica contra a difteria, a coqueluche, o tétano e a tuberculose;
- incremento da detecção dos casos de hanseníase, buscando o tratamento e cura dos casos diagnosticados;
- controle da disseminação da cólera, e de outras doenças diarreicas, com a intensificação das ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de tratamento precoce de doentes, de saneamento básico, e de orientação à população;
- eliminação do "aedes aegypti", ou redução da infestação a taxas inferiores a 1%, bem como detecção prévia e controle de surtos da dengue;
- supressão da ocorrência de formas graves da esquistossomose e redução drástica da prevalência da infecção;
- implementação de assistência à gestante, à parturiente e à nutriz, visando reduzir a mortalidade materna e a mortalidade perinatal;
- cobertura total aos grupos de risco para detecção precoce de câncer cérvico-uterino, de mama e de pele; para auto-controle de "diabetes mellitus"; e para controle das doenças cardiovasculares;
- criação de condições para redução da cárie e da doença periodontal, especialmente em crianças em idade escolar;

- melhoria das condições sanitárias em pequenos centros urbanos e nas áreas rurais, em especial nas regiões Norte e Nordeste;
- modernização, consolidação e coordenação do sistema de vigilância sanitária, visando a garantia da qualidade sanitária de produtos, serviços e ambientes, inclusive os de trabalho, mediante a identificação, o controle ou a eliminação dos fatores de risco à saúde, neles eventualmente presentes;
- executar e promover a execução, em caráter complementar por parte dos estados e municípios, o controle sanitário, nas áreas de fronteiras, portos e aeroportos internacionais;
- suprimento regular de medicamentos essenciais a toda a rede pública do SUS, e de medicamentos especiais aos portadores de neoplasias malignas, AIDS, tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis.

12. MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) tem como área primordial de atuação a formulação, implementação e acompanhamento da política econômica. Por intermédio das secretarias integrantes de sua estrutura básica (Fazenda, Planejamento, Economia e Política Econômica) e de órgãos e entidades vinculados, inclusive de natureza creditícia, desempenha funções típicas concernentes à arrecadação e alocação de recursos públicos, fomento e regulação das atividades econômicas, assim como as relativas ao controle dos meios de pagamento e ao setor externo.

Ademais, compete ao Ministério a definição de ações para estabilização e redução do processo inflacionário, saneamento e controle das contas públicas, reestruturação do dispêndio nas diferentes esferas de governo, modernização da economia, desestatização e estímulo ao comércio exterior.

Em termos de redução dos déficits e ampliação das receitas do setor público, merece destaque o processo de privatização de empresas estatais e de desmobilização do patrimônio. Por um lado, promove-se a restauração do crédito público e transferem-se patrimônios que exigem constantes aportes de recursos da União. Obtém-se, assim, renda adicional com os respectivos processos. Por outro lado, sob a ótica da modernização do Estado, desestatizam-se empresas que perderam o sentido estratégico de permanecer na órbita do Estado e promove-se a eliminação de bens patrimoniais ociosos.

Outra vertente fundamental, dentro das suas prioridades, diz respeito à busca de maior competitividade do parque produtivo nacional, principalmente do setor secundário da economia, com gradual exposição da indústria brasileira à competição internacional. Contribuem, para esse objetivo, o incentivo à capacitação tecnológica, a redução programada das alíquotas das tarifas de importação, a melhoria dos padrões de qualidade e produtividade dos bens e serviços, além do estímulo à conquista de novos mercados e ampliação dos fluxos de exportação.

Dada a amplitude das ações do Ministério, sua linha de atuação primordial coaduna-se com a macroestratégia de promover o ajuste da economia, assegurando as pré-condições para uma trajetória de desenvolvimento sustentado, com maior justiça social.

DIRETRIZES

- sistematização do processo de planejamento federal, aprimorando os instrumentos de alocação de recursos públicos e promovendo efetivo acompanhamento e avaliação da execução dos gastos públicos;
- privatização de empresas estatais, transferindo seu controle para a iniciativa privada, conforme previsto no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei no 8.031, de abril de 1990;
- continuidade do processo de reforma patrimonial, para dar destinação adequada aos bens da União;

- promoção de medidas que visem assegurar proteção ao salário mínimo, sobretudo por meio da incorporação de ganhos reais;
- desregulamentação e aumento do grau de abertura da economia, visando a maior participação dos agentes econômicos internos e externos no processo de crescimento;
- manutenção das políticas de reestruturação da indústria, compreendendo capacitação tecnológica e reorganização do sistema de produção e gerenciamento;
- administração dos instrumentos que viabilizem a modernização e adequação da infra-estrutura econômica, privilegiando a realização de investimentos pelo setor privado;
- concessão de crédito e incentivos à modernização do setor agropecuário, principalmente para incorporação e difusão de novos conhecimentos tecnológicos;
- melhoria do controle e da fiscalização de operações aduaneiras e de comércio exterior, tendo em vista a implementação da política industrial e de preços;
- conclusão da negociação para fixar novas condições de pagamento das amortizações e encargos da dívida externa;
- alongamento do perfil e redução do estoque da dívida interna, visando à redução significativa do déficit público;
- Limitação das Operações Oficiais de Crédito - exclusive refinanciamento da dívida externa garantida pelo Tesouro e crédito fundiário - ao montante de retornos previstos;
- modernização da administração das receitas e do patrimônio, com vistas à recuperação da capacidade financeira da União.

OBJETIVOS E METAS

- promoção de programas destinados à atualização tecnológica e aprimoramento da arrecadação tributária, compreendendo tanto reequipamento e modernização do Departamento da Receita Federal, como simplificação das obrigações dos contribuintes e redução dos mecanismos de renúncia fiscal;
- aprimoramento dos métodos e técnicas utilizados no processo de planejamento e na administração do desenvolvimento, por meio de um sistema moderno e eficiente, que integre o planejamento e a orçamentação ao acompanhamento e à avaliação;
- desenvolvimento de estudos e pesquisas econômico-sociais com o objetivo de melhorar a execução das ações prioritárias do Governo;
- continuidade do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), para acelerar o desenvolvimento e a modernização do parque industrial;
- prosseguimento do Programa de Competitividade Industrial (PCI), consolidando as orientações de reestruturação competitiva da indústria nacional, com destaque para as ações de responsabilidade do Poder Público e os desafios que exigem mobilização e participação empresarial;
- ampliação da abertura comercial, reduzindo, gradual e seletivamente, as tarifas de importação até o ano de 1994;
- financiamento das exportações, dentro das limitações orçamentárias e das diretrizes de políticas industrial e de comércio exterior, através do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX);

- concessão de crédito de custeio a mini e pequenos produtores rurais, e de investimentos, visando ampliar a capacidade produtiva do setor agropecuário;

- promoção de aquisições, financiamento da comercialização e formação de estoques reguladores, assegurando a disponibilidade de produtos agrícolas básicos no mercado, em períodos de entressafra, e a estabilização dos preços no nível do produtor e do consumidor;

- reexame das atribuições de cada esfera de governo, a fim de redistribuí-las conforme a capacidade de receita e o disposto na Constituição;

- continuidade da política de reestruturação e controle das dívidas públicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e empresas estatais.

13. MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

A agricultura brasileira, na década passada, mostrou desempenho relativamente satisfatório, apresentando taxa de crescimento médio anual de cerca de 3%. Houve queda na produção de grãos em 1990 e 1991, em relação a 1989, em parte atribuída a problemas climáticos.

O setor agrícola, porém, por caracterizar-se pela rápida capacidade de responder a estímulos, constitui base importante para a retomada do crescimento. Como o Governo adotou medidas econômicas e administrativas, consubstanciadas no Plano Nacional Agrícola, e destinou recursos adicionais para financiar o setor com taxas de juros adequadas às necessidades dos agricultores, pode-se esperar a recuperação da produção, já a partir de 1992.

Essa recuperação, todavia, é passo mais simples e rápido que o desenvolvimento auto-sustentado do setor. Para tanto, as prioridades e estratégias governamentais contemplam o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, o estabelecimento de regras claras e estáveis de intervenção e de funcionamento dos mercados agrícolas, além de contexto macroeconômico favorável, traduzido pelo fortalecimento do mercado interno e expansão dos segmentos competitivos da agricultura.

Dentro dessa trajetória de desenvolvimento, há duas propostas prioritárias. A primeira diz respeito ao alcance dos objetivos sociais e econômicos envolvidos no processo de assentamento de trabalhadores sem-terra em áreas agricultáveis ociosas. A segunda é a necessidade de harmonizar o crescimento da agropecuária com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, sob uma visão de desenvolvimento auto-sustentado, tanto sob o ângulo sócio-econômico quanto do ponto de vista ecológico.

DIRETRIZES

- reformulação da estrutura agrária do País, observados os preceitos constitucionais e legais, visando à justiça social e à paz no campo, bem como à efetiva incorporação de novas famílias ao processo produtivo;

- implantação de padrão tecnológico-produtivo para o setor agrícola, caracterizado por qualidade, produtividade e capacitação tecnológica, e compatibilização do desenvolvimento agrícola com utilização racional e conservação dos recursos ambientais;

- minimização da interferência do Governo Federal no setor agrícola, para consolidar um mercado de fatores e de produtos competitivos e dinâmicos, mediante regras claras e estáveis, fortalecimento do processo de descentralização e de desregulamentação da política agrícola, e participação da iniciativa privada, Estados e Municípios na formulação e implementação de medidas dirigidas à agropecuária;

- aperfeiçoamento de normas e procedimentos de defesa e vigilância agropecuárias, assegurando padrões de qualidade das matérias-primas e produtos finais compatíveis com os requerimentos higiênico-sanitários e tecnológicos exigidos pela legislação e pelo mercado;

- recuperação e emancipação econômico-financeira de projetos públicos de irrigação já implantados, alocação de recursos novos para aqueles em fase avançada de conclusão, e estímulo efetivo à irrigação privada.

OBJETIVOS E METAS

- implementação do Programa da Terra que prevê, no período 1992-1994, o assentamento de 400 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra; emancipação de 200 mil famílias localizadas em projetos de assentamento e colonização, e prestação de assistência técnica e creditícia específica a esses projetos;

- manutenção e atualização do cadastro de cerca de 5,7 milhões de propriedades rurais, e regularização fundiária compreendendo 47 mil titulações em terras públicas, também integrantes do Programa da Terra;

- geração de novas tecnologias agropecuárias, através de 9.300 projetos de pesquisa, no período 1993-1995, para aumento continuado da produtividade dos recursos utilizados no processo produtivo agrícola, minimizando as perdas dos solos e a utilização de produtos químicos no controle de pragas e doenças;

- prestação de assistência técnica a, aproximadamente, 1,4 milhão de produtores rurais por ano, e implantação de cerca de 10 mil unidades demonstrativas no período 1993-1995;

- implantação de 169 unidades demonstrativas e manutenção de 1.105 projetos de manejo integrado de microbacias hidrográficas;

- ampliação do controle de qualidade dos produtos vegetais, mediante padronização de 37 produtos, e realização de 42 mil fiscalizações em empresas de empacotamento e atacado, de 136 mil análises de sementes, e de 56 mil inspeções fitossanitárias em produtos destinados à alimentação humana e animal;

- ampliação do controle de qualidade dos produtos de origem animal destinados ao consumo in natura ou às indústrias, realizando, em 1993, exames em 67 mil amostras de produtos animais, e em 105 mil amostras para diagnóstico de doenças dos animais, bem como intensificação do controle de doenças infecciosas em 1.481 Municípios e realização de inspeção sanitária permanente em 3.030 estabelecimentos de abate de animais e de processamento, no triênio 1993-1995;

- ampliação do esforço para controlar as principais zoonoses endêmicas e para erradicar a febre aftosa, especialmente pela vacinação de 52 milhões de bovinos;

- fortalecimento do combate a surtos emergenciais de pragas e doenças vegetais, a exemplo do "bicudo", gafanhoto e "vassoura-de-bruxa";

- aumento dos graus de organização e dinamismo do mercado agrícola, mediante estímulo a operações de troca e de crédito apoiadas em instrumentos modernos, tais como bolsas de mercadorias, títulos de crédito representativos de produtos armazenados e mercados futuros;

- implantação de infra-estrutura visando possibilitar à iniciativa privada a irrigação de, aproximadamente, 772 mil hectares;

- incorporação ao processo produtivo de, aproximadamente 146 mil hectares de áreas irrigadas e recuperação de cerca de 5.800 hectares de perímetros públicos irrigados;

- promoção do suprimento de alimentos e matérias-primas em níveis que permitam atender ao mercado interno e ampliar as exportações;

- melhoria da infra-estrutura hídrica e de irrigação, principalmente em regiões de secas, com construção de 2.000 barragens e 88 açudes.

14. MINISTERIO DO TRABALHO E DA ADMINISTRAÇÃO

14.1. Trabalho

14.2. Administração Federal

As diretrizes e metas globais da programação do Ministério do Trabalho e da Administração para o período 1993-1995 estão articuladas com as Estratégias de Desenvolvimento constantes deste Plano, de modo a reduzir a excessiva presença do Estado na exploração da atividade econômica e nas relações de trabalho, buscando assegurar a concretização das seguintes prioridades:

- no campo da modernização produtiva, a coordenação das ações de formação profissional, e de treinamento e reciclagem de mão-de-obra, bem como as destinadas à melhoria das condições e ambientes de trabalho, mediante realização de campanhas de prevenção de acidentes, complementadas pela fiscalização da segurança e da saúde do trabalhador nas empresas;

- no tocante à equalização de oportunidades e desenvolvimento da cidadania, a execução de programas de promoção de emprego e de intermediação de mão-de-obra; e a fiscalização relacionada à legislação trabalhista para garantir os direitos dos trabalhadores;

- quanto à modernização do Estado, a continuidade da reforma administrativa e patrimonial, para reservar aos organismos públicos a execução exclusiva das suas competências constitucionais, eliminando superposições de tarefas e desperdícios de recursos.

14.1 TRABALHO

Nesta área, as ações concentram-se na normatização e fiscalização das relações de trabalho e na promoção de condições de segurança e saúde do trabalhador, além da coordenação das políticas voltadas para o mercado de trabalho.

Quanto às relações trabalhistas, o papel do Estado vem sendo redefinido, com o objetivo de minimizar a interferência governamental nos conflitos e desenvolver a livre negociação coletiva.

Além disso, a plena implementação dos preceitos constitucionais relativos à liberdade sindical e ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos trabalhistas implica revisão e atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na efetivação de novos instrumentos de ação governamental.

Nesse contexto, buscar-se-á a superação de obstáculos que têm impedido uma eficiente atuação governamental, tais como: o seccionamento de atribuições fiscalizadoras entre diversos setores; a inexistência de uma base integrada de dados, com informações referentes à identificação dos trabalhadores e de seus vínculos empregatícios, à inspeção das relações de trabalho, à segurança e saúde do trabalhador, e ao mercado de trabalho; a inadequação física, organizacional e funcional da rede de postos de atendimento ao público; a precariedade dos instrumentos institucionais e de recursos na área de pesquisa, para a segurança e saúde do trabalhador e prevenção de acidentes de trabalho; e a insuficiência do sistema de formação profissional.

DIRETRIZES

- fortalecimento da articulação entre as políticas de emprego e salário, e os objetivos da política econômica do Governo;
- modernização das relações capital-trabalho, com redefinição do papel do Estado quanto ao livre funcionamento do mercado de trabalho;
- aperfeiçoamento dos mecanismos de identificação dos trabalhadores e desregulamentação do registro profissional;
- apoio a programas de formação profissional e de qualificação de trabalhadores, com ênfase no aumento da produtividade da mão-de-obra;
- ampliação da proteção aos trabalhadores, articulando-se o seguro-desemprego com os programas de intermediação, treinamento e reciclagem de mão-de-obra;
- integração da ação fiscalizadora e das atividades de pesquisa nas áreas de segurança e saúde do trabalhador, e de relações de trabalho.

OBJETIVOS E METAS

- revisão e atualização da legislação trabalhista, adequando o arcabouço institucional à prática das negociações coletivas e da gestão participativa;
- disseminação de métodos e técnicas de gestão participativa, e de melhoria de qualidade e produtividade junto ao empresariado;
- expansão do Programa de Alimentação do Trabalhador, com a incorporação preferencial da clientela de baixa renda, beneficiando 10 milhões de trabalhadores, em 1995;
- reestruturação e revigoração do Sistema Nacional de Emprego (SINE), alcançando-se 2,1 milhões de trabalhadores intermediados, 130 mil reciclados e 83 mil treinados em 1995;
- garantia do acesso, se necessário, de seis milhões de pessoas ao seguro-desemprego e de 6,2 milhões de trabalhadores ao abono salarial dos programas PIS-PASEP, em 1995;
- expansão da oferta de emprego e do patrimônio do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT), mediante aplicação de recursos do PIS-PASEP em projetos a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- unificação e informatização das bases de dados sobre os trabalhadores, a partir de seus vínculos empregatícios, com a implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador;
- treinamento de fiscais, para alcançar, em 1995, as metas de 250 mil empresas fiscalizadas quanto às condições e aos ambientes de trabalho, e de 440 mil quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, além de implantação de sistemas informatizados de apoio à ação fiscalizadora;
- promoção de programas de capacitação em segurança e saúde do trabalhador, com treinamento anual de 105 mil trabalhadores no período, e realização da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CANPAT).

14.2 ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A presença maciça do Estado na exploração da atividade econômica, a prática de regras burocráticas que inibem o funcionamento do livre mercado e a sobreposição de órgãos e funções são as marcas indesejáveis da Administração Pública Federal.

Nessas condições, torna-se fundamental o prosseguimento, aprofundamento e aceleração dos ajustes, bem como a modernização do aparelho administrativo estatal, ante as complexas necessidades de desempenho eficiente de tarefas nos campos político, social, econômico e institucional.

Para conferir maior agilidade e eficiência ao Estado e reduzir os ônus das atividades que fogem às suas estritas competências constitucionais, a Administração Pública Federal deverá concluir, no período, a reforma patrimonial.

DIRETRIZES

- melhoria da eficiência setorial e global do setor público, mediante reorganização e modernização dos órgãos e entidades federais;
- prioridade para as atividades-fim da administração pública, limitando-se os recursos a serem utilizados nas atividades-meio;
- melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, com aperfeiçoamento e valorização dos recursos humanos da Administração Pública Federal;
- extinção ou dissolução de órgãos e entidades cujas funções não se ajustem ao novo papel do Estado;
- liquidação, ou transferência para o setor privado, do patrimônio público não essencial às funções do Estado.

OBJETIVOS E METAS

- prosseguimento da implantação de Lei Orgânica da Administração Pública Federal, que reordenará o funcionamento do serviço público, buscando eficiência operacional e serviços de melhor qualidade;
- desburocratização e desregulamentação da Administração Pública Federal, para eliminar os obstáculos institucionais ligados à ação regulamentadora do Estado;
- continuidade da implantação e manutenção do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, com vistas ao cadastramento e atualização de dados de todos os servidores civis, inclusive dos ex-Territórios, e ao controle e execução da folha de pagamento unificada e padronizada;
- prosseguimento da implantação de Planos de Carreiras e Remuneração nos órgãos da Administração Pública Federal, preservando aquelas típicas do Estado já estruturadas, e dando ênfase ao treinamento permanente dos servidores;
- definição e sistematização de padrões para os recursos de informação e informática do Governo Federal, com vistas à modernização tecnológica, racionalização e integração desses recursos;
- desenvolvimento e difusão de métodos de gestão voltados para a melhoria da qualidade e para o aumento da produtividade no âmbito da Administração Pública Federal;
- capacitação de recursos humanos para promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis e, em consequência, propiciar melhores condições de trabalho e maior produtividade;
- desenvolvimento e implementação do sistema de compras do Governo Federal, visando uniformizar e racionalizar o processo administrativo e consequentemente reduzir os custos envolvidos nessas atividades;
- implantação da reforma patrimonial, com projetos de natureza social, cultural, ecológica e econômica, cujas metas deverão contemplar fundamentalmente: regularização de assentamentos urbanos e rurais; projetos

sócio-culturais e ecológicos; programas de reforma agrária e habitacional em áreas da União; venda do "domínio-útil"; demarcação de áreas; cadastramento de ocupação e venda de imóveis de "uso especial";

- automação de serviços administrativos, para reduzir os custos operacionais das atividades-meio, melhorar o desempenho das atividades-fim e prestar atendimento eficiente à população;

- conclusão da alienação dos imóveis funcionais pertencentes a órgãos e entidades federais, ressalvados os administrados por ministérios da área militar e os destinados, sob a forma de permissão de uso, aos servidores de elevada hierarquia.

15. MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

As diretrizes e metas globais da programação do Ministério da Previdência Social para o período 1993-1995, de forma articulada com as Estratégias de Desenvolvimento deste Plano, objetivam assegurar a concretização das seguintes prioridades:

- no que se refere à equalização de oportunidades e desenvolvimento da cidadania, as ações de reabilitação profissional e reintegração social de trabalhadores, além da fiscalização de empresas para garantia dos direitos previdenciários aos trabalhadores e seus dependentes econômicos;

- no que diz respeito à otimização dos serviços de seguridade social, a consolidação das conquistas na área da previdência social, mediante reestruturação administrativo-financeira, modernização e descentralização de ações e programas, aperfeiçoamento do processo de arrecadação, e aprimoramento do sistema de concessão e manutenção de benefícios.

O sistema de previdência social tem enfrentado crescentes problemas institucionais, operacionais e financeiros. Tais problemas decorrem, principalmente, da expansão dos benefícios e dos serviços oferecidos sem a necessária revisão de seus mecanismos de financiamento, acompanhada de crescente inadimplência no recolhimento de contribuições.

Com a aprovação da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212/91) consolidou-se nova sistemática de custeio, baseada na diversidade de financiamento e na equidade na forma de participação contributiva para o conjunto da seguridade social, onde passou a inserir-se a previdência social.

Por outro lado, a Lei nº 8.213/91, consolidando dispositivos da Constituição, garante a prestação de benefícios aos segurados da previdência social, mediante contribuição, nos casos de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, prisão e morte, protegendo, também, seus dependentes econômicos.

Assim, em consonância com esses novos dispositivos legais, o programa de modernização e descentralização da gestão da previdência social inclui, entre outras medidas, a instalação e a consolidação dos conselhos nacional, estaduais e municipais de previdência social, e a execução de um programa de aperfeiçoamento do processo de arrecadação, e de revisão da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários.

DIRETRIZES

- democratização e descentralização do processo de gestão, com efetiva participação dos beneficiários, dos trabalhadores e da sociedade em geral;

- modernização e humanização dos serviços prestados;

- reestruturação administrativo-financeira da previdência social;

- descentralização de ações e programas.

OBJETIVOS E METAS

- reestruturação administrativa através da informatização da rede de 846 postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no período 1993-1995, e do treinamento anual de 53,4 mil servidores;
- informatização e desburocratização do processo de arrecadação de contribuições e do sistema de processamento de benefícios, e modernização das 24 procuradorias regionais e das 98 regiões fiscais do INSS;
- aperfeiçoamento do processo de concessão de benefícios previdenciários, alcançando 14,5 milhões de beneficiários em 1995;
- aprimoramento da fiscalização previdenciária para garantir o direito dos trabalhadores ao sistema de seguro social e propiciar o aumento da arrecadação;
- implantação do regime complementar e facultativo público, custeado por contribuições adicionais;
- estímulo à expansão do sistema privado de previdência complementar aberta ou fechada;
- desmobilização do patrimônio da previdência social, com regularização e alienação de 2 mil imóveis e aplicação da receita em programas de investimento na área.

16. MINISTERIO DA AÇÃO SOCIAL

16.1. Habitação

16.2. Saneamento

16.3. Promoção Social

Ao Ministério da Ação Social (MAS) cabe a responsabilidade pela formulação de políticas e pelas ações nas áreas de habitação, saneamento, defesa civil e promoção social.

Para melhor atender a essas funções, em uma sociedade ainda caracterizada por profundas desigualdades sociais e num quadro de restrições de recursos, o MAS concentra os seus esforços em ações que melhor respondam às necessidades emergenciais dos segmentos carentes da população e à formação da infra-estrutura social básica.

A ação do MAS no período 1993-1995 visará ao aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação interna e intersetorial operados pelo Ministério, balizados nas Estratégias de Desenvolvimento apresentadas neste Plano: ações integradas de combate à pobreza, ação integrada para a criança e o adolescente, otimização dos serviços de seguridade social e instrumentação e defesa da cidadania.

As ações propostas para o período obedecerão às seguintes diretrizes de ordem geral:

- atendimento às populações carentes, aos indivíduos alijados do mercado de trabalho, às crianças, adolescentes e idosos à margem de seus núcleos familiares, e aos deficientes físicos;
- ação institucional centrada na articulação interna, eliminação de ações superpostas e complementaridade intersetorial, para integrar a atuação federal proporcionada aos segmentos carentes;

- desenvolvimento institucional das agências descentralizadas federais, estaduais, municipais e das organizações não governamentais atuantes nas áreas de responsabilidade do MAS.

16.1. HABITAÇÃO

O déficit habitacional brasileiro, estimado em 10 milhões de moradias, resulta de fatores estruturais, dentre os quais podem-se destacar: o acelerado ritmo da urbanização brasileira; a elevação do preço dos terrenos urbanos e dos custos da construção civil; a inadequação dos programas habitacionais para a população pobre; a falta de estímulos à construção de habitações destinadas a locação; e a ausência de articulação entre as políticas habitacionais das três esferas de governo.

No passado, os programas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) concentraram suas aplicações em construção de moradias para as classes média e alta. Do total de financiamentos concedidos, apenas cerca de um terço foi destinado à população com renda de até cinco salários mínimos.

Mais recentemente, a redução dos investimentos públicos no setor - provocada pela queda da arrecadação líquida do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pela estagnação da captação dos recursos das cadernetas de poupanças e pela falta de retorno adequado dos financiamentos outorgados pelo SFH - vem agravando o quadro habitacional e dificultando o atendimento à população de baixa renda.

DIRETRIZES

- descentralização de ações, estimulando a participação dos Estados, Municípios, associações comunitárias e setor privado;
- articulação, compatibilização, apoio e coordenação das ações públicas voltadas para a promoção habitacional, e adequação dos projetos à capacidade de pagamento das famílias;
- concessão de prioridade a projetos habitacionais que contribuam para o ordenamento territorial e para a otimização dos serviços públicos;
- atendimento aos extratos de renda média e alta por intermédio dos mecanismos de mercado;
- estímulo ao desenvolvimento tecnológico dos setores envolvidos com planejamento e produção urbanística e habitacional.

OBJETIVOS E METAS

- consolidação e ampliação dos seguintes programas: Ação Imediata para a Habitação, Aquisição de Material de Construção, Ação Habitacional Integrada, Terras para Implantação Habitacional e Desenvolvimento Tecnológico;
- redução, em 36%, do déficit habitacional histórico e atendimento à demanda gerada no período 1993-1995;
- garantia de que 70% da população atendida esteja na faixa de renda de até cinco salários mínimos;
- redução, em 30%, dos custos globais de produção e manutenção das habitações.

16.2 SANEAMENTO

O abastecimento de água das áreas urbanas atinge atualmente o índice de cobertura de 89% da população. Os demais segmentos do setor (esgotos, resíduos sólidos e drenagem), no entanto, apresentam índices de cobertura bastante modestos. Estima-se que apenas 39% da população total do País disponham de rede pública de coleta de esgotos, e 10% da população rural são atendidos por serviços mínimos de saneamento. Dos esgotos coletados, apenas 10% recebem tratamento e destinação final adequados, sendo esse um dos principais fatores de contaminação de mananciais.

Essa insuficiência dos serviços de saneamento, ao lado de outros fatores, conduz ao recrudescimento de doenças endêmicas e à degradação do meio ambiente, atingindo duramente a população de menor renda nos grandes centros urbanos e nas áreas rurais. O resultado é que doenças como cólera, dengue e malária têm encontrado condições favoráveis para desenvolverem-se, e ameaçam a população.

Para enfrentar essa situação, há que reformular o modelo institucional e financeiro do setor, concebido no contexto de uma realidade bastante diversa da atual. Dessa forma, não se vem conseguindo promover a expansão dos serviços no ritmo necessário, desde o início da década de 80.

DIRETRIZES

- integração das ações de saneamento, mediante projetos destinados ao atendimento da população de baixa renda, em esforço de conjugação das instâncias e órgãos afins ao setor;
- descentralização dos programas, conferindo aos recursos federais caráter catalizador e complementar aos investimentos das demais esferas do governo;
- apoio às ações relativas ao saneamento ambiental e à recuperação de bacias hidrográficas;
- reordenamento institucional do setor, para maior flexibilidade institucional e eficácia na alocação de fundos, com participação dos diferentes agentes de saneamento na competição pelos recursos de investimentos e na demonstração dos resultados; - equacionamento financeiro das concessionárias estaduais e de serviços locais;
- utilização dos recursos do FGTS para ampliação da cobertura dos serviços de saneamento básico, limitando-se a concessão de subsídios às famílias com renda de zero a até cinco salários mínimos;
- adoção de tecnologias de menor custo, sem prejuízo da eficiência do serviço.

OBJETIVOS E METAS

- universalização do acesso da população urbana à água tratada, bem como expansão da cobertura dos sistemas de coleta de esgotos em 30% e do tratamento de dejetos em, no mínimo, 10%;
- promoção do acesso de, no mínimo, 40% da população rural às ações integradas de abastecimento de água, esgotamento e melhorias sanitárias domiciliares;
- execução de projetos integrados para recuperação da qualidade dos mananciais e controle da poluição hídrica em áreas urbanas, atendendo, no período, a 10 milhões de pessoas;
- desenvolvimento de ações integradas de saneamento, em áreas sujeitas a endemias de cólera e malária, possibilitando condições de vida saudável e produtiva a cerca de dois milhões de pessoas;
- elaboração de estudos e fomento à modernização do setor, por meio da reorganização institucional e financeira do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e das Companhias Estaduais de Saneamento;
- apoio aos Municípios na execução de serviços de macrodrenagem, microdrenagem, calçamento, pavimentação e outras melhorias urbanísticas, beneficiando cerca de 1,5 milhão de pessoas com redução dos efeitos das enchentes e melhoria da infra-estrutura.

16.3. PROMOÇÃO SOCIAL

A política de promoção e assistência social do MAS dirige-se às camadas populacionais que se encontram em condições de extrema pobreza, principalmente às crianças, adolescentes, idosos e deficientes físicos.

A desqualificação profissional, a baixa capacidade para o trabalho, as marcas irreversíveis da desnutrição e das doenças associam-se, em grande medida, à crise econômica da década de 80. O MAS, ante tais dificuldades, orienta suas atividades pela seletividade dos beneficiários, pela significação social da atuação e pela maior participação das diferentes esferas de governo e de organizações não governamentais beneficentes, com vistas a assegurar a realização das tarefas prioritárias.

DIRETRIZES

- descentralização das ações assistenciais, mediante transferência gradativa de funções executivas da União para Estados, Distrito Federal, Municípios e organizações não governamentais;
- fortalecimento dos mecanismos de participação popular na formulação e no controle da política de assistência social;
- estímulo ao desenvolvimento de potencialidades das pessoas portadoras de deficiência, proporcionando-lhes integração familiar, educacional, laboral e social;
- incentivo a ações desenvolvidas a partir do contexto familiar e comunitário, inibindo-se formas paternalistas e regressivas;
- concessão de prioridade a crianças pobres e marginalizadas, menores em situação de risco social, idosos e deficientes desassistidos;
- concessão de prioridade a ações preventivas, no campo da Defesa Civil.

OBJETIVOS E METAS

- criação do Conselho Nacional de Assistência Social;
- estímulo à criação de conselhos estaduais e municipais de assistência social;
- manutenção anual de 1,7 milhão de crianças em creches, no período 1993-1995;
- atendimento à média anual de 2,6 milhões de crianças e adolescentes carentes;
- reaparelhamento e recuperação de 3.600 creches;
- assistência específica a, aproximadamente, 300 mil idosos por ano;
- prestação anual de serviços especializados a 700 mil portadores de deficiência, mediante apoio a entidades assistenciais;
- apoio a 18 mil unidades produtivas por ano, principalmente aquelas voltadas para a geração de emprego e renda.

INFRA-ESTRUTURA

O esgotamento financeiro do Estado exige do Governo Federal o saneamento das finanças públicas, como pré-condição para a retomada do crescimento econômico. A gestão econômica transformou-se em ponto central da crise, onde a baixa eficiência operacional e o elevado endividamento destacam-se como problemas principais.

Urge, portanto, redefinir o papel do Estado, com a ampliação do processo de privatização, o aprofundamento do programa de desregulamentação, o prosseguimento dos ajustes na Administração Federal e o aumento dos níveis de eficiência e eficácia do gasto público.

A retomada do crescimento requer um Estado ágil e forte pela qualidade de sua ação, em detrimento da intervenção na atividade produtiva. Nesse sentido, ênfase deve ser atribuída à consolidação e recuperação da infra-estrutura econômica, em estreita relação com a iniciativa privada. As empresas estatais continuarão tendo papel relevante, individualmente ou associadas a capitais privados, com maior autonomia de gestão, como contrapartida aos requisitos de eficiência e eficácia em suas ações.

Nesse contexto, a busca de uma infra-estrutura moderna e eficiente deve orientar-se pelas seguintes diretrizes:

- estabelecimento de novo padrão de financiamento para o setor;
- redistribuição das responsabilidades de implantação e manutenção da infra-estrutura entre as três esferas de governo;
- articulação maior, entre Governo e iniciativa privada, das ações ligadas ao setor;
- adoção de política realista de preços e tarifas públicas, visando à recuperação da capacidade financeira das empresas, calcada na eficiência econômica;
- aumento da eficiência e eficácia do gasto público, com redução de custos e melhoria da produtividade e qualidade dos serviços;
- equacionamento do endividamento público, por meio de um programa global e integrado de saneamento financeiro;
- profissionalização da administração das empresas estatais, com valorização dos quadros técnicos e conseqüente redução de pressões políticas;
- recuperação dos mecanismos institucionais de planejamento e controle das empresas, com acompanhamento e avaliação permanentes dos resultados.

17. MINISTERIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

17.1 Transportes

17.2 Comunicações

17.1 TRANSPORTES

DIRETRIZES

a) de caráter geral:

- racionalização da operação modal, com maximização da eficiência econômica e redução de custos;
- revisão dos mecanismos setoriais de financiamento;

- estímulo à participação da iniciativa privada, respeitados os interesses dos usuários e asseguradas a supervisão e fiscalização pelo Poder Público;

b) referentes ao transporte rodoviário:

- recuperação e manutenção da malha rodoviária federal, aprimorando os níveis operacionais dos serviços;

- redefinição da malha rodoviária sob jurisdição federal, com a conseqüente revisão do Plano Nacional de Viação;

c) referentes ao transporte ferroviário de cargas:

- recuperação, ampliação, reaparelhamento e modernização do sistema ferroviário federal, com ênfase na redução de custos e aumento da eficiência, em parceria com a iniciativa privada;

d) referentes ao transporte ferroviário urbano de passageiros:

- melhoria dos sistemas existentes e consolidação daqueles em fase de implantação;

- modernização do sistema operacional, visando à redução de custos e de subsídios governamentais;

- revisão institucional, para transferência da gestão e operação dos sistemas às administrações locais;

e) referentes ao transporte aquaviário:

- reestruturação do sistema portuário nacional, baseada na descentralização e na autonomia financeira;

- maior abertura dos portos ao intercâmbio internacional, buscando níveis de eficiência operacional compatíveis com os de nações desenvolvidas;

- revisão e adequação da legislação referente ao transporte hidroviário interior, com sua desvinculação das normas que disciplinam a navegação marítima;

- fortalecimento do Fundo de Marinha Mercante, mediante restabelecimento de sistemática de financiamento à indústria de construção naval.

OBJETIVOS E METAS

a) referentes ao transporte rodoviário:

- restauração de 26,4 mil quilômetros de vias, atualmente em estado de degradação, sendo 12,9 mil a serem realizados com recursos provenientes de taxa rodoviária a ser criada;

- implantação de 1,2 mil quilômetros de novas rodovias e pavimentação de 2,8 mil quilômetros, dos quais 880 e 2,1 mil quilômetros, respectivamente, com recursos da mencionada taxa;

- melhoria da segurança e correspondente aumento da capacidade de tráfego, pela eliminação de 1.700 pontos críticos e duplicação de 1,2 mil quilômetros de trechos saturados;

- conservação de toda a malha viária sob jurisdição do DNER;

b) referentes ao transporte ferroviário de cargas:

- recuperação do padrão operacional do sistema em 3,3 mil quilômetros e ampliação da capacidade operacional de transporte, mediante modernização de 820 quilômetros e expansão da malha em 120 quilômetros;

- recuperação e aquisição de vagões e locomotivas, visando à elevação do atual nível de transporte da RFFSA, de 36,5 bilhões de toneladas-quilômetros úteis para 47,2 bilhões, em 1995;

c) referentes ao transporte ferroviário urbano de passageiros:

- recuperação física e financeira dos sistemas, com elevação do atual nível de transporte, de 2,1 milhões para 3,5 milhões de passageiros/dia;

- transferência, até dezembro de 1993, dos 10 sistemas operados pela CBTU e TRENSURB para as administrações locais;

d) referentes ao transporte aquaviário:

- movimentação, em 1995, de 420 milhões de toneladas de carga, no sistema portuário nacional, representando crescimento médio anual de 5%;

- diminuição da intervenção do Estado nas operações do sistema de transporte hidroviário, com privatização de serviços, e desregulamentação e descentralização administrativa;

- apoio à indústria naval, com a construção de 100 mil TPB.

17.2 COMUNICAÇÕES

DIRETRIZES

a) de caráter geral:

- melhoria da qualidade e produtividade dos serviços e dos prazos de entrega, para atingir níveis compatíveis com os exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP);

- aperfeiçoamento dos recursos humanos, para melhoria da eficiência e eficácia das ações do setor;

- oferta de novos serviços, aproveitando, com acréscimos marginais de custos, os recursos da infraestrutura existente;

- implantação de programa de investimentos que contemple as camadas mais carentes da população;

- incentivo à participação da iniciativa privada em projetos de expansão das comunicações;

b) referentes às telecomunicações:

- concessão de prioridade à operação e manutenção de serviços que possibilitem o descongestionamento do sistema telefônico;

- redução do prazo entre contratação e colocação em funcionamento dos equipamentos, mediante coordenação entre fabricantes e empresas de telecomunicações;

c) referentes às comunicações postais:

- implantação de serviços básicos dos Correios em todos os Municípios do País, inclusive na zona rural, contando, também, com a participação de terceiros;

- aumento da eficiência do atendimento postal, mediante automação do sistema e treinamento de pessoal.

OBJETIVOS E METAS

a) referentes às telecomunicações:

- saneamento financeiro das empresas e redução do grau de endividamento do Sistema TELEBRAS a uma taxa igual ou inferior a 20%, até 1995; - reformulação da estrutura tarifária, visando à correção dos mecanismos de subsídios entre os serviços;
- implantação da Rede Digital de Serviços Integrados, com introdução de novos padrões tecnológicos.
- instalação de 3.437 mil terminais telefônicos fixos;
- instalação de 366 mil terminais telefônicos móveis;
- redução gradativa do custo médio do terminal telefônico, a fim de atingir, em 1995, uma diminuição de, pelo menos, 30%;
- melhoria da produtividade da força de trabalho no sistema de telefonia, estabelecendo-se, como meta, a proporção de três empregados para cada mil novos terminais instalados; - ampliação da capacidade do sistema para 14,5 milhões de terminais, com crescimento anual em torno de 10%, no período 1993-1995;

b) referentes às comunicações postais:

- manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, com implantação de medidas que elevem a receita e reduzam os custos do sistema;
- melhoria da qualidade da prestação dos serviços postais e telegráficos, mediante automação de 500 agências, visando informatizar as atividades operacionais de atendimento;
- expansão da oferta de serviços postais e telegráficos, com a construção de 275 agências;
- ampliação do sistema de rastreamento de objetos, mediante a inclusão de mais três mil pontos de controle.

18. MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA

18.1 - Energia

18.2 - Mineração

18.3 - Metalurgia dos Não-Ferrosos

18.4 - Siderurgia

18.1 ENERGIA

DIRETRIZES

a) de caráter geral:

- definição de investimentos prioritários, que compatibilizem os objetivos do setor com sua efetiva capacidade de mobilização de recursos (próprios e de terceiros) e as restrições macroeconômicas;
- implantação de medidas que possibilitem redução de custos e elevação da produtividade;
- instituição de mecanismos de estímulo à participação de capitais privados nos investimentos;
- estabelecimento de política realista de preços e tarifas, que remova desequilíbrios financeiros e promova maior eficiência no uso de energia;
- ênfase aos programas de conservação e racionalização energética, para reduzir os custos econômicos, sociais e ambientais associados à produção e uso de energia, e postergação de investimentos;
- difusão de tecnologias voltadas para produção e uso eficiente de energia;
- prosseguimento das atividades de desenvolvimento tecnológico na área nuclear, e avaliação de alternativas de utilização energética do carvão mineral;

b) referentes à energia elétrica:

- conclusão das obras em andamento, condicionando-se o início de novas obras às reais necessidades do mercado e à garantia de recursos financeiros;
- recuperação do nível tarifário médio, tendo como contrapartida ganhos de eficiência;
- adoção de medidas de racionalização que reduzam perdas e aumentem a eficiência no consumo de energia elétrica, mediante atuação junto a fornecedores e usuários de equipamentos;
- redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente;
- revisão do atual modelo institucional, conferindo maior autonomia às concessionárias e estimulando a participação da iniciativa privada;
- redução dos custos dos investimentos, por meio da racionalização de projetos e da melhoria dos mecanismos de licitação;
- aumento da produtividade, mediante revisão dos sistemas gerenciais e da estrutura organizacional das empresas;

c) referentes a petróleo e gás natural:

- ampliação das reservas de óleo e gás natural, e aumento da produção nacional;
- modificações no parque de refino em níveis compatíveis com as necessidades do mercado;
- expansão do sistema de transporte hidroviário e dutoviário de óleo, gás natural e seus derivados, objetivando adequado escoamento da produção;
- consolidação da política nacional do gás natural, visando aumentar sua participação na matriz energética brasileira;
- incentivo à racionalização do uso dos derivados do petróleo e do gás natural;
- adoção de política realista de preços, que compatibilize a oferta com a demanda e preserve o equilíbrio econômico-financeiro, inclusive eliminando os subsídios diretos ou cruzados;

- instituição de mecanismos de atração de capitais privados naquelas atividades permitidas por lei;
- compatibilização do mercado de álcool, gasolina e diesel com as questões econômicas, sociais e ambientais envolvidas.

OBJETIVOS E METAS

a) referentes à energia elétrica:

- elevação da capacidade instalada do País, de 56.298 MW, em 1991, para 63.622 MW, em 1995, sendo 2,9 mil MW da capacidade adicional por intermédio de empresas do Sistema ELETROBRAS;
- conclusão das obras civis e início da operação da usina de Xingó;
- conclusão das usinas de Samuel, Jorge Lacerda IV e Jacuí;
- término das obras de reassentamento da população na área da usina de Itaparica;
- realização de investimentos em transmissão e distribuição em áreas críticas dos sistemas elétricos;

b) referentes a petróleo e gás natural:

- prosseguimento das pesquisas de avaliação do potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras, visando à ampliação das reservas nacionais de óleo e gás natural;
- adequação da produção de petróleo e da estrutura de oferta de derivados ao crescimento e perfil da demanda;
- realização de levantamento em cerca de 594 mil quilômetros de linhas sísmicas e perfuração de cerca de 709 poços exploratórios, sendo 275 na plataforma continental e 434 em áreas terrestres;
- instalação de três plataformas semi-submersíveis no sistema de produção do campo de Marlim, com aproveitamento da produção de 62 poços, atingindo uma produção de 180 mil barris diários, em 1997;
- construção e instalação de duas plataformas fixas no sistema de produção do campo de Enchova, com aproveitamento de 56 poços produtores, atingindo uma produção de 40 mil barris diários de óleo, em 1995.

18.2 MINERAÇÃO

DIRETRIZES

a) de caráter geral:

- ampliação do conhecimento do subsolo brasileiro, com vistas ao correto dimensionamento do patrimônio mineral do País;
- continuidade da revisão institucional, com ênfase nos aspectos de desregulamentação das atividades;
- elevação da competitividade externa do setor mineral brasileiro, inclusive com maior participação da iniciativa privada;
- compatibilização das atividades de mineração e garimpo com os direitos dos povos indígenas e com a preservação do meio ambiente;

b) referentes à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD):

internacional;

- orientação para as exigências do mercado e dos clientes, e manutenção da competitividade internacional;
- consolidação das operações internacionais.

OBJETIVOS E METAS

a) de caráter geral:

- fomento ao desenvolvimento da atividade mineral e, paralelamente, fortalecimento das funções de controle e fiscalização pelo Poder Público;
- desenvolvimento de tecnologias de maior eficiência e produtividade no aproveitamento racional dos jazimentos minerais;
- implantação de programas especiais de controle, fiscalização e assistência técnica nas regiões de garimpo, visando ao aproveitamento racional dos minerais, à melhoria de produtividade, à redução da evasão tributária e à preservação ambiental;
- treinamento e aperfeiçoamento do pessoal da estrutura pública de gestão do patrimônio mineral, bem como ampliação da cooperação internacional com países mineradores;
- mapeamento geológico em várias escalas, cobrindo cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, principalmente em áreas das regiões Amazônica e do Nordeste, além da edição de 900 mapas, relatórios e textos;
- avaliação de depósitos minerais em 150 distritos mineiros;
- desenvolvimento de trabalhos geológicos e geoquímicos em 360 mil quilômetros quadrados na área do Projeto Grande Carajás;
- elaboração do inventário de recursos minerais e hídricos subterrâneos, incluindo edição de 40 folhas de mapas;
- extração e beneficiamento de urânio de Lagoa Real (BA), objetivando a produção de 500 toneladas de concentrado em 1993 e de mil toneladas anuais, a partir de então;

b) referentes à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD):

- manutenção da liderança no mercado internacional de minério de ferro;
- melhoria do aproveitamento dos finos de manganês da Mina do Azul (Carajás/PA);
- adequação da capacidade produtiva de minérios aos requisitos internacionais de qualidade e eficiência;
- expansão da capacidade operacional do Sistema Norte para a produção e movimentação de 35 milhões t/ano de minério de ferro, e manutenção da capacidade operacional do Sistema Sul em 60 milhões de t/ano;
- instalação de uma planta industrial para produção de 300 mil toneladas de sinter de manganês de alta resistência, na região de Carajás (PA).

18.3 METALURGIA DOS NÃO-FERROSOS

DIRETRIZES

- consolidação do processo de integração do segmento alumínio, para assegurar confiabilidade ao suprimento de insumos (aquisição de unidades de energia elétrica já instaladas) e proporcionar maior agregação de valor aos produtos (produção de laminados e outros transformados);

- aproveitamento econômico das reservas de bauxita, do Pará e Maranhão, em consonância com as oportunidades de mercado;

- consolidação da posição exportadora do País, mediante integração da produção de alumina;

- continuidade ao aproveitamento de jazidas de ouro pela CVRD, a custos competitivos, visando colocar o País entre os grandes produtores mundiais do metal.

OBJETIVOS E METAS

- acréscimo da produtividade da planta da Alumínio Brasileiro S.A., de 320 mil toneladas em 1991 para 345 mil toneladas em 1995;

- manutenção da capacidade instalada de produção de alumínio da Valesul Alumínio S.A. (93 mil t/ano) e aumento da capacidade instalada própria de energia elétrica;

- conclusão da fábrica da Alumina do Norte do Brasil S.A., visando à produção de 1,1 milhão de toneladas anuais de alumina, a partir de 1994;

- conclusão do projeto de concentração de minério anatásio em Tapira e Salitre (MG), objetivando a produção de 400 mil t/ano de concentrado de titânio, a partir de 1995;

- expansão ou implantação de projetos pela CVRD, para atingir uma produção de 20 toneladas anuais de ouro, a partir de 1995.

18.4 SIDERURGIA

DIRETRIZES

- continuidade ao processo de privatização, nos termos da Lei no. 8.031/90 e do Decreto no. 426, de 16 de janeiro de 1992, tendo em vista a redefinição do papel do Estado e a incapacidade de mobilização de recursos públicos para modernização e expansão do setor.

OBJETIVOS E METAS

- direcionamento dos investimentos do setor, até a conclusão do processo de privatização, para modernização tecnológica, enobrecimento da linha de produtos, redução de custos operacionais, preservação ambiental, e desenvolvimento de qualidade e produtividade, visando à melhoria da competitividade das empresas;

- compatibilização dos preços internos com os preços internacionais de produtos siderúrgicos;

- acréscimo de 25% nas vendas de laminados no período 1993-1995, comparativamente ao exercício de 1991;

- aumento da produtividade de mão-de-obra no setor, de 177 toneladas/homem/ano, em 1991, para 242 toneladas/homem/ano, em 1995.

**PROGRAMAÇÃO
DA DESPESA**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
1000	EDUCAÇÃO, SAÚDE, CIENCIA E TECNOLOGIA	
1100	AÇÃO INTEGRADA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	53.537.193.645
1101	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE CRECHES E PRÉ-ESCOLA	8.383.841.126
	08.041.0185.2556 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PARA CRIANCAS DE 0 A 4 ANOS	1.486.214.365
	08.041.0190.2290 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR	44.290.815
	08.041.0190.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	263.778.833
	15.081.0483.2593 APOIO A CRIANÇA CARENTE	8.091.843
		1.170.052.874
1102	ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A GESTANTES, NUTRIZES E CRIANÇAS CARENTES	2.674.430.143
	08.075.0427.2487 ALIMENTACAO ESCOLAR	2.186.550.592
	13.075.0427.1115 ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	483.990.332
	13.075.0427.2326 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA NUTRICIONAL	3.889.219
1103	CONTROLE DE DOENÇAS INCIDENTES SOBRE A CRIANÇA POR AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	3.327.609.988
	13.075.0428.1093 ACOES DE SAUDE NA AMAZONIA LEGAL	25.988.777
	13.075.0428.1094 ACOES DE SAUDE NO NORDESTE RURAL - PROJETO NORDESTE I	55.226.158
	13.075.0428.1095 ACOES DE SAUDE NO NORDESTE RURAL - PROJETO NORDESTE II	149.435.490
	13.075.0428.1096 INFRA-ESTRUTURA EM SERVICOS DE SAUDE	20.688.367
	13.075.0428.1101 APOIO TECNICO AS ACOES DE SAUDE	1.169.069
	13.075.0428.2312 NORMATIZACAO E COORDENACAO DE SERVICOS DE SAUDE	16.598.645
	13.075.0428.2317 PARTICIPACAO NA MANUTENCAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE	2.145.972.304
	13.075.0428.2637 CONTRATO DE GESTAO COM A ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS	787.913.990
	13.075.0428.4057 EDUCACAO EM SAUDE E MOBILIZACAO COMUNITARIA	814.283
	13.075.0428.4069 SISTEMA NACIONAL DE AGENTES COMUNITARIO DE SAUDE	107.752.229
	13.075.0431.2315 AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS IMUNOLOGICOS, SOROS E REAGENTES	16.050.676
1104	PROMOÇÃO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA DEFICIENTE PELA AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA PROTEÇÃO SOCIAL	331.176.818
	08.042.0252.2291 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	253.010.667
	08.049.0252.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	10.590.595
	08.049.0252.2291 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	30.110.128
	08.049.0252.2292 EDUCACAO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTE	5.182.441
	08.049.0252.2304 PRODUCAO DE PROGRAMAS E MATERIAIS EDUCATIVOS	174.127
	08.049.0252.2305 COORDENACAO E MANUTENCAO DA PESQUISA	153.987
	08.049.0252.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	31.954.873
1105	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	564.409.812
	15.081.0483.2388 COORDENACAO E MANUTENCAO DA POLITICA DE PROTECAO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	564.409.812
1200	MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.964.200.310

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
1201	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL (7 A 14 ANOS)	2.228.007.631
03.046.0224.4108	ACAO DESPORTIVA INTEGRADA PARA CRIANCAS	4.165.600
03.046.0224.4109	ESPORTE E CIDADANIA	3.407.595
08.010.0056.2285	APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS NA AREA DA EDUCACAO	2.099.389
08.042.0044.2303	SISTEMA DE ESTATISTICA EDUCACIONAL	30.306.991
08.042.0056.2285	APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS NA AREA DA EDUCACAO	4.100.143
08.042.0187.5519	ERRADICACAO DO ANALFABETISMO E UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	67.736.777
08.042.0188.2085	COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	34.634.103
08.042.0188.2289	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.141.263.234
08.042.0188.3015	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	88.536.815
08.042.0188.3017	UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	314.643.846
08.042.0188.3317	CONSTRUCAO DE COLEGIOS AGRICOLAS	50.000.000
08.042.0213.2289	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	77.111.798
08.042.0236.2293	DISTRIBUICAO DE LIVROS PARA ALUNOS E BIBLIOTECAS	209.249.197
08.042.0237.2294	PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE MATERIAL ESCOLAR	195.733.382
08.048.0247.2126	INCENTIVO A CRIACAO E AO DESENVOLVIMENTO DE BIBLIOTECAS	2.149.492
08.048.0247.2907	PROGRAMA DE INCENTIVO A LITERATURA - PRO-LER	342.966
08.048.0247.2908	PROGRAMA NACIONAL DE INFORMACOES CULTURAIS	2.526.303
1202	AMPLIAÇÃO DA REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE APOIO A CRIANÇA - CIACS	4.461.466.819
08.042.0483.3031	PROJETO MINHA GENTE	1.814.587.756
13.075.0483.3031	PROJETO MINHA GENTE	2.418.474.975
15.081.0483.3031	PROJETO MINHA GENTE	228.404.088
1203	PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E DO ENSINO MÉDIO PARA ADOLESCENTES	1.182.248.334
08.042.0199.1078	EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO	27.047.824
08.043.0188.2555	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO	63.619.689
08.043.0188.3015	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	6.420.070
08.043.0196.2085	COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	240.826.277
08.043.0197.2085	COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	516.753.218
08.043.0199.1078	EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO	224.574.195
08.043.0199.1082	INFORMATICA NA EDUCACAO	32.175.412
08.043.0199.1090	RECUPERACAO DAS INSTALACOES FISICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLOGICO	40.716.535
08.043.0199.3015	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	9.901.908
08.043.0199.4052	AVALIACAO DO ENSINO	17.880.530
14.045.0217.2136	FORMULACAO E IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE FORMACAO PROFISSIONAL	2.332.676
1204	DINAMIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE DOCENTES	92.477.526
08.007.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	937.916
08.042.0137.2248	PRODUCAO E VEICULACAO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS DE RADIO E DE TV	33.330.097
08.043.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	52.152.817
08.049.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	147.359

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
08.049.0252.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.909.337
1300	CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA, QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	6.163.690.301
1301	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL	2.367.671.226
03.010.0035.1700	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DE EMPRESAS	1.630.926.673
03.010.0054.1134	APOIO A PROJETOS NA AREA DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	96.469.515
03.010.0055.1119	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO (PADCT)	270.604.800
03.010.0055.1132	APOIO A CENTROS DE APLICACAO TECNOLÓGICA	15.913.065
03.010.0055.2255	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS	4.532.433
03.010.0055.3010	APOIO A PROJETOS NA AREA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	168.077.057
03.010.0055.4085	APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	39.566.086
03.010.0056.2564	DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DE TECNOLÓGIA INDUSTRIAL	15.558.835
03.010.0057.1138	APOIO A PROJETOS NA AREA DE INFORMACOES EM CIENCIA E TECNOLÓGIA	27.840.661
03.010.0057.3083	DIFUSAO DE METODOS DE GESTAO TECNOLÓGICA	803.672
06.010.0021.2098	COORDENACAO DO PROGRAMA DE CIENCIA E TECNOLÓGIA	10.801.712
06.010.0054.2034	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	83.720.902
06.010.0055.2034	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.136.332
11.010.0057.2406	SISTEMA DE INFORMACOES TECNOLÓGICAS	765.961
11.010.0374.2405	DIFUSAO DE INFORMACOES SOBRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL	503.329
12.072.0057.2058	COLETA E DISSEMINACAO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLÓGICAS	450.193
1302	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	10.476.383
03.009.0021.3044	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	10.476.383
1303	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.779.556.625
03.010.0054.2276	CONCESSAO DE BOLSA PARA PESQUISA	599.778.000
03.010.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	12.483.839
08.044.0206.2275	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NIVEL DE POS-GRADUACAO	1.020.405.488
08.044.0206.2286	APOIO INSTITUCIONAL E FOMENTO AOS PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO	46.867.191
08.044.0206.4053	CONCESSAO DE BOLSAS DE DEDICACAO ACADEMICA	10.052.110
08.044.0206.4071	CONCESSAO DE BOLSA PARA PROFESSOR VISITANTE ESTRANGEIRO	6.134.833
08.045.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	56.226
11.007.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.009.061
11.010.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.192.607
14.045.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.445.756
14.079.0055.2139	PESQUISAS TECNICO-CIENTIFICAS SOBRE SEGURANCA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	51.850.445
14.079.0217.2007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.281.069
1304	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS AERO-ESPACIAIS	775.388.167
03.010.0054.2332	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM CIENCIAS ESPACIAIS E DA ATMOSFERA	24.672.330
03.010.0055.1127	ESTACAO DE RECEPCAO E PROCESSAMENTO DE DADOS COLETADOS DE SATELITE ARTIFICIAL	4.741.848

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
03.010.0055.1129	DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE APLICACAO DE SATELITES AMBIENTAIS - CASA	7.299.126
03.010.0055.2333	DESENVOLVIMENTO E APLICACAO EM TECNOLOGIAS ESPACIAIS	45.727.043
03.010.0055.3081	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TEMPO E CLIMA DO NORDESTE-SIGTEC	8.027.316
03.010.0055.4040	PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM METEOROLOGIA, RECURSOS HIDRICOS E ENERGETICOS	14.223.508
03.010.0411.1130	DESENVOLVIMENTO DO SATELITE SINO-BRASILEIRO DE RECURSOS TERRESTRES - CBERS	50.830.794
06.026.0160.1009	DESENVOLVIMENTO DO AM-X	505.185.597
16.010.0054.1012	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AEROESPACIAL	114.680.605
1305	DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA TECNICO-OPERACIONAL DE APOIO	223.217.994
03.007.0021.1075	GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO	16.553.554
03.009.0040.1075	GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO	1.630.794
03.010.0021.3082	MODERNIZACAO E INFORMATIZACAO DO CNPQ	5.398.002
03.010.0055.1128	DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE PREVISAO DO TEMPO E ESTUDOS CLIMATICOS - CPTEC	44.999.010
06.010.0021.2071	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DE CENTRO DE PESQUISA	51.024.887
06.010.0054.2353	MANUTENCAO DOS ORGAOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	73.783.561
11.010.0025.1191	CONSTRUCAO E ADEQUACAO DA INFRAESTRUTURA TECNICA OPERACIONAL	13.160.547
11.010.0025.1192	CONSTRUCAO E IMPLANTACAO DO LABORATORIO NACIONAL DE METROLOGIA	14.715.613
12.072.0411.2140	PROMOCAO DA COOPERACAO TECNICA INTERNACIONAL	1.952.026
1306	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS MARINHAS	48.527.504
03.010.0055.1029	PROGRAMA SETORIAL DE RECURSOS DO MAR	7.100.143
03.010.0055.1030	MISSAO ANTARTICA	41.427.361
1307	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS AGRO-PECUARIAS	747.134.012
04.010.0055.1230	INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUARIA	129.212.773
04.010.0055.2458	GERACAO E ADAPTACAO DE TECNOLOGIA	617.921.239
1308	MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	40.522.110
04.014.0075.2398	DEFESA E VIGILANCIA FITOSSANITARIA	7.245.162
04.014.0075.2440	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO VEGETAL	7.683.584
04.014.0075.2441	INSPECAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	6.801.364
04.016.0097.2447	PADRONIZACAO E CLASSIFICACAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	18.792.000
1309	MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	171.196.280
04.015.0087.1223	CONTROLE DAS DOENCAS DOS ANIMAIS	135.788.061
04.015.0087.2442	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO ANIMAL	10.279.475
04.015.0087.2443	DEFESA E VIGILANCIA ZOOSSANITARIA	9.022.561
04.015.0088.2449	APERFEICOAMENTO ZOOTECNICO	6.998.977
04.015.0097.2444	CLASSIFICACAO E INSPECAO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	9.107.206
1400	CONSOLIDACAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE	31.025.461.908

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
1401	RECUPERAÇÃO DA REDE HOSPITALAR BASICA E DA REDE AMBULATORIAL	23.806.708.187
13.075.0057.2311	OPERACIONALIZACAO DE SISTEMA DE INFORMACAO	119.900.467
13.075.0057.4057	EDUCACAO EM SAUDE E MOBILIZACAO COMUNITARIA	103.955.121
13.075.0428.1103	IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS	64.166.523
13.075.0428.2317	PARTICIPACAO NA MANUTENCAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE	21.317.348.414
13.075.0428.3308	PROMOCAO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SERVICOS DE SAUDE	999.999.999
13.075.0428.3309	IMPLEMENTACAO DO CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA - CENEPI	199.999.998
13.075.0430.2570	COORDENACAO NORMATIVA DO SISTEMA DE PROTECAO A SAUDE - SUS	245.741.278
13.075.0430.2574	COORDENACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE PROTECAO A SAUDE - SUS	695.596.387
13.075.0430.3307	ANALISE LABORATORIAL DA QUALIDADE DE PRODUTOS	60.000.000
1402	PRIORIDADE AS AÇÕES DE PROTEÇÃO A SAUDE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA MULHER EM PERIODO FERTIL.	3.287.442.828
13.075.0054.4061	ESTUDOS DE POLITICA E PLANEJAMENTO EM SAUDE	14.330.171
13.075.0055.1109	INFRA-ESTRUTURA EM CIENCIA E TECNOLOGIA	315.299.086
13.075.0217.4068	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	45.677.823
13.075.0428.3306	PROGRAMA DE ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL	99.999.999
13.075.0431.1102	PRODUCAO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES	392.857.970
13.075.0431.2315	AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES	2.337.542.776
13.075.0431.4066	PRODUCAO DE INSUMOS MEDICAMENTOS IMUNOBIOLOGICOS SOROS E REAGENTES	81.735.003
1403	PRIORIDADE AOS PROGRAMAS DE COMBATE AO COLERA, A AIDS, A MALARIA E A OUTRAS DOENÇAS TRANSMISSIVEIS.	3.931.310.893
13.075.0428.1104	CONTROLE DA MALARIA NA BACIA AMAZONICA	15.117.119
13.075.0428.1105	CONTROLE DE DOENCAS ENDEMICAS NO NORDESTE	5.993.376
13.075.0428.2318	ACOES DE CONTROLE E VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA DE DOENCAS TRANSMISSIVEIS	2.795.487.310
13.075.0428.2513	ASSISTENCIA MEDICO-SANITARIA A COMUNIDADES INDIGENAS	105.082.036
13.075.0428.3305	PROGRAMA DE COMBATE A AIDS	180.000.000
13.076.0447.2325	CONTROLE DA QUALIDADE DA AGUA	6.668.016
13.076.0448.1139	SANEAMENTO BASICO EM AREAS RURAIS	822.963.036

Exclusive Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
2000	REFORMA AGRARIA E INCENTIVO A PRODUÇÃO AGRICOLA	32.964.278.691
2002	ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS EM AREAS AGRIC. E CONST.INFRA-ESTRUTURA DE PROJETOS ASSENT. E COLONIZACAO	11.449.271.391
	04.013.0066.1228 ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	11.449.271.391
2003	FORTELECIMENTO DE LINHAS ESPECIAIS DE CREDITO PARA PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.755.413.620
	04.013.0031.2456 CREDITO PARA REFORMA AGRARIA	1.755.413.620
2004	REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA E MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO RURAL	74.889.108
	04.013.0066.1227 REGULARIZACAO FUNDIARIA	45.808.488
	04.013.0066.2455 MANUTENCAO E ATUALIZACAO DO CADASTRO RURAL	29.080.620
2005	EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO	177.175.049
	04.013.0067.1229 PROJETO DE COLONIZACAO	177.175.049
2006	APERFEIÇOAMENTO DAS POLITICAS DE CRED. RURAL E DE PREÇOS MINIMOS ESTABELECIDAS NO PNA-1991	17.486.981.512
	04.007.0031.2166 FINANCIAMENTO DE CUSTEIO AGROPECUARIO	4.993.973.247
	04.008.0031.2167 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROPECUARIO	1.256.485.812
	04.008.0031.2916 CREDITO FUNDIARIO	375.840
	04.016.0094.2168 FINANCIAMENTO PARA A FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES	3.757.351.475
	04.016.0098.2169 FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRICOLAS	4.802.233.653
	04.016.0098.2559 FINANCIAMENTO DE "AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL"	2.513.648.516
	11.007.0031.2171 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROINDUSTRIAL	162.912.969
2007	IRRIGAÇÃO E RECURSOS HIDRICOS	2.020.548.011
	04.017.0296.3315 ESTUDOS INTEGRADOS DOS RECURSOS HIDRICOS E DE SOLOS E PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE	50.200
	04.017.0296.3316 SUPORTE TECNOLÓGICO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA E PROMOCÃO DE INVESTIMENTOS	61.000
	04.054.0077.1234 PRONI - IRRIGACAO NACIONAL	175.240.329
	04.054.0077.1235 PROINE - IRRIGACAO DO NORDESTE	31.086.495
	04.054.0077.1238 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA	180.800.034
	04.054.0077.1239 APOIO A PROJETOS COMPLEMENTARES DE IRRIGACAO	99.628.974
	04.054.0077.1245 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO BAIXO SAO FRANCISCO	45.691.964
	04.054.0077.1246 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE IRECE	42.371.262
	04.054.0077.1247 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE JAIBA	123.547.803
	04.054.0077.1248 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO RIO GRANDE	89.270.612
	04.054.0077.1249 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO RIO CORRENTE	123.594.281
	04.054.0077.1250 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA EM JUAZEIRO/PETROLINA	75.767.699
	04.054.0077.1251 APOIO A PROJETOS COMPLEMENTARES DE IRRIGACAO	102.628.192
	04.054.0077.1255 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PARNAIBA	72.795.823
	04.054.0077.1256 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ACARAU	28.450.462

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
04.054.0077.1257	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO JAGUARIBE	44.162.923
04.054.0077.1258	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ACU	7.570.514
04.054.0077.1259	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO APODI	314.140
04.054.0077.1260	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PIRANHAS	2.911.352
04.054.0077.1261	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PARAIBA	154.252
04.054.0077.1262	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ITAPICURU	23.360.492
04.054.0077.1263	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO RIO DAS CONTAS	2.888.644
04.054.0077.1265	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO FIDALGO	170.851
04.054.0077.1266	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE SUB-BACIAS DO SAO FRANCISCO	7.186.688
04.054.0077.1271	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO VAZA BARRIS	715.662
04.054.0077.1272	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO CURU	12.667.375
04.054.0297.1267	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE ACUDES PUBLICOS	443.463.327
04.054.0457.1269	ENGENHARIA RURAL	57.949.383
04.054.0457.1270	PROJETOS COMPLEMENTARES PARA APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA	28.694.110
07.040.0183.3137	FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA DO NORDESTE	192.757.396
07.054.0183.3137	FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA DO NORDESTE	4.595.772

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
3000	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE RURAL E URBANO	5.167.777.042
3001	IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO DO TERRITORIO NACIONAL	72.839.851
03.009.0045.2572	ORDENACAO DO TERRITORIO	40.856.912
03.010.0059.1131	MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AMAZONIA	19.045.692
03.077.0183.3038	PROGRAMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO	7.432.983
04.077.0056.3249	ESTUDO BIO-ECOLOGICO NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA	5.089.500
07.009.0045.3123	LEVANTAMENTO CARTOGRAFICO BASICO (MAPAS)	414.764
3002	IMPLANTAÇÃO DE PESQUISAS P/GERAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	158.441.269
04.010.0055.4043	INCENTIVO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO	32.820.680
07.009.0040.2357	PLANEJAMENTO DE RECURSOS NATURAIS	6.760.392
07.010.0055.3124	PESQUISA E DIFUSAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	46.764.957
07.040.0183.3132	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO-TECNOLOGICO E DE EDUCACAO	72.095.240
3003	CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS	2.139.207.225
03.017.0103.4086	COORDENACAO DA POLITICA DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	3.071.803
03.077.0059.4087	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO E RECUPERACAO AMBIENTAL	1.328.852
03.077.0103.2498	DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSISTEMAS DA AMAZONIA LEGAL	7.204.721
03.077.0103.2509	DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSISTEMAS DA MATA ATLANTICA	5.759.127
03.077.0103.2550	DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSISTEMA CERRADO	3.834.622
03.077.0103.2551	DEFESA DO COMPLEXO DO ECOSISTEMA DO PANTANAL	591.629
03.077.0103.3096	PROGRAMA PILOTO PARA PROTECAO DAS FLORESTAS TROPICAIS-G7	1.586.284.397
03.077.0183.3043	PROTECAO AS FLORESTAS TROPICAIS	5.748.837
04.017.0103.4045	PROTECAO E CONSERVACAO DE ECOSISTEMAS	35.156.658
04.017.0104.4046	MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	44.510.805
04.077.0103.2387	MEIO AMBIENTE - PNMA	117.364.382
04.077.0103.3096	PROGRAMA PILOTO PARA PROTECAO DAS FLORESTAS TROPICAIS-G7	7.349.456
07.040.0031.5499	CONTROLE DA EROSAO DO SOLO	18.115.958
07.040.0031.5503	APOIO AS ACOES AMBIENTAIS	297.069.071
07.040.0183.5499	CONTROLE DA EROSAO DO SOLO	5.816.907
3004	PRESERVAÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TODAS AS AREAS INDIGENAS	82.681.287
03.077.0183.3037	PROTECAO AO MEIO AMBIENTE EM TERRAS INDIGENAS	6.170.232
04.077.0459.3248	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS INDIGENAS E DE GARIMPOS	16.082.820
15.081.0484.1177	DEMARCACAO E REGULARIZACAO DE TERRAS	31.460.852
15.081.0484.1178	DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES INDIGENAS	8.555.058
15.081.0484.2368	ASSISTENCIA AS COMUNIDADES INDIGENAS	20.412.325
3005	INSTITUIÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	8.276.853
03.077.0057.2549	EDUCACAO AMBIENTAL	8.276.853

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
3006	REAPARELHAMENTO INSTITUCIONAL PARA MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	86.026.166
03.009.0059.2547	COORDENACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	32.505.965
13.017.0103.4048	FISCALIZACAO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	53.520.201
3007	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO URBANO E RURAL	2.046.606.270
07.076.0021.2467	MANUTENCAO E AMPLIACAO DO PARQUE DE MAQUINAS	35.859.991
07.076.0448.1242	SANEAMENTO AMBIENTAL EM AREAS URBANAS	16.140.116
07.076.0448.1243	SANEAMENTO AMBIENTAL EM AREAS RURAIS	1.346.212
07.076.0458.1244	CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERACAO DE VALES E CIDADES	55.956.312
13.076.0297.1344	OBRAS DE DRENAGEM	141.037.034
13.076.0447.1347	ABASTECIMENTO D'AGUA EM NUCLEOS URBANOS	370.433.040
13.076.0447.3020	ABASTECIMENTO D'AGUA EM AREAS DE FRONTEIRAS	115.122.084
13.076.0448.1112	INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BASICO	398.871.233
13.076.0448.1557	PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL - PNSR	95.179.568
13.076.0448.3022	SANEAMENTO AMBIENTAL PARA PREVENCAO DA MALARIA	21.964.517
13.076.0449.1343	SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS	242.563.573
13.076.0456.3023	QUALIDADE DAS AGUAS E CONTROLE DA POLUICAO HIDRICA EM AREAS METROPOLITANAS	262.079.415
13.076.0456.3086	DESPOLUICAO DE BACIAS	177.738.118
13.077.0448.1337	MINIMIZACAO DA VULNERABILIDADE DAS CIDADES	112.315.057
3008	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS BACIAS HIDROGRAFICAS	189.502.327
04.040.0105.1224	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO EM MICROBACIAS HIDROGRAFICAS	6.801.364
07.040.0183.3142	RECUPERACAO DE RECURSOS NATURAIS DAS MICROBACIAS DA REGIAO SUL	11.082.548
07.040.0183.5500	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE BACIAS DA REGIAO SUL	37.357.806
09.054.0021.2598	OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA E HIDROLOGIA GERAL	88.097.158
09.054.0021.4076	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS	46.163.451
3009	ESTABELECIAMENTO DE INSTRUMENTOS NORMATIVOS E OBRAS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO	384.195.794
09.053.0456.2510	PRESERVACAO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	14.807.240
09.077.0456.5306	PRESERVACAO AMBIENTAL	44.972.025
11.062.0456.5306	PRESERVACAO AMBIENTAL	183.385.198
13.076.0325.1554	SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	35.632.901
13.077.0456.4049	CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL	105.398.430

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
4000	CONSOLIDAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	55.008.755.525
4001	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	4.924.085.713
16.088.0535.1200	IMPLANTACAO DE PATIOS E POSTOS DE PESAGEM	16.489.916
16.088.0535.1202	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS	320.914.852
16.088.0535.2419	MANUTENCAO DA SINALIZACAO RODOVIARIA	233.743.049
16.088.0535.2426	MANUTENCAO E OPERACAO DE PATIOS E POSTOS DE PESAGEM	103.886.469
16.088.0537.1201	ELABORACAO DE PROJETOS	8.994.501
16.088.0537.1204	CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	1.137.217.465
16.088.0538.2425	CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL	1.101.826.192
16.088.0539.1205	RESTAURACAO DE RODOVIAS	1.914.072.764
16.088.0539.1340	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS	86.940.505
4002	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA E EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA	15.172.876.199
09.051.0021.6011	COORDENACAO E MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL	519.181.148
09.051.0035.1700	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DE EMPRESAS	1.124.300.697
09.051.0263.3251	USINA HIDRELETRICA SERRA DE MESA	1.741.392.000
09.051.0263.3252	USINA HIDRELETRICA CANA BRAVA	287.446.817
09.051.0263.3254	USINA HIDRELETRICA DE XINGO - PRIMEIRA ETAPA	1.379.591.817
09.051.0263.3255	USINA HIDRELETRICA SAMUEL	147.192.769
09.051.0263.3256	USINA HIDRELETRICA TUCURUI - SEGUNDA ETAPA ELETRONORTE	648.295.289
09.051.0263.3257	USINA HIDRELETRICA MANSO	346.434.435
09.051.0263.3258	USINA HIDRELETRICA PORTEIRA	284.073.340
09.051.0263.3259	USINA HIDRELETRICA CORUMBA I	304.234.493
09.051.0263.3263	USINA HIDRELETRICA ITA	1.061.339.744
09.051.0263.3264	USINA HIDRELETRICA GARABI	142.411.414
09.051.0263.5037	EXPANSAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA	1.044.588.086
09.051.0263.5118	ESTUDOS E PROJETOS	382.023.037
09.051.0263.6063	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA	33.172.265
09.051.0264.3261	USINA TERMELETRICA JORGE LACERDA IV	90.543.614
09.051.0264.3262	USINA TERMELETRICA JACUI I	248.845.230
09.051.0264.5394	GERACAO DE ENERGIA TERMELETRICA	605.922.984
09.051.0265.3260	USINA NUCLEAR DE ANGRA II	938.326.685
09.051.0267.5137	EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	3.344.843.674
09.051.0268.5130	EXPANSAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	498.716.661
4003	PERFURAÇÃO DE POÇOS EXPLORATORIOS E DE DESENVOLVIMENTO. EXPANSÃO DA PRODUÇÃO NAS BACIAS TERRESTRES E MARITIMAS	13.896.446.606
09.052.0021.6028	ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	651.800.912
09.052.0289.6035	INVESTIGACAO EXPLORATORIA DE PETROLEO	1.755.885.566
09.052.0289.6084	PERFURACAO EXPLORATORIA DE PETROLEO	1.984.646.938
09.052.0290.5126	EXPANSAO DA PRODUCAO DE PETROLEO DA BACIA DE CAMPOS	1.508.818.729
09.052.0290.5302	PERFURACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE PETROLEO	2.255.802.322
09.052.0290.5307	PRODUCAO DE PETROLEO NAS BACIAS MARITIMAS	1.087.566.126

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

AÇÃO GOVERNAMENTAL PRIORITARIA / PROJETOS PRIORITARIOS		VALOR 1993-1995
09.052.0290.5308	PRODUCAO DE PETROLEO NAS BACIAS TERRESTRES	1.420.947.098
09.052.0290.5342	SISTEMA DE PRODUCAO DE ALBACORA	1.272.122.260
09.052.0290.5343	SISTEMA DE PRODUCAO DE ENCHOVA/ENCHOVA OESTE	731.747.905
09.052.0290.5344	SISTEMA DE PRODUCAO DE MARLIM	1.222.467.642
09.052.0347.5402	IMPLANTACAO DO MODULO INDUSTRIAL DO XISTO	4.641.108
4004	AMPLIACÃO E OTIMIZAÇÃO DO PARQUE DE REFINO E DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE PETROLEO E DERIVADOS	5.423.410.148
09.052.0347.5044	AMPLIACAO E OTIMIZACAO DO PARQUE DE REFINO DE PETROLEO	1.450.470.261
09.052.0347.6050	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO	693.072.010
09.052.0563.5090	CONSTRUCAO DE TERMINAIS E DUTOS DE PETROLEO E DERIVADOS	2.241.132.954
09.052.0563.6049	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMINAIS E DUTOS	249.946.611
09.052.0565.5473	AMPLIACAO DA FROTA DE NAVIOS PETROLEIROS	788.788.312
4005	MELHORIA E EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES CONVENCIONAIS E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA MOVEL	15.591.936.859
05.022.0134.5150	EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA BASICO DE TELECOMUNICACOES NACIONAL E CONEXAO INTERNACIONAL	2.473.318.753
05.022.0134.5151	EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TELECOMUNICACOES NACIONAL DE TEXTO E DADOS	447.699.042
05.022.0134.5152	EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA TELEFONICO	12.594.467.044
05.022.0134.6073	MANUTENCAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TELECOMUNICACOES	76.452.020
TOTAL GERAL		146.678.004.903

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

FUNÇÃO		ESFERA	VALOR 1993-1995
01	LEGISLATIVA		1.465.278.916
		FIS	1.465.278.916
		SEG	0
		INV	0
02	JUDICIARIA		3.474.313.436
		FIS	3.470.321.605
		SEG	3.991.831
		INV	0
03	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		40.109.998.439
		FIS	31.460.804.844
		SEG	8.271.068.331
		INV	378.125.264
04	AGRICULTURA		38.372.628.254
		FIS	38.160.318.104
		SEG	212.310.150
		INV	0
05	COMUNICAÇÕES		16.501.827.800
		FIS	166.404.253
		SEG	0
		INV	16.335.423.547
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		19.948.070.709
		FIS	19.948.070.709
		SEG	0
		INV	0
07	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		7.718.915.476
		FIS	7.718.915.476
		SEG	0
		INV	0

Excluídos juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

FUNÇÃO		ESFERA	VALOR 1993-1995
08	EDUCAÇÃO E CULTURA		20.657.657.020
		FIS	17.508.690.238
		SEG	3.147.619.026
		INV	1.347.756
09	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		39.612.536.472
		FIS	3.137.766.165
		SEG	0
		INV	36.474.770.307
10	HABITAÇÃO E URBANISMO		829.757.089
		FIS	120.967.537
		SEG	702.470.677
		INV	6.318.875
11	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		25.600.009.262
		FIS	3.376.165.602
		SEG	0
		INV	22.223.843.660
12	RELAÇÕES EXTERIORES		1.028.849.592
		FIS	1.028.849.592
		SEG	0
		INV	0
13	SAÚDE E SANEAMENTO		49.973.247.122
		FIS	768.777.238
		SEG	48.224.185.743
		INV	980.284.141
14	TRABALHO		15.368.243.011
		FIS	65.397.642
		SEG	15.302.845.369
		INV	0

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

FUNÇÃO		ESFERA	VALOR 1993-1995
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		111.490.910.164
		FIS	1.122.051.753
		SEG	110.122.525.677
		INV	246.332.734
16	TRANSPORTE		20.984.687.747
		FIS	14.035.191.270
		SEG	646.711.671
		INV	6.302.784.806
TOTAL			413.136.930.509
		FIS	143.553.970.944
		SEG	186.633.728.475
		INV	82.949.231.090

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
001	PROCESSO LEGISLATIVO		1.121.267.636
		FIS	1.121.267.636
		SEG	0
		INV	0
002	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA		159.014.772
		FIS	159.014.772
		SEG	0
		INV	0
004	PROCESSO JUDICIARIO		3.450.254.109
		FIS	3.450.254.109
		SEG	0
		INV	0
007	ADMINISTRACAO		26.817.119.475
		FIS	20.329.146.033
		SEG	6.014.244.092
		INV	473.729.350
008	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		22.368.539.963
		FIS	19.801.602.514
		SEG	2.566.937.449
		INV	0
009	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		12.465.865.579
		FIS	4.903.807.886
		SEG	7.562.057.693
		INV	0
010	CIENCIA E TECNOLOGIA		6.925.339.905
		FIS	6.424.378.259
		SEG	1.388.656
		INV	499.572.990

Excluído Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
013	ORGANIZACAO AGRARIA		14.118.404.146
		FIS	14.118.404.146
		SEG	0
		INV	0
014	PRODUCAO VEGETAL		83.857.660
		FIS	83.857.660
		SEG	0
		INV	0
015	PRODUCAO ANIMAL		195.844.507
		FIS	195.844.507
		SEG	0
		INV	0
016	ABASTECIMENTO		12.102.317.269
		FIS	12.102.317.269
		SEG	0
		INV	0
017	PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS		205.133.468
		FIS	155.789.067
		SEG	0
		INV	49.344.401
018	PROMOCAO E EXTENSAO RURAL		1.162.441.755
		FIS	1.162.441.755
		SEG	0
		INV	0
021	COMUNICACOES POSTAIS		557.371.275
		FIS	21.158.781
		SEG	0
		INV	536.212.494

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
022	TELECOMUNICACOES		15.730.375.304
		FIS	138.438.445
		SEG	0
		INV	15.591.936.859
026	DEFESA AEREA		2.793.419.178
		FIS	2.793.419.178
		SEG	0
		INV	0
027	DEFESA NAVAL		5.826.395.337
		FIS	5.826.395.337
		SEG	0
		INV	0
028	DEFESA TERRESTRE		5.756.317.377
		FIS	5.756.317.377
		SEG	0
		INV	0
029	SERVICOS DE INFORMACOES		222.270
		FIS	222.270
		SEG	0
		INV	0
030	SEGURANCA PUBLICA		1.537.197.217
		FIS	1.537.197.217
		SEG	0
		INV	0
038	PROGRAMACAO A CARGO DE ESTADOS E MUNICIPIOS		1.096.200.000
		FIS	1.096.200.000
		SEG	0
		INV	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
039	DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIOES		477.220.852
		FIS	477.220.852
		SEG	0
		INV	0
040	PROGRAMAS INTEGRADOS		3.280.286.556
		FIS	3.280.286.556
		SEG	0
		INV	0
041	EDUCACAO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS		316.161.491
		FIS	316.161.491
		SEG	0
		INV	0
042	ENSINO FUNDAMENTAL		5.928.841.419
		FIS	5.047.618.623
		SEG	881.222.796
		INV	0
043	ENSINO MEDIO		1.563.688.115
		FIS	1.563.688.115
		SEG	0
		INV	0
044	ENSINO SUPERIOR		8.148.530.571
		FIS	8.096.716.509
		SEG	50.466.306
		INV	1.347.756
045	ENSINO SUPLETIVO		329.547.508
		FIS	329.547.508
		SEG	0
		INV	0

Exclusive juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
046	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS		15.301.032
		FIS	15.301.032
		SEG	0
		INV	0
047	ASSISTENCIA A EDUCANDOS		46.277.163
		FIS	46.277.163
		SEG	0
		INV	0
048	CULTURA		360.451.295
		FIS	360.451.295
		SEG	0
		INV	0
049	EDUCACAO ESPECIAL		96.185.432
		FIS	96.185.432
		SEG	0
		INV	0
051	ENERGIA ELETRICA		15.746.104.776
		FIS	1.395.167.904
		SEG	0
		INV	14.350.936.872
052	PETROLEO		20.799.878.077
		FIS	26.910.897
		SEG	0
		INV	20.772.967.180
053	RECURSOS MINERAIS		1.398.831.856
		FIS	513.193.939
		SEG	0
		INV	885.637.917

Excluíve juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
054	RECURSOS HIDRICOS			2.372.092.649
		FIS		2.372.092.649
		SEG		0
		INV		0
057	HABITACAO			435.087.964
		FIS		72.120.879
		SEG		362.818.198
		INV		148.887
058	URBANISMO			332.735.919
		FIS		0
		SEG		332.735.919
		INV		0
059	REGIOES METROPOLITANAS			6.916.560
		FIS		0
		SEG		6.916.560
		INV		0
062	INDUSTRIA			3.158.694.467
		FIS		239.686.526
		SEG		0
		INV		2.919.007.941
063	COMERCIO			185.198.085
		FIS		87.458.131
		SEG		0
		INV		97.739.954
064	SERVICOS FINANCEIROS			18.676.528.673
		FIS		0
		SEG		0
		INV		18.676.528.673

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
065	TURISMO		193.087.815
		FIS	193.087.815
		SEG	0
		INV	0
066	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL		105.549.735
		FIS	105.549.735
		SEG	0
		INV	0
072	POLITICA EXTERIOR		985.943.479
		FIS	985.943.479
		SEG	0
		INV	0
075	SAUDE		46.377.586.817
		FIS	617.933.867
		SEG	44.779.368.809
		INV	980.284.141
076	SANEAMENTO		3.651.542.786
		FIS	109.302.631
		SEG	3.542.240.155
		INV	0
077	PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE		2.077.575.086
		FIS	1.884.050.896
		SEG	116.337.040
		INV	77.187.150
078	PROTECAO AO TRABALHADOR		13.791.386.697
		FIS	423.848.186
		SEG	13.367.538.511
		INV	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
079	SEGURANCA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO		145.788.057
		FIS	0
		SEG	145.788.057
		INV	0
080	RELACOES DO TRABALHO		534.717.713
		FIS	6.145.100
		SEG	528.572.613
		INV	0
081	ASSISTENCIA		6.111.529.706
		FIS	324.743.108
		SEG	5.786.786.598
		INV	0
082	PREVIDENCIA		99.793.435.291
		FIS	191.978.886
		SEG	99.601.456.405
		INV	0
084	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		1.164.187.745
		FIS	177.258.197
		SEG	986.852.618
		INV	76.930
087	TRANSPORTE AEREO		819.623.707
		FIS	762.488.835
		SEG	0
		INV	57.134.872
088	TRANSPORTE RODOVIARIO		6.148.396.572
		FIS	6.148.396.572
		SEG	0
		INV	0

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

PROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
089	TRANSPORTE FERROVIARIO		4.896.112.004
		FIS	1.248.379.823
		SEG	0
		INV	3.647.732.181
090	TRANSPORTE HIDROVIARIO		5.286.608.766
		FIS	1.954.904.224
		SEG	0
		INV	3.331.704.542
091	TRANSPORTE URBANO		2.906.399.871
		FIS	2.906.399.871
		SEG	0
		INV	0
TOTAL			413.136.930.509
		FIS	143.553.970.944
		SEG	186.633.728.475
		INV	82.949.231.090

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0001	ACAO LEGISLATIVA		1.114.892.089
		FIS	1.114.892.089
		SEG	0
		INV	0
0002	CONTROLE EXTERNO		155.646.306
		FIS	155.646.306
		SEG	0
		INV	0
0013	ACAO JUDICIARIA		3.170.484.065
		FIS	3.170.484.065
		SEG	0
		INV	0
0014	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO		206.985.780
		FIS	206.985.780
		SEG	0
		INV	0
0015	CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL		149.630.416
		FIS	149.630.416
		SEG	0
		INV	0
0020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR		86.697.166
		FIS	75.003.518
		SEG	11.693.648
		INV	0
0021	ADMINISTRACAO GERAL		27.107.362.260
		FIS	17.813.706.440
		SEG	7.948.354.252
		INV	1.345.301.568

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0022	DOCUMENTACAO E BIBLIOGRAFIA			8.498.379
		FIS		8.498.379
		SEG		0
		INV		0
0023	DIVULGACAO OFICIAL			193.043.636
		FIS		185.695.541
		SEG		7.348.095
		INV		0
0024	INFORMATICA			2.688.358.340
		FIS		2.122.736.642
		SEG		65.594.258
		INV		500.027.440
0025	EDIFICACOES PUBLICAS			1.606.662.922
		FIS		1.119.527.071
		SEG		487.135.851
		INV		0
0030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS			4.357.789.039
		FIS		3.141.125.753
		SEG		1.216.663.286
		INV		0
0031	ASSISTENCIA FINANCEIRA			14.658.011.683
		FIS		14.573.395.709
		SEG		84.615.974
		INV		0
0032	CONTROLE INTERNO			23.083.818
		FIS		18.276.733
		SEG		4.807.085
		INV		0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0033	DIVIDA INTERNA			498.259.836
		FIS		494.087.926
		SEG		4.171.910
		INV		0
0034	DIVIDA EXTERNA			1.872.951.118
		FIS		1.810.321.958
		SEG		62.629.160
		INV		0
0035	PARTICIPACAO SOCIETARIA			12.191.329.581
		FIS		12.191.329.581
		SEG		0
		INV		0
0040	PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO			415.500.435
		FIS		297.919.381
		SEG		117.581.054
		INV		0
0042	ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO			4.778.747.491
		FIS		4.778.747.491
		SEG		0
		INV		0
0043	ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA			318.115.430
		FIS		192.239.585
		SEG		125.875.845
		INV		0
0044	INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS			250.846.645
		FIS		105.410.659
		SEG		145.435.986
		INV		0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS			373.402.077
		FIS		288.841.826
		SEG		84.560.251
		INV		0
0054	PESQUISA FUNDAMENTAL			1.348.603.354
		FIS		1.196.597.823
		SEG		152.005.531
		INV		0
0055	PESQUISA APLICADA			2.693.399.541
		FIS		2.112.886.759
		SEG		459.534.433
		INV		120.978.349
0056	DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL			657.512.316
		FIS		657.512.316
		SEG		0
		INV		0
0057	INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA			343.162.560
		FIS		104.574.440
		SEG		238.588.120
		INV		0
0058	TESTES E ANALISE DE QUALIDADE			4.595.851
		FIS		0
		SEG		4.595.851
		INV		0
0059	LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE			66.179.316
		FIS		66.179.316
		SEG		0
		INV		0

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0066	REFORMA AGRARIA		11.527.827.663
		FIS	11.527.827.663
		SEG	0
		INV	0
0067	COLONIZACAO		181.919.011
		FIS	181.919.011
		SEG	0
		INV	0
0075	DEFESA SANITARIA VEGETAL		21.730.110
		FIS	21.730.110
		SEG	0
		INV	0
0076	CORRETIVOS E FERTILIZANTES		905.031
		FIS	905.031
		SEG	0
		INV	0
0077	IRRIGACAO		1.338.755.075
		FIS	1.338.755.075
		SEG	0
		INV	0
0080	SEMENTES E MUDAS		9.270.528
		FIS	9.270.528
		SEG	0
		INV	0
0087	DEFESA SANITARIA ANIMAL		155.090.097
		FIS	155.090.097
		SEG	0
		INV	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0088	DESENVOLVIMENTO ANIMAL			9.549.090
		FIS		9.549.090
		SEG		0
		INV		0
0089	DESENVOLVIMENTO DA PESCA			22.098.114
		FIS		22.098.114
		SEG		0
		INV		0
0094	ESTOQUES REGULADORES			3.757.351.475
		FIS		3.757.351.475
		SEG		0
		INV		0
0095	ARMAZENAMENTO E SILAGEM			32.126.175
		FIS		32.126.175
		SEG		0
		INV		0
0096	SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS AGRICOLAS			48.528.774
		FIS		48.528.774
		SEG		0
		INV		0
0097	INSPECCAO, PADRONIZACAO E CLASSIFICACAO DE PRODUTOS			27.899.206
		FIS		27.899.206
		SEG		0
		INV		0
0098	EXECUCAO DA POLITICA DE PRECOS AGRICOLAS			7.315.882.169
		FIS		7.315.882.169
		SEG		0
		INV		0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0103	PROTECAO A FLORA E A FAUNA			1.843.221.242
		FIS		1.843.221.242
		SEG		0
		INV		0
0104	REFLORESTAMENTO			93.855.206
		FIS		44.510.805
		SEG		0
		INV		49.344.401
0105	CONSERVACAO DO SOLO			6.801.364
		FIS		6.801.364
		SEG		0
		INV		0
0110	COOPERATIVISMO			44.993.390
		FIS		44.993.390
		SEG		0
		INV		0
0111	EXTENSAO RURAL			77.545.974
		FIS		77.545.974
		SEG		0
		INV		0
0112	PROMOCAO AGRARIA			6.335.977
		FIS		6.335.977
		SEG		0
		INV		0
0127	SERVICOS POSTAIS CONVENCIONAIS			536.212.494
		FIS		0
		SEG		0
		INV		536.212.494

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0134	TELEFONIA			15.610.565.046
		FIS		18.628.187
		SEG		0
		INV		15.591.936.859
0136	SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES			33.187.335
		FIS		33.187.335
		SEG		0
		INV		0
0137	RADIODIFUSAO			170.883.001
		FIS		170.883.001
		SEG		0
		INV		0
0160	OPERACOES AEREAS			2.109.968.526
		FIS		2.109.968.526
		SEG		0
		INV		0
0163	OPERACOES NAVAIS			5.826.395.337
		FIS		5.826.395.337
		SEG		0
		INV		0
0166	OPERACOES TERRESTRES			2.069.714.939
		FIS		2.069.714.939
		SEG		0
		INV		0
0174	POLICIAMENTO CIVIL			258.456.044
		FIS		258.456.044
		SEG		0
		INV		0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0177	POLICIAMENTO MILITAR		311.914.268
		FIS	311.914.268
		SEG	0
		INV	0
0178	DEFESA CONTRA SINISTROS		398.839.007
		FIS	360.457.614
		SEG	38.381.393
		INV	0
0179	SERVICOS ESPECIAIS DE SEGURANCA		280.130
		FIS	280.130
		SEG	0
		INV	0
0181	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E MUNICIPIOS		1.478.460.597
		FIS	1.478.460.597
		SEG	0
		INV	0
0183	PROGRAMACAO ESPECIAL		12.797.859.148
		FIS	5.028.895.923
		SEG	7.768.963.225
		INV	0
0185	CRECHE		44.290.815
		FIS	44.290.815
		SEG	0
		INV	0
0187	ERRADICACAO DO ANALFABETISMO		353.862.870
		FIS	353.862.870
		SEG	0
		INV	0

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0188	ENSINO REGULAR		1.759.254.967
		FIS	1.759.254.967
		SEG	0
		INV	0
0190	EDUCACAO PRE-ESCOLAR		271.870.676
		FIS	271.870.676
		SEG	0
		INV	0
0196	FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO		291.207.820
		FIS	291.207.820
		SEG	0
		INV	0
0197	FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO		543.128.632
		FIS	543.128.632
		SEG	0
		INV	0
0198	FORMACAO PARA O SETOR TERCJARIO		267.942.491
		FIS	267.942.491
		SEG	0
		INV	0
0199	ENSINO POLIVALENTE		359.074.261
		FIS	359.074.261
		SEG	0
		INV	0
0205	ENSINO DE GRADUACAO		6.318.043.642
		FIS	6.292.409.849
		SEG	24.286.037
		INV	1.347.756

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0206	ENSINO DE POS-GRADUACAO		1.384.639.106
		FIS	1.376.849.594
		SEG	7.789.512
		INV	0
0207	EXTENSAO UNIVERSITARIA		34.711.603
		FIS	34.711.603
		SEG	0
		INV	0
0208	CAMPUS UNIVERSITARIO		105.375.632
		FIS	105.375.632
		SEG	0
		INV	0
0213	CURSOS DE SUPLENCIA		78.312.297
		FIS	78.312.297
		SEG	0
		INV	0
0215	CURSOS DE QUALIFICACAO		5.957.453
		FIS	5.957.453
		SEG	0
		INV	0
0217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		570.215.656
		FIS	263.211.933
		SEG	307.003.723
		INV	0
0223	EDUCACAO FISICA		615.712
		FIS	615.712
		SEG	0
		INV	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0224	DESPORTO AMADOR		14.925.192
		FIS	14.925.192
		SEG	0
		INV	0
0227	DESPORTO PROFISSIONAL		375.840
		FIS	375.840
		SEG	0
		INV	0
0234	ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL		865.310
		FIS	865.310
		SEG	0
		INV	0
0235	BOLSAS DE ESTUDO		346.751.213
		FIS	346.751.213
		SEG	0
		INV	0
0236	LIVRO DIDATICO		209.249.197
		FIS	209.249.197
		SEG	0
		INV	0
0237	MATERIAL DE APOIO PEDAGOGICO		195.733.382
		FIS	195.733.382
		SEG	0
		INV	0
0238	RESIDENCIA PARA EDUCANDOS		23.367
		FIS	23.367
		SEG	0
		INV	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0239	TRANSPORTE ESCOLAR		42.167
		FIS	42.167
		SEG	0
		INV	0
0240	RESTAURANTE UNIVERSITARIO		27.210.984
		FIS	27.210.984
		SEG	0
		INV	0
0246	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO		123.026.826
		FIS	122.867.451
		SEG	159.375
		INV	0
0247	DIFUSAO CULTURAL		69.426.268
		FIS	69.426.268
		SEG	0
		INV	0
0252	EDUCACAO COMPENSATORIA		337.086.155
		FIS	337.086.155
		SEG	0
		INV	0
0263	GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA		8.105.982.132
		FIS	1.425.256
		SEG	0
		INV	8.104.556.876
0264	GERACAO DE ENERGIA TERMELETRICA		945.311.828
		FIS	0
		SEG	0
		INV	945.311.828

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0265	GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR			1.125.386.701
		FIS		187.060.016
		SEG		0
		INV		938.326.685
0267	TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA			3.344.843.674
		FIS		0
		SEG		0
		INV		3.344.843.674
0268	DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA			498.716.661
		FIS		0
		SEG		0
		INV		498.716.661
0289	PROSPECCAO E AVALIACAO DE JAZIDAS			4.861.344.005
		FIS		43.249.451
		SEG		0
		INV		4.818.094.554
0290	EXTRACAO E BENEFICIAMENTO			10.298.015.482
		FIS		4.517.971
		SEG		0
		INV		10.293.497.511
0292	LEVANTAMENTO GEOLOGICO			225.216.139
		FIS		225.216.139
		SEG		0
		INV		0
0296	ESTUDOS E PESQUISAS HIDROLOGICOS			111.200
		FIS		111.200
		SEG		0
		INV		0

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0297	REGULARIZACAO DE CURSOS D'AGUA			584.857.096
		FIS		443.820.062
		SEG		141.037.034
		INV		0
0316	HABITACOES URBANAS			372.979.504
		FIS		72.120.879
		SEG		300.858.625
		INV		0
0317	HABITACOES RURAIS			47.851.596
		FIS		0
		SEG		47.702.709
		INV		148.887
0323	PLANEJAMENTO URBANO			379.980.769
		FIS		4.689.563
		SEG		375.291.206
		INV		0
0325	LIMPEZA PUBLICA			35.632.901
		FIS		0
		SEG		35.632.901
		INV		0
0346	PROMOCAO INDUSTRIAL			1.151.260.528
		FIS		1.151.260.528
		SEG		0
		INV		0
0347	PRODUCAO INDUSTRIAL			5.080.667.152
		FIS		236.635.825
		SEG		0
		INV		4.844.031.327

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0353	COMERCIALIZACAO			1.133.329.563
		FIS		696.560.015
		SEG		0
		INV		436.769.548
0355	PROMOCAO EXTERNA DO COMERCIO			10.944.395
		FIS		10.944.395
		SEG		0
		INV		0
0361	SEGUROS E CAPITALIZACAO			66.008.433
		FIS		0
		SEG		0
		INV		66.008.433
0362	SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS			16.539.454.332
		FIS		0
		SEG		1.275.681.765
		INV		15.263.772.567
0363	PROMOCAO DO TURISMO			111.446.474
		FIS		111.446.474
		SEG		0
		INV		0
0364	EMPREENDIMENTOS TURISTICOS			62.129.504
		FIS		62.129.504
		SEG		0
		INV		0
0374	MARCAS E PATENTES			102.951.439
		FIS		102.951.439
		SEG		0
		INV		0

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA			VALOR 1993-1995
0375	METROLOGIA				141.640.593
		FIS			141.640.593
		SEG			0
		INV			0
0376	REGISTRO DE EMPRESAS				24.115.038
		FIS			24.115.038
		SEG			0
		INV			0
0410	RELACOES DIPLOMATICAS				758.528.437
		FIS			758.528.437
		SEG			0
		INV			0
0411	COOPERACAO INTERNACIONAL				335.850.032
		FIS			286.782.443
		SEG			49.067.589
		INV			0
0427	ALIMENTACAO E NUTRICAO				2.675.094.076
		FIS			0
		SEG			2.675.094.076
		INV			0
0428	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA				34.181.990.614
		FIS			617.570.266
		SEG			32.584.136.207
		INV			980.284.141
0430	VIGILANCIA SANITARIA				1.002.108.232
		FIS			0
		SEG			1.002.108.232
		INV			0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0431	PRODUTOS PROFILATICOS TERAPEUTICOS			2.828.186.425
		FIS		0
		SEG		2.828.186.425
		INV		0
0447	ABASTECIMENTO D'AGUA			850.785.785
		FIS		0
		SEG		850.785.785
		INV		0
0448	SANEAMENTO GERAL			1.468.779.739
		FIS		17.486.328
		SEG		1.451.293.411
		INV		0
0449	SISTEMAS DE ESGOTOS			242.563.573
		FIS		0
		SEG		242.563.573
		INV		0
0456	CONTROLE DA POLUICAO			809.406.645
		FIS		141.231.889
		SEG		439.817.533
		INV		228.357.223
0457	DEFESA CONTRA AS SECAS			112.886.678
		FIS		112.886.678
		SEG		0
		INV		0
0458	DEFESA CONTRA INUNDACOES			55.956.312
		FIS		55.956.312
		SEG		0
		INV		0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0459	RECUPERACAO DE TERRAS			16.082.820
		FIS		16.082.820
		SEG		0
		INV		0
0470	SEGURO DESEMPREGO			12.091.498.342
		FIS		0
		SEG		12.091.498.342
		INV		0
0471	AUXILIO REFEICAO			72.157
		FIS		72.157
		SEG		0
		INV		0
0475	FISCALIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO			315.955.446
		FIS		0
		SEG		315.955.446
		INV		0
0477	ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALARIO			232.625.911
		FIS		2.333.967
		SEG		230.291.944
		INV		0
0479	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO			39.120.518
		FIS		3.428.780
		SEG		35.691.738
		INV		0
0480	PREVENCAO DO ACIDENTE DO TRABALHO			34.187.199
		FIS		4.758.813
		SEG		29.428.386
		INV		0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA		VALOR 1993-1995
0483	ASSISTENCIA AO MENOR			6.195.929.505
		FIS		933.364.960
		SEG		5.262.564.545
		INV		0
0484	ASSISTENCIA AO SILVICOLA			60.432.157
		FIS		60.432.157
		SEG		0
		INV		0
0485	ASSISTENCIA A VELHICE			166.708.608
		FIS		0
		SEG		166.708.608
		INV		0
0486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			4.347.027.858
		FIS		455.907.251
		SEG		3.891.120.607
		INV		0
0487	ASSISTENCIA COMUNITARIA			809.268.640
		FIS		0
		SEG		809.268.640
		INV		0
0492	PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS			76.062.885.705
		FIS		243.298.878
		SEG		75.819.509.897
		INV		76.930
0495	PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS			24.444.881.369
		FIS		130.221.973
		SEG		24.314.659.396
		INV		0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0523	INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA		187.632.515
		FIS	139.298.555
		SEG	0
		INV	48.333.960
0524	CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO AEREO		531.207.570
		FIS	522.406.658
		SEG	0
		INV	8.800.912
0534	ESTRADAS VICINAIS		394.643.987
		FIS	394.643.987
		SEG	0
		INV	0
0535	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO		822.904.441
		FIS	822.904.441
		SEG	0
		INV	0
0536	SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO		3.597.798
		FIS	3.597.798
		SEG	0
		INV	0
0537	CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS		1.300.416.246
		FIS	1.300.416.246
		SEG	0
		INV	0
0538	CONSERVACAO DE RODOVIAS		1.101.826.192
		FIS	1.101.826.192
		SEG	0
		INV	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA			VALOR 1993-1995
0539	RESTAURACAO DE RODOVIAS				2.068.512.375
		FIS			2.068.512.375
		SEG			0
		INV			0
0542	FERROVIAS				1.927.854.566
		FIS			0
		SEG			0
		INV			1.927.854.566
0545	SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO				2.211.800.158
		FIS			491.922.543
		SEG			0
		INV			1.719.877.615
0562	PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES				39.023.937
		FIS			39.023.937
		SEG			0
		INV			0
0563	PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS				5.490.980.063
		FIS			379.233.292
		SEG			0
		INV			5.111.746.771
0564	CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO HIDROVIARIO				150.958.275
		FIS			150.958.275
		SEG			0
		INV			0
0565	SERVICOS DE TRANSPORTE MARITIMO				1.499.798.617
		FIS			0
		SEG			0
		INV			1.499.798.617

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

SUBPROGRAMA		ESFERA	VALOR 1993-1995
0567	HIDROVIAS		284.708.825
		FIS	284.708.825
		SEG	0
		INV	0
0572	TRANSPORTE METROPOLITANO		2.829.809.558
		FIS	2.829.809.558
		SEG	0
		INV	0
1362			3.724.872.937
		FIS	0
		SEG	0
		INV	3.724.872.937
TOTAL			413.136.930.509
		FIS	143.553.970.944
		SEG	186.633.728.475
		INV	82.949.231.090

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR NATUREZA DE DESPESA PLURIANUAL, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

NATUREZA DE DESPESA PLURIANUAL		E S F E R A		VALOR 1993-1995
14	DESPESAS DE CAPITAL / OUTRAS DESPESAS CORRENTES			449.505
		FIS		0
		SEG		449.505
		INV		0
15	DESPESAS DE CAPITAL / INVESTIMENTOS			128.163.734.949
		FIS		33.730.599.619
		SEG		12.628.136.576
		INV		81.804.998.754
16	DESPESAS DE CAPITAL / INVERSÕES FINANCEIRAS			48.636.067.482
		FIS		40.897.608.841
		SEG		7.360.333.377
		INV		378.125.264
17	DESPESAS DE CAPITAL / AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA			497.251.825
		FIS		493.079.915
		SEG		4.171.910
		INV		0
18	DESPESAS DE CAPITAL / AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA			1.870.995.992
		FIS		1.808.366.832
		SEG		62.629.160
		INV		0
19	DESPESAS DE CAPITAL / OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			877.060.922
		FIS		866.585.347
		SEG		10.475.575
		INV		0
21	DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL / PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			526.582.489
		FIS		524.323.495
		SEG		2.258.994
		INV		0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR NATUREZA DE DESPESA PLURIANUAL, A CONTA DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

NATUREZA DE DESPESA PLURIANUAL		E S F E R A	VALOR 1993-1995
24	DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL / OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.625.636.983
		FIS	4.105.028.612
		SEG	520.608.371
		INV	0
31	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA / PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		74.304.217.492
		FIS	34.707.364.852
		SEG	39.015.755.639
		INV	581.097.001
34	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA / OUTRAS DESPESAS CORRENTES		153.634.932.870
		FIS	26.421.013.431
		SEG	127.028.909.368
		INV	185.010.071
T O T A L			413.136.930.509
		FIS	143.553.970.944
		SEG	186.633.728.475
		INV	82.949.231.090

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
01 LEGISLATIVA	1.465.278.916							
001 PROCESSO LEGISLATIVO	1.121.267.636							
0001 AÇÃO LEGISLATIVA	1.114.892.089							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.101.356.913							
01.001.0001.1002 SISTEMA DE INFORMÁTICA	13.913.910	0	0	0	0	100	0	0
01.001.0001.2021 ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS	1.087.443.003	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	13.535.176							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	6.375.547							
DEMAIS PROJETOS	6.375.547							
002 FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA EXTERNA	159.014.772							
0002 CONTROLE EXTERNO	155.646.306							
PROJETOS PRINCIPAIS	148.723.020							
01.002.0002.2028 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ARRECADACÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	148.723.020	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	6.923.286							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.368.466							
DEMAIS PROJETOS	3.368.466							
007 ADMINISTRAÇÃO	184.996.508							
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL	119.112.830							
DEMAIS PROJETOS	119.112.830							
0024 INFORMÁTICA	65.883.678							
DEMAIS PROJETOS	65.883.678							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
02 JUDICIARIA	3.474.313.436							
004 PROCESSO JUDICIARIO	3.450.254.109							
0013 ACAO JUDICIARIA	3.170.484.065							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.967.400.374							
02.004.0013.2029 ADMINISTRACAO E COORDENACAO DOS SERVICOS JUDICIARIOS	2.934.420.414	6	17	31	12	17	17	0
02.004.0013.2031 COORDENACAO E SUPERVISAO DE ELEICOES	32.979.960	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	203.083.691							
0014 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO	206.985.780							
PROJETOS PRINCIPAIS	199.871.707							
02.004.0014.2008 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	199.871.707	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	7.114.073							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	65.337.129							
PROJETOS PRINCIPAIS	65.337.129							
02.004.0025.3303 IMPLANTACAO DAS PROCURADORIAS REGIONAIS	65.337.129	0	0	0	0	19	81	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	7.447.135							
DEMAIS PROJETOS	7.447.135							
007 ADMINISTRACAO	21.289.867							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	3.991.831							
DEMAIS PROJETOS	3.991.831							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	17.298.036							
DEMAIS PROJETOS	17.298.036							
081 ASSISTENCIA	496.027							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	496.027							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	114.237							
02.081.0486.2032 ASSISTENCIA JUDICIARIA	114.237	0	21	38	25	0	16	0
DEMAIS PROJETOS	381.790							
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	2.273.433							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	2.273.433							
DEMAIS PROJETOS	2.273.433							

Excluíve Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	40.109.998.439							
007 ADMINISTRAÇÃO	7.943.651.841							
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	19.085.616							
PROJETOS PRINCIPAIS	5.451.256							
03.007.0020.1065 SISTEMA MILITAR DE COMANDO E CONTROLE	1.798.247	0	0	0	0	34	0	66
03.007.0020.2245 ACESSORAMENTO SUPERIOR AO VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA	3.653.009	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	13.634.360							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.318.652.972							
PROJETOS PRIORITARIOS	16.553.554							
03.007.0021.1075 GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO	16.553.554	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	2.710.503.329							
03.007.0021.2068 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	32.648	0	0	0	0	100	0	0
03.007.0021.2070 REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ESTRANGEIROS	119.731	0	0	0	0	100	0	0
03.007.0021.2088 PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMBATE AO TRÁFICO E USO DE ENTORPECENTES	6.553.407	0	0	0	0	0	100	0
03.007.0021.2089 REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS A BENS E AO MEIO-AMBIENTE	93.162	0	0	0	0	100	0	0
03.007.0021.4084 SISTEMA INTEGRADO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	24.705.743	0	0	0	0	100	0	0
03.007.0021.4096 DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	408.844	0	0	0	0	0	100	0
03.007.0021.4100 COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	2.612.509.070	0	0	0	0	0	100	0
03.007.0021.4101 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA	66.080.724	8	14	25	5	48	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.591.596.089							
0022 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	8.498.379							
PROJETOS PRINCIPAIS	113.982							
03.007.0022.2086 PRESERVAÇÃO E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO PÚBLICA	49.059	0	0	100	0	0	0	0
03.007.0022.2915 REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS	64.923	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	8.384.397							
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL	63.242.610							
PROJETOS PRINCIPAIS	33.647.390							

Excluídos juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.007.0023.2074 PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	33.647.390	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	29.595.220							
0024 INFORMATICA	1.864.592.424							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.321.258.309							
03.007.0024.2243 ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA	1.321.258.309	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	543.334.115							
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	646.683.806							
PROJETOS PRINCIPAIS	34.316.511							
03.007.0025.2022 REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS	34.316.511	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	612.367.295							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	9.620.600							
PROJETOS PRINCIPAIS	4.450.076							
03.007.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.450.076	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	5.170.524							
0246 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	785.648							
DEMAIS PROJETOS	785.648							
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	338.212							
DEMAIS PROJETOS	338.212							
0535 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO RODOVIÁRIO	12.151.574							
PROJETOS PRINCIPAIS	12.151.574							
03.007.0535.2090 APOIO A EXECUÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS AO TRÁNSITO	12.151.574	0	5	1	0	4	90	0
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	13.602.079.334							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0030 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	3.109.580.780							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.387.964.651							
03.008.0030.2232 DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZACAO	2.360.614.292	0	0	0	0	25	75	0
03.008.0030.2237 ADMINISTRACAO PATRIMONIAL	27.350.359	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	721.616.129							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.435.038.711							
DEMAIS PROJETOS	1.435.038.711							
0032 CONTROLE INTERNO	14.799.781							
DEMAIS PROJETOS	14.799.781							
0033 DIVIDA INTERNA	278.526.684							
DEMAIS PROJETOS	278.526.684							
0034 DIVIDA EXTERNA	64.680.607							
DEMAIS PROJETOS	64.680.607							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	8.558.428.030							
DEMAIS PROJETOS	8.558.428.030							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	139.376.694							
PROJETOS PRINCIPAIS	139.376.694							
03.008.0043.3045 MODERNIZACAO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ARRECADACAO FEDERAL	139.376.694	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.648.047							
DEMAIS PROJETOS	1.648.047							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	11.751.107.242							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	5.650.071							
PROJETOS PRINCIPAIS	5.650.071							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.009.0020.2087 DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	214.369	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0020.4037 PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DE Acao GOVERNAMENTAL	5.435.702	0	0	0	0	0	100	0
0021 ADMINISTRACAO GERAL	172.831.371							
PROJETOS PRIORITARIOS	10.476.383							
03.009.0021.3044 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	10.476.383	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	162.354.988							
03.009.0021.2260 ADMINISTRACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS	124.509.180	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0021.3009 SISTEMA DE PROTECAO DA AMAZONIA	33.739.933	100	0	0	0	0	0	0
03.009.0021.3044 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	4.105.875	0	0	0	0	0	100	0
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	171.139.778							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.630.794							
03.009.0040.1075 GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO	1.630.794	0	0	0	0	100	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	14.750.209							
03.009.0040.2009 COORDENACAO DO PLANEJAMENTO	14.750.209	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	154.758.775							
0042 ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO	3.758.330.838							
PROJETOS PRINCIPAIS	3.673.722.618							
03.009.0042.1060 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	26.957.688	0	0	0	0	100	0	0
03.009.0042.2015 COORDENACAO E ORIENTACAO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS	3.646.660.635	0	1	2	0	8	89	0
03.009.0042.2079 REPRESSAO AO ABUSO DO PODER ECONOMICO	59.508	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0042.2569 PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	44.787	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	84.608.220							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	10.907.945							
PROJETOS PRINCIPAIS	10.779.533							
03.009.0043.4094 MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL	10.779.533	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	128.412							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	65.530.827							
PROJETOS PRINCIPAIS	50.834.534							
03.009.0044.2545 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS ECONOMICAS SOCIAIS E GEOCIENTIFICAS	50.834.534	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	14.696.293							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	183.667.952							
PROJETOS PRIORITARIOS	40.856.912							
03.009.0045.2572 ORDENACAO DO TERRITORIO	40.856.912	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	31.085.162							
03.009.0045.2266 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	6.599.274	0	0	45	0	55	0	0
03.009.0045.2571 ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO - ECONOMICO	24.485.888	0	0	0	0	0	91	9
DEMAIS PROJETOS	111.725.878							
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	32.813.144							
PROJETOS PRIORITARIOS	32.505.965							
03.009.0059.2547 COORDENACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	32.505.965	19	15	16	16	31	3	0
DEMAIS PROJETOS	307.179							
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	7.348.235.153							
PROJETOS PRINCIPAIS	7.348.235.153							
03.009.0183.2539 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO A CARGO DO BNDES	7.345.864.105	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0183.3097 PROJETOS DECORRENTES DA ECO 92 AGENDA XXI	2.371.048	25	18	19	19	19	0	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	2.000.163							
DEMAIS PROJETOS	2.000.163							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	5.019.161.713							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0021 ADMINISTRACAO GERAL	387.454.645							
PROJETOS PRIORITARIOS	5.398.002							
03.010.0021.3082 MODERNIZACAO E INFORMATIZACAO DO CNPQ	5.398.002	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	382.056.643							
0034 DIVIDA EXTERNA	56.797.254							
DEMAIS PROJETOS	56.797.254							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.630.926.673							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.630.926.673							
03.010.0035.1700 PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DE EMPRESAS	1.630.926.673	0	0	0	0	0	100	0
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	848.207.457							
PROJETOS PRIORITARIOS	720.919.845							
03.010.0054.1134 APOIO A PROJETOS NA AREA DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	96.469.515	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0054.2276 CONCESSAO DE BOLSA PARA PESQUISA	599.778.000	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0054.2332 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM CIENCIAS ESPACIAIS E DA ATMOSFERA	24.672.330	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	127.287.612							
03.010.0054.2335 FOMENTO A PESQUISA FUNDAMENTAL	127.287.612	0	0	0	0	0	100	0
0055 PESQUISA APLICADA	1.195.393.320							
PROJETOS PRIORITARIOS	672.238.796							
03.010.0055.1029 PROGRAMA SETORIAL DE RECURSOS DO MAR	7.100.143	0	0	0	0	0	77	23
03.010.0055.1030 MISSAO ANTARTICA	41.427.361	0	0	0	0	0	81	19
03.010.0055.1119 APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO (PADCT)	270.604.800	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.1127 ESTACAO DE RECEPCAO E PROCESSAMENTO DE DADOS COLETADOS DE SATELITE ARTIFICIAL	4.741.848	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.1128 DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE PREVISAO DO TEMPO E ESTUDOS CLIMATICOS - CPTEC	44.999.010	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.1129 DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE APLICACAO DE SATELITES AMBIENTAIS - CASA	7.299.126	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.1132 APOIO A CENTROS DE APLICACAO TECNOLOGICA	15.913.065	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.2255 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS	4.532.433	0	0	0	0	100	0	0
03.010.0055.2333 DESENVOLVIMENTO E APLICACAO EM TECNOLOGIAS ESPACIAIS	45.727.043	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.3010 APOIO A PROJETOS NA AREA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO	168.077.057	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.010.0055.3081 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TEMPO E CLIMA DO NORDESTE-SIGTEC	8.027.316	0	100	0	0	0	0	0
03.010.0055.4040 PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM METEOROLOGIA, RECURSOS HIDRICOS E ENERGETICOS	14.223.508	0	100	0	0	0	0	0
03.010.0055.4085 APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	39.566.086	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	500.905.537							
03.010.0055.1063 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NO CAMPO NUCLEAR	111.944.910	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.1066 DESENVOLVIMENTO DE SATELITES	9.406.174	0	0	67	0	0	0	33
03.010.0055.1067 DESENVOLVIMENTO DE VEICULOS LANCADORES DE SATELITES	43.888.537	0	0	69	0	0	0	31
03.010.0055.1068 CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA	67.337.454	0	97	0	0	0	0	3
03.010.0055.2331 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DA AMAZONIA LEGAL	54.374.652	100	0	0	0	0	0	0
03.010.0055.2336 FOMENTO A PESQUISA APLICADA	198.277.524	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.4050 COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A ENTIDADES DE PESQUISA	15.676.286	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	22.248.987							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	368.831.697							
PROJETOS PRIORITARIOS	15.558.835							
03.010.0056.2564 DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	15.558.835	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	345.389.618							
03.010.0056.1123 DESENVOLVIMENTO DE CIRCUITOS INTEGRADOS NA AREA DE MICROELETRONICA	82.142.964	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.1124 CAPACITACAO TECNOLÓGICA PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR	15.646.058	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.1125 PROCESSADORES DE ALTO DESEMPENHO	14.372.048	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.2330 MANUFATURA INTEGRADA POR COMPUTADORES	11.820.168	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.2338 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE PESQUISAS	221.408.380	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	7.883.244							
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	60.578.046							
PROJETOS PRIORITARIOS	28.644.333							
03.010.0057.1138 APOIO A PROJETOS NA AREA DE INFORMACOES EM CIENCIA E TECNOLÓGICA	27.840.661	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0057.3083 DIFUSAO DE METODOS DE GESTAO TECNOLÓGICA	803.672	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	30.588.050							
03.010.0057.2337 DIFUSAO DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLÓGICOS	30.588.050	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	1.345.663							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	19.045.692							
PROJETOS PRIORITARIOS	19.045.692							
03.010.0059.1131 MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AMAZONIA	19.045.692	100	0	0	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	12.869.075							
PROJETOS PRIORITARIOS	12.483.839							
03.010.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	12.483.839	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	385.236							
0362 SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS	378.125.264							
PROJETOS PRINCIPAIS	378.125.264							
03.010.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO/ OPERACIONAL	378.125.264	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	60.932.590							
PROJETOS PRIORITARIOS	50.830.794							
03.010.0411.1130 DESENVOLVIMENTO DO SATELITE SINO-BRASILEIRO DE RECURSOS TERRESTRES - CBERS	50.830.794	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	10.101.796							
017 PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	3.071.803							
0103 PROTECAO A FLORA E A FAUNA	3.071.803							
PROJETOS PRIORITARIOS	3.071.803							
03.017.0103.4086 COORDENACAO DA POLITICA DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	3.071.803	28	16	16	16	24	0	0
046 EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	14.925.192							
0224 DESPORTO AMADOR	14.925.192							
PROJETOS PRIORITARIOS	7.573.195							
03.046.0224.4108 ACAO DESPORTIVA INTEGRADA PARA CRIANCAS	4.165.600	0	0	0	0	0	100	0
03.046.0224.4109 ESPORTE E CIDADANIA	3.407.595	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	7.351.997							
03.046.0224.4110 DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS DESPORTIVOS	3.660.263	0	0	0	0	0	100	0
03.046.0224.4111 MELHORIA DA QUALIDADE DO DESPORTO	3.691.734	0	0	0	0	0	100	0
057 HABITACAO	5.418.881							
0316 HABITACOES URBANAS	5.418.881							
DEMAIS PROJETOS	5.418.881							
072 POLITICA EXTERIOR	15.852.762							
0410 RELACOES DIPLOMATICAS	15.852.762							
PROJETOS PRINCIPAIS	15.852.762							
03.072.0410.3042 TERCEIRA CONFERENCIA DE CHEFES DE ESTADO IBERO-AMERICANOS	15.852.762	0	0	0	0	100	0	0
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	1.636.666.717							
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	8.276.853							
PROJETOS PRIORITARIOS	8.276.853							
03.077.0057.2549 EDUCACAO AMBIENTAL	8.276.853	4	5	6	5	31	49	0
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	1.328.852							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.328.852							
03.077.0059.4087 COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO E RECUPERACAO AMBIENTAL	1.328.852	30	15	15	14	26	0	0
0103 PROTECAO A FLORA E A FAUNA	1.607.340.342							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.603.674.496							
03.077.0103.2498 DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSSISTEMAS DA AMAZONIA LEGAL	7.204.721	63	0	0	0	37	0	0
03.077.0103.2509 DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSSISTEMAS DA MATA ATLANTICA	5.759.127	0	0	100	0	0	0	0
03.077.0103.2550 DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSSISTEMA CERRADO	3.834.622	0	0	0	0	100	0	0
03.077.0103.2551 DEFESA DO COMPLEXO DO ECOSSISTEMA DO PANTANAL	591.629	0	0	0	0	100	0	0
03.077.0103.3096 PROGRAMA PILOTO PARA PROTECAO DAS FLORESTAS TROPICAIS-G7	1.586.284.397	80	5	10	0	5	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	3.665.846							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.077.0103.3095 PROGRAMA DE APOIO AO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	2.804.054	0	0	0	0	100	0	0
03.077.0103.4093 MANUTENCAO DO COMPLEXO DE ECOSISTEMAS	861.792	0	0	0	0	100	0	0
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	19.352.052							
PROJETOS PRIORITARIOS	19.352.052							
03.077.0183.3037 PROTECAO AO MEIO AMBIENTE EM TERRAS INDIGENAS	6.170.232	67	9	10	11	3	0	0
03.077.0183.3038 PROGRAMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO	7.432.983	30	22	22	26	0	0	0
03.077.0183.3043 PROTECAO AS FLORESTAS TROPICAIS	5.748.837	100	0	0	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	368.618							
DEMAIS PROJETOS	368.618							
081 ASSISTENCIA	118.040.910							
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	118.040.910							
PROJETOS PRINCIPAIS	118.040.910							
03.081.0178.2219 COORDENACAO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL	118.040.910	8	17	16	10	11	38	0
082 PREVIDENCIA	22.044							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	22.044							
DEMAIS PROJETOS	22.044							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
04 AGRICULTURA	38.372.628.254							
007 ADMINISTRACAO	5.536.905.593							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	7.732.970							
DEMAIS PROJETOS	7.732.970							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	527.104.106							
DEMAIS PROJETOS	527.104.106							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	4.993.973.247							
PROJETOS PRIORITARIOS	4.993.973.247							
04.007.0031.2166 FINANCIAMENTO DE CUSTEIO AGROPECUARIO	4.993.973.247	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	8.095.270							
DEMAIS PROJETOS	8.095.270							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.262.986.524							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.256.861.652							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.256.861.652							
04.008.0031.2167 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROPECUARIO	1.256.485.812	0	0	0	0	0	100	0
04.008.0031.2916 CREDITO FUNDIARIO	375.840	0	0	0	0	0	100	0
0032 CONTROLE INTERNO	870.467							
DEMAIS PROJETOS	870.467							
0033 DIVIDA INTERNA	3.051.512							
DEMAIS PROJETOS	3.051.512							
0034 DIVIDA EXTERNA	2.202.893							
DEMAIS PROJETOS	2.202.893							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	173.134.836							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	12.122.306							
DEMAIS PROJETOS	12.122.306							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	5.487.578							
DEMAIS PROJETOS	5.487.578							
0024 INFORMATICA	107.536.292							
DEMAIS PROJETOS	107.536.292							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	18.199.582							
DEMAIS PROJETOS	18.199.582							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	29.789.078							
DEMAIS PROJETOS	29.789.078							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	895.323.928							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	67.799.989							
DEMAIS PROJETOS	67.799.989							
0055 PESQUISA APLICADA	779.954.692							
PROJETOS PRIORITARIOS	779.954.692							
04.010.0055.1230 INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUARIA	129.212.773	0	0	0	0	0	100	0
04.010.0055.2458 GERACAO E ADAPTACAO DE TECNOLOGIA	617.921.239	0	0	0	0	0	100	0
04.010.0055.4043 INCENTIVO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO	32.820.680	30	26	18	5	21	0	0
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	12.924.667							
DEMAIS PROJETOS	12.924.667							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	34.644.580							
DEMAIS PROJETOS	34.644.580							
013 ORGANIZACAO AGRARIA	14.118.404.146							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0021 ADMINISTRACAO GERAL	650.451.026							
DEMAIS PROJETOS	650.451.026							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.755.413.620							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.755.413.620							
04.013.0031.2456 CREDITO PARA REFORMA AGRARIA	1.755.413.620	12	36	14	18	20	0	0
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	103.779							
DEMAIS PROJETOS	103.779							
0066 REFORMA AGRARIA	11.527.827.663							
PROJETOS PRIORITARIOS	11.524.160.499							
04.013.0066.1227 REGULARIZACAO FUNDIARIA	45.808.488	60	11	0	0	29	0	0
04.013.0066.1228 ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	11.449.271.391	16	42	13	10	19	0	0
04.013.0066.2455 MANUTENCAO E ATUALIZACAO DO CADASTRO RURAL	29.080.620	1	3	2	2	1	91	0
DEMAIS PROJETOS	3.667.164							
0067 COLONIZACAO	181.252.279							
PROJETOS PRIORITARIOS	177.175.049							
04.013.0067.1229 PROJETO DE COLONIZACAO	177.175.049	96	0	1	0	3	0	0
DEMAIS PROJETOS	4.077.230							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.355.779							
DEMAIS PROJETOS	3.355.779							
014 PRODUCAO VEGETAL	38.241.646							
0075 DEFESA SANITARIA VEGETAL	21.730.110							
PROJETOS PRIORITARIOS	21.730.110							
04.014.0075.2398 DEFESA E VIGILANCIA FITOSSANITARIA	7.245.162	0	0	0	0	0	100	0
04.014.0075.2440 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO VEGETAL	7.683.584	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
04.014.0075.2441 INSPECAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	6.801.364	0	0	0	0	0	100	0
0076 CORRETIVOS E FERTILIZANTES	905.031							
DEMAIS PROJETOS	905.031							
0080 SEMENTES E MUDAS	9.270.528							
DEMAIS PROJETOS	9.270.528							
0112 PROMOCAO AGRARIA	6.335.977							
DEMAIS PROJETOS	6.335.977							
015 PRODUCAO ANIMAL	195.844.507							
0087 DEFESA SANITARIA ANIMAL	155.090.097							
PROJETOS PRIORITARIOS	155.090.097							
04.015.0087.1223 CONTROLE DAS DOENCAS DOS ANIMAIS	135.788.061	0	0	0	0	0	100	0
04.015.0087.2442 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO ANIMAL	10.279.475	0	0	0	0	0	100	0
04.015.0087.2443 DEFESA E VIGILANCIA ZOSSANITARIA	9.022.561	0	0	0	0	0	100	0
0088 DESENVOLVIMENTO ANIMAL	9.549.090							
PROJETOS PRIORITARIOS	6.998.977							
04.015.0088.2449 APERFEICOAMENTO ZOOTECNICO	6.998.977	5	21	16	18	9	31	0
DEMAIS PROJETOS	2.550.113							
0089 DESENVOLVIMENTO DA PESCA	22.098.114							
DEMAIS PROJETOS	22.098.114							
0097 INSPECAO, PADRONIZACAO E CLASSIFICACAO DE PRODUTOS	9.107.206							
PROJETOS PRIORITARIOS	9.107.206							
04.015.0097.2444 CLASSIFICACAO E INSPECAO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	9.107.206	3	3	21	22	26	25	0
016 ABASTECIMENTO	11.466.925.924							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0021 ADMINISTRACAO GERAL	336.122.995							
DEMAIS PROJETOS	336.122.995							
0024 INFORMATICA	3.178.510							
DEMAIS PROJETOS	3.178.510							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	3.472.600							
DEMAIS PROJETOS	3.472.600							
0094 ESTOQUES REGULADORES	3.757.351.475							
PROJETOS PRIORITARIOS	3.757.351.475							
04.016.0094.2168 FINANCIAMENTO PARA A FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES	3.757.351.475	0	0	0	0	0	100	0
0095 ARMAZENAMENTO E SILAGEM	32.126.175							
DEMAIS PROJETOS	32.126.175							
0097 INSPECAO, PADRONIZACAO E CLASSIFICACAO DE PRODUTOS	18.792.000							
PROJETOS PRIORITARIOS	18.792.000							
04.016.0097.2447 PADRONIZACAO E CLASSIFICACAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	18.792.000	0	0	0	0	0	100	0
0098 EXECUCAO DA POLITICA DE PRECOS AGRICOLAS	7.315.882.169							
PROJETOS PRIORITARIOS	7.315.882.169							
04.016.0098.2169 FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRICOLAS	4.802.233.653	0	0	0	0	0	100	0
04.016.0098.2559 FINANCIAMENTO DE "AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL"	2.513.648.516	0	0	0	0	0	100	0
017 PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	99.197.063							
0103 PROTECAO A FLORA E A FAUNA	54.575.058							
PROJETOS PRIORITARIOS	35.156.658							
04.017.0103.4045 PROTECAO E CONSERVACAO DE ECOSISTEMAS	35.156.658	2	14	10	4	17	53	0
PROJETOS PRINCIPAIS	19.418.400							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
04.017.0103.3250 MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO BRASIL	19.418.400	71	29	0	0	0	0	0
0104 REFLORESTAMENTO	44.510.805							
PROJETOS PRIORITARIOS	44.510.805							
04.017.0104.4046 MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	44.510.805	46	12	10	6	11	15	0
0296 ESTUDOS E PESQUISAS HIDROLOGICOS	111.200							
PROJETOS PRIORITARIOS	111.200							
04.017.0296.3315 ESTUDOS INTEGRADOS DOS RECURSOS HIDRICOS E DE SOLOS E PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE	50.200	0	90	10	0	0	0	0
04.017.0296.3316 SUPORTE TECNOLÓGICO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS	61.000	0	90	10	0	0	0	0
018 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	1.162.441.755							
0042 ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO	1.020.416.653							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.020.416.653							
04.018.0042.2206 CONTRIBUICAO AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA	1.020.416.653	0	0	0	0	0	100	0
0110 COOPERATIVISMO	44.993.390							
PROJETOS PRINCIPAIS	520.157							
04.018.0110.1233 FORTALECIMENTO DO SISTEMA COOPERATIVISTA	520.157	14	29	21	19	17	0	0
DEMAIS PROJETOS	44.473.233							
0111 EXTENSÃO RURAL	77.545.974							
PROJETOS PRINCIPAIS	77.545.974							
04.018.0111.1231 INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL	32.886.000	0	0	0	0	0	100	0
04.018.0111.2462 SISTEMA BRASILEIRO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL	44.659.974	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	19.485.738							
DEMAIS PROJETOS	19.485.738							
038 PROGRAMAÇÃO A CARGO DE ESTADOS E MUNICIPIOS	1.096.200.000							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0181 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	1.096.200.000							
DEMAIS PROJETOS	1.096.200.000							
040 PROGRAMAS INTEGRADOS	72.533.078							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	3.435.264							
DEMAIS PROJETOS	3.435.264							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	54.160.450							
PROJETOS PRINCIPAIS	41.702.873							
04.040.0031.1222 ELETRIFICACAO RURAL	41.702.873	15	23	20	22	20	0	0
DEMAIS PROJETOS	12.457.577							
0105 CONSERVACAO DO SOLO	6.801.364							
PROJETOS PRIORITARIOS	6.801.364							
04.040.0105.1224 DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO EM MICROBACIAS HIDROGRAFICAS	6.801.364	0	0	0	0	0	100	0
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	7.779.265							
PROJETOS PRINCIPAIS	7.779.265							
04.040.0183.2466 DESENVOLVIMENTO DA CACAUICULTURA	7.779.265	39	56	3	0	2	0	0
0297 REGULARIZACAO DE CURSOS D'AGUA	356.735							
DEMAIS PROJETOS	356.735							
054 RECURSOS HIDRICOS	1.850.975.671							
0077 IRRIGACAO	1.293.139.061							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.292.976.823							
04.054.0077.1234 PRONI - IRRIGACAO NACIONAL	175.240.329	6	0	33	10	51	0	0
04.054.0077.1235 PROINE - IRRIGACAO DO NORDESTE	31.086.495	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1238 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA	180.800.034	0	50	0	0	50	0	0
04.054.0077.1239 APOIO A PROJETOS COMPLEMENTARES DE IRRIGACAO	99.628.974	9	52	0	11	28	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
04.054.0077.1245 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO BAIXO SAO FRANCISCO	45.691.964	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1246 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE IRECE	42.371.262	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1247 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE JAIBA	123.547.803	0	0	100	0	0	0	0
04.054.0077.1248 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO RIO GRANDE	89.270.612	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1249 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO RIO CORRENTE	123.594.281	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1250 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA EM JUAZEIRO/PETROLINA	75.767.699	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1251 APOIO A PROJETOS COMPLEMENTARES DE IRRIGACAO	102.628.192	0	28	15	0	57	0	0
04.054.0077.1255 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PARNAIBA	72.795.823	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1256 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ACARAU	28.450.462	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1257 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO JAGUARIBE	44.162.923	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1258 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ACU	7.570.514	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1259 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO APODI	314.140	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1260 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PIRANHAS	2.911.352	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1261 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PARAIBA	154.252	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1262 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ITAPICURU	23.360.492	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1263 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO RIO DAS CONTAS	2.888.644	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1265 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO FIDALGO	170.851	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1266 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE SUB-BACIAS DO SAO FRANCISCO	7.186.688	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1271 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO VAZA BARRIS	715.662	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0077.1272 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO CURU	12.667.375	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	162.238							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.486.605							
DEMAIS PROJETOS	1.486.605							
0297 REGULARIZACAO DE CURSOS D'AGUA	443.463.327							
PROJETOS PRIORITARIOS	443.463.327							
04.054.0297.1267 CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE ACUDES PUBLICOS	443.463.327	0	92	8	0	0	0	0
0457 DEFESA CONTRA AS SECAS	112.886.678							
PROJETOS PRIORITARIOS	86.643.493							
04.054.0457.1269 ENGENHARIA RURAL	57.949.383	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0457.1270 PROJETOS COMPLEMENTARES PARA APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA	28.694.110	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	26.243.185							
063 COMERCIO	39.099.114							

Exclusive juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0353 COMERCIALIZACAO	39.099.114							
PROJETOS PRINCIPAIS	39.099.114							
04.063.0353.1059 REFORMA DE CREDITO E COMERCIALIZACAO	39.099.114	0	0	0	0	0	100	0
075 SAUDE	4.084.911							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	4.084.911							
DEMAIS PROJETOS	4.084.911							
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	145.886.158							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	5.089.500							
PROJETOS PRIORITARIOS	5.089.500							
04.077.0056.3249 ESTUDO BIO-ECOLOGICO NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA	5.089.500	62	38	0	0	0	0	0
0103 PROTECAO A FLORA E A FAUNA	124.713.838							
PROJETOS PRIORITARIOS	124.713.838							
04.077.0103.2387 MEIO AMBIENTE - PNMA	117.364.382	0	0	0	0	0	100	0
04.077.0103.3096 PROGRAMA PILOTO PARA PROTECAO DAS FLORESTAS TROPICAIS-G7	7.349.456	100	0	0	0	0	0	0
0459 RECUPERACAO DE TERRAS	16.082.820							
PROJETOS PRIORITARIOS	16.082.820							
04.077.0459.3248 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS INDIGENAS E DE GARIMPOS	16.082.820	88	12	0	0	0	0	0
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	2.133.250							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	2.133.250							
DEMAIS PROJETOS	2.133.250							
082 PREVIDENCIA	212.310.150							
0495 PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	212.310.150							
DEMAIS PROJETOS	212.310.150							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
05 COMUNICAÇÕES	16.501.827.800							
007 ADMINISTRACAO	260.090.165							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	97.121.243							
DEMAIS PROJETOS	97.121.243							
0024 INFORMATICA	162.968.922							
DEMAIS PROJETOS	162.968.922							
021 COMUNICACOES POSTAIS	557.371.275							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	21.158.781							
DEMAIS PROJETOS	21.158.781							
0127 SERVICOS POSTAIS CONVENCIONAIS	536.212.494							
DEMAIS PROJETOS	536.212.494							
022 TELECOMUNICACOES	15.679.084.163							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	37.132.333							
DEMAIS PROJETOS	37.132.333							
0134 TELEFONIA	15.591.936.859							
PROJETOS PRIORITARIOS	15.591.936.859							
05.022.0134.5150 EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA BASICO DE TELECOMUNICACOES NACIONAL E CONEXAO INTERNACIONAL	2.473.318.753	0	0	0	0	0	100	0
05.022.0134.5151 EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TELECOMUNICACOES NACIONAL DE TEXTO E DADOS	447.699.042	0	0	0	0	0	100	0
05.022.0134.5152 EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA TELEFONICO	12.594.467.044	3	12	51	25	9	0	0
05.022.0134.6073 MANUTENCAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TELECOMUNICACOES	76.452.020	0	0	0	0	0	100	0
0136 SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES	32.380.954							
PROJETOS PRINCIPAIS	32.380.954							
05.022.0136.1069 APOIO A PROJETOS DE COMUNICACAO	32.380.954	0	0	0	0	100	0	0
0137 RADIODIFUSAO	16.923.296							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	9.379.051							
05.022.0137.2246 CAPTACAO E DIFUSAO DE NOTICIAS	7.093.429	0	0	0	0	0	100	0
05.022.0137.2247 MANUTENCAO E OPERACAO DE EMISSORAS	2.285.622	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	7.544.245							
0234 ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL	710.721							
DEMAIS PROJETOS	710.721							
072 POLITICA EXTERIOR	5.282.197							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	5.282.197							
DEMAIS PROJETOS	5.282.197							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
06 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	19.948.070.709							
007 ADMINISTRAÇÃO	2.767.666.965							
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.389.665							
DEMAIS PROJETOS	1.389.665							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.736.248.840							
DEMAIS PROJETOS	2.736.248.840							
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL	3.045.617							
DEMAIS PROJETOS	3.045.617							
0024 INFORMÁTICA	20.676.392							
DEMAIS PROJETOS	20.676.392							
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6.306.451							
DEMAIS PROJETOS	6.306.451							
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	587.819.475							
0033 DÍVIDA INTERNA	15.668.386							
DEMAIS PROJETOS	15.668.386							
0034 DÍVIDA EXTERNA	572.151.089							
DEMAIS PROJETOS	572.151.089							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	13.620.638							
0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	4.355.955							
DEMAIS PROJETOS	4.355.955							
0206 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	9.264.683							
DEMAIS PROJETOS	9.264.683							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	242.057.433							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	1.684.546							
DEMAIS PROJETOS	1.684.546							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	61.826.599							
PROJETOS PRIORITARIOS	61.826.599							
06.010.0021.2071 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DE CENTRO DE PESQUISA	51.024.887	0	0	0	0	0	100	0
06.010.0021.2098 COORDENACAO DO PROGRAMA DE CIENCIA E TECNOLOGIA	10.801.712	0	0	0	0	0	100	0
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	157.504.463							
PROJETOS PRIORITARIOS	157.504.463							
06.010.0054.2034 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	83.720.902	0	0	0	0	0	76	24
06.010.0054.2353 MANUTENCAO DOS ORGAOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	73.783.561	0	0	0	0	0	100	0
0055 PESQUISA APLICADA	4.261.113							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.136.332							
06.010.0055.2034 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.136.332	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	3.124.781							
06.010.0055.1018 PESQUISA E DESENVOLVIMENTOS APLICADOS	3.124.781	0	0	0	0	0	100	0
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	16.780.712							
PROJETOS PRINCIPAIS	16.780.712							
06.010.0056.2076 PESQUISA E ENGENHARIA DE TRANSITO	40.421	0	0	0	0	100	0	0
06.010.0056.2586 IMPLEMENTACAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE PESQUISAS E DE DESENVOLVIMENTO PARA SEGURANCA DAS COMUNICACOES	16.740.291	0	0	0	0	0	57	43
022 TELECOMUNICACOES	29.739.271							
0134 TELEFONIA	18.628.187							
DEMAIS PROJETOS	18.628.187							
0166 OPERACOES TERRESTRES	11.111.084							

Exclusiva juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	11.111.084							
026 DEFESA AEREA	2.793.419.178							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	22.454.035							
DEMAIS PROJETOS	22.454.035							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	359.144.765							
DEMAIS PROJETOS	359.144.765							
0024 INFORMÁTICA	12.006.615							
DEMAIS PROJETOS	12.006.615							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	285.606.487							
DEMAIS PROJETOS	285.606.487							
0160 OPERACOES AEREAS	2.109.968.526							
PROJETOS PRIORITARIOS	505.185.597							
06.026.0160.1009 DESENVOLVIMENTO DO AM-X	505.185.597	0	0	0	0	0	90	10
PROJETOS PRINCIPAIS	569.908.728							
06.026.0160.1007 REAPARELHAMENTO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	421.210.867	0	0	0	0	0	55	45
06.026.0160.1008 VEICULOS DE SUPERFICIE DE TRACAO MECANICA	95.131.081	0	0	0	0	0	100	0
06.026.0160.2576 VIGILANCIA AEREA DA FRONTEIRA NORTE	53.566.780	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.034.874.201							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	4.238.750							
DEMAIS PROJETOS	4.238.750							
027 DEFESA NAVAL	5.826.395.337							
0163 OPERACOES NAVAIS	5.826.395.337							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.666.176.647							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
06.027.0163.1022 DESENVOLVIMENTO DE MEIOS FLUTUANTES	31.572.808	0	0	0	0	0	98	2
06.027.0163.1023 AMPLIACAO DE ORGANIZACOES MILITARES DE APOIO	222.524.177	0	0	0	0	0	95	5
06.027.0163.1024 RENOVACAO E AMPLIACAO DOS MEIOS FLUTUANTES	732.597.082	0	0	0	0	0	54	46
06.027.0163.1025 VIATURAS E MATERIAIS ESPECIALIZADOS	27.103.891	0	0	0	0	0	99	1
06.027.0163.1026 REAPARELHAMENTO DA MARINHA	296.887.523	0	0	0	0	0	87	13
06.027.0163.1027 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	229.151.725	0	0	0	0	0	74	26
06.027.0163.2092 PATRULHA COSTEIRA	122.510.939	0	0	0	0	0	98	2
06.027.0163.2577 VIGILANCIA NAVAL DA FRONTEIRA NORTE	3.828.502	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	4.160.218.690							
028 DEFESA TERRESTRE	5.756.317.377							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	3.696.073.947							
DEMAIS PROJETOS	3.696.073.947							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	1.639.575							
DEMAIS PROJETOS	1.639.575							
0166 OPERACOES TERRESTRES	2.058.603.855							
PROJETOS PRINCIPAIS	752.434.945							
06.028.0166.1032 AUTOMACAO DA CARTOGRAFIA	627.802	0	0	0	0	0	100	0
06.028.0166.1033 REAPARELHAMENTO DO EXERCITO	672.778.851	0	0	0	0	0	100	0
06.028.0166.1034 CONSTRUCAO DE QUARTEIS	16.749.785	0	0	0	0	0	100	0
06.028.0166.2578 VIGILANCIA TERRESTRE DA FRONTEIRA NORTE	61.360.949	100	0	0	0	0	0	0
06.028.0166.2579 MARCOS DEMARCATORIOS NA FROTEIRA NORTE	917.558	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.306.168.910							
029 SERVICOS DE INFORMACOES	222.270							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	222.270							
DEMAIS PROJETOS	222.270							
030 SEGURANCA PUBLICA	1.537.197.217							
0015 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	149.630.416							
PROJETOS PRINCIPAIS	149.243.137							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
06.030.0015.1017 REESTRUTURACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO	149.243.137	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	387.279							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	653.468.129							
PROJETOS PRINCIPAIS	117.781							
06.030.0021.1019 INTEGRACAO DAS ACOES DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	67.330	0	0	0	0	0	100	0
06.030.0021.2073 COMBATE A VIOLENCIA E A CRIMINALIDADE	50.451	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	653.350.348							
0024 INFORMATICA	7.373.654							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.932.214							
06.030.0024.1020 INFORMATIZACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO	2.932.214	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	4.441.440							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	25.448.493							
DEMAIS PROJETOS	25.448.493							
0136 SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES	806.381							
PROJETOS PRINCIPAIS	806.381							
06.030.0136.2083 SISTEMA DE TELECOMUNICACOES	806.381	0	0	0	0	0	100	0
0174 POLICIAMENTO CIVIL	258.456.044							
PROJETOS PRINCIPAIS	27.804.606							
06.030.0174.2080 REAPARELHAMENTO DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	20.450.502	0	0	0	0	0	100	0
06.030.0174.2081 POLICIAMENTO FEDERAL	7.354.104	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	230.651.438							
0177 POLICIAMENTO MILITAR	311.914.268							
DEMAIS PROJETOS	311.914.268							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	119.706.737							
DEMAIS PROJETOS	119.706.737							
0179 SERVICOS ESPECIAIS DE SEGURANCA	280.130							
DEMAIS PROJETOS	280.130							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.275.713							
DEMAIS PROJETOS	3.275.713							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	78.058							
DEMAIS PROJETOS	78.058							
0535 CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	6.759.194							
DEMAIS PROJETOS	6.759.194							
043 ENSINO MEDIO	5.223.225							
0198 FORMACAO PARA O SETOR TERCIARIO	5.223.225							
DEMAIS PROJETOS	5.223.225							
044 ENSINO SUPERIOR	135.918.392							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	135.918.392							
DEMAIS PROJETOS	135.918.392							
045 ENSINO SUPLETIVO	9.557.318							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	9.557.318							
DEMAIS PROJETOS	9.557.318							
062 INDUSTRIA	109.560.707							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	109.560.707							
DEMAIS PROJETOS	109.560.707							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
072 POLITICA EXTERIOR	4.396.519							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	4.396.519							
DEMAIS PROJETOS	4.396.519							
088 TRANSPORTE RODOVIARIO	128.959.387							
0535 CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	128.959.387							
PROJETOS PRINCIPAIS	53.124.617							
06.088.0535.2600 OPERACAO DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	53.124.617	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	75.834.770							

Exclutivos Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7.718.915.476							
007 ADMINISTRACAO	201.151.731							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	195.891.925							
PROJETOS PRINCIPAIS	8.974.746							
07.007.0021.1143 APOIO A CRIACAO DO ESTADO DO TOCANTINS	8.974.746	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	186.917.179							
0024 INFORMATICA	3.226.817							
DEMAIS PROJETOS	3.226.817							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.032.989							
DEMAIS PROJETOS	2.032.989							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	3.007.296.217							
0030 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	2.798.749							
DEMAIS PROJETOS	2.798.749							
0033 DIVIDA INTERNA	330.363							
DEMAIS PROJETOS	330.363							
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	3.004.167.105							
DEMAIS PROJETOS	3.004.167.105							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	86.633.381							
0024 INFORMATICA	1.820.074							
DEMAIS PROJETOS	1.820.074							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	82.526.951							
PROJETOS PRIORITARIOS	6.760.392							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07.009.0040.2357 PLANEJAMENTO DE RECURSOS NATURAIS	6.760.392	0	100	0	0	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	13.071.812							
07.009.0040.2355 PLANEJAMENTO SETORIAL INTEGRADO DO NORDESTE	13.071.812	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	62.694.747							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	414.764							
PROJETOS PRIORITARIOS	414.764							
07.009.0045.3123 LEVANTAMENTO CARTOGRAFICO BASICO (MAPAS)	414.764	0	100	0	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.807.965							
DEMAIS PROJETOS	1.807.965							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	63.627							
DEMAIS PROJETOS	63.627							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	77.895.316							
0055 PESQUISA APLICADA	46.764.957							
PROJETOS PRIORITARIOS	46.764.957							
07.010.0055.3124 PESQUISA E DIFUSAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	46.764.957	0	100	0	0	0	0	0
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	31.130.359							
DEMAIS PROJETOS	31.130.359							
014 PRODUCAO VEGETAL	45.616.014							
0077 IRRIGACAO	45.616.014							
DEMAIS PROJETOS	45.616.014							
016 ABASTECIMENTO	48.528.774							
0096 SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS AGRICOLAS	48.528.774							

Exclui-se juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	48.528.774							
07.016.0096.2367 DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	11.289.294	100	0	0	0	0	0	0
07.016.0096.3126 IMPLANTACAO DE CENTROS DE ABASTECIMENTO	37.239.480	0	100	0	0	0	0	0
039 DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIOES	477.220.852							
0067 COLONIZACAO	666.732							
PROJETOS PRINCIPAIS	666.732							
07.039.0067.1172 DISTRITO AGROPECUARIO DA SUFRAMA	666.732	100	0	0	0	0	0	0
0323 PLANEJAMENTO URBANO	4.689.563							
PROJETOS PRINCIPAIS	4.689.563							
07.039.0323.1302 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ACOES NO COMPLEXO INDUSTRIAL	4.689.563	100	0	0	0	0	0	0
0346 PROMOCAO INDUSTRIAL	32.240.385							
PROJETOS PRINCIPAIS	32.240.385							
07.039.0346.1173 DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS	32.240.385	100	0	0	0	0	0	0
0353 COMERCIALIZACAO	41.499.000							
PROJETOS PRINCIPAIS	41.499.000							
07.039.0353.3018 ENTREPOSTO ALFANDEGADO DE MANAUS	4.228.200	100	0	0	0	0	0	0
07.039.0353.3019 AREAS DE LIVRE COMERCIO NA AMAZONIA OCIDENTAL	37.270.800	100	0	0	0	0	0	0
0534 ESTRADAS VICINAIS	388.729.172							
PROJETOS PRINCIPAIS	388.729.172							
07.039.0534.3128 CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS	388.729.172	16	25	7	4	48	0	0
0562 PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES	9.396.000							
DEMAIS PROJETOS	9.396.000							
040 PROGRAMAS INTEGRADOS	3.207.753.478							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.220.019.641							
PROJETOS PRIORITARIOS	315.185.029							
07.040.0031.5499 CONTROLE DA EROSAO DO SOLO	18.115.958	0	0	0	0	0	100	0
07.040.0031.5503 APOIO AS ACOES AMBIENTAIS	297.069.071	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	904.834.612							
07.040.0031.1142 DESENVOLVIMENTO DE ACOES REGIONAIS	801.329.830	0	100	0	0	0	0	0
07.040.0031.1174 APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	32.109.903	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0031.5496 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIAO CENTRO-OESTE	41.860.746	0	0	0	0	100	0	0
07.040.0031.5504 DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO	29.534.133	40	30	0	0	30	0	0
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	1.972.266.181							
PROJETOS PRIORITARIOS	319.109.897							
07.040.0183.3132 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO-TECNOLOGICO E DE EDUCACAO	72.095.240	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0183.3137 FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA DO NORDESTE	192.757.396	0	100	0	0	0	0	0
07.040.0183.3142 RECUPERACAO DE RECURSOS NATURAIS DAS MICROBASIAS DA REGIAO SUL	11.082.548	0	0	0	100	0	0	0
07.040.0183.5499 CONTROLE DA EROSAO DO SOLO	5.816.907	0	40	0	40	20	0	0
07.040.0183.5500 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE BACIAS DA REGIAO SUL	37.357.806	0	0	0	100	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	1.590.488.823							
07.040.0183.1144 NOVO JEQUITINHONHA	21.914.868	0	0	100	0	0	0	0
07.040.0183.1162 APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PAPP	812.201.627	0	91	9	0	0	0	0
07.040.0183.3133 INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA	361.599.296	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0183.3134 INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	114.907.191	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0183.3135 DESENVOLVIMENTO DE SETORES PRODUTIVOS	34.733.139	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0183.3140 PRE INVESTIMENTO ESTRATEGICO	27.869.663	0	0	0	100	0	0	0
07.040.0183.3141 DESENVOLVIMENTO PERIMETROS IRRIGADOS	7.793.081	0	0	0	0	0	100	0
07.040.0183.3145 PONTAL DO PARANAPANEMA	34.470.322	0	0	100	0	0	0	0
07.040.0183.3146 ACO REGIONAL NO ESPIRITO SANTO	16.876.171	0	0	100	0	0	0	0
07.040.0183.3147 VALE DO RIBEIRA	2.797.738	0	0	100	0	0	0	0
07.040.0183.3148 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO NORTE FLUMINENSE	5.025.857	0	0	100	0	0	0	0
07.040.0183.3301 APOIO AO PEQUENO MINERADOR	60.000.000	0	0	0	0	0	100	0
07.040.0183.3304 DERROCAMENTO DO RIO SAO FRANCISCO	5.100.000	0	65	35	0	0	0	0
07.040.0183.3314 APOIO AOS PEQUENOS E MEDIOS PRODUTORES RURAIS NOS ESTADOS DE MS, PR, SC E RS.	30.000.000	0	0	0	75	25	0	0
07.040.0183.5501 APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	4.639.636	60	20	0	0	20	0	0
07.040.0183.5505 DESENVOLVIMENTO FRONTEIRICO	31.978.861	50	0	0	30	20	0	0
07.040.0183.5506 INFRA-ESTRUTURA DE APOIO A HIDROVIA PARANA-PARAGUAI	4.487.373	0	0	0	0	100	0	0
07.040.0183.5508 DESENVOLVIMENTO DA AGROINDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	14.094.000	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	62.667.461							
0537 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	15.467.656							
PROJETOS PRINCIPAIS	15.467.656							
07.040.0537.5526 CONSTRUÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	15.467.656	25	25	0	0	50	0	0
043 ENSINO MÉDIO	63.946							
0197 FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO	63.946							
DEMAIS PROJETOS	63.946							
054 RECURSOS HÍDRICOS	4.595.772							
0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	4.595.772							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	4.595.772							
07.054.0183.3137 FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO NORDESTE	4.595.772	0	100	0	0	0	0	0
062 INDÚSTRIA	26.386.692							
0346 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	26.386.692							
PROJETOS PRINCIPAIS	26.386.692							
07.062.0346.1175 APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	1.315.440	100	0	0	0	0	0	0
07.062.0346.2360 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA REGIONAL	25.071.252	0	100	0	0	0	0	0
063 COMÉRCIO	2.584.855							
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	2.584.855							
DEMAIS PROJETOS	2.584.855							
065 TURISMO	193.087.815							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.178.877							
DEMAIS PROJETOS	17.178.877							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.528.617							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	1.528.617							
0363 PROMOÇÃO DO TURISMO	111.446.474							
PROJETOS PRINCIPAIS	111.446.474							
07.065.0363.2401 PROMOÇÃO TURÍSTICA DO BRASIL NO EXTERIOR	70.234.305	0	0	0	0	0	0	100
07.065.0363.2402 CONTROLE DE QUALIDADE DO PRODUTO TURÍSTICO NACIONAL	8.166.398	0	0	0	0	0	100	0
07.065.0363.2403 PROMOÇÃO DO TURISMO INTERNO	27.273.436	0	0	0	0	0	100	0
07.065.0363.2561 CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PROMOÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES E INVESTIMENTO TURÍSTICO	5.772.335	0	0	0	0	0	100	0
0364 EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	62.129.504							
PROJETOS PRINCIPAIS	62.129.504							
07.065.0364.1193 FINANCIAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	58.062.602	0	0	0	0	0	100	0
07.065.0364.2408 APOIO A AÇÕES E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PAÍS	4.066.902	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	804.343							
DEMAIS PROJETOS	804.343							
076 SANEAMENTO	109.302.631							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	35.859.991							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	35.859.991							
07.076.0021.2467 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS	35.859.991	0	0	0	0	0	100	0
0448 SANEAMENTO GERAL	17.486.328							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	17.486.328							
07.076.0448.1242 SANEAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS URBANAS	16.140.116	0	11	0	0	29	60	0
07.076.0448.1243 SANEAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS RURAIS	1.346.212	0	0	0	0	0	100	0
0458 DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES	55.956.312							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	55.956.312							
07.076.0458.1244 CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DE VALES E CIDADES	55.956.312	0	0	0	0	7	93	0
081 ASSISTÊNCIA	28.077.271							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	28.077.271							
PROJETOS PRINCIPAIS	28.077.271							
07.081.0178.5512 ACOES COMPLEMENTARES CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS NO NORDESTE	28.077.271	0	100	0	0	0	0	0
084 PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	460.470							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	460.470							
DEMAIS PROJETOS	460.470							
087 TRANSPORTE AEREO	98.058.527							
0523 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	98.058.527							
PROJETOS PRINCIPAIS	98.058.527							
07.087.0523.1010 CONSTRUCAO DE AEROPORTOS NA REGIAO AMAZONICA	98.058.527	0	0	0	0	0	100	0
088 TRANSPORTE RODOVIARIO	74.573.797							
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	22.080.600							
PROJETOS PRINCIPAIS	22.080.600							
07.088.0183.5501 APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	22.080.600	60	20	0	0	20	0	0
0537 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	52.493.197							
PROJETOS PRINCIPAIS	52.493.197							
07.088.0537.3131 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	52.493.197	50	25	0	0	25	0	0
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	29.627.937							
0562 PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES	29.627.937							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.627.937							
07.090.0562.3129 PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES	29.627.937	100	0	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
08 EDUCAÇÃO E CULTURA	20.657.657.020							
007 ADMINISTRAÇÃO	1.726.036.970							
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.175.179							
DEMAIS PROJETOS	1.175.179							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.623.263.036							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.239.005.571							
08.007.0021.2146 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL	1.239.005.571	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	384.257.465							
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL	294.484							
DEMAIS PROJETOS	294.484							
0137 RÁDIO-DIFUSÃO	99.077.738							
DEMAIS PROJETOS	99.077.738							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	937.916							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	937.916							
08.007.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	937.916	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.288.617							
DEMAIS PROJETOS	1.288.617							
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	31.352.709							
0030 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	28.746.224							
DEMAIS PROJETOS	28.746.224							
0032 CONTROLE INTERNO	2.606.485							
DEMAIS PROJETOS	2.606.485							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	28.128.361							
0024 INFORMÁTICA	5.213.810							
DEMAIS PROJETOS	5.213.810							
0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	21.697.115							
DEMAIS PROJETOS	21.697.115							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS-SOCIAIS	1.217.436							
DEMAIS PROJETOS	1.217.436							
010 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.230.343							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	84.341							
DEMAIS PROJETOS	84.341							
0055 PESQUISA APLICADA	1.310.908							
DEMAIS PROJETOS	1.310.908							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	2.142.978							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	2.099.389							
08.010.0056.2285 APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	2.099.389	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	43.589							
0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	2.692.116							
DEMAIS PROJETOS	2.692.116							
022 TELECOMUNICAÇÕES	21.551.870							
0137 RÁDIO DIFUSÃO	21.551.870							
PROJETOS PRINCIPAIS	21.551.870							
08.022.0137.2248 PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS DE RÁDIO E DE TV	21.551.870	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
041 EDUCACAO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS	316.161.491							
0185 CRECHE	44.290.815							
PROJETOS PRIORITARIOS	44.290.815							
08.041.0185.2556 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PARA CRIANCAS DE 0 A 4 ANOS	44.290.815	0	0	0	0	0	100	0
0190 EDUCACAO PRE-ESCOLAR	271.870.676							
PROJETOS PRIORITARIOS	271.870.676							
08.041.0190.2290 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR	263.778.833	0	0	0	0	0	100	0
08.041.0190.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	8.091.843	0	0	0	0	0	100	0
042 ENSINO FUNDAMENTAL	5.928.841.419							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	7.156.529							
DEMAIS PROJETOS	7.156.529							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.374.165.000							
DEMAIS PROJETOS	1.374.165.000							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	30.306.991							
PROJETOS PRIORITARIOS	30.306.991							
08.042.0044.2303 SISTEMA DE ESTATISTICA EDUCACIONAL	30.306.991	0	0	0	0	0	100	0
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	8.200.285							
PROJETOS PRIORITARIOS	4.100.143							
08.042.0056.2285 APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS NA AREA DA EDUCACAO	4.100.143	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	4.100.142							
0137 RADIODIFUSAO	33.330.097							
PROJETOS PRIORITARIOS	33.330.097							
08.042.0137.2248 PRODUCAO E VEICULACAO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS DE RADIO E DE TV	33.330.097	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0187 ERRADICACAO DO ANALFABETISMO	67.813.149							
PROJETOS PRIORITARIOS	67.736.777							
08.042.0187.5519 ERRADICACAO DO ANALFABETISMO E UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	67.736.777	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	76.372							
0188 ENSINO REGULAR	1.689.215.208							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.629.077.998							
08.042.0188.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	34.634.103	0	0	100	0	0	0	0
08.042.0188.2289 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.141.263.234	0	0	0	0	0	100	0
08.042.0188.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	88.536.815	0	0	0	0	0	100	0
08.042.0188.3017 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	314.643.846	0	0	0	0	0	100	0
08.042.0188.3317 CONSTRUCAO DE COLEGIOS AGRICOLAS	50.000.000	3	50	30	10	7	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	10.570.114							
08.042.0188.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	26.889	0	100	0	0	0	0	0
08.042.0188.2288 ASSISTENCIA FINANCEIRA A CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	10.543.225	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	49.567.096							
0197 FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO	234.290							
PROJETOS PRINCIPAIS	234.290							
08.042.0197.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	234.290	0	0	100	0	0	0	0
0199 ENSINO POLIVALENTE	27.047.824							
PROJETOS PRIORITARIOS	27.047.824							
08.042.0199.1078 EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO	27.047.824	0	0	0	0	0	100	0
0213 CURSOS DE SUPLENCIA	77.111.798							
PROJETOS PRIORITARIOS	77.111.798							
08.042.0213.2289 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	77.111.798	0	0	0	0	0	100	0
0235 BOLSAS DE ESTUDO	141.679.246							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	141.679.246							
08.042.0235.2300 AQUISICAO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	141.679.246	0	0	0	0	0	100	0
0236 LIVRO DIDATICO	209.249.197							
PROJETOS PRIORITARIOS	209.249.197							
08.042.0236.2293 DISTRIBUICAO DE LIVROS PARA ALUNOS E BIBLIOTECAS	209.249.197	0	0	0	0	0	100	0
0237 MATERIAL DE APOIO PEDAGOGICO	195.733.382							
PROJETOS PRIORITARIOS	195.733.382							
08.042.0237.2294 PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE MATERIAL ESCOLAR	195.733.382	0	0	0	0	0	100	0
0252 EDUCACAO COMPENSATORIA	253.010.667							
PROJETOS PRIORITARIOS	253.010.667							
08.042.0252.2291 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	253.010.667	0	0	2	0	0	98	0
0483 ASSISTENCIA AO MENOR	1.814.587.756							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.814.587.756							
08.042.0483.3031 PROJETO MINHA GENTE	1.814.587.756	0	0	0	0	0	100	0
043 ENSINO MEDIO	1.558.400.944							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	4.939.907							
DEMAIS PROJETOS	4.939.907							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	62.149							
DEMAIS PROJETOS	62.149							
0188 ENSINO REGULAR	70.039.759							
PROJETOS PRIORITARIOS	70.039.759							
08.043.0188.2555 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO	63.619.689	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0188.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	6.420.070	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0196 FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO	291.207.820							
PROJETOS PRIORITARIOS	240.826.277							
08.043.0196.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	240.826.277	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	50.381.543							
08.043.0196.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	50.381.543	0	20	42	38	0	0	0
0197 FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO	542.830.396							
PROJETOS PRIORITARIOS	516.753.218							
08.043.0197.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	516.753.218	9	36	34	14	7	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	21.404.997							
08.043.0197.1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA	5.852.828	15	29	40	7	9	0	0
08.043.0197.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	15.552.169	31	0	41	28	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	4.672.181							
0198 FORMACAO PARA O SETOR TERCIARIO	262.719.266							
DEMAIS PROJETOS	262.719.266							
0199 ENSINO POLIVALENTE	332.026.437							
PROJETOS PRIORITARIOS	325.248.580							
08.043.0199.1078 EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO	224.574.195	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0199.1082 INFORMATICA NA EDUCACAO	32.175.412	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0199.1090 RECUPERACAO DAS INSTALACOES FISICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLOGICO	40.716.535	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0199.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	9.901.908	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0199.4052 AVALIACAO DO ENSINO	17.880.530	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	6.777.857							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	54.575.210							
PROJETOS PRIORITARIOS	52.152.817							
08.043.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	52.152.817	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	2.422.393							
08.043.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.422.393	3	35	43	9	10	0	0
044 ENSINO SUPERIOR	8.012.612.179							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	13.434.108							
DEMAIS PROJETOS	13.434.108							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	667.071							
DEMAIS PROJETOS	667.071							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	29.243							
DEMAIS PROJETOS	29.243							
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	55.261.311							
PROJETOS PRINCIPAIS	55.261.311							
08.044.0054.2305 COORDENACAO E MANUTENCAO DA PESQUISA	55.261.311	1	33	48	18	0	0	0
0055 PESQUISA APLICADA	16.923.769							
DEMAIS PROJETOS	16.923.769							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	1.023.357							
DEMAIS PROJETOS	1.023.357							
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	66.961							
DEMAIS PROJETOS	66.961							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	6.157.827.502							
PROJETOS PRINCIPAIS	6.029.493.905							
08.044.0205.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	5.902.855.330	6	29	34	19	12	0	0
08.044.0205.2281 ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES UNIVERSITARIAS NAO FEDERAIS	61.073.786	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0205.2493 APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	65.564.789	0	0	0	0	0	100	0

Excluíve Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	128.333.597							
0206 ENSINO DE POS-GRADUACAO	1.367.584.911							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.083.459.622							
08.044.0206.2275 CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NIVEL DE POS-GRADUACAO	1.020.405.488	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0206.2286 APOIO INSTITUCIONAL E FOMENTO AOS PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO	46.867.191	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0206.4053 CONCESSAO DE BOLSAS DE DEDICACAO ACADEMICA	10.052.110	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0206.4071 CONCESSAO DE BOLSA PARA PROFESSOR VISITANTE ESTRANGEIRO	6.134.833	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	273.211.879							
08.044.0206.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	160.419.743	2	16	62	11	6	3	0
08.044.0206.2275 CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NIVEL DE POS-GRADUACAO	111.269.226	8	23	41	19	9	0	0
08.044.0206.4026 AVALIACAO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO	1.522.910	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	10.913.410							
0207 EXTENSAO UNIVERSITARIA	34.711.603							
DEMAIS PROJETOS	34.711.603							
0208 CAMPUS UNIVERSITARIO	105.375.632							
DEMAIS PROJETOS	105.375.632							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	19.035.706							
PROJETOS PRINCIPAIS	18.936.590							
08.044.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	18.936.590	1	2	91	1	5	0	0
DEMAIS PROJETOS	99.116							
0235 BOLSAS DE ESTUDO	187.376.644							
PROJETOS PRINCIPAIS	187.279.420							
08.044.0235.2282 CREDITO EDUCATIVO	187.279.420	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	97.224							
0240 RESTAURANTE UNIVERSITARIO	7.026							

Exclusive juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	7.026							
0247 DIFUSAO CULTURAL	2.809.318							
DEMAIS PROJETOS	2.809.318							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	50.466.306							
DEMAIS PROJETOS	50.466.306							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	11.711							
DEMAIS PROJETOS	11.711							
045 ENSINO SUPLETIVO	307.211.758							
0187 ERRADICACAO DO ANALFABETISMO	286.049.721							
PROJETOS PRINCIPAIS	252.647.644							
08.045.0187.3016 ERRADICACAO DO ANALFABETISMO	252.647.644	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	33.402.077							
0213 CURSOS DE SUPLENCIA	1.200.499							
DEMAIS PROJETOS	1.200.499							
0215 CURSOS DE QUALIFICACAO	5.957.453							
DEMAIS PROJETOS	5.957.453							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	12.563.316							
PROJETOS PRIORITARIOS	56.226							
08.045.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	56.226	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	12.507.090							
0223 EDUCACAO FISICA	615.712							
DEMAIS PROJETOS	615.712							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0247 DIFUSAO CULTURAL	825.057							
DEMAIS PROJETOS	825.057							
046 EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	375.840							
0227 DESPORTO PROFISSIONAL	375.840							
DEMAIS PROJETOS	375.840							
047 ASSISTENCIA A EDUCANDOS	46.277.163							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	11.711							
DEMAIS PROJETOS	11.711							
0234 ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL	154.589							
DEMAIS PROJETOS	154.589							
0235 BOLSAS DE ESTUDO	17.695.323							
DEMAIS PROJETOS	17.695.323							
0238 RESIDENCIA PARA EDUCANDOS	23.367							
DEMAIS PROJETOS	23.367							
0239 TRANSPORTE ESCOLAR	42.167							
DEMAIS PROJETOS	42.167							
0240 RESTAURANTE UNIVERSITARIO	27.203.958							
DEMAIS PROJETOS	27.203.958							
0471 AUXILIO REFEICAO	72.157							
DEMAIS PROJETOS	72.157							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	1.073.891							
DEMAIS PROJETOS	1.073.891							

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
048 CULTURA	360.451.295							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	176.932.140							
DEMAIS PROJETOS	176.932.140							
0024 INFORMATICA	2.680.196							
DEMAIS PROJETOS	2.680.196							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	358.330							
DEMAIS PROJETOS	358.330							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	321.543							
DEMAIS PROJETOS	321.543							
0055 PESQUISA APLICADA	2.540.099							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.403.183							
08.048.0055.2188 DESENVOLVIMENTO E DIVULGACAO DE INVESTIGACOES EM CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS	1.403.183	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.136.916							
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	614.232							
PROJETOS PRINCIPAIS	324.321							
08.048.0057.2190 ESTUDOS AVANCADOS DE CIENCIA E CULTURA DAS AREAS TROPICAIS	324.321	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	289.911							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.957.867							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.866.861							
08.048.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	504.065	0	100	0	0	0	0	0
08.048.0217.2910 CAPACITACAO TECNICA DE PROFISSIONAIS NA AREA DE CULTURA	2.362.796	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	91.006							
0246 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	122.081.803							

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993- 1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	119.966.044							
08.048.0246.2117 FORMACAO E PRESERVACAO DO ACERVO MUSEOLOGICO, BIBLIOGRAFICO E DOCUMENTAL	447.015	0	100	0	0	0	0	0
08.048.0246.2121 PRESERVACAO E DIFUSAO DE ACERVOS MUSEOLOGICOS	15.386.239	0	0	4	0	0	96	0
08.048.0246.2125 PRESERVAR E DIFUNDIR ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS	4.797.677	0	0	100	0	0	0	0
08.048.0246.2909 INVENTARIO NACIONAL DO PATRIMONIO CULTURAL	3.539.142	0	0	2	0	0	98	0
08.048.0246.4031 PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL	92.695.885	11	14	18	0	0	57	0
08.048.0246.4034 PRESERVACAO DO PALACIO GUSTAVO CAPANEMA	3.100.086	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.115.759							
0247 DIFUSAO CULTURAL	51.742.353							
PROJETOS PRIORITARIOS	5.018.761							
08.048.0247.2126 INCENTIVO A CRIACAO E AO DESENVOLVIMENTO DE BIBLIOTECAS	2.149.492	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2907 PROGRAMA DE INCENTIVO A LITERATURA - PRO-LER	342.966	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2908 PROGRAMA NACIONAL DE INFORMACOES CULTURAIS	2.526.303	0	0	2	0	5	93	0
PROJETOS PRINCIPAIS	44.745.352							
08.048.0247.2115 COORDENACAO E ASSISTENCIA A DIREITOS DO AUTOR	92.708	0	0	100	0	0	0	0
08.048.0247.2905 INTERACAO ENTRE A EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA E OS DIFERENTES CONTEXTOS CULTURAIS	698.674	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2906 RECONHECIMENTO E VALORIZACAO DAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS E ETNICAS	569.018	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2907 PROGRAMA DE INCENTIVO A LITERATURA - PRO-LER	813.850	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2908 PROGRAMA NACIONAL DE INFORMACOES CULTURAIS	75.168	0	0	100	0	0	0	0
08.048.0247.2911 PROMOCAO DO ACESSO AOS BENS E SERVICOS CULTURAIS	12.711.936	32	42	1	0	0	25	0
08.048.0247.2912 FOMENTO A PRODUCAO CULTURAL E ARTISTICA	18.751.181	33	42	1	0	0	24	0
08.048.0247.4029 PROMOCAO E INCENTIVO AS ATIVIDADES ARTISTICAS E CULTURAIS	10.245.627	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.4035 PROMOCAO, DIFUSAO E INTERCAMBIO DE BENS E SERVICOS CULTURAIS	787.190	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	1.978.240							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	222.732							
DEMAIS PROJETOS	222.732							
049 EDUCACAO ESPECIAL	96.185.432							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	11.962.585							
DEMAIS PROJETOS	11.962.585							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	147.359							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRIORITARIOS	147.359							
08.049.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	147.359	0	0	40	0	0	60	0
0252 EDUCACAO COMPENSATORIA	84.075.488							
PROJETOS PRIORITARIOS	84.075.488							
08.049.0252.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.909.337	0	0	0	0	0	100	0
08.049.0252.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO	10.590.595	0	0	34	0	0	66	0
08.049.0252.2291 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	30.110.128	0	0	0	0	0	100	0
08.049.0252.2292 EDUCACAO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTE	5.182.441	0	0	0	0	0	100	0
08.049.0252.2304 PRODUCAO DE PROGRAMAS E MATERIAIS EDUCATIVOS	174.127	0	0	34	0	0	66	0
08.049.0252.2305 COORDENACAO E MANUTENCAO DA PESQUISA	153.987	0	0	53	0	0	47	0
08.049.0252.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS	31.954.873	0	0	0	0	0	100	0
075 SAUDE	2.217.616.840							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.686.916							
DEMAIS PROJETOS	1.686.916							
0427 ALIMENTACAO E NUTRICAO	2.186.550.592							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.186.550.592							
08.075.0427.2487 ALIMENTACAO ESCOLAR	2.186.550.592	0	0	0	0	0	100	0
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	29.379.332							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.379.332							
08.075.0428.2298 SAUDE DO ESCOLAR	29.379.332	0	0	0	0	0	100	0
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	29.281							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	29.281							
DEMAIS PROJETOS	29.281							
084 PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	193.125							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	193.125							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	193.125							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	39.612.536.472							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	188.342.919							
0034 DIVIDA EXTERNA	188.342.919							
DEMAIS PROJETOS	188.342.919							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	41.954.946							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	41.954.946							
DEMAIS PROJETOS	41.954.946							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	468.653.259							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	272.895.099							
DEMAIS PROJETOS	272.895.099							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	11.656.194							
DEMAIS PROJETOS	11.656.194							
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	20.943.987							
PROJETOS PRINCIPAIS	20.943.987							
09.010.0054.2250 DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIA NA AREA NUCLEAR	20.943.987	0	0	100	0	0	0	0
0055 PESQUISA APLICADA	142.131.760							
PROJETOS PRINCIPAIS	74.673.718							
09.010.0055.2251 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO NUCLEAR	21.153.411	0	0	100	0	0	0	0
09.010.0055.5116 ENRIQUECIMENTO ISOTOPICO DE URANIO	53.520.307	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	67.458.042							
0456 CONTROLE DA POLUICAO	21.026.219							
PROJETOS PRINCIPAIS	21.026.219							
09.010.0456.2249 SEGURANCA NUCLEAR	21.026.219	0	0	23	0	27	50	0

Exclusive juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
051 ENERGIA ELETRICA	15.746.104.776							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	565.563.083							
PROJETOS PRIORITARIOS	519.181.148							
09.051.0021.6011 COORDENACAO E MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL	519.181.148	2	32	38	10	18	0	0
DEMAIS PROJETOS	46.381.935							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.124.300.697							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.124.300.697							
09.051.0035.1700 PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DE EMPRESAS	1.124.300.697	33	53	0	0	14	0	0
0055 PESQUISA APLICADA	36.000.000							
PROJETOS PRINCIPAIS	36.000.000							
09.051.0055.3302 DESENVOLVIMENTO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA	36.000.000	0	0	0	0	0	100	0
0263 GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA	8.105.982.132							
PROJETOS PRIORITARIOS	7.802.195.506							
09.051.0263.3251 USINA HIDRELETRICA SERRA DE MESA	1.741.392.000	0	0	0	0	100	0	0
09.051.0263.3252 USINA HIDRELETRICA CANA BRAVA	287.446.817	0	0	100	0	0	0	0
09.051.0263.3254 USINA HIDRELETRICA DE XINGO - PRIMEIRA ETAPA	1.379.591.817	0	100	0	0	0	0	0
09.051.0263.3255 USINA HIDRELETRICA SAMUEL	147.192.769	100	0	0	0	0	0	0
09.051.0263.3256 USINA HIDRELETRICA TUCURUI - SEGUNDA ETAPA ELETRONORTE	648.295.289	100	0	0	0	0	0	0
09.051.0263.3257 USINA HIDRELETRICA MANSO	346.434.435	0	0	0	0	100	0	0
09.051.0263.3258 USINA HIDRELETRICA PORTEIRA	284.073.340	100	0	0	0	0	0	0
09.051.0263.3259 USINA HIDRELETRICA CORUMBA I	304.234.493	0	0	0	0	100	0	0
09.051.0263.3263 USINA HIDRELETRICA ITA	1.061.339.744	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0263.3264 USINA HIDRELETRICA GARABI	142.411.414	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0263.5037 EXPANSAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA	1.044.588.086	27	10	8	13	42	0	0
09.051.0263.5118 ESTUDOS E PROJETOS	382.023.037	81	0	0	0	0	19	0
09.051.0263.6063 MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA	33.172.265	0	0	100	0	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	73.350.000							
09.051.0263.5347 USINA HIDRELETRICA NOIDORE	73.350.000	0	0	0	0	100	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	230.436.626							
0264 GERACAO DE ENERGIA TERMELETRICA	945.311.828							
PROJETOS PRIORITARIOS	945.311.828							
09.051.0264.3261 USINA TERMELETRICA JORGE LACERDA IV	90.543.614	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0264.3262 USINA TERMELETRICA JACUI I	248.845.230	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0264.5394 GERACAO DE ENERGIA TERMELETRICA	605.922.984	100	0	0	0	0	0	0
0265 GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	1.125.386.701							
PROJETOS PRIORITARIOS	938.326.685							
09.051.0265.3260 USINA NUCLEAR DE ANGRA II	938.326.685	0	0	100	0	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	187.060.016							
09.051.0265.2488 FABRICACAO DE COMBUSTIVEL NUCLEAR	187.060.016	0	0	100	0	0	0	0
0267 TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	3.344.843.674							
PROJETOS PRIORITARIOS	3.344.843.674							
09.051.0267.5137 EXPANSAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	3.344.843.674	18	45	31	6	0	0	0
0268 DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	498.716.661							
PROJETOS PRIORITARIOS	498.716.661							
09.051.0268.5130 EXPANSAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	498.716.661	6	0	94	0	0	0	0
052 PETROLEO	20.333.154.127							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	678.711.809							
PROJETOS PRIORITARIOS	651.800.912							
09.052.0021.6028 ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	651.800.912	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	26.910.897							
0289 PROSPECCAO E AVALIACAO DE JAZIDAS	4.726.918.980							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRIORITARIOS	3.740.532.504							
09.052.0289.6035 INVESTIGACAO EXPLORATORIA DE PETROLEO	1.755.885.566	22	33	34	10	1	0	0
09.052.0289.6084 PERFURACAO EXPLORATORIA DE PETROLEO	1.984.646.938	25	29	33	12	1	0	0
DEMAIS PROJETOS	986.386.476							
0290 EXTRACAO E BENEFICIAMENTO	9.499.472.082							
PROJETOS PRIORITARIOS	9.499.472.082							
09.052.0290.5126 EXPANSAO DA PRODUCAO DE PETROLEO DA BACIA DE CAMPOS	1.508.818.729	0	0	100	0	0	0	0
09.052.0290.5302 PERFURACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE PETROLEO	2.255.802.322	6	38	50	6	0	0	0
09.052.0290.5307 PRODUCAO DE PETROLEO NAS BACIAS MARITIMAS	1.087.566.126	0	22	47	31	0	0	0
09.052.0290.5308 PRODUCAO DE PETROLEO NAS BACIAS TERRESTRES	1.420.947.098	40	41	18	1	0	0	0
09.052.0290.5342 SISTEMA DE PRODUCAO DE ALBACORA	1.272.122.260	0	0	100	0	0	0	0
09.052.0290.5343 SISTEMA DE PRODUCAO DE ENCHOVA/ENCHOVA OESTE	731.747.905	0	0	100	0	0	0	0
09.052.0290.5344 SISTEMA DE PRODUCAO DE MARLIM	1.222.467.642	0	0	100	0	0	0	0
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	2.148.183.379							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.148.183.379							
09.052.0347.5044 AMPLIACAO E OTIMIZACAO DO PARQUE DE REFINO DE PETROLEO	1.450.470.261	0	26	47	27	0	0	0
09.052.0347.5402 IMPLANTACAO DO MODULO INDUSTRIAL DO XISTO	4.641.108	0	0	0	100	0	0	0
09.052.0347.6050 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO	693.072.010	7	17	58	18	0	0	0
0563 PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS	2.491.079.565							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.491.079.565							
09.052.0563.5090 CONSTRUCAO DE TERMINAIS E DUTOS DE PETROLEO E DERIVADOS	2.241.132.954	3	6	55	16	20	0	0
09.052.0563.6049 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMINAIS E DUTOS	249.946.611	0	18	67	15	0	0	0
0565 SERVICOS DE TRANSPORTE MARITIMO	788.788.312							
PROJETOS PRIORITARIOS	788.788.312							
09.052.0565.5473 AMPLIACAO DA FROTA DE NAVIOS PETROLEIROS	788.788.312	0	0	100	0	0	0	0
053 RECURSOS MINERAIS	1.398.831.856							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	48.377.257							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	48.377.257							
0034 DIVIDA EXTERNA	932.841							
DEMAIS PROJETOS	932.841							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	4.460.666							
DEMAIS PROJETOS	4.460.666							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	989.753							
DEMAIS PROJETOS	989.753							
0055 PESQUISA APLICADA	8.584.490							
PROJETOS PRINCIPAIS	8.584.490							
09.053.0055.2480 DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS EM TECNOLOGIA MINERAL	8.584.490	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.524.503							
PROJETOS PRINCIPAIS	872.513							
09.053.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	872.513	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	1.651.990							
0289 PROSPECCAO E AVALIACAO DE JAZIDAS	134.425.025							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.223.358							
09.053.0289.6094 PROSPECCAO E PESQUISA MINERAL	1.223.358	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	133.201.667							
0290 EXTRACAO E BENEFICIAMENTO	798.543.400							
DEMAIS PROJETOS	798.543.400							
0292 LEVANTAMENTO GEOLOGICO	225.216.139							
DEMAIS PROJETOS	225.216.139							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	133.333.612							
PROJETOS PRINCIPAIS	133.333.612							
09.053.0347.2489 EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DE MINERIO DE URANIO	132.896.698	0	48	46	0	6	0	0
09.053.0347.6085 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	436.914	0	0	100	0	0	0	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	2.435.759							
DEMAIS PROJETOS	2.435.759							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	3.626.748							
DEMAIS PROJETOS	3.626.748							
0456 CONTROLE DA POLUICAO	14.807.240							
PROJETOS PRIORITARIOS	14.807.240							
09.053.0456.2510 PRESERVACAO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	14.807.240	0	0	0	0	0	100	0
0479 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO	3.428.780							
DEMAIS PROJETOS	3.428.780							
0480 PREVENCAO DO ACIDENTE DO TRABALHO	4.758.813							
DEMAIS PROJETOS	4.758.813							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	8.103.062							
DEMAIS PROJETOS	8.103.062							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	4.283.768							
DEMAIS PROJETOS	4.283.768							
054 RECURSOS HIDRICOS	516.521.206							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	134.260.609							
PROJETOS PRIORITARIOS	134.260.609							
09.054.0021.2598 OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA E HIDROLOGIA GERAL	88.097.158	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
09.054.0021.4076 MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS	46.163.451	0	0	0	0	0	100	0
0181 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	382.260.597							
DEMAIS PROJETOS	382.260.597							
062 INDUSTRIA	103.739.127							
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	103.739.127							
PROJETOS PRINCIPAIS	103.739.127							
09.062.0347.2490 PRODUCAO INDUSTRIAL DE ARTEFATOS E DE EQUIPAMENTOS PESADOS PARA A INDUSTRIA NACIONAL	103.739.127	0	0	100	0	0	0	0
072 POLITICA EXTERIOR	932.774							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	932.774							
DEMAIS PROJETOS	932.774							
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	77.187.150							
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	32.215.125							
PROJETOS PRINCIPAIS	32.215.125							
09.077.0347.5355 TRANSFERENCIA DE UNIDADE INDUSTRIAL	32.215.125	0	0	100	0	0	0	0
0456 CONTROLE DA POLUICAO	44.972.025							
PROJETOS PRIORITARIOS	44.972.025							
09.077.0456.5306 PRESERVACAO AMBIENTAL	44.972.025	40	20	40	0	0	0	0
082 PREVIDENCIA	3.327.543							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	3.327.543							
DEMAIS PROJETOS	3.327.543							
089 TRANSPORTE FERROVIARIO	368.017.015							
0545 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	368.017.015							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	368.017.015							
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	365.769.774							
0563 PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS	365.769.774							
DEMAIS PROJETOS	365.769.774							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
10 HABITAÇÃO E URBANISMO	829.757.089							
007 ADMINISTRAÇÃO	60.435.527							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.169.988							
DEMAIS PROJETOS	6.169.988							
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	54.265.539							
DEMAIS PROJETOS	54.265.539							
057 HABITAÇÃO	429.669.083							
0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	14.256.864							
PROJETOS PRINCIPAIS	14.256.864							
10.057.0057.3029 SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO APLICADO A HABITAÇÃO	14.256.864	0	0	0	0	0	100	0
0316 HABITAÇÕES URBANAS	367.560.623							
PROJETOS PRINCIPAIS	300.858.625							
10.057.0316.1330 APOIO A HABITAÇÃO POPULAR	272.095.120	7	37	24	14	7	11	0
10.057.0316.2544 INCENTIVO A MORADIA POPULAR	6.982.794	6	50	20	16	8	0	0
10.057.0316.3084 APOIO A MELHORIAS HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS	21.780.711	4	52	14	18	12	0	0
DEMAIS PROJETOS	66.701.998							
0317 HABITAÇÕES RURAIS	47.851.596							
PROJETOS PRINCIPAIS	47.702.709							
10.057.0317.3085 APOIO A MELHORIAS HABITACIONAIS EM ÁREAS RURAIS	47.702.709	6	60	19	9	6	0	0
DEMAIS PROJETOS	148.887							
058 URBANISMO	332.735.919							
0323 PLANEJAMENTO URBANO	332.735.919							
PROJETOS PRINCIPAIS	332.735.919							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
10.058.0323.3030 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO - PRODESU	332.735.919	15	47	17	8	13	0	0
059 REGIOES METROPOLITANAS	6.916.560							
0323 PLANEJAMENTO URBANO	6.916.560							
PROJETOS PRINCIPAIS	6.916.560							
10.059.0323.1350 DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIAO METROPOLITANA DE SALVADOR - BIRD II	6.916.560	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	25.600.009.262							
007 ADMINISTRAÇÃO	2.563.473.618							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	47.803.150							
DEMAIS PROJETOS	47.803.150							
0024 INFORMÁTICA	28.548.180							
DEMAIS PROJETOS	28.548.180							
0031 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	2.379.665.117							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	162.912.969							
11.007.0031.2171 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROINDUSTRIAL	162.912.969	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	2.216.752.148							
11.007.0031.2172 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AS EXPORTAÇÕES - PROEX	2.216.752.148	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	5.009.061							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	5.009.061							
11.007.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.009.061	0	0	0	0	0	100	0
0374 MARCAS E PATENTES	102.448.110							
DEMAIS PROJETOS	102.448.110							
010 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	99.948.652							
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	27.876.160							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	27.876.160							
11.010.0025.1191 CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TÉCNICA OPERACIONAL	13.160.547	0	0	7	0	0	93	0
11.010.0025.1192 CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE METROLOGIA	14.715.613	0	0	100	0	0	0	0
0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	832.641							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	765.961							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
11.010.0057.2406 SISTEMA DE INFORMACOES TECNOLOGICAS	765.961	0	0	100	0	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	66.680							
11.010.0057.2015 COORDENACAO E ORIENTACAO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS	66.680	0	0	100	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	6.192.607							
PROJETOS PRIORITARIOS	6.192.607							
11.010.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.192.607	0	0	100	0	0	0	0
0353 COMERCIALIZACAO	469.377							
DEMAIS PROJETOS	469.377							
0374 MARCAS E PATENTES	503.329							
PROJETOS PRIORITARIOS	503.329							
11.010.0374.2405 DIFUSAO DE INFORMACOES SOBRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL	503.329	0	0	100	0	0	0	0
0375 METROLOGIA	60.205.896							
PROJETOS PRINCIPAIS	24.156.294							
11.010.0375.2015 COORDENACAO E ORIENTACAO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS	24.156.294	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	36.049.602							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	3.868.642							
DEMAIS PROJETOS	3.868.642							
016 ABASTECIMENTO	586.862.571							
0353 COMERCIALIZACAO	586.862.571							
PROJETOS PRINCIPAIS	586.862.571							
11.016.0353.2904 COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DE ALIMENTACAO BASICA	586.862.571	3	33	21	12	22	9	0
017 PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	49.344.401							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0104 REFLORESTAMENTO	49.344.401							
DEMAIS PROJETOS	49.344.401							
052 PETROLEO	466.723.950							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	29.966.361							
DEMAIS PROJETOS	29.966.361							
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	7.394.652							
DEMAIS PROJETOS	7.394.652							
0353 COMERCIALIZACAO	429.362.937							
DEMAIS PROJETOS	429.362.937							
062 INDUSTRIA	2.919.007.941							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	79.821.486							
DEMAIS PROJETOS	79.821.486							
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	2.655.801.257							
PROJETOS PRINCIPAIS	101.564.724							
11.062.0347.3139 CONSTRUCAO DA FABRICA DE POLVORA DE BASE SIMPLES	26.356.746	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5105 DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE AMX	734.946	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5108 DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE EMB-145	19.843.536	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5171 FABRICACAO DE ESPOLETA ELETRICA	24.787.024	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5286 MODERNIZACAO OPERACIONAL DA FABRICA DE ITAJUBA	12.081.284	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5416 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROJETOS	5.879.565	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.6007 CAPACITACAO TECNOLÓGICA	11.881.623	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.554.236.533							
0456 CONTROLE DA POLUICAO	183.385.198							
PROJETOS PRIORITARIOS	183.385.198							
11.062.0456.5306 PRESERVACAO AMBIENTAL	183.385.198	0	0	100	0	0	0	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
063 COMERCIO	132.569.721							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	6							
DEMAIS PROJETOS	6							
0024 INFORMATICA	90.802.714							
DEMAIS PROJETOS	90.802.714							
0353 COMERCIALIZACAO	36.036.564							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.099.330							
11.063.0353.4047 COORDENACAO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E COMERCIAL DOS PRODUTOS FLORESTAIS	29.099.330	0	0	0	0	0	96	4
DEMAIS PROJETOS	6.937.234							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	5.730.437							
PROJETOS PRINCIPAIS	5.730.437							
11.063.0411.2011 COORDENACAO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	3.304.940	0	0	0	0	0	100	0
11.063.0411.2017 PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	2.425.497	0	0	0	0	0	0	100
064 SERVICOS FINANCEIROS	18.676.528.673							
0361 SEGUROS E CAPITALIZACAO	66.008.433							
DEMAIS PROJETOS	66.008.433							
0362 SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS	14.885.647.303							
DEMAIS PROJETOS	14.885.647.303							
1362	3.724.872.937							
DEMAIS PROJETOS	3.724.872.937							
066 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL	105.549.735							
0375 METROLOGIA	81.434.697							
PROJETOS PRINCIPAIS	81.434.697							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
11.066.0375.2404 EXECUCAO DOS SERVICOS DE FISCALIZACAO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	81.434.697	0	0	2	0	0	98	0
0376 REGISTRO DE EMPRESAS	24.115.038							
PROJETOS PRINCIPAIS	9.004.500							
11.066.0376.1190 MODERNIZACAO DOS SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	9.004.500	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	15.110.538							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
12 RELAÇÕES EXTERIORES	1.028.849.592							
007 ADMINISTRACAO	38.277.493							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	38.277.493							
DEMAIS PROJETOS	38.277.493							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	20.148.477							
0034 DIVIDA EXTERNA	20.148.477							
DEMAIS PROJETOS	20.148.477							
063 COMERCIO	10.944.395							
0355 PROMOCAO EXTERNA DO COMERCIO	10.944.395							
PROJETOS PRINCIPAIS	10.944.395							
12.063.0355.2066 PROMOCAO COMERCIAL DO BRASIL NO EXTERIOR	10.944.395	0	0	0	0	0	45	55
072 POLITICA EXTERIOR	959.479.227							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	35.162.617							
DEMAIS PROJETOS	35.162.617							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	4.544.328							
PROJETOS PRINCIPAIS	4.544.328							
12.072.0045.2067 NEGOCIACOES COMERCIAIS, ECONOMICAS, FINANCEIRAS E TECNICAS	4.544.328	0	0	0	0	0	1	99
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	450.193							
PROJETOS PRIORITARIOS	450.193							
12.072.0057.2058 COLETA E DISSEMINACAO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOGICAS	450.193	0	0	0	0	0	13	87
0247 DIFUSAO CULTURAL	14.049.540							
DEMAIS PROJETOS	14.049.540							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0410 RELACOES DIPLOMATICAS	742.675.675							
PROJETOS PRINCIPAIS	730.304.275							
12.072.0410.1015 RECUPERACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO E ARTISTICO	7.517.056	0	0	0	0	0	84	16
12.072.0410.2060 EXECUCAO DA POLITICA EXTERIOR	717.238.959	0	0	0	0	0	7	93
12.072.0410.2062 DEMARCAAO DE FRONTEIRAS	5.548.260	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	12.371.400							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	162.596.874							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.952.026							
12.072.0411.2140 PROMOCAO DA COOPERACAO TECNICA INTERNACIONAL	1.952.026	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	160.644.848							
12.072.0411.2017 PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	153.960.941	0	0	0	0	0	0	100
12.072.0411.2065 COOPERACAO EXTERNA PARA O DESENVOLVIMENTO	6.683.907	0	0	0	0	0	53	47

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
13 SAÚDE E SANEAMENTO	49.973.247.122							
007 ADMINISTRAÇÃO	1.906.892.647							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.879.864.315							
DEMAIS PROJETOS	1.879.864.315							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	27.028.332							
DEMAIS PROJETOS	27.028.332							
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	66.801.070							
0033 DÍVIDA INTERNA	4.171.910							
DEMAIS PROJETOS	4.171.910							
0034 DÍVIDA EXTERNA	62.629.160							
DEMAIS PROJETOS	62.629.160							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	7.789.512							
0206 ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO	7.789.512							
DEMAIS PROJETOS	7.789.512							
010 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.388.656							
0055 PESQUISA APLICADA	1.388.656							
DEMAIS PROJETOS	1.388.656							
017 PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	53.520.201							
0103 PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA	53.520.201							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	53.520.201							
13.017.0103.4048 FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	53.520.201	20	14	0	0	0	66	0
075 SAÚDE	44.152.471.186							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	9.510.242							
DEMAIS PROJETOS	9.510.242							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	2.068.298.513							
PROJETOS PRINCIPAIS	19.789.074							
13.075.0021.2159 COORDENACAO DAS ACOES DE SAUDE	19.789.074	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	2.048.509.439							
0023 DIVULGACAO OFICIAL	5.262.723							
DEMAIS PROJETOS	5.262.723							
0024 INFORMATICA	48.478.505							
DEMAIS PROJETOS	48.478.505							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	51.974							
DEMAIS PROJETOS	51.974							
0032 CONTROLE INTERNO	4.346.756							
DEMAIS PROJETOS	4.346.756							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	35.052.823							
DEMAIS PROJETOS	35.052.823							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	145.435.986							
PROJETOS PRINCIPAIS	145.435.986							
13.075.0044.2311 OPERACIONALIZACAO DE SISTEMA DE INFORMACAO	145.435.986	0	0	0	0	0	100	0
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	152.005.531							
PROJETOS PRIORITARIOS	14.330.171							
13.075.0054.4061 ESTUDOS DE POLITICA E PLANEJAMENTO EM SAUDE	14.330.171	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	137.675.360							
13.075.0054.1106 PESQUISA FUNDAMENTAL EM CIENCIA E TECNOLOGIA	23.683.174	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0054.4062 ESTUDOS BIOMEDICOS FUNDAMENTAIS	113.992.186	0	0	0	0	0	100	0
0055 PESQUISA APLICADA	406.295.332							
PROJETOS PRIORITARIOS	315.299.086							
13.075.0055.1109 INFRA-ESTRUTURA EM CIENCIA E TECNOLOGIA	315.299.086	28	0	0	0	0	72	0
PROJETOS PRINCIPAIS	68.656.095							
13.075.0055.1091 PESQUISA APLICADA EM CIENCIA E TECNOLOGIA	19.048.051	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0055.2575 COORDENACAO E MANUTENCAO DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	49.608.044	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	22.340.151							
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	224.331.256							
PROJETOS PRIORITARIOS	223.855.588							
13.075.0057.2311 OPERACIONALIZACAO DE SISTEMA DE INFORMACAO	119.900.467	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0057.4057 EDUCACAO EM SAUDE E MOBILIZACAO COMUNITARIA	103.955.121	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	475.668							
13.075.0057.2311 OPERACIONALIZACAO DE SISTEMA DE INFORMACAO	475.668	0	0	0	0	0	100	0
0058 TESTES E ANALISE DE QUALIDADE	4.595.851							
DEMAIS PROJETOS	4.595.851							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	24.286.037							
PROJETOS PRINCIPAIS	24.286.037							
13.075.0205.2323 MANUTENCAO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE MANAUS	24.286.037	100	0	0	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	175.644.234							
PROJETOS PRIORITARIOS	45.677.823							
13.075.0217.4068 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	45.677.823	0	0	0	0	0	100	0

Exclusive Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	129.966.411							
13.075.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	129.966.411	0	0	0	0	0	100	0
0246 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	159.375							
DEMAIS PROJETOS	159.375							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	48.463.002							
DEMAIS PROJETOS	48.463.002							
0427 ALIMENTACAO E NUTRICAO	487.879.551							
PROJETOS PRIORITARIOS	487.879.551							
13.075.0427.1115 ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	483.990.332	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0427.2326 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA NUTRICIONAL	3.889.219	0	0	0	0	0	100	0
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	34.061.782.837							
PROJETOS PRIORITARIOS	29.094.754.086							
13.075.0428.1093 ACOES DE SAUDE NA AMAZONIA LEGAL	25.988.777	100	0	0	0	0	0	0
13.075.0428.1094 ACOES DE SAUDE NO NORDESTE RURAL - PROJETO NORDESTE I	55.226.158	0	100	0	0	0	0	0
13.075.0428.1095 ACOES DE SAUDE NO NORDESTE RURAL - PROJETO NORDESTE II	149.435.490	0	100	0	0	0	0	0
13.075.0428.1096 INFRA-ESTRUTURA EM SERVICOS DE SAUDE	20.688.367	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.1101 APOIO TECNICO AS ACOES DE SAUDE	1.169.069	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.1103 IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS	64.166.523	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.1104 CONTROLE DA MALARIA NA BACIA AMAZONICA	15.117.119	100	0	0	0	0	0	0
13.075.0428.1105 CONTROLE DE DOENCAS ENDEMICAS NO NORDESTE	5.993.376	0	100	0	0	0	0	0
13.075.0428.2312 NORMATIZACAO E COORDENACAO DE SERVICOS DE SAUDE	16.598.645	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.2317 PARTICIPACAO NA MANUTENCAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE	23.463.320.718	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.2318 ACOES DE CONTROLE E VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA DE DOENCAS TRANSMISSIVEIS	2.795.487.310	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.2513 ASSISTENCIA MEDICO-SANITARIA A COMUNIDADES INDIGENAS	105.082.036	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.2637 CONTRATO DE GESTAO COM A ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS	787.913.990	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.3305 PROGRAMA DE COMBATE A AIDS	180.000.000	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.3306 PROGRAMA DE ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL	99.999.999	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.3308 PROMOCAO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SERVICOS DE SAUDE	999.999.999	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.3309 IMPLEMENTACAO DO CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA - CENEPI	199.999.998	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.4057 EDUCACAO EM SAUDE E MOBILIZACAO COMUNITARIA	814.283	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.4069 SISTEMA NACIONAL DE AGENTES COMUNITARIO DE SAUDE	107.752.229	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	2.288.962.358							

Excluído Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
13.075.0428.2151 ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	719.723.895	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.2317 PARTICIPACAO NA MANUTENCAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE	1.569.238.463	1	20	36	16	13	14	0
DEMAIS PROJETOS	2.678.066.393							
0430 VIGILANCIA SANITARIA	1.002.108.232							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.001.337.665							
13.075.0430.2570 COORDENACAO NORMATIVA DO SISTEMA DE PROTECAO A SAUDE - SUS	245.741.278	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0430.2574 COORDENACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE PROTECAO A SAUDE - SUS	695.596.387	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0430.3307 ANALISE LABORATORIAL DA QUALIDADE DE PRODUTOS	60.000.000	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	770.567							
0431 PRODUTOS PROFILATICOS TERAPEUTICOS	2.828.186.425							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.828.186.425							
13.075.0431.1102 PRODUCAO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES	392.857.970	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0431.2315 AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES	2.353.593.452	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0431.4066 PRODUCAO DE INSUMOS MEDICAMENTOS IMUNOBIOLOGICOS SOROS E REAGENTES	81.735.003	0	0	0	0	0	100	0
0479 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO	1.821.026							
DEMAIS PROJETOS	1.821.026							
0483 ASSISTENCIA AO MENOR	2.418.474.975							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.418.474.975							
13.075.0483.3031 PROJETO MINHA GENTE	2.418.474.975	0	0	0	0	0	100	0
076 SANEAMENTO	3.542.240.155							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	4.599.061							
DEMAIS PROJETOS	4.599.061							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	29.286.020							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.286.020							
13.076.0045.2542 DESENVOLVIMENTO TECNICO E INSTITUCIONAL	29.286.020	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	419.383.020							
PROJETOS PRINCIPAIS	419.383.020							
13.076.0183.1558 PROGRAMA SOCIAL DE EMERGENCIA E GERACAO DE EMPREGO - PROSEGE	262.115.121	10	27	40	12	11	0	0
13.076.0183.3026 MODERNIZACAO DO SETOR DE SANEAMENTO	157.267.899	0	0	0	0	0	100	0
0297 REGULARIZACAO DE CURSOS D'AGUA	141.037.034							
PROJETOS PRIORITARIOS	141.037.034							
13.076.0297.1344 OBRAS DE DRENAGEM	141.037.034	18	23	39	14	6	0	0
0323 PLANEJAMENTO URBANO	35.638.727							
PROJETOS PRINCIPAIS	35.638.727							
13.076.0323.1345 INFRA-ESTRUTURA URBANA	35.638.727	6	24	40	24	6	0	0
0325 LIMPEZA PUBLICA	35.632.901							
PROJETOS PRIORITARIOS	35.632.901							
13.076.0325.1554 SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	35.632.901	6	36	35	17	6	0	0
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	4.518.147							
DEMAIS PROJETOS	4.518.147							
0447 ABASTECIMENTO D'AGUA	850.785.785							
PROJETOS PRIORITARIOS	492.223.140							
13.076.0447.1347 ABASTECIMENTO D'AGUA EM NUCLEOS URBANOS	370.433.040	4	48	31	10	7	0	0
13.076.0447.2325 CONTROLE DA QUALIDADE DA AGUA	6.668.016	0	0	0	0	0	100	0
13.076.0447.3020 ABASTECIMENTO D'AGUA EM AREAS DE FRONTEIRAS	115.122.084	80	0	0	0	20	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	58.562.645							
13.076.0447.1145 PADRE CICERO	58.562.645	0	96	4	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	300.000.000							
0448 SANEAMENTO GERAL	1.338.978.354							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRIORITARIOS	1.338.978.354							
13.076.0448.1112 INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BASICO	398.871.233	0	0	0	0	0	100	0
13.076.0448.1139 SANEAMENTO BASICO EM AREAS RURAIS	822.963.036	0	0	0	0	0	100	0
13.076.0448.1557 PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL - PNSR	95.179.568	12	45	20	13	10	0	0
13.076.0448.3022 SANEAMENTO AMBIENTAL PARA PREVENCAO DA MALARIA	21.964.517	90	0	0	0	10	0	0
0449 SISTEMAS DE ESGOTOS	242.563.573							
PROJETOS PRIORITARIOS	242.563.573							
13.076.0449.1343 SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS	242.563.573	4	41	40	4	11	0	0
0456 CONTROLE DA POLUICAO	439.817.533							
PROJETOS PRIORITARIOS	439.817.533							
13.076.0456.3023 QUALIDADE DAS AGUAS E CONTROLE DA POLUICAO HIDRICA EM AREAS METROPOLITANAS	262.079.415	5	29	43	16	7	0	0
13.076.0456.3086 DESPOLUICAO DE BACIAS	177.738.118	2	23	51	22	2	0	0
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	217.835.061							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	121.574							
DEMAIS PROJETOS	121.574							
0448 SANEAMENTO GERAL	112.315.057							
PROJETOS PRIORITARIOS	112.315.057							
13.077.0448.1337 MINIMIZACAO DA VULNERABILIDADE DAS CIDADES	112.315.057	0	0	0	0	0	100	0
0456 CONTROLE DA POLUICAO	105.398.430							
PROJETOS PRIORITARIOS	105.398.430							
13.077.0456.4049 CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL	105.398.430	0	0	0	0	0	100	0
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	24.308.634							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	21.810.761							
DEMAIS PROJETOS	21.810.761							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	2.497.873							
DEMAIS PROJETOS	2.497.873							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
14 TRABALHO	15.368.243.011							
007 ADMINISTRACAO	334.446.519							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	1.091.701							
DEMAIS PROJETOS	1.091.701							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	304.400.976							
DEMAIS PROJETOS	304.400.976							
0023 DIVULGACAO OFICIAL	1.042.686							
DEMAIS PROJETOS	1.042.686							
0024 INFORMATICA	8.557.875							
DEMAIS PROJETOS	8.557.875							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	3.983.304							
DEMAIS PROJETOS	3.983.304							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	15.369.977							
DEMAIS PROJETOS	15.369.977							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	46.612.207							
0032 CONTROLE INTERNO	138.097							
DEMAIS PROJETOS	138.097							
0034 DIVIDA EXTERNA	46.474.110							
DEMAIS PROJETOS	46.474.110							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	11.984.926							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	11.882.233							
DEMAIS PROJETOS	11.882.233							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	102.693							
DEMAIS PROJETOS	102.693							
045 ENSINO SUPLETIVO	12.778.432							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	12.778.432							
PROJETOS PRIORITARIOS	12.778.432							
14.045.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.445.756	3	27	46	17	7	0	0
14.045.0217.2136 FORMULACAO E IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE FORMACAO PROFISSIONAL	2.332.676	3	27	46	17	7	0	0
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	12.195.005.639							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	84.564.000							
PROJETOS PRINCIPAIS	84.564.000							
14.078.0031.2540 AUXILIO FINANCEIRO AO TRABALHADOR DESEMPREGADO	84.564.000	3	15	59	19	4	0	0
0427 ALIMENTACAO E NUTRICAO	663.933							
PROJETOS PRINCIPAIS	663.933							
14.078.0427.2138 ALIMENTACAO DO TRABALHADOR	663.933	0	0	0	0	0	100	0
0470 SEGURO DESEMPREGO	12.091.498.342							
PROJETOS PRINCIPAIS	12.091.498.342							
14.078.0470.2131 MANUTENCAO SEGURO-DESEMPREGO	12.091.498.342	3	15	58	18	4	2	0
0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALARIO	18.279.364							
PROJETOS PRINCIPAIS	17.933.590							
14.078.0477.2134 IDENTIFICACAO E REGISTRO PROFISSIONAL	17.933.590	2	10	35	10	4	39	0
DEMAIS PROJETOS	345.774							
079 SEGURANCA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	145.788.057							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	11.021.580							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	11.021.580							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	9.335.865							
DEMAIS PROJETOS	9.335.865							
0055 PESQUISA APLICADA	51.850.445							
PROJETOS PRIORITARIOS	51.850.445							
14.079.0055.2139 PESQUISAS TECNICO-CIENTIFICAS SOBRE SEGURANCA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	51.850.445	1	11	23	7	3	55	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	10.281.069							
PROJETOS PRIORITARIOS	10.281.069							
14.079.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.281.069	0	0	0	0	0	100	0
0479 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO	33.870.712							
PROJETOS PRINCIPAIS	33.870.712							
14.079.0479.2137 IMPLEMENTACAO DAS ACOES DE SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHADOR	12.263.140	3	26	46	17	7	1	0
14.079.0479.2177 NORMATIZACAO E COORDENACAO DAS ACOES DE SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHADOR.	21.607.572	0	0	0	0	0	100	0
0480 PREVENCAO DO ACIDENTE DO TRABALHO	29.428.386							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.428.386							
14.079.0480.1140 CAMPANHA NACIONAL DE PREVENCAO DE ACIDENTES DE TRABALHO	29.428.386	14	28	14	11	14	19	0
080 RELACOES DO TRABALHO	534.113.126							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	3.709.130							
DEMAIS PROJETOS	3.709.130							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	102.003							
DEMAIS PROJETOS	102.003							
0475 FISCALIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	315.955.446							
PROJETOS PRINCIPAIS	315.955.446							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
14.080.0475.2590 DESENVOLVIMENTO DAS RELACOES DO TRABALHO	315.955.446	3	15	53	16	6	7	0
0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALARIO	214.346.547							
PROJETOS PRINCIPAIS	213.741.444							
14.080.0477.2588 MANUTENCAO DA CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	1.728.864	0	0	0	0	0	100	0
14.080.0477.2591 ESTUDOS E PESQUISAS NA AREA DE EMPREGO	5.468.397	0	0	0	0	0	100	0
14.080.0477.2592 SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	206.544.183	3	25	41	16	7	8	0
DEMAIS PROJETOS	605.103							
081 ASSISTENCIA	2.079.887.955							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	2.079.887.955							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.079.887.955							
14.081.0486.2543 ABONO SALARIAL	2.079.887.955	2	25	50	17	6	0	0
082 PREVIDENCIA	7.626.150							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	7.626.150							
PROJETOS PRINCIPAIS	7.626.150							
14.082.0025.1003 CONSTRUCAO DE IMOVEIS	1.096.200	0	0	0	0	0	100	0
14.082.0025.1182 REFORMA E AMPLIACAO DA REDE FISICA	1.033.290	0	0	0	0	0	100	0
14.082.0025.1183 MELHORIA DE INSTALACOES	5.496.660	0	0	0	0	0	100	0

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
15 ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	111.490.910.164							
007 ADMINISTRACAO	3.271.804.031							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	1.091.705							
DEMAIS PROJETOS	1.091.705							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	2.935.864.689							
DEMAIS PROJETOS	2.935.864.689							
0023 DIVULGACAO OFICIAL	1.042.686							
DEMAIS PROJETOS	1.042.686							
0024 INFORMATICA	254.813.682							
DEMAIS PROJETOS	254.813.682							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	9.294.372							
DEMAIS PROJETOS	9.294.372							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	69.696.897							
DEMAIS PROJETOS	69.696.897							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.499.998.282							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	7.330.999							
DEMAIS PROJETOS	7.330.999							
0030 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.216.663.286							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.216.663.286							
15.008.0030.2350 ARRECADACAO E FISCALIZACAO DA RECEITA PREVIDENCIARIA	1.216.663.286	0	0	0	0	0	100	0
0032 CONTROLE INTERNO	322.232							
DEMAIS PROJETOS	322.232							

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0362 SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS	1.275.681.765							
DEMAIS PROJETOS	1.275.681.765							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	196.419.150							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	70.645.998							
DEMAIS PROJETOS	70.645.998							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	125.773.152							
DEMAIS PROJETOS	125.773.152							
075 SAUDE	3.413.880							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	3.413.880							
DEMAIS PROJETOS	3.413.880							
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	1.569.909.893							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	6.199.998							
DEMAIS PROJETOS	6.199.998							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	1.563.709.895							
PROJETOS PRINCIPAIS	3.768.918							
15.078.0486.4089 PRESTACAO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO	3.768.918	1	0	0	0	0	99	0
DEMAIS PROJETOS	1.559.940.977							
080 RELACOES DO TRABALHO	604.587							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	604.587							
DEMAIS PROJETOS	604.587							
081 ASSISTENCIA	3.885.027.543							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	2.993.106							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	2.993.106							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	55.274.231							
PROJETOS PRINCIPAIS	55.274.231							
15.081.0045.3087 IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	55.274.231	0	0	0	0	0	100	0
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	133.014.089							
PROJETOS PRINCIPAIS	133.014.089							
15.081.0178.2541 ACOES DE PROTECAO A COMUNIDADES AFETADAS POR CONTINGENCIAS CLIMATICAS	133.014.089	14	25	23	15	15	8	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	8.798.905							
DEMAIS PROJETOS	8.798.905							
0483 ASSISTENCIA AO MENOR	1.962.866.774							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.962.866.774							
15.081.0483.2388 COORDENACAO E MANUTENCAO DA POLITICA DE PROTECAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	564.409.812	5	26	22	17	7	23	0
15.081.0483.2593 APOIO A CRIANCA CARENTE	1.170.052.874	10	29	25	14	6	16	0
15.081.0483.3031 PROJETO MINHA GENTE	228.404.088	0	0	0	0	0	100	0
0484 ASSISTENCIA AO SILVICOLA	60.432.157							
PROJETOS PRIORITARIOS	60.428.235							
15.081.0484.1177 DEMARCACAO E REGULARIZACAO DE TERRAS	31.460.852	90	1	0	0	7	2	0
15.081.0484.1178 DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES INDIGENAS	8.555.058	33	6	0	8	30	23	0
15.081.0484.2368 ASSISTENCIA AS COMUNIDADES INDIGENAS	20.412.325	39	9	2	6	29	15	0
DEMAIS PROJETOS	3.922							
0485 ASSISTENCIA A VELHICE	166.708.608							
PROJETOS PRINCIPAIS	166.708.608							
15.081.0485.2596 APOIO A PESSOA IDOSA	166.708.608	7	33	25	24	8	3	0
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	685.671.033							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	664.796.524							
15.081.0486.2222 COORDENACAO DAS ACOES INTEGRADAS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA A SOCIEDADE	43.532.171	20	28	15	15	22	0	0
15.081.0486.2348 MANUTENCAO DA REABILITACAO PROFISSIONAL	182.514.721	2	13	18	7	0	60	0
15.081.0486.2349 MANUTENCAO DO SERVICO SOCIAL	12.304.156	4	32	45	17	1	1	0
15.081.0486.2595 APOIO AO CIDADAO, A FAMILIA E AO DEFICIENTE	346.860.387	3	11	39	18	4	25	0
15.081.0486.3028 FORMULACAO E NORMALIZACAO DA ASSISTENCIA E PROMOCAO SOCIAL	79.585.089	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	20.874.509							
0487 ASSISTENCIA COMUNITARIA	809.268.640							
PROJETOS PRINCIPAIS	809.268.640							
15.081.0487.1323 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL URBANA	69.987.984	0	0	0	0	0	100	0
15.081.0487.2280 ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES REGISTRADAS NO CONSELHO NACIONAL DO SERVICO SOCIAL	12.260.385	0	0	0	0	0	100	0
15.081.0487.2371 APOIO AS ACOES COMUNITARIAS E AS INSTITUICOES	473.652.591	20	45	16	14	5	0	0
15.081.0487.3027 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	148.385.699	17	24	19	16	16	8	0
15.081.0487.5467 ASSISTENCIA A ENTIDADES COMUNITARIAS	104.981.981	0	0	0	0	0	100	0
082 PREVIDENCIA	98.900.198.648							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	446.513.580							
PROJETOS PRINCIPAIS	446.513.580							
15.082.0025.1003 CONSTRUCAO DE IMOVEIS	218.143.800	0	0	0	0	0	100	0
15.082.0025.1182 REFORMA E AMPLIACAO DA REDE FISICA	92.926.440	0	0	0	0	0	100	0
15.082.0025.1183 MELHORIA DE INSTALACOES	135.443.340	0	0	0	0	0	100	0
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	74.867.825.520							
PROJETOS PRINCIPAIS	74.665.322.755							
15.082.0492.2347 CONCESSAO E MANUTENCAO DE BENEFICIOS	74.665.322.755	2	19	60	15	3	1	0
DEMAIS PROJETOS	202.502.765							
0495 PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	23.585.859.548							
PROJETOS PRINCIPAIS	17.316.030.201							
15.082.0495.2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	17.316.030.201	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	6.269.829.347							
084 PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	1.163.534.150							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	1.163.534.150							
DEMAIS PROJETOS	1.163.534.150							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
16 TRANSPORTE	20.984.687.747							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.055.102.749							
0033 DIVIDA INTERNA	196.510.981							
DEMAIS PROJETOS	196.510.981							
0034 DIVIDA EXTERNA	858.591.768							
DEMAIS PROJETOS	858.591.768							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	155.092.587							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	57.218.016							
DEMAIS PROJETOS	57.218.016							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	97.874.571							
DEMAIS PROJETOS	97.874.571							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	114.680.605							
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	114.680.605							
PROJETOS PRIORITARIOS	114.680.605							
16.010.0054.1012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AEROSPAICIAL	114.680.605	0	0	0	0	0	39	61
082 PREVIDENCIA	669.950.756							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	23.239.085							
DEMAIS PROJETOS	23.239.085							
0495 PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	646.711.671							
DEMAIS PROJETOS	646.711.671							
087 TRANSPORTE AEREO	721.565.180							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	100.783.622							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	100.783.622							
0523 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	89.573.988							
PROJETOS PRINCIPAIS	87.180.537							
16.087.0523.1013 CONSTRUCAO E MELHORAMENTO DE AEROPORTOS	38.846.577	0	0	0	0	0	100	0
16.087.0523.6012 COORDENACAO E MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	48.333.960	15	24	34	13	14	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.393.451							
0524 CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO AEREO	531.207.570							
PROJETOS PRINCIPAIS	407.547.496							
16.087.0524.1014 SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO-SISCEA	398.746.584	0	0	0	0	0	100	0
16.087.0524.5278 MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO E TELEFONIA AEROPORTUARIA	8.800.912	19	7	67	4	3	0	0
DEMAIS PROJETOS	123.660.074							
088 TRANSPORTE RODOVIARIO	5.944.863.388							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	584.963.242							
PROJETOS PRINCIPAIS	58.901.646							
16.088.0021.4081 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA	58.901.646	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	526.061.596							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	255.443.787							
PROJETOS PRINCIPAIS	255.443.787							
16.088.0056.3033 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO RODOVIARIO	255.443.787	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	17.115.500							
DEMAIS PROJETOS	17.115.500							
0534 ESTRADAS VICINAIS	5.914.815							
DEMAIS PROJETOS	5.914.815							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0535 CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	675.034.286							
PROJETOS PRIORITARIOS	675.034.286							
16.088.0535.1200 IMPLANTACAO DE PATIOS E POSTOS DE PESAGEM	16.489.916	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0535.1202 ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS	320.914.852	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0535.2419 MANUTENCAO DA SINALIZACAO RODOVIARIA	233.743.049	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0535.2426 MANUTENCAO E OPERACAO DE PATIOS E POSTOS DE PESAGEM	103.886.469	0	0	0	0	0	100	0
0536 SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	3.597.798							
DEMAIS PROJETOS	3.597.798							
0537 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	1.232.455.393							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.146.211.966							
16.088.0537.1201 ELABORACAO DE PROJETOS	8.994.501	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0537.1204 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	1.137.217.465	11	21	42	17	9	0	0
DEMAIS PROJETOS	86.243.427							
0538 CONSERVACAO DE RODOVIAS	1.101.826.192							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.101.826.192							
16.088.0538.2425 CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL	1.101.826.192	0	0	0	0	0	100	0
0539 RESTAURACAO DE RODOVIAS	2.068.512.375							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.001.013.269							
16.088.0539.1205 RESTAURACAO DE RODOVIAS	1.914.072.764	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0539.1340 OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS	86.940.505	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	67.499.106							
089 TRANSPORTE FERROVIARIO	4.528.094.989							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	756.457.280							
DEMAIS PROJETOS	756.457.280							
0542 FERROVIAS	1.927.854.566							

Exclusive juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	424.403.100							
16.089.0542.3311 FERROVIA NORTE-SUL	99.756.000	30	0	0	0	70	0	0
16.089.0542.3318 FERROVIA TRANSNORDESTINA	324.647.100	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.503.451.466							
0545 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	1.843.783.143							
DEMAIS PROJETOS	1.843.783.143							
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	4.888.937.622							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	15.496.042							
DEMAIS PROJETOS	15.496.042							
0346 PROMOCAO INDUSTRIAL	1.092.633.451							
DEMAIS PROJETOS	1.092.633.451							
0563 PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS	2.634.130.724							
PROJETOS PRINCIPAIS	100.000.000							
16.090.0563.3310 COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE-PE	100.000.000	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.534.130.724							
0564 CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO HIDROVIARIO	150.958.275							
DEMAIS PROJETOS	150.958.275							
0565 SERVICOS DE TRANSPORTE MARITIMO	711.010.305							
DEMAIS PROJETOS	711.010.305							
0567 HIDROVIAS	284.708.825							
DEMAIS PROJETOS	284.708.825							
091 TRANSPORTE URBANO	2.906.399.871							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	76.590.313							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	76.590.313							
0572 TRANSPORTE METROPOLITANO	2.829.809.558							
PROJETOS PRINCIPAIS	180.404.140							
16.091.0572.3040 IMPLANTACAO DO METRO DE SUPERFICIE DO DISTRITO FEDERAL	180.404.140	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.649.405.418							
TOTAL GERAL	413.136.930.509							

Exclusivo Juros de dívida

ANEXO III

ANEXO III

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO BRASIL, ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO
E PREMISSAS DO PLANO PLURIANUAL

1. INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual é uma plataforma de trabalho detalhada, que se consubstancia na programação orçamentária do Governo Federal para o triênio 1993-1995. Ao tempo que atende a um preceito legal de revisão e atualização, apresenta à sociedade brasileira, através de seus representantes no Congresso, uma estratégia de desenvolvimento e as ações programáticas que irão impulsionar a construção do Brasil futuro. Com isso, procura - a par de fortalecer a ação de curto prazo - recuperar o planejamento de longo prazo e romper o imediatismo que, durante muito tempo, dominou o processo decisório nacional. Essa visão possibilita orientar as ações do presente para os objetivos fundamentais da nova sociedade que se deseja para o País.

Portanto, o Plano Plurianual é instrumento que explicita a visão do Governo quanto ao desenvolvimento do País. Nesse sentido, representa uma agenda para negociações e articulações dos atores sociais e dos agentes econômicos, e pretende estimular a convergência de ações e iniciativas tanto de instâncias públicas quanto de instituições e segmentos privados. Além disso, estabelece a programação das ações governamentais para o período, inclusive no que diz respeito à alocação dos recursos orçamentários e dos investimentos das empresas estatais.

Este Plano é também um mecanismo de coordenação das ações de governo, subordinando-as à estratégia de desenvolvimento. A partir da análise dos desafios, problemas e potencialidades do Brasil neste fim de século, bem como das expectativas de desenvolvimento e bem-estar da sociedade brasileira, o Governo formula estratégias globais de médio e longo prazos. Delimitadas pelas disponibilidades de recursos para o período 1993-1995, as estratégias traduzem-se em prioridades, orientando as ações governamentais, realisticamente, para o curto e médio prazos. Essas prioridades manifestam-se sob a forma de alocação dos recursos orçamentários do setor público federal, o principal - mas não único - instrumento da ação para o desenvolvimento.

Assim, o Plano Plurianual representa compromisso entre as estratégias e o projeto de futuro, de um lado, e a alocação real e concreta dos recursos orçamentários nas funções, áreas e órgãos públicos, de outro: uma intermediação entre a visão de longo prazo e as necessidades imediatas. Representa, ainda, um exercício rigoroso de planejamento governamental, promovendo a convergência do conjunto das ações públicas e dos recursos orçamentários para os eixos que implementam as transformações na realidade brasileira.

A dimensão dos problemas e a urgência das necessidades podem favorecer a proliferação de atitudes de pessimismo e desesperança. Mas o Brasil é um país viável, dos mais viáveis do mundo, pela sua riqueza e patrimônio econômico, social e cultural. As urgências e carências nacionais não podem turvar a visão dos homens públicos e planejadores, nem inibir uma proposta estratégica baseada nas potencialidades e nas condições favoráveis do País.

As estratégias e as prioridades de governo posicionam-se diante do Brasil real, com seus problemas e oportunidades. Com efeito, o Brasil defronta-se atualmente com grandes dificuldades e restrições ao desenvolvimento. Defronta-se com um dramático quadro social, incompatível com o mundo contemporâneo e com as aspirações de justiça e qualidade de vida. Apesar do esforço de recuperação e reestruturação econômicas realizado nos últimos dois anos, o País está ainda prisioneiro de graves estrangulamentos estruturais e desequilíbrios conjunturais.

Essa revisão do Plano Plurianual fundamenta-se em efetivas transformações na ação pública, nas instituições e na organização econômica brasileira. Aperfeiçoa e detalha o programa de governo executado desde março de 1990, que promove uma ação combinada de saneamento das finanças públicas e combate à inflação com medidas de modernização e reestruturação da economia. Essas medidas vêm sendo implementadas, em diferentes graus de intensidade, e os primeiros resultados já se fazem visíveis no ajuste da economia, na reformulação das contas do setor público e na recuperação do prestígio internacional do País.

Peça integrante do processo de planejamento, o Plano é apenas expressão formal do estágio de formulação das estratégias e ações de governo. Como processo sistemático de decisões no presente sobre o futuro, o planejamento não se conclui, evidentemente, com a elaboração do Plano. Tão importante quanto o Plano são os desdobramentos e as negociações que ele promove e estimula, especialmente no âmbito do Congresso Nacional, onde a proposta do Executivo será, certamente, aprimorada.

Por outro lado, essa revisão também contribui para o aperfeiçoamento do sistema de planejamento nacional, com o qual o Governo irá assegurar a execução eficiente e eficaz das prioridades, mediante controle e avaliação da implementação das ações, efetuando em tempo hábil ajustes e correções que se mostrem necessários.

O Plano Plurianual contém aprofundamento da proposta do Governo de desenvolvimento e modernização do Brasil, e detalha os compromissos para a execução dessa proposta. No entanto, seu sucesso e efetividade dependem da corresponsabilidade de todos os agentes públicos e privados com capacidade de decisão e de intervenção transformadora na realidade brasileira.

2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO BRASIL

2.1 Tendências de Reestruturação Mundial

2.2 Perspectivas de Desenvolvimento Brasileiro

2.3 Ajustamento e Controle Econômico

2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO BRASIL

Após várias décadas de crescimento e industrialização - e do longo período de estagnação econômica e instabilidade política dos anos 80 - o Brasil vive, nesta última década do século, um momento crucial de sua história. Emergiu para a democracia e a maturidade das instituições, porém com pesada herança de estrangulamentos econômicos e sociais que representam grande desafio para a Sociedade e o Governo.

O acelerado crescimento econômico, a industrialização e a urbanização rápidas nas décadas de 60 e 70 geraram uma economia diversificada e estruturada, e criaram as bases para novos impulsos de desenvolvimento. No entanto, esse crescimento gerou também um elevado custo social e provocou graves desequilíbrios ambientais, que agora exigem urgentes medidas de reorientação e reorganização sócio-econômicas.

Na década de 80, acentuaram-se os componentes mais perversos da crise econômica e social - a inflação, o desemprego, a pobreza e os estrangulamentos estruturais que dificultam a retomada do crescimento e a modernização do País. Enquanto isso, o mundo está experimentando profundas e aceleradas transformações na organização econômica e política, com inevitáveis repercussões sobre o destino do Brasil.

Desde março de 1990, o Governo está empenhado em enfrentar os problemas centrais do País e assegurar as condições para sua inserção na contemporaneidade. Alguns resultados já podem ser observados nas condições econômicas: sementes de lenta maturação, em sua maioria, foram plantadas para a modernização da economia nacional e a retomada do crescimento em novas bases técnicas e organizacionais, mas ainda persistem grandes problemas, que atrasam o ingresso do Brasil na constelação das nações desenvolvidas.

2.1 Tendências de Reestruturação Mundial

Rumo ao seu futuro, o Brasil defronta-se com uma realidade internacional em rápida e profunda evolução dos padrões básicos de relações políticas, de desenvolvimento e das condições de organização e competitividade

econômico-comerciais. Esse processo acentua as restrições internas e a urgência de uma formulação estratégica que conduza à reestruturação da economia e do desenvolvimento. Com efeito, estão amadurecendo na realidade mundial fatores de transformação de grande impacto sobre, dentre outros aspectos, a organização do processo produtivo, as trocas internacionais e os movimentos de capital e serviços. Em síntese, com diferentes matizes e ritmos de maturação, está-se gestando um novo paradigma de desenvolvimento mundial, que envolve inovações nos padrões de relações políticas e sociais e, particularmente, de regulação econômico-financeira, além de verdadeira revolução na base técnica de produção.

Seis macroprocessos interligados merecem destaque no quadro das transformações da realidade internacional:

a) reestruturação do sistema financeiro e monetário internacional, provocada pela crise do padrão-dólar e emergência de novas potências econômicas;

b) despolarização da estrutura de poder mundial, como consequência da desmontagem da potência soviética e do fim da "guerra fria";

c) abertura econômica e política dos países do Leste Europeu, com grande instabilidade mas elevadas oportunidades de mercado e investimento para a economia mundial;

d) tendência à formação de blocos econômicos macrorregionais na América, Europa e Ásia, com organização de mega-mercados dinâmicos e articulados em conglomerados internacionais;

e) revolução científica e tecnológica - baseada na informática e microeletrônica, na telemática, na biotecnologia, nos novos materiais e na química fina - que altera a organização da produção e da sociedade, bem como a relação da economia com os recursos naturais;

f) crescente consciência ecológica da sociedade, privilegiando a qualidade do meio ambiente e maior prudência na relação da economia com a natureza.

Apesar da persistência de alguns fatores de instabilidade e de surtos recessivos em economias mais avançadas, prevê-se o início de um novo e vigoroso ciclo de expansão da economia mundial ainda nesta década, com base nesse paradigma emergente.

A aceleração das inovações tecnológicas, a reorganização do mercado internacional e do sistema mundial de regulação, as novas regras econômicas e comerciais e as mudanças na base técnica contribuem para uma profunda alteração na divisão internacional do trabalho, ensejando novos papéis e posições relativas no comércio de bens e serviços.

Esse processo tem um efeito contraditório sobre as economias de industrialização tardia, como a do Brasil. Ao tempo que cria novas oportunidades comerciais, no rastro da retomada do dinamismo econômico mundial, tende a reduzir as tradicionais vantagens comparativas desses países, centradas, no passado, na disponibilidade de recursos naturais, na oferta de mão-de-obra barata e na reduzida exigência de cuidados com o meio ambiente.

Os avanços tecnológicos diminuem a intensidade da demanda de recursos naturais e insumos materiais, assim como reduzem a importância do custo da mão-de-obra para a competitividade e os custos gerais da economia e das empresas. A abertura de novos mercados, sobretudo na Europa Oriental, e as novas regras de concorrência nos blocos econômicos ameaçam a competitividade das economias periféricas. No entanto, a estabilidade política e a base técnico-econômica e gerencial do Brasil, já consolidadas, tornam o País alternativa atraente, capaz de reorientar a atual rota de volume significativo dos investimentos das nações mais desenvolvidas.

2.2 Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro

Nesse quadro mundial em redefinição, o Brasil tem pelo menos quatro vantagens a assegurar condições favoráveis para seu desenvolvimento e articulação com os novos paradigmas:

a) grande potencial de mercado interno, razoavelmente integrado, comparável aos das nações desenvolvidas, embora ainda limitado pela concentração de renda e exclusão de parcela significativa da população, carente de poder de compra;

b) base industrial diversificada, já implantada e relativamente integrada internamente e com o comércio internacional, além de dotada de substancial capacidade de reciclagem e reorientação;

c) capacitação científica e tecnológica, já alcançada em alguns nichos, e razoável potencialidade do sistema de ciência e tecnologia;

d) grande amplitude e diversidade em reservas de recursos naturais, o que ainda permite exercer papel importante na transição dos paradigmas de desenvolvimento mundial, com base tanto na utilização em moldes atualizados dos recursos tradicionais quanto em novos recursos estratégicos.

Essas potencialidades habilitam o Brasil a ocupar espaços no cenário mundial em transformação, desde que supere os constrangimentos estruturais e conjunturais, impedimentos reais ao desenvolvimento, à modernização e à melhoria da qualidade de vida do brasileiro. Entre eles destacam-se:

a) deterioração e obsolescência da infra-estrutura econômica básica, com estrangulamento da oferta de transporte, energia e comunicações. Na última década, o desinvestimento nessas três áreas vitais gerou grave restrição, na medida em que se antecipam déficits na oferta desses serviços, quando da retomada do crescimento. Além disso, a situação atual da infra-estrutura básica e da qualidade desses serviços impossibilita o alcance de produtividade e competitividade compatíveis com padrões internacionais;

b) crise dos sistemas educacional e de ciência e tecnologia, bases de qualquer projeto de modernização. A permanência do analfabetismo, o insuficiente nível geral de escolaridade, a má qualidade do ensino básico - associada à elevada evasão escolar - somados à baixa capacitação tecnológica de muitos setores produtivos e à deterioração das universidades e dos institutos de pesquisas, impedem a inserção do Brasil no conjunto das nações desenvolvidas;

c) pobreza absoluta e déficit social elevado, consequência do modelo de crescimento excludente do passado, caracterizam inaceitável passivo social e profundo dualismo na sociedade brasileira. Isto decorre basicamente da concentração da renda, dos baixos investimentos em infra-estrutura social, da insuficiente oferta de emprego e da deterioração dos sistemas de saúde e previdência, conjunto que dá origem a diversas formas de marginalização e degradação da cidadania;

d) déficit público, acumulado na última década, que está na raiz das dívidas interna e externa, representando um dos maiores problemas estruturais e uma grave restrição à capacidade de investimento.

Ademais, um elemento central da crise brasileira reside na deterioração da capacidade de iniciativa e de investimento do Estado. Apesar dos avanços de reestruturação do setor público, realizados nos últimos anos, a hipertrofia e o endividamento do Estado continuam dificultando o equacionamento dos estrangulamentos econômicos e sociais. O Estado brasileiro, da maneira como se acha estruturado e com as distorções que acumula, não consegue exercer seu papel primordial de orientação e estímulo ao desenvolvimento.

Todo esse conjunto tem-se manifestado em agudos sintomas conjunturais. O fator crítico de desorganização da economia reside na inflação, contida mas ainda persistente e elevada, gerando forte conflito distributivo e intranquilidade nos agentes econômicos. O combate à inflação - e ao déficit público que a alimenta - tem mobilizado as maiores energias do governo nos últimos dois anos, e constitui condição prévia para a retomada do crescimento.

2.3. Ajustamento e Controle Econômico



Diante desse quadro de crise econômica e social, o Governo implementou, a partir de março de 1990, um conjunto de medidas de estabilização e modernização da economia e do Estado:

- a) redefinição do papel do Estado, com privatização, enxugamento da máquina e desregulamentação econômica;
- b) ajuste fiscal e reforma tributária;
- c) abertura da economia brasileira ao comércio internacional, combinada com a renegociação da dívida externa.

Esse conjunto de medidas visou sobretudo a reverter a tendência inflacionária e a corrigir desequilíbrios estruturais, de modo a inaugurar novo processo de desenvolvimento, em estreita articulação com a expectativa de ciclo expansivo da economia mundial.

Em dois anos de trabalho, e apesar de grandes dificuldades e da dimensão dos problemas nacionais, o Governo conseguiu deter a temida hiperinflação e manter o processo inflacionário sob controle. Em março de 1990, às vésperas da posse deste governo, a inflação mensal alcançou a assustadora cifra de 84%, anunciando hiperinflação. Naquele mesmo ano registrou-se taxa acumulada de 1.464%, que em 1991 caiu para 452%, quase três vezes menor.

Atualmente, embora ainda bastante alta, a inflação demonstra tendência à estabilização. Ademais, consolidam-se as condições para sua redução.

Com o ajuste fiscal realizado nesses dois anos, foi possível alcançar importante redução do déficit público e do estoque da dívida, com alongamento do perfil da dívida interna. Ao mesmo tempo, recuperou-se a eficácia dos instrumentos de política monetária. O setor público apresenta atualmente condições bem mais confortáveis, em relação às do final da década de 80, para dinamizar e conduzir o processo de desenvolvimento nacional. Em 1989, o setor público apresentava um déficit primário de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB), acumulando necessidades nominais de financiamento público (NFSP) da ordem de 73% do PIB. A partir de 1990, esses indicadores começaram a registrar relevantes melhoras: nesse ano ocorreu superávit primário de 2,2% do PIB, e NFSP de 30%; mesmo com ligeiro declínio, em 1991 estima-se que o setor público tenha alcançado superávit primário próximo a 1,0% do PIB, situando-se as NFSP em 36% do PIB.

Por outro lado, esse esforço de estabilização econômica inibiu os investimentos públicos, mas reduziu significativamente as pressões das contas públicas sobre o mercado financeiro. Portanto, o Governo deixou de absorver parte da poupança privada, que anteriormente financiava seus déficits. Dessa forma, estão sendo preparadas as condições para maior participação dos investimentos privados na expansão do setor produtivo.

Em resumo, o quadro atual revela dificuldades, mas também reflete as amplas transformações em curso. No plano conjuntural, realiza-se intenso trabalho de estabilização da economia e redução da inflação, além de mudanças estruturais de grande profundidade e efeitos duradouros, como a redefinição do papel do Estado, a desregulamentação e abertura da economia e o saneamento financeiro do setor público.

Tais mudanças condizem com as grandes propostas do governo para o desenvolvimento do País, a médio e longo prazos, consubstanciadas na estratégia apresentada no capítulo a seguir.

3. ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO

3.1 Educação Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

3.2 Modernização da Produção

3.3 Crescimento e Distribuição de Renda

3.4 Sustentabilidade do Desenvolvimento

3.5 Equalização de Oportunidades

3.6 Modernização do Estado

3. ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO

O governo propõe um modelo de desenvolvimento cujos conceitos centrais estão na base do documento "Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional", de março de 1991: modernidade, crescimento econômico, integração mundial competitiva, resgate da dívida social, igualdade de oportunidades para todos os brasileiros e reforma do Estado.

A construção desse novo Brasil requer uma estratégia que, além de incorporar a visão de longo prazo, oriente as ações do presente e ataque as raízes dos problemas atuais, especialmente a inflação e a crise fiscal do setor público.

A estratégia proposta pelo governo, para construir o Brasil do Terceiro Milênio, concentra esforços e ações em seis áreas de grande potencial de impacto no processo de desenvolvimento nacional: Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento; Modernização da Produção; Crescimento e Distribuição de Renda; Sustentabilidade do Desenvolvimento; Equalização de Oportunidades; e Modernização do Estado.

Antes de tudo, é preciso prosseguir no saneamento financeiro e na Modernização do Estado, com redefinição de papéis e responsabilidades, recuperação da capacidade de gasto e reorientação dos espaços de investimento. Essa modernização, que constitui pré-requisito da estratégia de desenvolvimento, inclui tanto medidas conjunturais para equacionar a crise fiscal do setor público quanto atuação profunda na redefinição do perfil e postura do Estado na sociedade e na economia.

Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento configuram a segunda área de concentração de esforços, voltando-se para a qualidade do potencial humano do País, de grande relevância no novo paradigma econômico. Essas duas estratégias dão suporte direto a uma terceira área, a Modernização da Produção, que visa à abertura e à modernização da economia, ao incremento da produtividade e à consolidação da infra-estrutura.

A Equalização de Oportunidades é outra opção estratégica, e seu êxito vincula-se à concretização das estratégias anteriores. Consiste, principalmente, na eliminação de barreiras de acesso dos cidadãos ao mercado de trabalho, aos bens e serviços públicos, à justiça e à segurança.

Paralelamente, deve-se buscar com tenacidade o Crescimento Econômico com Distribuição de Renda, conferindo-se especial atenção ao mercado interno, à estabilização da economia, à incorporação de tecnologias modernas e à reforma agrária.

Por último, mas não menos importante, tem-se a estratégia de Sustentabilidade do Desenvolvimento, que concilia crescimento econômico e qualidade ambiental e de vida, com base nos seguintes princípios norteadores: ordenação territorial; uso conservacionista e redução do desperdício de energia e de matérias-primas; e preservação ou recuperação dos ecossistemas naturais e da biodiversidade.

3.1. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

A educação, a ciência e a tecnologia são elementos potencializadores do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. A qualidade educativa da população influi fortemente na produtividade, e tem grande relevância

econômica. Por isso, os investimentos nessas atividades produzem resultados expressivos, sobretudo a médio e longo prazos.

A ciência e a tecnologia também representam fatores decisivos à produção e à produtividade, ao expressarem a competência para ocupar e ampliar oportunidades em áreas de relevante interesse nacional. A propósito, cumpre destacar o desenvolvimento de novas tecnologias, o aperfeiçoamento de relações de trabalho em face das novas conquistas, bem como a abertura crescente do acesso ao conhecimento e aos novos produtos e processos produtivos.

Tanto a educação quanto a ciência e tecnologia têm, como ponto fundamental de referência, a qualidade dos recursos humanos, o que confere importância à formação, atualização e reciclagem constantes dos profissionais dessas áreas. Avanços consideráveis, entretanto, só ocorrem a partir de melhor base educativa geral de toda a população, com reflexos sobre o domínio avançado da ciência e da tecnologia.

A garantia de êxito desta estratégia está diretamente vinculada não só à decisão política de buscá-la ao longo do tempo, mas também a uma conjugação de esforços entre as esferas federal, estadual e municipal, os centros de pesquisa, os grupos privados e outras entidades que compreendam a importância vital desses setores para o País.

Prioridades

3.1.1. Melhoria da Qualidade da Educação Básica

O objetivo de longo prazo é implantar no País um padrão educacional de qualidade, uma das bases para inserção dos cidadãos no processo de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico.

A desejada melhoria da qualidade envolve a universalização do atendimento a todas as crianças. Essa conquista é complementada pela ênfase na qualificação dos profissionais do ensino e da pesquisa e na adoção de currículos que almejem o desenvolvimento integral do indivíduo, dando-lhe instrumentos para o exercício da cidadania. Para isso, a escola, instância onde efetivamente acontece a educação, deverá dispor de maior agilidade de atuação, com possibilidades concretas de comandar inovações e flexibilizar currículos, métodos e processos de educação formal.

A magnitude dos desafios exige a participação de todos. A sociedade deve preparar-se no sentido de alcançar padrão cultural e educativo que lhe permita atingir o aprimoramento do homem, como cidadão e participante de todo o processo econômico. Deve se conscientizar, também, da importância e influência dos elementos culturais e regionais para a definição das políticas, diretrizes, planos e ações governamentais. O reconhecimento do valor desse empenho exige, ainda, a criação de mecanismos próprios que estimulem a participação do setor produtivo e dos meios de comunicação social, cuja ação é vital para o aprimoramento da educação, da sociedade e da economia.

Como tarefa incessante e de longo prazo, a melhoria da qualidade da educação básica não pode prescindir de investimentos maciços, admitindo-se como desejável que até o ano 2000 todas as crianças estejam matriculadas no sistema regular de ensino, e que pelo menos 80% delas conclua a 8ª série - hoje o percentual das que atingem esse nível é inferior a 30%. A definição clara de responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios, sobretudo no que diz respeito a competências e à aplicação de recursos, deverá concretizar as novas posições que se deseja atingir.

A adoção de mecanismos que estimulem a obtenção de resultados nos diferentes níveis e segmentos deve-se acompanhar de sistema permanente de avaliação, que permita assegurar efetividade e consistência à política de melhoria da qualidade da educação básica.

3.1.2. Ciência e Tecnologia

A ação prioritária neste campo deve conjugar ações e recursos de universidades, instituições de pesquisa, de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e do setor produtivo, para ocupar espaços estratégicos para o domínio e avanço tecnológicos. Significa, ao mesmo tempo, atribuir prioridade a instituições de educação superior e de pesquisa

capazes de dinamizar o processo de produção de bens e serviços e, sobretudo, de se destacar com contribuições efetivas, substituindo, ao longo do tempo, entidades de mero ensino por centros de excelência em ciência e tecnologia.

Um novo padrão de desenvolvimento produtivo exige reconhecimento da importância central da capacitação tecnológica como condição de competitividade. Essa capacitação realizar-se-á, primordialmente, em alguns setores preferenciais, em que a busca da excelência é tarefa inadiável.

A orientação seletiva privilegiará setores dotados de relevância, efeito multiplicador, potencial de retorno em ganhos de produtividade e potencial de exportação de maior valor agregado. O respaldo dessa seletividade é o atendimento das necessidades sociais de crescimento e bem-estar, com destaque para as preocupações atuais com questões ambientais e de manejo sustentado dos ecossistemas.

Ademais, as diversidades do País recomendam que a ciência e tecnologia também recebam apoios que levem em conta critérios de excelência e relevância, em função das peculiaridades regionais.

Dada a redivisão internacional dos espaços e oportunidades, devem ser privilegiados os nascentes esforços de integração regional e sub-regional, tendo em vista um novo padrão de desenvolvimento tecnológico-produtivo.

Esse novo padrão de ciência e tecnologia impõe formas eficazes de participação, que possibilitem acesso universal, equânime e integral, aos bens e serviços de uso coletivo. Nesse processo, é crucial a atuação do Estado como investidor, operando tanto no segmento produtivo quanto nos de ensino e pesquisa, através de instrumentos de fomento efetivamente aplicáveis.

3.1.3. Valorização de Recursos Humanos em Educação, Ciência e Tecnologia

Os profissionais dessas áreas assumem posição de destaque, como principal agente da qualidade técnica, desde que contem com formação adequada e atualização sistemática.

A valorização pretendida abrange planos e ações de naturezas diversas. Os relativos à melhoria das condições gerais de desempenho profissional impõem a elaboração de planos de carreira compatíveis com a relevância das funções. A valorização social e salarial é forma de atrair indivíduos com dedicação integral à educação, à ciência e à tecnologia. Assim, torna-se fundamental a adoção de programas de formação, capacitação e aperfeiçoamento para essas áreas.

A melhoria da "formação de formadores", como meio mais rápido e eficaz de difundir conhecimentos e tecnologias, deve ser vinculada a políticas capazes de garantir a continuidade, de maneira seletiva, em nível nacional, daqueles centros de reconhecida excelência nas áreas em que operam.

A consolidação dessa orientação dar-se-á de maneira definitiva, mediante adoção de planos adequados de gestão nas áreas de educação, ciência e tecnologia, tendo como preocupação central a qualidade dos recursos humanos. Ademais, é imperativo que todo o esforço adicional esteja sujeito a processo de contínua avaliação que lhe assegure, de um lado, nível mínimo de qualidade e, de outro, alcance universal.

3.2. MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A modernidade produtiva deve ser fomentada e atingida, através de quatro vertentes principais: abertura e modernização da economia; capacitação tecnológica, qualidade e produtividade; consolidação e recuperação da infra-estrutura; incremento da produtividade agrícola.

A abertura e a especialização da economia integram estratégia capaz de permitir efetivo grau de exposição à competição externa, assim como melhor exploração dos segmentos nos quais o País dispõe de maiores vantagens comparativas. Para tanto, são necessárias ações no sentido de reestruturar competitivamente o setor produtivo e explorar potencialidades setoriais e regionais.

A ocupação de espaços produtivos tecnológicos, nos quais é possível a construção de caminhos próprios, faz parte dos desafios mais fundamentais da economia. Permite, ademais, o intercâmbio salutar entre mercados modernos. A especialização da economia deve conduzir a processos produtivos capazes de cristalizar reais vantagens ante as disputas internacionais de mercado, competitividade e qualidade.

Uma política de capacitação tecnológica, qualidade e produtividade exige adequação da estrutura produtiva e adoção de tecnologias mais modernas e/ou mais adequadas às condições do País. A par disso, deve-se trabalhar no desenvolvimento de processos que permitam melhorias na qualidade dos produtos e serviços, assim como na elevação da produtividade da economia.

Nesse sentido, são fundamentais as ações nas áreas de formação e capacitação de recursos humanos; de simplificação dos procedimentos de transferências de tecnologia; de geração e difusão de informações tecnológicas e de tecnologias de gestão. Dentre todos esses desafios, sobressai aquele voltado para a qualidade educativa do fator humano, responsável mais crucial pela produtividade.

A modernidade produtiva não pode, ademais, prescindir de uma infra-estrutura moderna e eficiente, capaz de permitir a construção de suporte adequado e eficaz às atividades produtivas do País.

Prioridades

3.2.1. Abertura e Modernização da Economia

Trata-se de garantir duplo objetivo: de um lado, convivência fecunda com a economia internacional globalizada, principalmente no que se refere às modernas economias de mercado; de outro, conquista de espaços produtivos, de tecnologias e de nichos de excelência competitiva, capazes de propiciar oportunidade real, comparativa, de desenvolvimento. Isso pressupõe reestruturação da produção, capacidade seletiva e fortalecimento do mercado.

São fatores decisivos para abrir e especializar a economia: reduzir as tarifas aduaneiras; adotar reciprocidade em normatização e certificação; consolidar fronteiras produtivas; fortalecer as alianças regionais; estimular o capital estrangeiro; implementar política cambial de mercado; fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor. Fazem parte deste contexto, ainda, a promoção da seletividade setorial e o estímulo ao cooperativismo.

3.2.2. Capacitação Tecnológica, Qualidade e Produtividade

Importância estratégica é conferida à capacitação tecnológica e aos esforços concentrados e sistemáticos no campo da qualidade e produtividade. Fatores cruciais para tal desempenho são a qualidade educativa da população, ao lado do acesso à produção própria e moderna de ciência e tecnologia, e a competitividade internacional. A excelência do fator humano é decisiva, sob os pontos de vista da capacidade e da qualidade da produção.

São iniciativas fundamentais neste campo: formação e capacitação, treinamento e reciclagem dos recursos humanos; fomento, na educação básica, do aprimoramento técnico-profissional, sem prejuízo da formação geral; adequação e modernização da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento e da prestação de serviços tecnológicos; difusão de tecnologias de gestão e de indução tecnológica, bem como modernização do sistema de difusão de informações tecnológicas; garantia de participação do sistema financeiro nacional no apoio ao setor produtivo; redução das perdas no processo produtivo e de comercialização; compatibilização e atualização da legislação sobre propriedade industrial.

Ademais, são componentes essenciais desse esforço o aprimoramento do sistema de defesa e vigilância agropecuária; a promoção da qualidade e da produtividade no serviço público, inclusive com o desenvolvimento de programas conjuntos com Estados e Municípios; o estímulo à participação dos trabalhadores nos programas voltados para a qualidade e produtividade.

3.2.3. Incentivo à Produtividade Agrícola

O aumento da produtividade agrícola é requisito essencial para alcançar a modernidade produtiva, tendo em vista a importância da agricultura no processo de desenvolvimento econômico e social. Através do aumento da produtividade, a agricultura assegura adequado suprimento de alimentos para o mercado interno, permitindo a elevação do salário real dos trabalhadores urbanos e a conseqüente elevação do seu padrão de vida e consumo.

Do aumento da produtividade rural depende também a geração de excedentes de exportação - o que contribui para a oferta de divisas necessárias ao financiamento da modernização da economia - bem como a produção de matérias-primas de melhor qualidade e a preços mais baixos, o que concorre para o estímulo à agroindustrialização e seus efeitos multiplicadores em termos de renda e emprego, além do redirecionamento dos fluxos migratórios para pólos de desenvolvimento localizados no interior do País.

Dentre as ações voltadas para a elevação da produtividade agrícola destacam-se: desenvolvimento de projetos de pesquisa, voltados para a geração de tecnologias para a produção de alimento e de matérias-primas e insumos de uso agrícola; aprimoramento das atividades essenciais no campo da defesa agropecuária vegetal e animal, dirigidas à inspeção e fiscalização, de modo a assegurar a qualidade dos insumos utilizados na agropecuária e garantir padrões higiênico-sanitários dos produtos finais; domínio de novas tecnologias, tais como: pesquisa e desenvolvimento de tecnologias biogenéticas, visando a assegurar a adequada preservação do estoque genético e sua melhoria; padronização e classificação de produtos de origem vegetal e animal, associadas a sua difusão entre produtores e consumidores; aperfeiçoamento zootécnico dos rebanhos; inspeção, padronização e comercialização de sementes e mudas; modernização do sistema de informação meteorológica; eletrificação rural; socialização de informações sobre o mercado agrícola; desenvolvimento rural integrado em microbacias hidrográficas; e fomento a projetos de irrigação.

Cooperativismo e associativismo rural, no sentido do aprimoramento de métodos de autogestão e de processos auto-sustentáveis econômica e ambientalmente, também compõem o quadro de incentivo à produtividade agrícola.

3.2.4. Consolidação e Recuperação da Infra-Estrutura

A modernidade produtiva necessita de infra-estrutura produtiva eficiente, em constante processo de modernização, tanto em nível tecnológico quanto das relações institucionais e trabalhistas. O desafio aponta para dupla direção: de um lado, consolidar avanços no setor, considerados imprescindíveis para sustentar o processo produtivo e, de outro, recuperar patrimônios infra-estruturais essenciais já instalados e ameaçados de deterioração crescente.

Para tanto, torna-se fundamental uma série de medidas articuladas, tais como: estabelecer novo padrão e identificar fontes de financiamento para as obras de infra-estrutura; modernizar a legislação sobre as relações trabalhistas; redistribuir as responsabilidades da infra-estrutura pelas diversas esferas do Governo ou da própria iniciativa privada; adequar sistemas realistas de fixação de tarifas; acelerar o processo de desregulamentação do Estado, sempre que couber; dar maior autonomia de gestão às empresas estatais, tendo como contrapartida a respectiva produtividade; promover maior articulação entre Governo e iniciativa privada em ações voltadas para a infra-estrutura, inclusive através de processos dinâmicos de concessão de serviços públicos; e recuperar infra-estrutura produtiva naquelas áreas em que se encontra defasada.

3.3. CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A tarefa prioritária do governo é reverter o atual quadro de instabilidade macroeconômica, caracterizado por elevadas e persistentes taxas inflacionárias. Sem estabilidade econômica, o País não voltará a trilhar o caminho do desenvolvimento experimentado em décadas anteriores.

O pré-requisito mais importante para a consecução desse objetivo é o de saneamento e recuperação da capacidade financeira do Estado. Na última década tornaram-se cada vez mais escassos os recursos para financiar novos investimentos, tantas foram as demandas do setor público para financiamento do seu próprio déficit.

Como a instabilidade macroeconômica não permitiu ao setor financeiro privado desenvolver mecanismos de financiamento a longo prazo e a crise externa impediu a entrada de novos recursos, o setor produtivo brasileiro ficou dependente, em matéria de recursos de longo prazo, quase que exclusivamente de entidades governamentais exauridas.

Portanto, reverter o atual quadro da economia brasileira só se tornará possível após a estabilização econômica e o saneamento financeiro do Estado.

Trata-se de redefinir fontes de receita e a destinação e prioridade de gastos a fim de viabilizar a disponibilidade de recursos para investimentos em infra-estrutura, estimulando o crescimento daqueles segmentos de maior efeito multiplicador sobre o emprego e a renda. A reforma agrária torna-se parte relevante desta macroestratégia, como instrumento voltado para o aumento sustentado da produção.

Do ponto de vista da pressão demográfica, o crescimento econômico representa estratégia das mais sensíveis, por efetivar a oportunidade mais concreta de a população participar do consumo e do mercado de trabalho. Todavia, é mister equilibrar os anseios da maioria nessa direção com as tendências modernas do funcionamento adequado da economia, sobretudo em termos de produtividade, competitividade e qualidade dos produtos e serviços. A preocupação atual com o saneamento da economia, sua estabilização e aprimoramento institucional e sua capacidade de diálogo internacional constituem pré-condições para essa tarefa. São indispensáveis para que o crescimento venha a se tornar processo sustentado, cumulativo e distributivo. Significa, ademais, que o aperfeiçoamento social é o objetivo do crescimento, contexto do desenvolvimento em que homem e sociedade são sujeitos do processo e, por consequência, sua finalidade última. Parte integrante dessa perspectiva é a valorização de uma economia fortemente voltada para a produção de bens e serviços de consumo amplo, atingindo duplo efeito: dinamização dos processos produtivos em consonância com as modernas economias de mercado, e distribuição de renda, via elevação sustentada do emprego e da massa salarial.

Assim, o mercado interno deve receber atenção conveniente, tomando-se como ponto de partida seu potencial para que o crescimento possa ser traduzido em melhoria salarial e de renda, sem prejuízo da competitividade e qualidade dos produtos e serviços. Tal perspectiva não pode implicar qualquer restrição aos desafios apresentados pelas economias de mercado mais avançadas, mas deve considerar que o esforço produtivo, moderno e competitivo, tem por objetivo o bem-estar comum. E nesse quadro que se faz necessário priorizar a restauração da capacidade de gerar poupança interna adicional e de atrair capitais externos, como fonte suplementar de poupança, condições indispensáveis para recuperar a capacidade de investir.

Cabe ainda ressaltar a importância da ligação intrínseca entre as dimensões econômica e social do desenvolvimento. Assim, o crescimento precisa estar comprometido com avanços sociais concretos, e estes devem dispor de condições econômicas adequadas.

Prioridades

3.3.1. Saneamento Financeiro do Estado e Estabilização da Economia

Qualquer estratégia que se adote no sentido de reverter o atual quadro de inflação crônica elevada e de estagnação econômica para dar início a um processo articulado e racional de retomada do crescimento terá, necessariamente, que ser precedida do saneamento financeiro do Estado e da estabilização econômica do País. Nesse sentido, impõe-se a adoção das seguintes ações:

a) restabelecimento de regras econômicas estáveis, com a revisão da legislação vigente, a eliminação de normas conflitantes e desatualizadas e ampla racionalização da máquina administrativa do Estado;

b) reforma fiscal que assegure o adequado financiamento das despesas do Estado, sem recorrência desmedida ao endividamento. Os dispêndios governamentais serão revistos em sua destinação, prioridade, magnitude e padrões de eficiência. O aumento de arrecadação será orientado pelas idéias de universalização, eficácia e progressividade: a partir de certo nível de renda, todos devem pagar impostos, e os detentores de rendas maiores devem pagar mais;

c) reexame dos encargos de cada esfera do governo e do sistema de transferência de rendas públicas, adequando-os às características de uma economia competitiva, aberta e moderna. Essa revisão tem por finalidade compatibilizar as transferências a Estados e Municípios com as atribuições de cada nível de governo, as rendências fiscais, os incentivos e subsídios fiscais e financeiros, inclusive os associados a preços e tarifas do setor público;

d) ajustamento do perfil das dívidas pública interna - inclusive através de mecanismos de mercado, propiciados pela recuperação do crédito público - e externa, de forma negociada, de modo que haja menor pressão sobre as finanças do Estado;

e) revisão das responsabilidades do Tesouro Nacional com relação ao passivo do sistema previdenciário, reestruturação do Sistema Financeiro da Habitação, bem como saneamento do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) e reorganização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) redefinição da participação do Estado em investimentos das empresas estatais, dando prosseguimento acelerado ao Programa de Privatização, adoção de uma política realista de preços e tarifas públicas, e aumento de eficiência das empresas estatais, de modo que as receitas geradas pelas empresas estatais sejam suficientes não apenas para sua manutenção, como também para financiar seus investimentos.

3.3.2. Incentivo à Produção vinculada à Incorporação de Tecnologias Modernas

Os estímulos à produção e ao investimento privado, sempre que ainda necessários, precisam vincular-se a setores e atividades prioritários e à incorporação de tecnologias modernas, dos quais resultem aumentos na produtividade e melhorias na qualidade. Essa linha de ação deverá assegurar níveis crescentes de competitividade interna e externa à produção nacional, principalmente pela maior exposição da produção incentivada à concorrência internacional. É indispensável a eliminação das reservas de mercados e, sobretudo, a extinção do protecionismo ineficiente.

O estímulo à entrada do capital estrangeiro, conforme regras claras, simples e previamente estabelecidas, é também fundamental à ampliação da participação do capital privado no total dos investimentos necessários à retomada do desenvolvimento do País.

3.3.3. Estímulo Seletivo ao Investimento e à Produção de Bens de Elevado Efeito Multiplicador sobre o Emprego e a Renda

Além de ampliar os investimentos em infra-estrutura de responsabilidade do Estado, os gastos governamentais deverão ser redirecionados a setores prioritários, de modo que os escassos recursos públicos sejam aplicados em atividades indutoras ou de suporte ao crescimento econômico.

A reforma agrária, que envolve redistribuição de terras que não estejam cumprindo função social, além de constituir componente importante de uma ação redistributiva mais ampla, deve contribuir para a expansão da produção agrícola nas áreas situadas em regiões dotadas de infra-estrutura. Medidas articuladas entre as cadeias de produção, transformação e comercialização devem estimular a construção de complexos agroindustriais modernos, de modo a atingir, como regra, todos os tipos de produção cuja oferta se deseja ampliar.

3.3.4. Reforma Agrária

No contexto do rápido processo de urbanização do País nas últimas décadas, a reforma agrária pode representar um papel importante, não apenas como ação de caráter redistributivo mais amplo, mas também como instrumento para reduzir o fluxo migratório rural-urbano e para ampliar a produção agrícola, sobretudo de alimentos básicos.

Na medida em que produtores - geralmente pouco capitalizados e qualificados - tenham acesso a terras que não estejam cumprindo sua função social, assim como a tecnologias e crédito agrícola adequados, estarão criadas condições melhores para retê-los no meio rural, reduzir a pressão sobre a disponibilidade de alimentos e, gradativamente, integrá-los aos mercados dentro de padrões mais modernos de produção.

Para tanto, é fundamental que o Governo apóie e oriente a incorporação de agricultores ao processo produtivo, dotando as áreas a serem utilizadas de infra-estrutura de produção e comercialização, necessárias para viabilizar a transformação de produtores potenciais, hoje marginalizados, em agentes econômicos integrados aos mercados de fatores e de produtos. Isto poderá contribuir, tanto direta quanto indiretamente, para o processo global de desenvolvimento com maior justiça social.

3.4 - SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO

Conciliar o crescimento econômico com elevado nível de qualidade ambiental tornou-se imperativo na atualidade. O crescimento econômico baseado em padrões inadequados de uso de recursos naturais, em processos de produção pouco eficientes, e em consumo perulário de bens, tem dado origem a desperdícios de energia e matérias-primas, à poluição ambiental, à degradação de ecossistemas e à redução da biodiversidade. O agravamento desses efeitos significa elevação dos custos sociais e ambientais, com reflexos cada vez maiores nos próprios custos econômicos de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável implica harmonização das dimensões econômica, social e ambiental, operacionalizável através da melhor combinação microrregional de recursos produtivos. Necessita, portanto, ao lado da solução de problemas como a má distribuição dos meios de produção no campo e da renda em geral - que, por si só, têm graves consequências ambientais -, de um conjunto de ações concentradas em quatro princípios norteadores:

a) Ordenação territorial: trata-se de desestimular a excessiva concentração industrial e urbana, a expansão desordenada da fronteira agrícola e as distorções na infra-estrutura energética e viária. Esses fatores vêm agravando os problemas ambientais das cidades, destruindo ecossistemas naturais, degradando solos e recursos hídricos e desperdiçando energia, além de acentuar disparidades econômicas regionais. As estratégias macrorregionais de ordenação devem se orientar, no futuro imediato, para o descongestionamento da faixa litorânea, sobretudo dos grandes complexos urbanos, a interiorização do adensamento para os cerrados e o diferimento da ocupação da Amazônia;

b) Uso conservacionista e redução de desperdício: trata-se de aproveitar melhor a energia e as matérias-primas nos processos produtivos, abrangendo os setores agrícolas, industrial e de serviços. Isso conduzirá, concomitantemente, a menor pressão sobre a base de recursos naturais, tais como solos, florestas, minerais, combustíveis e outros, e a redução na geração de rejeitos e poluentes com impactos negativos sobre o meio ambiente;

c) Recuperação de ecossistemas naturais: como consequência do uso inadequado de recursos, da concentração urbana e industrial e da expansão desordenada da fronteira agrícola, ocorreram a degradação ou a destruição de ecossistemas naturais, a serem recuperados a longo prazo. Trata-se de equacionar o uso dos recursos naturais de forma a evitar os custos sociais decorrentes da excessiva ou inadequada exploração dos recursos;

d) Preservação dos ecossistemas naturais e de biodiversidade: hoje se reconhece que os "bens e serviços" ambientais produzidos pelos ecossistemas naturais e que o valor de "estoque de capital" representado pela biodiversidade constituem patrimônio de inestimável valor para a sociedade, que deve ser preservado. É necessária a implantação de uma política ambiental que contemple mecanismos efetivos de preservação, através tanto de unidades de conservação quanto de uma política agrícola compatível.

Prioridades

3.4.1. Zoneamento Ecológico-Econômico para Ordenação do Território Nacional

Necessário se faz fornecer suporte técnico para os planos de ordenação territorial, a fim de disciplinar o uso do espaço e identificar oportunidades de investimento, usar racionalmente o solo e os demais recursos naturais e orientar empreendimentos públicos e privados em contexto de desconcentração urbana e industrial.

Em especial, ao zoneamento ecológico-econômico devem se subordinar as políticas de incentivos, subsídios, créditos e de outros mecanismos de controle à disposição do Estado, revalidando-se, nesse escopo, os mecanismos de regionalização orçamentária. Nesse sentido, o diferimento da ocupação da Amazônia aponta para a alternativa das várzeas e ganha tempo para a geração de ciência e tecnologia apropriada. A mobilização não-predatória das terras dos cerrados e a complementação de sua infra-estrutura facultam absorver produtivamente excedentes demográficos e econômicos da faixa litorânea a descongestionar.

3.4.2. Adequação de Padrões de Produção e Consumo de Bens e Serviços

Essa adequação exige a reorientação de tecnologias agrícolas, industriais e de prestação de serviços, em uso no País, objetivando a utilização sustentada de recursos naturais e o uso racional de matérias-primas e de energia, com redução de desperdícios e de impactos ambientais. Como ação complementar, devem ser desenvolvidos programas que estimulem uma cultura orientada para a conservação dos bens de consumo. Um maior grau de diversificação produtiva e de maior introversão de mercados regionais será fundamental para essa economia de subprodutos e energéticos, inclusive na conta de fretes do País.

3.4.3. Implantação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A conservação da base de recursos naturais renováveis, dos ecossistemas e da biodiversidade deve ser promovida em todos os níveis do governo, e também na escala das unidades de produção rurais. O País tem, hoje, apenas 3,89% de sua superfície alocados a unidades de conservação vinculadas ao Governo Federal, de uso direto e indireto, sendo que 87% dessas áreas encontram-se na Região Norte. Além disso, muitas dessas unidades de conservação, embora legalmente constituídas, não foram ainda efetivamente implantadas.

O planejamento e a implantação de um Sistema de Unidades de Conservação devem ser orientados pelo zoneamento ecológico-econômico, nas escalas regional, estadual e municipal, e por zoneamentos ambientais na escala de sub ou microbacias hidrográficas.

3.4.4. Recuperação do Meio Ambiente, Rural e Urbano

Conquanto as prioridades de uso conservacionista (4.2) e de preservação de ecossistemas (4.3) venham a permitir evitar o agravamento dos problemas da degradação e poluição ambiental do País, permanece, entretanto, todo um quadro de situações, herdadas do passado, a ser corrigido.

No meio rural, destacam-se as áreas já degradadas, desmatadas, erodidas, sujeitas a secas e inundações, onde os planos de ordenação territorial deverão prever ações de recuperação a médio e longo prazos.

No âmbito urbano-industrial, destacam-se os níveis de contaminação do ar, da água e do solo pelos efluentes e resíduos das atividades econômicas, inclusive dos transportes, e da estreita interrelação com a problemática do saneamento básico.

Dentre as ações que devem merecer prioridade destacam-se: programas de pesquisa voltados para geração e difusão de tecnologias de manejo e conservação de recursos naturais; incentivos às iniciativas de desenvolvimento sustentável, incluindo o aproveitamento integrado de recursos florestais, a biotecnologia e o uso de recursos paisagísticos pelo turismo; incentivo à conservação e recuperação de ecossistemas naturais pela iniciativa privada; desenvolvimento de processos massivos e grupais de educação ambiental; reaparelhamento institucional para monitoramento e fiscalização do meio ambiente, rural e urbano, bem como descentralização das ações pertinentes.

O fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) pressupõe o mais amplo envolvimento de todas as esferas de governo, permeando todos os órgãos setoriais. A educação ambiental, em suas modalidades formais e informais, será decisiva, numa questão que pressupõe mudanças comportamentais, com participação da sociedade civil e adesão das organizações não governamentais.

3.5. EQUALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES

A equalização de oportunidades requer a eliminação dos constrangimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e institucionais resultantes do acesso inadequado e insuficiente à renda, ao mercado de trabalho, aos bens e serviços públicos básicos, à justiça e à segurança pública. Esse quadro é agravado pelas limitações e dificuldades da população em atuar com eficiência na defesa de seus direitos e interesses. Com isso, a consolidação da cidadania, que resulta do processo de diminuição das desigualdades sociais, fica comprometida.

A garantia do processo crescente de equalização de oportunidades depende de políticas públicas que não desvinculem o econômico do social e que, prioritariamente, contemplem o combate à pobreza, a promoção e a proteção da criança, a melhoria da oferta de serviços de seguridade social e o fortalecimento da cidadania.

Cabe, portanto, concentrar esforços em políticas sociais mediante investimentos permanentes que promovam a elevação dos padrões de educação, produtividade e participação política da população. A diretriz central deve-se pautar na retomada do crescimento, na desconcentração da renda e na realização efetiva dos direitos constitucionais.

Uma política social autêntica é aquela capaz de provocar transformações estruturais no espectro das desigualdades sociais, reduzindo-as sensivelmente. Sua factibilidade requer uma revisão do arranjo institucional do aparelho de Estado. Significa, dentre outras medidas, eliminar as superposições de funções e os conflitos de competência entre vários órgãos - inclusive descentralizando as ações do Governo Federal para Estados e Municípios - e adotar o planejamento como instrumento de racionalização do serviço público. A par disso, é preciso buscar a maximização do uso dos recursos disponíveis, com a revisão dos critérios de alocação e aplicação dos fundos sociais e do orçamento em geral.

Esse conjunto de providências, simultâneas e articuladas, possibilitará o aprimoramento quantitativo e qualitativo dos serviços públicos típicos, definidos constitucionalmente, e que representam conquistas da cidadania. Implica, ademais, melhoria das condições de consumo básico familiar, de moradia e de qualidade de vida urbana e rural, tomando-se em conta que a pobreza se apresenta contextualizada na família: não é simplesmente o indivíduo - crianças, adolescentes e idosos em especial - que é carente, mas a unidade familiar que, devido a condições sócio-econômicas adversas, tende a se fragmentar. A luta familiar pela sobrevivência é condicionada por fatores múltiplos, ressaltando-se as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e a deterioração das condições de vida, pela insuficiente oferta em termos quantitativos e qualitativos de serviços públicos essenciais, marcadamente nas periferias urbanas e na zona rural.

No campo, essas condições se agravam devido à estrutura fundiária, que impossibilita maior acesso à terra e leva a relações sociais de trabalho extremamente perversas. O processo de urbanização no País decorreu, em boa medida, não da modernização das estruturas produtivas - como em outros países - mas sim das condições prevaletentes de vida e trabalho no campo, que levam à expulsão migratória e ao agravamento espacial da pobreza.

Em decorrência, torna-se crucial abandonar toda sorte de ações assistencialistas e clientelistas, feitas a título de ajudas e proteções, seja sob alegação de tratamentos emergenciais e residuais da pobreza, seja sob pressão eleitoreira.

É fundamental promover e apoiar instrumentos que favoreçam a cidadania, em particular mediante o acesso à informação relevante para usufruto dos direitos, o uso democrático e democratizante da comunicação social, os avanços na capacidade organizativa da sociedade e ao consumo cultural. Para construção coletiva de um projeto próprio de desenvolvimento, bem como para o processo de consolidação da democracia, é imprescindível a qualidade política da população, garantia da qualidade do Estado, das instituições e da política social, e móvel principal do processo de desconcentração de renda.

Prioridades

3.5.1. Ações Articuladas de Combate à Pobreza

Para a redução da pobreza, impõe-se o enfoque sobre a família, que permite visualizar de forma estrutural as questões básicas que se articulam na sua constituição.

A pobreza dificulta a estruturação e a organização social da unidade familiar e reduz as possibilidades de acesso aos bens e serviços sociais básicos - habitação, e alimentação, por exemplo. Os resultados mais visíveis estão na perda de identidade pessoal e familiar, migração, "favelização", violência, desamparo da infância, precária inserção no mercado de trabalho e baixos níveis de produtividade e renda.

Urge conjugar esforços e recursos em iniciativas globais e potenciais para o enfrentamento estrutural da pobreza. Basicamente, devem-se substituir as ações pontuais, emergenciais e isoladas por outras que atinjam o espectro da pobreza estrutural e sejam simultâneas, articuladas e continuadas. É necessário aumentar a oferta de trabalho, promover o incremento da renda familiar, inclusive via acesso a bens e serviços públicos, melhorar as condições sociais de trabalho, incentivar a produção auto-sustentada de pequenos empreendimentos e dinamizar as potencialidades regionais. Tal esforço deve-se coadunar com os desafios da economia moderna, evitando-se resvalar para a prática de ofertas empobrecidas para os pobres. Assim, devem confluir, no contexto do direito de todos, as oportunidades de desenvolvimento, o progresso econômico com a necessidade social, sendo suporte dessa confluência a cidadania.

As ações a serem implementadas podem ser ordenadas em três grandes grupos. No primeiro, são contempladas aquelas que favoreçam a geração de postos de trabalho, inclusive com ativação seletiva e racional da capacidade produtiva informal, desde que nitidamente potencial e auto-sustentável; dinamização de cidades de pequeno e médio portes, a partir de suas potencialidades e peculiaridades, em conformidade com novas propostas de desenvolvimento urbano e regional; intermediação, sobretudo via informação adequada, entre demanda e oferta de trabalho; e capacitação profissional.

O segundo conjunto de ações tem como objetivo possibilitar incrementos reais dos rendimentos das famílias mais pobres, não só pela sistemática elevação do valor real do salário mínimo, como também pela adoção de medidas destinadas a aumentar o consumo básico familiar, privilegiando-se a redução relativa dos preços dos alimentos, dos medicamentos e de outros bens de consumo popular.

Em terceiro lugar, deve-se implementar um conjunto articulado de ações no sentido de garantir a elevação dos níveis de qualidade de vida das famílias mais pobres.

Tais ações objetivarão a melhoria do habitat das populações de baixa renda residentes, em sua maioria, na periferia dos grandes centros urbanos e no meio rural, mediante a construção de casas e embriões, oferta de lotes urbanizados, promoção de programas de saneamento básico e demais aspectos de infra-estrutura.

Os programas de habitação popular, no contexto de combate à pobreza, são importantes instrumentos de geração de emprego e renda e elevação dos níveis gerais de produtividade, além de contribuírem, decisivamente, para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar da população.

Na implantação dessas ações o Governo Federal alocará, ademais dos recursos previstos no Plano Plurianual, as dotações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e articulará a sua atuação com os governos estaduais e municipais.

3.5.2. Ação Integrada para a Criança e o Adolescente

Trata-se de assumir a "prioridade absoluta" constitucional de garantir real possibilidade de desenvolvimento a esse grupo populacional, definido, em termos de oportunidades futuras, como o mais fundamental, eliminando-se o parcelamento e a superposição de ações, e sobretudo evitando-se a dissociação das iniciativas sociais frente ao contexto do crescimento econômico, insistindo-se na marca típica de investimento na qualidade da população.

A par da expansão da creche e do pré-escolar, em especial para grupos e regiões mais carentes, deve-se buscar a universalização e a qualidade do ensino de 1o grau e a ampliação da jornada escolar diária, com vistas ao aproveitamento integral e equalizado. A universalização dos serviços básicos de saúde materno-infantil, principalmente com vistas à diminuição dos índices de morbidade e de mortalidade específicas, também constitui objetivo a ser perseguido.

As responsabilidades da sociedade em geral e do setor privado quanto ao apoio à criança devem ser amplamente discutidas, com vistas ao aprimoramento das definições e das formas de articulação das ações.

O combate a todas as formas de violência deve envolver os melhores esforços do Governo, especificamente os das áreas mais diretamente responsáveis pela justiça e pela segurança pública, e igualmente de toda

sociedade. A prevalência de qualquer forma de exploração, agressão ou violência contra crianças e adolescentes significa comprometimento da cidadania de todos.

Finalmente, as atividades desportivas e de lazer devem ser expandidas, pois constituem instrumentos auxiliares importantes da integração de crianças e adolescentes à sociedade.

3.5.3. Otimização dos Serviços de Seguridade Social

A seguridade social, que abrange saúde, previdência e assistência, está definida constitucionalmente como dever do Estado e direito de todo cidadão. A complexidade de cada um desses segmentos requer um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

A correção sistemática dos atuais problemas de saúde aponta para a necessidade de ser acelerada a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com os preceitos constitucionais e os dispositivos da Lei Orgânica da Saúde. As diretrizes básicas para a consolidação do SUS compreendem: universalização do acesso ao sistema; participação e controle social; descentralização; regionalização e hierarquização dos serviços; capacidade de resolução dos agravos à saúde; e equidade da assistência à saúde.

Quanto à previdência, o desafio é compatibilizar a ampliação das conquistas sociais com a reestruturação das bases de financiamento do sistema.

Especificamente, as ações mais importantes a serem desenvolvidas envolvem a implementação do regime único da previdência, de modo a assegurar: participação universal nos planos previdenciários; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; e irredutibilidade do valor dos benefícios de prestação continuada, tendo como piso o valor do salário mínimo.

Possibilidade já aventada, que merece ter seu exame devidamente aprofundado, refere-se à hipótese de criação de um novo sistema de seguro privado, de adesão voluntária, para os assalariados de rendas média e alta, em contraponto à manutenção da plena cobertura atual apenas para camadas assalariadas de renda mais baixa.

Em sintonia com os procedimentos anteriores, devem ser buscadas formas mais racionais e adequadas de administração da previdência social, o que envolve procedimentos que aumentem a seletividade na concessão de benefícios e a progressividade das contribuições, a modernização do atendimento, e o aprimoramento do sistema de fiscalização, arrecadação e cobrança da dívida ativa.

Também é necessária a implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador, unificando informações dispersas em diversos arquivos, medida que, dentre outros efeitos positivos, dificultará as práticas mais usuais de fraude.

Finalmente, a desmobilização do patrimônio improdutivo poderá propiciar significativos aportes de recursos para reforçar a modernização previdenciária.

Com relação à assistência social, trata-se de ordenar a oferta, sobretudo a dirigida a grupos que têm nela praticamente a única oportunidade de sobrevivência, com destaque para crianças, deficientes e idosos atingidos pela pobreza. Tal ordenamento inclui a articulação de fatores convergentes, em particular: unificação institucional das ofertas e elaboração de diretrizes concertadas de atendimento; quantidade e qualidade da oferta; descentralização da ação para governos estaduais e municipais e entidades não governamentais; e melhoria técnica dos programas e profissionais.

A amplitude e a diversidade de situações que demandam soluções à assistência social, devido ao quadro generalizado de pobreza, impõem a necessidade de formulação de uma política nacional de assistência social e de criação e implementação de um sistema nacional que a opere.

Além dessa medida de caráter mais geral, outras podem ser desencadeadas, desde logo, como a revisão da situação das entidades assistenciais e de sua ordenação institucional, de modo que o atendimento não desperdice recursos em ações multiplicadas e sem direcionamento.

3.5.4. Instrumentação e Defesa da Cidadania

Enquanto ação pública tipicamente instrumental, cabe agir em esferas sensíveis e estratégicas como: acesso à justiça e seu funcionamento democrático; garantia de segurança pública; informação sobre direitos e sua efetivação; apoio à organização popular.

Assim, as ações a serem implementadas devem procurar agilizar e modernizar a justiça, no sentido de torná-la mais próxima dos cidadãos, minimizando as situações de impunidade, recuperando sua credibilidade e buscando equalizar as oportunidades de acesso. Cabem, também, a revisão e a capacitação do aparato policial, com vistas ao atendimento da população, sobretudo em questões de segurança.

Um outro tipo de ação diz respeito à necessidade de oferta pública de informação estratégica para exercício da cidadania e para o manejo de conteúdos educativos e culturais favoráveis.

Deve-se incentivar a formação de espaços participativos, desde que não reproduzam o atrelamento clientelista, em especial na gestão e no controle democráticos dos serviços públicos.

A consolidação democrática - e da cidadania que lhe é inerente - não pode, ainda, prescindir da formalização dos preceitos constitucionais que garantem os direitos de minorias sociais e étnicas.

3.6. Modernização do Estado

O Estado, soberano e de Direito, detém papel capital na articulação permanente das aspirações da sociedade ante as oportunidades de desenvolvimento. Seu caráter primordial de serviço público instrumental impõe-lhe, como desafios principais, os de organização e atuação racional, com modernização constante, para desempenho eficiente e adequado das funções que lhe são constitucionalmente reservadas.

Terá o Estado, de um lado, atuação primordialmente orientadora e seletiva, em especial voltada para segmentos nascentes, vulneráveis ou estratégicos, de forma não-paternalista ou assistencialista, com vistas ao aproveitamento e à expansão de oportunidades. De outro lado, nos segmentos em que lhe cumpre atuar de maneira mais direta ou até exclusiva - caso de alguns serviços públicos, em particular educação, saúde e saneamento básico, justiça e segurança, defesa e relações exteriores - impõe-se concentração nas funções indelegáveis e estratégicas, ênfase nas demandas sociais fundamentais, geração de novas oportunidades, otimização do uso de recursos, e, sempre que possível, estrita relação com a sociedade.

Portanto, seja como orientador, promotor seletivo, seja como responsável e executor direto em certos casos específicos e constitucionalmente definidos, o Estado buscará o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente equilibrado e espacialmente bem distribuído.

Cabe reiterar, ademais, que precisamente esse repto de articulação entre papel orientador, seletivo, e atuação direta exige especial rigor: no atual quadro brasileiro, tanto é imprescindível que prossigam os esforços de retirada do Estado de muitas atividades - em que, justificadamente ou não, se viu mais diretamente envolvido no passado - quanto há longo caminho a percorrer para que seja mais efetivo seu peso instrumental, de liderança e articulação.

Essas tarefas impõem ao Estado permanente preservação de suas soberania e representatividade democrática, fundadas internamente na cidadania em constante aperfeiçoamento, na busca ininterrupta de equalização de oportunidades e, externamente, no respeito aos princípios de auto-determinação dos povos, não-intervenção, convivência pacífica, solução pacífica dos conflitos, cooperação entre os povos, repúdio ao racismo e ao terrorismo, defesa da paz e igualdade entre os Estados.

Assim, em suma, o Estado é instrumento de concertação de interesses. Para que essa concertação se dê articuladamente, com sentido estratégico e fundamentação técnica sempre atualizada, o próprio Estado deve modernizar seus procedimentos, e sobretudo seus métodos de planejamento, face aos desafios ante o Estado como tal - em particular com relação aos seus congêneres da sociedade internacional - e às expectativas da sociedade que representa.

Prioridades

3.6.1. Continuidade da Reforma Administrativa e Patrimonial com vistas à Consolidação de um Estado Moderno e Eficiente

Impõem-se o aprofundamento e a aceleração dos ajustes e modernização do aparelho administrativo estatal, ante as complexas necessidades para o desempenho de tarefas nos campos político - inclusive no que se refere à Defesa - social, econômico e institucional. Igualmente, cumpre incluir a reforma patrimonial, que tanto propicia maior agilidade e eficiência ao Estado quanto o libera de pesados ônus em atividades que fogem às suas estritas competências constitucionais.

Nesse campo, são necessários: reforma da estrutura institucional, para adequação dos organismos públicos aos seus objetivos intrínsecos, bem como de modernização e eliminação de superposições e desperdícios; revisão e avaliação constante de critérios de alocação de recursos humanos, técnicos e financeiros, observada a compatibilidade com as atribuições funcionais; treinamento e atualização permanentes de servidores, conforme os requisitos da gestão moderna; liquidação ou transferência para o setor privado do patrimônio público que não for essencial às funções do Estado.

Além disso, particularmente no que tange ao desafio da modernidade produtiva, verifica-se a necessidade - como pré-condição - de vigência de um Estado moderno e eficiente. Dele dependem, em grande parte, a modernização e a constante atualização da infra-estrutura, das relações trabalhistas e das instituições públicas. O papel do Estado moderno, entretanto, deve ser entendido como aglutinador de forças disponíveis e potenciais no País.

Assim, no contexto específico da relevância da adequação do Estado no que tange à modernização da produção, deve-se: adequar a estrutura tributária paralelamente ao estabelecimento de um novo padrão de financiamento para o setor produtivo; modernizar a legislação relativa às relações entre capital e trabalho; promover maior articulação entre os setores público e privado; persistir na readequação dos sistemas de fixação de preços e tarifas; aprofundar os esforços de desregulamentação; redistribuir as responsabilidades relativas à infra-estrutura entre as diversas esferas de governo; atribuir ênfase à recuperação da infra-estrutura produtiva existente; promover a descentralização da política agrícola e a desregulamentação desse setor, simultaneamente à implementação da reforma agrária; valorizar o servidor público e aparelhar materialmente as instituições públicas; estabelecer processos e critérios de avaliação e acompanhamento de programas e projetos; e garantir o acesso generalizado a informações.

3.6.2. Constitucionalidade e Cidadania

O Estado, para efetivamente ser instrumento da cidadania, deve tanto propiciar as condições mais imediatas de materialização desta, por meio de oferta adequada - quantitativa e qualitativa - de serviços públicos básicos, quanto assegurar a expectativa do Estado de Direito, através do aperfeiçoamento jurídico-normativo e institucional e com vistas à preservação dos espaços de iniciativa privada, à luz das tendências atuais da economia de mercado.

Assim, visualiza-se um Estado que, ao reverter excessos de ação direta e resistir às tendências do passado de gigantismo e intervencionismo, ocupe de modo eficaz e moderno aqueles espaços de atuação a ele correspondentes, como investimento seletivo, manutenção de políticas sociais básicas e indução da ação privada.

Nesse sentido, a normatização deverá observar requisitos de: relevância; consolidação; clareza; simplicidade; abrangência; não-casuísmo; divulgação ampla; hierarquização estrita; máxima estabilidade; implementação efetiva; e, com ênfase, firme sustentação técnico-jurídica.

Já o cumprimento das normas terá, como parâmetros: credibilidade; rigor; constância; universalidade; tempestividade; e caráter preventivo, educativo e repressivo.

O Estado deverá, ademais, pautar as concessões que lhe compete administrar, por: transparência; equanimidade; qualidade; função social verificável; e subordinação à norma. A propósito, impõem-se: aprofundamento da desregulamentação; promoção da regulamentação da Constituição e da normatização conexa, com ênfase no cumprimento das atribuições constitucionais do Estado, sobretudo no que tange à aplicação das normas e ao acesso irrestrito da população às instituições de justiça e segurança pública; atualização de políticas e adaptação de instituições, por exemplo no campo da segurança pública e cidadania, com ênfase à educação e às causas dos problemas dessa área; prosseguimento e ampliação do processo de privatização, em paralelo à ampliação das concessões à iniciativa privada e estímulo a esta.

3.6.3. Consolidação das Funções Indelegáveis do Estado: Defesa e Relações Exteriores

No contexto da modernização do Estado, é essencial garantir as suas soberania e instituições, particularmente em face da complexidade dos interesses internacionais, através da atuação diplomática e da defesa. Conforme a Constituição, competem exclusivamente à União tanto aquela atuação quanto a defesa nacional. Assim, são necessários meios adequados e capacitação plena e eficiente tanto diplomática - para a manutenção de relações com Estados estrangeiros, da participação em organismos internacionais e da celebração de tratados, convenções e atos internacionais - quanto das Forças Armadas, cuja capacitação operacional é indispensável para dissuadir eventuais atitudes hostis às decisões soberanas do Estado.

Especificamente quanto às Forças Armadas, cabe ressaltar a importância dos referidos meios e capacitação por seus reflexos também quanto à integração nacional, e a segmentos da educação, pesquisa, tecnologia e produção industrial, assim como a serviços subsidiários de utilidade pública, sobretudo junto às populações mais carentes e/ou residentes em regiões carentes e inóspitas. Caberão a propósito: ênfase nas políticas de pessoal, inclusive mediante manutenção e ampliação de quadros técnicos; configuração da infra-estrutura diplomática e militar compatível com as transformações nacionais e da cena internacional; prosseguimento da modernização das Forças Armadas, com ênfase na capacitação, no reequipamento, na prontidão operacional e na obtenção de meios de forma autônoma.

3.6.4. Articulação da Ação Pública, via Planejamento Moderno, com Implantação de um Sistema Unificado de Planejamento, Orçamento e Avaliação

O Estado precisa recuperar a iniciativa estratégica de ações e investimentos prioritários, para assegurar rumo, eficiência, qualidade e ritmo adequados às exigências do processo de desenvolvimento. Para tanto, é necessário esforço sempre renovado de articulação e avaliação. Essa tarefa tanto deve se valer do engajamento da iniciativa privada, com vistas à máxima ampliação das oportunidades de desenvolvimento do País, quanto da atuação harmônica federal, estadual e municipal, bem como do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Para tanto, serão buscadas: consolidação da distribuição de encargos entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário e entre a União, os Estados e os Municípios; articulação das instâncias de planejamento hoje dispersas, tanto no âmbito do Governo Federal quanto nos demais níveis de governo e esferas de poder; no âmbito do Executivo, revisão e modernização do planejamento setorial, em sentido sistêmico; implantação de instrumentação técnica moderna - sobretudo no que tange à informática - com vistas à credibilidade do Estado e para secundar processos democráticos de aferição e decisão, atuação frente aos desafios do desenvolvimento, conciliação estratégica as demandas sociais e das ações governamentais.

4. PREMISSAS DO PLANO PLURIANUAL

4.1 Suporte Institucional

4.2 Fundamentos Macroeconômicos

4. PREMISSAS DO PLANO PLURIANUAL

A execução de uma estratégia de desenvolvimento nacional, com a envergadura e com o horizonte de longo prazo propostos no capítulo anterior, requer mecanismos vigorosos de ação. Esses não podem se limitar aos instrumentos financeiros, muito menos aos recursos orçamentários do setor público. O Orçamento da União não é o único instrumento de gestão governamental direta, embora seja, seguramente, o mais relevante. Com efeito, um dos pilares da estratégia de desenvolvimento é a modernização do Estado, no âmbito da qual se destacam a desregulamentação e a privatização de parte do setor produtivo estatal, com redefinição dos papéis.

Além disso, faz parte da estratégia a presença, cada vez maior, da iniciativa privada em determinados segmentos econômicos historicamente ocupados pelo Estado, particularmente infra-estrutura econômica, transporte, energia e comunicações. Isso pressupõe mobilização de recursos financeiros privados para execução de programas estruturais em áreas de co-responsabilidade pública e privada, como infra-estrutura econômica e modernização tecnológica, cabendo ao Estado papel regulador, sinalizador e motivador da adesão e do envolvimento do setor privado.

Ao considerar especificamente o horizonte deste Plano, dois conjuntos de requisitos ganham relevância. O primeiro é o de suporte institucional adequado. O segundo, e de maior destaque, é o de disponibilidade de recursos orçamentários, que condicionam as prioridades do Governo.

As bases de reestruturação institucional e uma avaliação das finanças públicas, juntamente com os seus fundamentos macroeconômicos, representam as principais referências para o Plano Plurianual 1993-1995, e estão expostos a seguir.

4.1. Suporte Institucional

A reestruturação e modernização do sistema institucional e organizacional do setor público é condição importante para a execução e implementação eficiente e eficaz deste Plano. Nesse processo, devem ser redefinidos os papéis e as responsabilidades entre Estado e Sociedade e, no setor público, a distribuição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em termos de execução programática.

Essas definições passam ainda por um longo processo de negociações e acomodações às diretrizes constitucionais, incluindo regulamentação de capítulos importantes da Constituição de 1988. O Governo Federal, de sua parte, vai delimitando o espaço de sua atuação, de acordo com suas prioridades e as expectativas de atuação dos outros agentes e atores sociais, respeitados aqueles parâmetros legais.

A modernização representa, por outro lado, aumento da capacidade governamental de influenciar o processo econômico e social, racionalização de gastos e elevação da eficácia e eficiência das ações do setor público. Pressupõe, portanto, arranjos institucionais inovadores ou aperfeiçoados na estrutura do governo, em parte já realizados pela reforma administrativa do Executivo.

No que diz respeito mais diretamente à execução das ações governamentais, o requisito institucional mais importante é a consolidação do Sistema Nacional de Planejamento. Integrantes de uma estrutura de relações coordenadas e articuladas entre as diferentes instâncias e órgãos da Administração Pública Federal, aos componentes desse sistema caberão acompanhamento, controle e avaliação da implementação do Plano, do que poderão resultar ajustes e retificações das decisões estratégicas.

Consolidar a prática de planejamento estratégico e a rotina da negociação e do processo decisório é compromisso do governo, e demanda estudos e geração de informações, elaboração e detalhamento de planos, programas e projetos, além do acompanhamento da intervenção pública.

4.2. Fundamentos Macroeconômicos

O forte ajustamento realizado nas contas do setor público a partir de 1990 permitiu um desempenho satisfatório das finanças da União no ano passado, embora ligeiramente inferior ao demonstrado no primeiro ano do governo. Com efeito, estima-se para 1991 um saldo primário próximo a 1,0% do PIB, um déficit operacional inferior a 2,2% do PIB e necessidades nominais de financiamento do setor público (NFSP) de 36% do Produto Interno Bruto. Apesar do leve declínio frente a 1990, esse resultado é bastante animador quando comparado com os indicadores de 1989 (0,3% de déficit primário e 73% de NFSP).

Por outro lado, dados preliminares indicam que a economia brasileira registrou, em 1991, tímida recuperação, com uma taxa de crescimento de 1%, relativamente ao ano anterior, quando o PIB brasileiro declinou cerca de 4%. Com relação ao ritmo inflacionário, o ano passado também evidenciou desempenho favorável, principalmente por reverter as expectativas de aceleração de inflação e a ameaça de hiperinflação. Desempenho semelhante ocorreu com a balança comercial, apoiada pela política cambial de taxas livres e liberação das importações, que refletiu ganhos de competitividade, apesar da retração da economia mundial.

Esses resultados derivam da manutenção da política econômica de ajuste fiscal, de reestruturação dos gastos e de recuperação da receita. Por outro lado, a política ativa de taxas de juros, praticada com o objetivo de impedir a expansão indevida do crédito e sustentar o combate inflacionário, provocou um aumento dos encargos do financiamento interno. Não obstante, novos instrumentos de política monetária, criados no decorrer do ano, têm facilitado a administração adequada da dívida interna e de seu serviço.

Para 1992, podem ser esperadas melhoras expressivas nas receitas correntes da União, em razão das medidas tributárias aprovadas pelo Congresso Nacional no final de 1991, que reduzem significativamente as perdas de arrecadação decorrentes do processo inflacionário. Entre elas destacam-se:

1. indexação dos impostos, taxas e contribuições a uma Unidade Fiscal de Referência, fator de atualização monetária a ser ajustado periodicamente, de acordo com a inflação. Assim, o Tesouro criou instrumento próprio para garantir a preservação do valor real de suas receitas;
2. simplificação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, com elevação dos limites de isenção e dedução das despesas com educação na base de cálculo.
3. alteração nos limites de dedução dos benefícios indiretos do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, adotando-se o pagamento em bases correntes. As pessoas jurídicas anteciparão, para 1992, pagamentos devidos em 1993, gerando expressiva contribuição ao fluxo de caixa do Tesouro. Por outro lado, foi admitida a depreciação acelerada, em dois anos, relativamente a máquinas e equipamentos adquiridos até dezembro de 1993;
4. elevação real das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados referentes a veículos, bebidas e fumo em cerca de 38%, 20% e 3%, respectivamente.

A esse esforço de saneamento financeiro devem ser acrescentadas, ainda, as renegociações das dívidas dos Estados e Municípios, gerando, como contrapartida, a adoção de rigoroso programa de ajuste fiscal pelos governos estaduais e municipais. Ademais, a reestruturação dos gastos estaduais e municipais e a proibição de endividamento deverão elevar o superávit primário de 0,5% do PIB, em 1991, para 0,7% do PIB, em 1992, e 1,0% do PIB, em 1993.

As empresas estatais, por seu turno, deverão atingir um superávit de 1,1% do PIB ao ano, a partir de 1992, mediante recuperação real das tarifas públicas, já iniciada no ano passado. A meta do governo, que é de praticar preços médios dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, em 1992, superiores em cerca de 17% àqueles registrados no ano passado, já está atingida em cerca de 80%. Ao mesmo tempo, os gastos e empréstimos das estatais continuarão sendo rigorosamente controlados.

Concomitantemente ao aumento da arrecadação pública, as contas do governo continuarão a ser fortemente controladas do lado da despesa. Despesas não financeiras serão cobertas exclusivamente com recursos fiscais, sendo vedado o recurso à dívida. Estima-se que a reforma patrimonial e os esforços de redução de gastos e encargos federais representarão uma economia de 0,47% do PIB, em 1993, 0,26% do PIB, em 1994, e 0,05% do PIB, em 1995.

Como hipótese de trabalho para a estimativa do desempenho da economia e das finanças públicas no período 1993-1995, parte-se do princípio de que, passados os primeiros anos da dura política de ajustamento econômico, a economia brasileira deverá recobrar taxas médias de crescimento: primeiro, com a redução da elevada ociosidade e, logo após, com a retomada dos investimentos produtivos. Os desequilíbrios fiscais, fonte de pressões sobre as taxas de inflação, ficam definitivamente eliminados, e o esforço de ajustamento das contas públicas, marca da política econômica implementada pelo governo, consolidará, a partir de 1992, as bases para a retomada sustentada do crescimento econômico. Dessa forma, o Plano Plurianual define metas de crescimento da economia brasileira de 3% em 1993 e de 5% nos dois últimos anos do período.

A combinação de crescimento econômico com ajuste fiscal, previstos para o período, conduz a uma recuperação importante das contas do setor público. A continuidade do ajuste fiscal, em 1992, deverá levar à obtenção de um saldo primário de aproximadamente 3% do PIB, sendo 2,3% do PIB provenientes dos Orçamentos da União e das empresas estatais. Isso decorre, em grande parte, da elevação das receitas correntes, de 14,5% do PIB, em 1991, para 16,8%, em 1992. Da mesma forma, prevê-se o declínio das necessidades nominais de financiamento do setor público para nível praticamente igual à metade do ano anterior, alcançando o percentual de 18% do PIB - apesar do crescimento das transferências, das despesas de custeio e dos juros da dívida, que terminam contribuindo para um déficit operacional de cerca de 2,7% do PIB.

A partir de 1993, deve continuar a evolução positiva do quadro geral das contas do setor público, em função do crescimento do PIB e dos efeitos do ajuste fiscal, prevendo-se, a partir daquele ano, um acréscimo de receitas equivalente a 1,9% do PIB. As receitas correntes do Tesouro deverão registrar novo acréscimo, alcançando 18,7% do PIB; e o superávit primário das contas do setor público não financeiro deve alcançar 4% do PIB, sendo 1,9% à conta do Orçamento da União, 1,1% como resultado das empresas estatais e 1,0% do PIB de responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Para 1993, estima-se que as contas públicas apresentem um pequeno saldo operacional, de 0,5% do PIB, viabilizando a redução da dívida pública interna. Concomitantemente, devem declinar as necessidades de financiamento do setor público naquele ano, para somente 5% do PIB.

As metas para os dois últimos anos do período, 1994 e 1995, são de reprodução desse desempenho positivo das contas do setor público, acompanhado de retomada do crescimento da economia e redução das taxas gerais de inflação.

De acordo com as hipóteses utilizadas, em 1993 as receitas correntes do Tesouro devem crescer 1,8% do PIB, relativamente à reestimativa da receita para 1992. Esta última, por sua vez, será superior, em 2,3% do PIB, à realizada em 1991. Coerentemente com as duas etapas propostas para o ajuste fiscal - a primeira a vigorar em 1992, e a segunda, apenas em 1993 - as projeções de receitas ilustram o incremento esperado. A partir de 1993, as receitas deverão crescer juntamente com o PIB, admitindo-se uma elasticidade da receita em relação ao Produto maior que a unidade.

Basicamente, todo o incremento esperado nas receitas correntes advém de receitas do Orçamento Fiscal. As receitas da Seguridade crescem a taxas moderadas, estimando-se ganhos reais de 0,4% do PIB, decorrentes do combate à sonegação.

Brasil: Principais indicadores de
Desempenho do Setor Público
1989-1995

Em Percentagem do PIB

INDICADORES	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1. Resultado Primário Global (a)	3.0	(2.2)	(1.0)	(3.0)	(4.0)	(4.0)	(4.0)
1.1 Orçamento da União	0.7	(1.5)	(0.5)	(1.2)	(1.9)	(1.9)	(1.9)
1.2 Estatais	(0.1)	(0.4)	0.0	(1.1)	(1.1)	(1.1)	(1.1)
1.3 Demais Esferas do Governo	(0.3)	(0.3)	(0.5)	(0.7)	(1.0)	(1.0)	(1.0)
2. Resultado Operacional (a)	6.9	(1.3)	2.2	2.7	(0.5)	(0.6)	(0.6)
3. Necessidades Nominais de Financiamento do Setor Público (NFSP)	73.0	30.0	36.0	18.0	5.0	5.0	5.0
Taxa de Variação Real do PIB	3.6	(4.0)	1.0	0.0	3.0	5.0	5.0

(a) Exclusive receitas de privatização

NOTA: Para os resultados do setor público foi utilizado o conceito de necessidade de financiamento; portanto, os valores negativos correspondem a superavit e os positivos a déficit.

Brasil: Projeção dos principais Itens do Orçamento
Fiscal e da Seguridade Social
1991-1995

DISCRIMINAÇÃO	Em Percentagem do PIB				
	1991	1992	1993	1994	1995
1. Receita corrente (a)	14.49	16.85	18.74	18.92	19.10
1.1 Fiscal	6.93	8.93	10.78	10.88	10.99
1.2 Seguridade	7.56	7.92	7.96	8.04	8.11
2. Outras Receitas (b)	1.18	1.18	0.47	0.26	0.05
3. Transferências Constitucionais	2.60	3.28	3.81	3.84	3.87
4. Receita Líquida (1+2-3)	13.07	14.75	15.40	15.34	15.28
5. Despesas de Pessoal	4.21	4.00	3.88	3.70	3.52
6. Outros Custeios de Capital (c)	8.40	9.56	9.62	9.74	9.86
6.1 Despesas de Custeio	6.07	7.20	7.20	7.20	7.20
6.2 Despesas de Capital (d)	2.33	2.36	2.42	2.54	2.66
7. Saldo Primário (4-5-6)	0.46	1.19	1.90	1.90	1.90
8. Outras Despesas Líquidas (e)	0.54	1.25	0.76	0.70	0.65
9. Saldo Operacional (7-8)	(0.08)	(0.06)	1.14	1.20	1.25
10. Poupança (4-5-6.1-8)	2.25	2.30	3.56	3.74	3.91

(a) Para o PIB crescendo a 1% em 1991, 0% em 1992, 3% em 1993, 5% em 1994 e 5% em 1995. O PIB de 1991 foi estimado em Cr\$ 395.396 bilhões a preços de dezembro de 1991.

(b) Receitas com a reforma patrimonial e com a reestruturação do gasto público (inclui "float" em 1991 e 1992)

(c) Exclui os empréstimos concedidos e os retornos destes no âmbito do Orçamento das Operações de Crédito

(d) Exclui amortizações

(e) Juros reais devidos sobre as dívidas contratuais e mobiliárias (interna e externa).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
01 LEGISLATIVA	1.465.278.916							
001 PROCESSO LEGISLATIVO	1.121.267.636							
0001 AÇÃO LEGISLATIVA	1.114.892.089							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.101.356.913							
01.001.0001.1002 SISTEMA DE INFORMATICA PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORGÃO, RECURSO COMPUTACIONAL CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANALISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSARIAS A VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FINIS DO SETOR. ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA (UNID) = 1552	13.913.910	0	0	0	0	100	0	0
01.001.0001.2021 ADMINISTRACAO E COORDENACAO DOS SERVICOS LEGISLATIVOS ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS. ADMINISTRAÇÃO (PERC) = 100	1.087.443.003	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	13.535.176							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	6.375.547							
DEMAIS PROJETOS	6.375.547							
002 FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	159.014.772							
0002 CONTROLE EXTERNO	155.646.306							
PROJETOS PRINCIPAIS	148.723.020							
01.002.0002.2028 FISCALIZACAO E CONTROLE DA ARRECADACAO E APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS ASSEGURAR O EMPREGO E A PROIBIDADE NA APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS, O JULGAMENTO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSAVEIS POR BENS E VALORES DA UNIÃO E DA LEGALIDADE DAS CONCESSÕES DE APOSENTADORIA, REFORMAS E PENSÕES.	148.723.020	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	6.923.286							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.368.466							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	3.368.466							
007 ADMINISTRACAO	184.996.508							
0023 DIVULGACAO OFICIAL	119.112.830							
DEMAIS PROJETOS	119.112.830							
0024 INFORMATICA	65.883.678							
DEMAIS PROJETOS	65.883.678							

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	MA	EX
02 JUDICIARIA	3.474.313.436							
004 PROCESSO JUDICIARIO	3.450.254.109							
0013 ACAO JUDICIARIA	3.170.484.065							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.967.400.374							
02.004.0013.2029 ADMINISTRACAO E COORDENACAO DOS SERVICOS JUDICIARIOS ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIARIAS. ATIVIDADE JUDICANTES (2A. INST.) APOIADA (UNID) = 15000 ATIVIDADE JUDICANTES (1A. INST.) APOIADA (UNID) = 21000 MODERNIZAR E MANTER O SIST.DE COMUNICAÇÃO(SISTEMA)= 6 AUTOMATIZAR SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (UNID) = 74	2.934.420.414	6	17	31	12	17	17	0
02.004.0013.2031 COORDENACAO E SUPERVISAO DE ELEICOES REALIZAR AS ELEIÇÕES E PROMOVER O ALISTAMENTO ELEITORAL.	32.979.960	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	203.083.691							
0014 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO	206.985.780							
PROJETOS PRINCIPAIS	199.871.707							
02.004.0014.2008 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVES DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALEM DE PRESTAR APOIO LOGISTICO AS ATIVIDADES-FIM.	199.871.707	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	7.114.073							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	65.337.129							
PROJETOS PRINCIPAIS	65.337.129							
02.004.0025.3303 IMPLANTACAO DAS PROCURADORIAS REGIONAIS ATENDER A NECESSIDADES DE EXPANSÃO DA ESTRUTURA DO M.P.U., DE FORMA A PERMITIR MAIOR AMPLITUDE DE SUA AÇÃO, QUE DEVE ACOMPANHAR A DO PODER JUDICIÁRIO.	65.337.129	0	0	0	0	19	81	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	7.447.135							

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	7.447.135							
007 ADMINISTRACAO	21.289.867							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	3.991.831							
DEMAIS PROJETOS	3.991.831							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	17.298.036							
DEMAIS PROJETOS	17.298.036							
081 ASSISTENCIA	496.027							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	496.027							
PROJETOS PRINCIPAIS	114.237							
02.081.0486.2032 ASSISTENCIA JUDICIARIA ATENDIMENTO JUDICIAL A PESSOAS CARENTES.	114.237	0	21	38	25	0	16	0
DEMAIS PROJETOS	381.790							
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	2.273.433							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	2.273.433							
DEMAIS PROJETOS	2.273.433							

Exclusiva Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	40.109.998.439							
007 ADMINISTRACAO	7.943.651.841							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	19.085.616							
PROJETOS PRINCIPAIS	5.451.256							
03.007.0020.1065 SISTEMA MILITAR DE COMANDO E CONTROLE PROPORCIONAR AO COMANDO SUPREMO MEIOS INFORMATIZADOS DE COMANDO E CONTROLE DAS FORÇAS ARMADAS, NA EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES COMBINADAS OU NA ATUAÇÃO EM CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM QUALQUER PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL. SISTEMA MILITAR DE COMANDO E CONTROLE (PERC) = 15	1.798.247	0	0	0	0	34	0	66
03.007.0020.2245 ACESSORAMENTO SUPERIOR AO VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA PRESTAR ASSESSORIA DIRETA E IMEDIATA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.	3.653.009	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	13.634.360							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	5.318.652.972							
PROJETOS PRIORITARIOS	16.553.554							
03.007.0021.1075 GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS QUE VISEM APRIMORAR OS METODOS E TECNICAS UTILIZADOS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA UNIÃO.	16.553.554	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	2.710.503.329							
03.007.0021.2068 PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA OFERECER PROTEÇÃO AO CIDADÃO ASSEGURANDO-LHE SEUS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.	32.648	0	0	0	0	100	0	0
03.007.0021.2070 REGULARIZACAO DA SITUACAO DE ESTRANGEIROS COORDENAR, DIRIGIR, ORIENTAR E SUPERVISIONAR OS ESTUDOS RELACIONADOS COM A NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO, BEM COMO COM A ESTADA, PERMANENCIA, ASILO POLITICO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E EXTRADIÇÃO DE ESTRANGEIROS.	119.731	0	0	0	0	100	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.007.0021.2088 PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMBATE AO TRAFICO E USO DE ENTORPECENTES PROMOVER UMA POLITICA MAIS EFICAZ NO COMBATE AS DROGAS DE ABUSO.	6.553.407	0	0	0	0	0	100	0
03.007.0021.2089 REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS A BENS E AO MEIO-AMBIENTE REPARAR OS DANOS CAUSADOS AO MEIO-AMBIENTE E A BENS E DIREITOS DE VALOR ARTISTICO, ESTETICO, HISTORICO, TURISTICO E PAISAGISTICO.	93.162	0	0	0	0	100	0	0
03.007.0021.4084 SISTEMA INTEGRADO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL ACOMPANHAR AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS COMPATIVAS AS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.	24.705.743	0	0	0	0	100	0	0
03.007.0021.4096 DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS REALIZAR CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, COMUNITARIAS E DE DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS, COMPREENDENDO VACINAÇÃO, HIGIENE, TRABALHO E PREVIDENCIA, SEGURANÇA, TRANSITO, SANEAMENTO BASICO E SAUDE PUBLICA EM GERAL, BEM COMO PROPAGANDA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.	408.844	0	0	0	0	0	100	0
03.007.0021.4100 COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLITICA ECONOMICA COORDENAR OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLITICA ECONOMICA A CARGO DO MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO.	2.612.509.070	0	0	0	0	0	100	0
03.007.0021.4101 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA POSSIBILITAR A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR.	66.080.724	8	14	25	5	48	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.591.596.089							
0022 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	8.498.379							
PROJETOS PRINCIPAIS	113.982							
03.007.0022.2086 PRESERVAÇÃO E PROCESSAMENTO DE INFORMACOES DA DOCUMENTAÇÃO PUBLICA RECOLHER, ARRANJAR E CONSERVAR DOCUMENTOS DE VALOR PERMANENTE DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.	49.059	0	0	100	0	0	0	0
03.007.0022.2915 REGULAMENTAÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE ARQUIVOS PROMOVER ESTUDOS EM VISTAS A PREPARAÇÃO DE INVESTIMENTOS LEGAIS PARA REGULAMENTAÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE ARQUIVOS.	64.923	0	0	100	0	0	0	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	8.384.397							
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL	63.242.610							
PROJETOS PRINCIPAIS	33.647.390							
03.007.0023.2074 PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS PROMOVER A IMPRESSÃO E DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA UNIÃO E OUTROS SERVIÇOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE PARTICULARES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATORIA NOS ÓRGÃOS OFICIAIS.	33.647.390	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	29.595.220							
0024 INFORMÁTICA	1.864.592.424							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.321.258.309							
03.007.0024.2243 ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DOTAR OS USUÁRIOS DE RECURSOS COMPUTACIONAIS EFICAZES PARA AUXILIAR NA ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DE DIVERSOS SETORES NA ÁREA GOVERNAMENTAL.	1.321.258.309	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	543.334.115							
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	646.683.806							
PROJETOS PRINCIPAIS	34.316.511							
03.007.0025.2022 REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMÓVEIS.	34.316.511	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	612.367.295							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	9.620.600							
PROJETOS PRINCIPAIS	4.450.076							
03.007.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE	4.450.076	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PRODUTIVIDADE. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 12479 ESTUDO REALIZADO (PESQUISA) = 15 PESQUISA CONTRATADA (PESQUISA) = 12								
DEMAIS PROJETOS	5.170.524							
0246 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	785.648							
DEMAIS PROJETOS	785.648							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	338.212							
DEMAIS PROJETOS	338.212							
0535 CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	12.151.574							
PROJETOS PRINCIPAIS	12.151.574							
03.007.0535.2090 APOIO A EXECUCAO DAS ACOES RELATIVAS AO TRANSITO DESENVOLVER AÇÕES RELACIONADAS A PESQUISA, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DE TRANSITO, BEM COMO AO REGISTRO DE VEICULOS E DE SEUS CONDUTORES. FILME PRODUZIDO (UNIDADE) = 30 MODULO ESCOLAR DISTRIBUIDO (MODULO) = 200 PROFESSOR TREINADO (PESSOA) = 2430 TREINAMENTO DE TECNICO (PESSOA) = 2430 CAPACITAR RECURSOS HUMANOS (PESSOA) = 120 ADQUIRIR EQUIP. E INSTRUMENTOS TECNICOS (UNID) = 1200	12.151.574	0	5	1	0	4	90	0
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	13.602.079.334							
0030 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	3.109.580.780							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.387.964.651							
03.008.0030.2232 DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZACAO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL.	2.360.614.292	0	0	0	0	25	75	0
03.008.0030.2237 ADMINISTRACAO PATRIMONIAL IDENTIFICAR E ADMINISTRAR O PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIÃO, ATRAVES DE LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DE BENS INOVEIS E DEMARCAÇÃO DE	27.350.359	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DOMINIO.								
DEMAIS PROJETOS	721.616.129							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.435.038.711							
DEMAIS PROJETOS	1.435.038.711							
0032 CONTROLE INTERNO	14.799.781							
DEMAIS PROJETOS	14.799.781							
0033 DIVIDA INTERNA	278.526.684							
DEMAIS PROJETOS	278.526.684							
0034 DIVIDA EXTERNA	64.680.607							
DEMAIS PROJETOS	64.680.607							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	8.558.428.030							
DEMAIS PROJETOS	8.558.428.030							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	139.376.694							
PROJETOS PRINCIPAIS	139.376.694							
03.008.0043.3045 MODERNIZACAO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FEDERAL PROMOVER A AGILIZAÇÃO E O AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTARIAS A CARGO DO TESOURO NACIONAL, BEM COMO DAR MAIOR EFETIVIDADE A COBRANÇA DA DIVIDA ATIVA JUNTO A UNIÃO, PARA ARRECADAR 1% DO PIB E COBRAR 20% DA DIVIDA ATIVA.	139.376.694	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.648.047							
DEMAIS PROJETOS	1.648.047							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	11.751.107.242							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	5.650.071							
PROJETOS PRINCIPAIS	5.650.071							

EXCLUSIVO JUROS DA DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.009.0020.2087 DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER ASSESSORAR O MINISTRO DE ESTADO NA CONCEPÇÃO DE NORMAS E DIRETRIZES QUE VISEM A ASSEGURAR A MULHER, A IGUALDADE DE DIREITOS E PLENA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES POLÍTICAS E CULTURAIS.	214.369	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0020.4037 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL ASSESSORAR O GOVERNO FEDERAL NA TOMADA DE DECISÕES DE CARATER ESTRATÉGICO.	5.435.702	0	0	0	0	0	100	0
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	172.831.371							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	10.476.383							
03.009.0021.3044 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS, INSTRUMENTALIZAR, ACOMPANHAR E AVALIAR AS AÇÕES QUE VISEM O APRIMORAMENTO E A MELHORIA DA QUALIDADE E DA PRODUTIVIDADE, TANTO NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS QUANTO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PELOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO.	10.476.383	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	162.354.988							
03.009.0021.2260 ADMINISTRAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS PLANEJAR, SUPERVISIONAR, ORIENTAR E AVALIAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.	124.509.180	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0021.3009 SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA ASSEGURAR A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AS COMUNIDADES INDÍGENAS, A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS, A COIBIÇÃO DO NARCOTRÁFICO E A PROTEÇÃO A NAVEGAÇÃO AEREA, VALENDO-SE DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS GERADAS PELO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZONIA. RADAR INSTALADO (UNIDADE) = 3 AUXÍLIO A NAVEGAÇÃO INSTALADO (UNID) = 6 DESTACAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES - 1ª FASE (UNID) = 3	33.739.933	100	0	0	0	0	0	0
03.009.0021.3044 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS, INSTRUMENTALIZAR, ACOMPANHAR E AVALIAR AS AÇÕES QUE VISEM O APRIMORAMENTO E A MELHORIA DA QUALIDADE E DA PRODUTIVIDADE, TANTO NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS QUANTO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PELOS	4.105.875	0	0	0	0	0	100	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

crs 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
SETORES PUBLICO E PRIVADO.								
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	171.139.778							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.630.794							
03.009.0040.1075 GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS QUE VISEM APRIMORAR OS METODOS E TECNICAS UTILIZADOS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA UNIAO.	1.630.794	0	0	0	0	100	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	14.750.209							
03.009.0040.2009 COORDENACAO DO PLANEJAMENTO ASSISTIR AO MINISTRO DE ESTADO NA CONCEPCAO DE DIRETRIZES POLITICAS, E COORDENAR A ELABORACAO E AVALIACAO DOS PLANOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELOS ORGAOS DIRETAMENTE SUBORDINADOS E/OU SUPERVISIONADOS PELO MINISTERIO.	14.750.209	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	154.758.775							
0042 ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO	3.758.330.838							
PROJETOS PRINCIPAIS	3.673.722.618							
03.009.0042.1060 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS VISA DOTAR A AUTARQUIA DE MEIOS DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ORDENADO E EFICIENTE DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS.	26.957.688	0	0	0	0	100	0	0
03.009.0042.2015 COORDENACAO E ORIENTACAO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM ATINGIR OS OBJETIVOS DE GOVERNO EM SUAS DIFERENTES AREAS DE ATUACAO.	3.646.660.635	0	1	2	0	8	89	0
03.009.0042.2079 REPRESSAO AO ABUSO DO PODER ECONOMICO BALIZAR A POSTURA ETICA DOS AGENTES ECONOMICOS EM SUAS DELEGAOES NA ECONOMIA BRASILEIRA, PUNINDO E FAZENDO CESSAR A PRATICA DE ABUSO.	59.508	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0042.2569 PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR FAZER CUMPRIR O CODIGO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR ASSEGURANDO A SOCIEDADE BRASILEIRA A GARANTIA DE SEUS DIREITOS E PROPORCIONANDO EDUCACAO	44.787	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PARA A FORMAÇÃO DE UMA NOVA MENTALIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.								
DEMAIS PROJETOS	84.608.220							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	10.907.945							
PROJETOS PRINCIPAIS	10.779.533							
03.009.0043.4094 MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL COORDENAR E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL RELACIONADO AS AREAS DE SISTEMAS E METODOS E DE ESTUDOS INSTITUCIONAIS, VISANDO PROPORCIONAR MAIOR RACIONALIDADE OPERACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDERAL.	10.779.533	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	128.412							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	65.530.827							
PROJETOS PRINCIPAIS	50.834.534							
03.009.0044.2545 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS ECONOMICAS SOCIAIS E GEOCIENFICAS PROPORCIONAR ELEMENTOS PARA O CONHECIMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL, ECONOMICA E GEOGRAFICA DO PAIS.	50.834.534	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	14.696.293							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	183.667.952							
PROJETOS PRIORITARIOS	40.856.912							
03.009.0045.2572 ORDENACAO DO TERRITORIO APOIAR A PLANIFICAÇÃO SOCIO-ECONOMICA NACIONAL E REGIONAL, DESTINANDO OS ESPAÇOS FISICOS DE ACORDO COM SUAS POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES. AREA DIAGNOSTICADA (KM2) = 1000000 ESTUDO DE AREAS PRIORITARIAS (KM2) = 300000	40.856.912	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	31.085.162							
03.009.0045.2266 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS PROMOVER A MANUTENÇÃO DO INSTITUTO COMO FORMA DE VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE	6.599.274	0	0	45	0	55	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
ANALISE DA CONJUNTURA BRASILEIRA, BEM COMO PROPORCIONAR A ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO CONHECIMENTO DA REALIDADE BRASILEIRA, OBJETIVANDO O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA.								
03.009.0045.2571 ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO - ECONOMICO REALIZAR LEVANTAMENTO, ESTUDOS E PESQUISAS PARA O GOVERNO FEDERAL.	24.485.888	0	0	0	0	0	91	9
DEMAIS PROJETOS	111.725.878							
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	32.813.144							
PROJETOS PRIORITARIOS	32.505.965							
03.009.0059.2547 COORDENACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE FORMULAR ESTRATEGIA E LINHAS DE AÇÃO PARA CONSOLIDAR A POLITICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, NOS NIVEIS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL. EVENTO APOIADO (EVENTO) = 42 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 21	32.505.965	19	15	16	16	31	3	0
DEMAIS PROJETOS	307.179							
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	7.348.235.153							
PROJETOS PRINCIPAIS	7.348.235.153							
03.009.0183.2539 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO A CARGO DO BNDES ASSEGURAR A APLICACAO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO POR INTERMEDIO DO BNDES, DA PARCELA DA CONTRIBUICAO PARA O PIS E PASEP VINCULADA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (ART. 239, PARAGRAFO 1. DA CONSTITUICAO FEDERAL).	7.345.864.105	0	0	0	0	0	100	0
03.009.0183.3097 PROJETOS DECORRENTES DA ECO 92 AGENDA XXI ATENDER COMPROMISSOS FIRMADOS PELO GOVERNO BRASILEIRO, RELATIVOS AS DELIBERACOES DA CONFERENCIA SOBRE MEIO AMBIENTE. APOIAR PROJETOS ALTERNATIVOS AGENDA XXI (PROJ) = 24	2.371.048	25	18	19	19	19	0	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	2.000.163							
DEMAIS PROJETOS	2.000.163							

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PESQUISA, VISANDO QUALIFICAR OS RECURSOS HUMANOS PARA OS DIVERSOS SETORES DA CIENCIA E TECNOLOGIA. BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 97260								
03.010.0054.2332 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM CIENCIAS ESPACIAIS E DA ATMOSFERA REALIZAR ATIVIDADES DE PESQUISAS, ABRANGENDO A INVESTIGAÇÃO FISICA E QUIMICA DE FENOMENOS ESPACIAIS. TRABALHO CIENTIFICO PUBLICADO (UNID) = 150 PROJETO DE COOPERACAO INTERNACIONAL (PROJ) = 30 EXPERIMENTO COM BALAO ESTRATOSFERICO (UNID) = 30	24.672.330	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	127.287.612							
03.010.0054.2335 FOMENTO A PESQUISA FUNDAMENTAL FOMENTAR A PESQUISA FUNDAMENTAL, MEDIANTE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE PESQUISAS E REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTIFICOS. AUXILIO A INSTITUIÇÃO (INSTITUIÇÃO) = 645 AUXILIO A PESSOA FISICA (PESSOA) = 12900	127.287.612	0	0	0	0	0	100	0
0055 PESQUISA APLICADA	1.195.393.320							
PROJETOS PRIORITARIOS	672.238.796							
03.010.0055.1029 PROGRAMA SETORIAL DE RECURSOS DO MAR AUMENTAR O CONHECIMENTO DO MAR ADJACENTE DA COSTA BRASILEIRA, A PREVISÃO DO COMPORTAMENTO DE SEUS FENOMENOS, ALEM DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NELES EXISTENTES, A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, VISANDO AMPLIAR A CAPACIDADE DE APROVEITAMENTO RACIONAL DOS RECURSOS VIVOS, MINERAIS E ENERGETICOS. PESQ REC VIVOS MIN E ENERG EXPLOT SE E SUL (PERC) = 45 PESQ REC VIVOS MIN E ENERG EXPLOT NO E NE (PERC) = 100 REAPAR MEIOS FLUT EMPR PESO REC VIVOS (PERC) = 72 DESENV EST ESPECIE DO PLANO SET REC MAR (PERC) = 72	7.100.143	0	0	0	0	0	77	23
03.010.0055.1030 MISSAO ANTARTICA PROMOVER A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTIFICAS NA REGIÃO ANTARTICA COM A FINALIDADE DE COMPREENDER OS FENOMENOS E SUA INFLUENCIA SOBRE O BRASIL E POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO DO PAIS NO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS DA AREA. REALIZAR ESTUDOS TECTANO ESTRUT PLACA ANT (PERC) = 76	41.427.361	0	0	0	0	0	81	19

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>LEVANTAR DADOS BATIMÉTRICOS (PERC) = 76 LEVANTAR DADOS RECURSOS MINERAIS (PERC) = 76 COLETAR DADOS SOBRE DINÂMICA OCEAN. ANTART (PERC) = 76 CONHECER O DOMÍNIO PELÁGICO DO PLANCTON (PERC) = 74 CONHECER A COMPOZ E DISTRIB FAUNA E FLORA (PERC) = 74 ESTUDOS DOS ECOSISTEMAS AUSTRALIS (PERC) = 76 AVALIAR OS RECURSOS PESQUEIROS (PERC) = 76 OBSERVAR AS REAÇÕES ORGAN E PSIQ DO HOMEM (PERC) = 76 REALIZAR EST E PROJ DE AMPL EST ANTART (PERC) = 76 ADQUIRIR EQPTOS CIENT ROUPAS E VEIC ESP (PERC) = 76 IMPLM OS MEIOS ENVOLVIDOS NO PROANTAR (PERC) = 76 PROVER MEIOS ADM NECESS GER PROANTAR (PERC) = 75 ADQUIRIR EQUIPTOS ESPEC P/ PESO BIOLÓG (PERC) = 74 AQUIS EQTOS ESPECIF PESQUISA ATMOSF (PERC) = 74 COLETAR DADOS MONIT MUDANÇAS CLIMÁTICAS (PERC) = 74 ADQUIRIR EQPTOS ESPECIF PESQ GEOLOGICA (PERC) = 74 LEVANTAR E CADASTRAR DADOS GEOLOGICOS (PERC) = 74</p>								
<p>03.010.0055.1119 APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (PADCT) AMPLIAR, MELHORAR E CONSOLIDAR A COMPETÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA NACIONAL NO ÂMBITO DE UNIVERSIDADES, CENTROS DE PESQUISA E EMPRESAS. PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 2839</p>	270.604.800	0	0	0	0	0	100	0
<p>03.010.0055.1127 ESTACAO DE RECEPCAO E PROCESSAMENTO DE DADOS COLETADOS DE SATELITE ARTIFICIAL PERMITIR AOS USUARIOS EXTERNOS E PESQUISADORES DO INSTITUTO O ACESSO AOS DADOS COLETADOS PELO "SATELITE SPOT", PERMITINDO A RECEPCAO, GRAVACAO E PROCESSAMENTO DIGITAL DOS DADOS NAS ATUAIS INSTALACOES DO INPE EM CUIABA/MT E CACHOEIRA PAULISTA/SP. GERACAO DE CENA DE PASSAGEM DO SATELITE (UNID) = 12000</p>	4.741.848	0	0	0	0	0	100	0
<p>03.010.0055.1128 DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE PREVISAO DO TEMPO E ESTUDOS CLIMATICOS - CPTEC DESENVOLVER UM CENTRO DE PREVISAO DO TEMPO E ESTUDOS CLIMATICOS PARA IMPLEMENTAR E OPERAR MODELOS DE PREVISAO DE CURTO, MEDIO E LONGO PRAZO; E ARQUIVAR, PROCESSAR E DISSEMINAR AS INFORMACOES E PREVISOES METEOROLOGICAS AOS ORGaos DO SNM.</p>	44.999.010	0	0	0	0	0	100	0
<p>03.010.0055.1129 DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE APLICACAO DE SATELITES AMBIENTAIS - CASA DESENVOLVER UM CENTRO COM A FINALIDADE DE RECEBER, PROCESSAR E ARQUIVAR DADOS DE SATELITES AMBIENTAIS E TRANSMITIR AS INFORMACOES AOS ORGaos INTERESSADOS.</p>	7.299.126	0	0	0	0	0	100	0

Exclui-se juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.010.0055.1132 APOIO A CENTROS DE APLICACAO TECNOLOGICA FOMENTAR AÇÕES INTEGRADAS DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA ATRAVES DA IMPLEMENTAÇÃO TECNOLÓGICA, ASSIM COMO A ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PARQUES DE TECNOLOGIA. PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 37 NOTA TÉCNICA EMITIDA (UNID) = 74 TRABALHO TÉCNICO PUBLICADO (UNID) = 37	15.913.065	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.2255 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS PROPORCIONAR O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NA AREA DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR, VISANDO GARANTIR MAIOR INDEPENDENCIA NO SETOR.	4.532.433	0	0	0	0	100	0	0
03.010.0055.2333 DESENVOLVIMENTO E APLICACAO EM TECNOLOGIAS ESPACIAIS PROMOVER O CONHECIMENTO DOS RECURSOS NATURAIS DO PAIS E PERMITIR O MONITORAMENTO DAS MODIFICAÇÕES NO MEIO-AMBIENTE, UTILIZANDO DADOS OBTIDOS POR SATELITES E AERONAVES, BEM COMO REALIZAR PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM APLICAÇÕES ESPACIAIS, PLASMA, SEMI-CONDUTORES, SENSORES, COMBUSTÃO E PROPULSÃO E ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO. PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 90 TRABALHO CIENTIFICO PUBLICADO (UNID) = 180	45.727.043	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.3010 APOIO A PROJETOS NA AREA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO APOIAR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO OU ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM INSTITUIÇÕES DE PESQUISA PUBLICA OU PRIVADA NAS AREAS DE BENS E SERVIÇOS E GESTÃO TECNOLÓGICA E PROMOVER PROGRAMA OU CONJUNTO DE PROGRAMAS COM O OBJETIVO DE SOLUCIONAR, ATRAVES DA CIENCIA E TECNOLOGIA, PROBLEMAS NACIONAIS ESPECIFICOS E ESTRATEGICOS DE CARATER ECONOMICO, SOCIAL OU DO MEIO-AMBIENTE.	168.077.057	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.3081 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TEMPO E CLIMA DO NORDESTE-SIGTEC IMPLANTACAO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TEMPO E CLIMA DA REGIAO NORDESTE PARA PERMITIR O MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HIDRICOS ORIUNDOS DE PRECIPITACAO. IMPLANTAR UM SISTEMA DE INFORMACAO GERENCIAL EM TEMPO E CLIMA PARA A REGIAO NORDESTE BASEADO EM REDES AUTOMATICAS DE COLETA DE DADOS, REDE DE COMPUTADORES E COMUNICACAO DE ULTIMA	8.027.316	0	100	0	0	0	0	0

Exclusiva juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
GERAÇÃO.								
03.010.0055.4040 PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM METEOROLOGIA, RECURSOS HIDRICOS E ENERGETICOS DAR SUPORTE A POLITICA GOVERNAMENTAL DE DESENVOLVIMENTO NAS AREAS DE METEOROLOGIA, RECURSOS HIDRICOS E ENERGETICOS, COM VISTAS AO APROVEITAMENTO INTEGRADO DESSES RECURSOS. PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 24	14.223.508	0	100	0	0	0	0	0
03.010.0055.4085 APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DESENVOLVER AÇÕES QUE VISEM A MODERNIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS E A MELHORIA DO PROCESSO DE GESTÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.	39.566.086	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	500.905.537							
03.010.0055.1063 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NO CAMPO NUCLEAR PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NACIONAL DE TECNOLOGIA NUCLEAR. DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA (PROJETO) = 5	111.944.910	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0055.1066 DESENVOLVIMENTO DE SATELITES DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DE QUATRO SATELITES DE APLICAÇÃO EM COLETA DE DADOS AMBIENTAIS E EM SENSORIAMENTO REMOTO, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE SOLO NECESSARIA A COLETA DE DADOS, RASTREIO E CONTROLE DOS SATELITES. CONSTR. SAT. P/ INFO. M. AMBIENTE S.REMOTO (UNID) = 1 IMPLANT. SEGMENTO SOLO P/ MISSAO S.REMOTO (PERC) = 75	9.406.174	0	0	67	0	0	0	33
03.010.0055.1067 DESENVOLVIMENTO DE VEICULOS LANCADORES DE SATELITES CAPACITAR ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS A PROJETAR, DESENVOLVER E CONSTRUIR VEICULOS LANÇADORES DE SATELITES CAPAZES DE COLOCAR EM ORBITA SATELITES DE APLICAÇÃO E/OU CIENTIFICOS DESENVOLVIDOS NO PAIS. ENSAIOS QUALIF.EM SOLO DE PROPUL.REALIZ. (ENSAIO)= 1 ENSAIOS QUALIF.EM VOO DE PROPUL. REALIZ. (ENSAIO) = 2 FABRICAR FOGUETES DE SONDAGEM (UNID) = 5 FABRICAR VEICULOS LANCADORES DE SATELITES (UNID) = 1 ESTUDOS DE ADAP.DO CLA P/LC. N.VEIC.REALIZ.(PERC) = 20 PROJ. DET. DOS TUNEIS TRANS.E SUPERS.ELAB. (PERC) = 20	43.888.537	0	0	69	0	0	0	31
03.010.0055.1068 CONSTRUCAO DO CAMPO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA DOTAR O PAIS DE UM CENTRO DE LANÇAMENTO QUE ATENDA AO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO E QUE POSSA	67.337.454	0	97	0	0	0	0	3

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

C/R\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

VALOR GLOBAL		REGIONALIZAÇÃO (%)						
1993-1995		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.010.0055.2331 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO DA AMAZONIA LEGAL	54.374.652	100	0	0	0	0	0	0
VIR A SER UTILIZADO COMERCIALMENTE POR OUTROS PAISES. IMPL. EDF. SIST. P/ VEIC. LC. SATELITES (PERC)= 8								
03.010.0055.2336 FOMENTO A PESQUISA APLICADA	198.277.524	0	0	0	0	100	0	0
PROMOVER E EXECUTAR ESTUDOS, PESQUISAS CIENTIFICAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO RELACIONADOS COM O MEIO-AMBIENTE NATURAL E COM OS SISTEMAS SOCIO-ECONOMICO-CULTURAIS DA REGIÃO AMAZONICA, BEM COMO DESENVOLVER ATIVIDADES DE EXTENSÃO COM VISTAS A APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO NA REGIÃO.								
FOMENTAR A PESQUISA APLICADA, MEDIANTE A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE PESQUISA.								
AUXILIO A INSTITUIÇÃO (INSTITUIÇÃO) = 880 AUXILIO A PESSOA FISICA (PESSOA) = 17500								
03.010.0055.4050 COOPERACAO TECNICA E FINANCEIRA A ENTIDADES DE PESQUISA	15.676.286	0	0	0	0	100	0	0
ESTIMULAR AS COOPERACÖES TECNICA E FINANCEIRA COM INSTITUIÇÕES PUBLICAS OU PRIVADAS QUE DESENVOLVAM ATIVIDADES DE PESQUISA EM CIENCIA E TECNOLOGIA, DE INTERESSE E RELEVANCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SETORIAL.								
DEMAIS PROJETOS	22.248.987							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	368.831.697							
PROJETOS PRIORITARIOS	15.558.835							
03.010.0056.2564 DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	15.558.835	0	0	0	0	100	0	0
GERAR E MELHORAR OS PRODUTOS DESTINADOS A AREA DE SAUDE NO CONTROLE E PREVENÇÃO DE DANOS AO MEIO AMBIENTE FORMANDO E ADAPTANDO O CONHECIMENTO TECNOLÓGICO EM ERGONOMIA, DESENHO INDUSTRIAL, CORROSAO, CONTROLE DA POLUIÇÃO E ESTUDOS DE NOVOS MATERIAIS.								
PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 135 NOTA TECNICA EMITIDA (UNID) = 270 TRABALHO TECNICO PUBLICADO (UNID) = 135								

EXCLUSÃO JORNAL DE DIVULGAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	345.389.618							
03.010.0056.1123 DESENVOLVIMENTO DE CIRCUITOS INTEGRADOS NA AREA DE MICROELETRONICA DESENVOLVER CICLO COMPLETO DE FABRICAÇÃO DE CIRCUITOS INTEGRADOS QUE GARANTAM COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS FINAIS DA INDUSTRIA ELETRONICA NA DECADA.	82.142.964	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.1124 CAPACITACAO TECNOLOGICA PARA PRODUCAO INDUSTRIAL DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR GERAR CAPACIDADE TECNOLOGICA, METODOLOGIAS E AMBIENTES PARA PRODUÇÃO DE SOFTWARE DESTINADOS A INDUSTRIA NACIONAL, BEM COMO FORNECER RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA DE INFORMATICA, NÃO DISPONIVEIS NO PAIS, POREM ESSENCIAIS PARA DISPUTAR O MERCADO INTERNACIONAL.	15.646.058	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.1125 PROCESSADORES DE ALTO DESEMPENHO PROJETAR E DESENVOLVER, NO BRASIL, COMPUTADORES COM ARQUITETURAS AVANÇADAS, TOLERANTES A FALHAS NÃO CONVENCIONAIS.	14.372.048	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.2330 MANUFATURA INTEGRADA POR COMPUTADORES DESENVOLVER TECNOLOGIA DE INTEGRAÇÃO POR COMPUTADOR, ATRAVES DE EXPERIMENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNICAS DE UM SISTEMA DE MANUFATURAS.	11.820.168	0	0	0	0	0	100	0
03.010.0056.2338 DESENVOLVIMENTO E MANUTENCAO DE PESQUISAS REALIZAR PESQUISAS CIENTIFICAS E TECNOLOGICAS, BEM COMO PROPORCIONAR A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVES DOS VARIOS INSTITUTOS DE PESQUISAS, EM SUAS AREAS ESPECIFICAS DE ATUAÇÃO. CURSO OFERECIDO (CURSO) = 31 CURSO ESPECIALIZADO (EVENTO) = 122 PESQUISA ACADEMICA (PESQUISA) = 207 PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 3050	221.408.380	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	7.883.244							
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	60.578.046							
PROJETOS PRIORITARIOS	28.644.333							
03.010.0057.1138 APOIO A PROJETOS NA AREA DE INFORMACOES EM CIENCIA E TECNOLOGIA APOIAR PROJETOS QUE ESTABELEÇAM OS MECANISMOS E FORMATEM AS INFORMAÇÕES NECESSARIAS A EFETIVA	27.840.661	0	0	0	0	0	100	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIAS NOVAS OU ADAPTADAS PARA O SETOR PRODUTIVO, E A DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS GERADOS NOS AMBIENTES CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS.</p> <p>03.010.0057.3083 DIFUSAO DE METODOS DE GESTAO TECNOLÓGICA PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A DISSEMINACAO DE METODOS DE GESTAO TECNOLÓGICA, VISANDO MAIS ALTOS NIVEIS DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE. DESENVOLVER ATIVIDADES DE DISSEMINACAO DE ESTUDOS ANALISES E INFORMACOES DE METODOS DE GESTAO TECNOLÓGICA APLICADAS AO APRIMORAMENTO DA PRODUTIVIDADE E QUALIDADE.</p> <p>CURSO OFERECIDO (CURSO) = 45 SEMINARIO OFERECIDO (SEMINA) = 6 TREINAMENTO OFERECIDO (UNID) = 23</p>	803.672	0	0	0	0	0	100	0
<p>OBJETOS PRINCIPAIS</p> <p>03.010.0057.2337 DIFUSAO DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS DESENVOLVER ATIVIDADES DE PUBLICACAO E DISSEMINACAO DE ESTUDOS, ANALISES E INFORMACOES, BEM COMO CRIAR, MANTER E DESENVOLVER MECANISMOS E SISTEMAS CAPAZES DE SUPRIR A COMUNIDADE DE INFORMACOES.</p> <p>PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 290 PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 800 REVISTA TECNICA (UNIDADE) = 13 CO-EDICAO DE LIVRO (EDICAO) = 22</p>	30.588.050	0	0	0	0	0	100	0
<p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE</p> <p>PROJETOS PRIORITARIOS</p> <p>03.010.0059.1131 MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AMAZONIA DESENVOLVER TRABALHOS DE PESQUISA APOIADOS EM DADOS DE SATELITES E INSTRUMENTACAO DAS AREAS DE METEOROLOGIA, CLIMATOLOGIA E ECOLOGIA, VISANDO A IMPLANTACAO E INICIO DA OPERACAO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AMAZONIA.</p> <p>0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS</p>	1.345.663							
	19.045.692							
	19.045.692							
	19.045.692	100	0	0	0	0	0	0
	12.869.075							

Exclusiva Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRIORITARIOS	12.483.839							
03.010.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE.	12.483.839	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	385.236							
0362 SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS	378.125.264							
PROJETOS PRINCIPAIS	378.125.264							
03.010.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO/ OPERACIONAL DOTAR DE RECURSOS AS UNIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMPRESA, PARA ELEVAR O NIVEL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA REDE DE AGENCIAS E FORTALECER A CONDIÇÃO DE COMPETITIVIDADE NO MERCADO EM QUE ATUA, TENDO PRESENTE O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DO PAIS.	378.125.264	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	60.932.590							
PROJETOS PRIORITARIOS	50.830.794							
03.010.0411.1130 DESENVOLVIMENTO DO SATELITE SINO-BRASILEIRO DE RECURSOS TERRESTRES - CBERS CONSTRUIR, EM COLABORAÇÃO COM A REPUBLICA POPULAR DA CHINA, 02 SATELITES DE RECURSOS TERRESTRES COM LANÇAMENTOS PREVISTOS PARA 1992 E 1994.	50.830.794	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	10.101.796							
017 PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	3.071.803							
0103 PROTECAO A FLORA E A FAUNA	3.071.803							
PROJETOS PRIORITARIOS	3.071.803							
03.017.0103.4086 COORDENACAO DA POLITICA DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS DEFINIR POLITICA DE ATUAÇÃO QUE GERE VALOR AGREGADO AS ATIVIDADES EXTRATIVAS FLORESTAIS PESQUEIRAS E AGROPECUARIAS SOB A OTICA DE AUTO SUSTENTABILIDADE.	3.071.803	28	16	16	16	24	0	0

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETO APOIADO (PROJETO) = 36								
046 EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	14.925.192							
0224 DESPORTO AMADOR	14.925.192							
PROJETOS PRIORITARIOS	7.573.195							
03.046.0224.4108 ACAO DESPORTIVA INTEGRADA PARA CRIANCAS DESENVOLVER ATIVIDADES DE EDUCACAO FISICA E DESPORTO ESCOLAR, INTEGRANDO-AS EQUILIBRADAMENTE AOS DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES, COM ENFASE NO PROJETO "MINHA GENTE" - CIACS CURSO ESPECIALIZADO (EVENTO) = 270 EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 222	4.165.600	0	0	0	0	0	100	0
03.046.0224.4109 ESPORTE E CIDADANIA EQUALIZAR AS OPORTUNIDADES DE PRATICA DE ATIVIDADES FISICAS EM TODOS OS SEGMENTOS SOCIAIS, CONCEBIDOS COMO INSTRUMENTO DE EDUCACAO, MANIFESTACAO CULTURAL E MEIO DE PREVENCAO E CONSERVACAO DA SAUDE DOS INDIVIDUOS E DAS COMUNIDADES. EVENTO APOIADO (EVENTO) = 222 EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 15 CENTRO DE DESPORTO APOIADO (CENTRO) = 888	3.407.595	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	7.351.997							
03.046.0224.4110 DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS DESPORTIVOS DESENVOLVER A FORMACAO PROGRESSIVA E SISTEMATICA DOS TALENTOS ESPORTIVOS IDENTIFICADOS NOS SISTEMAS DE ENSINO E DESPORTIVO E ENCAMINHA-LOS AS INSTITUICOES RESPONSAVEIS. EVENTO APOIADO (EVENTO) = 814 EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 18 COMPETICOES NACIONAIS E INTERNACIONAIS (UNID) = 180	3.660.263	0	0	0	0	0	100	0
03.046.0224.4111 MELHORIA DA QUALIDADE DO DESPORTO QUALIFICACAO DA PRATICA DESPORTIVA, COM ENFASE NO ALTO RENDIMENTO, NO QUE SE REFERE A CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS, A ADEQUACAO DE INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS E A PRODUCAO E DIFUSAO DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS.	3.691.734	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)					
		N	NE	SE	S	CO	NA
<p>CURSO DE TREINAMENTO REALIZADO (EVENTO) = 400 CURSO ESPECIALIZADO (EVENTO) = 74 EVENTO TECNICO-CIENTIFICO REALIZADO (EVENTO) = 48 PROJETO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (PROJ) = 36 PUBLICAÇÃO E EDIÇÃO (PUBLICAÇÃO) = 109 CENTRO DE DESPORTO APOIADO (CENTRO) = 111 ESPAÇO POLIESPORTIVO APOIADO (ESPAÇO) = 17 CONFEDERACOES APOIADAS (UNID) = 9 CONVENIOS DE COOPERACAO TECNICA (UNID) = 60</p>							
057 HABITACAO	5.418.881						
0316 HABITACOES URBANAS	5.418.881						
DEMAIS PROJETOS	5.418.881						
072 POLITICA EXTERIOR	15.852.762						
0410 RELACOES DIPLOMATICAS	15.852.762						
PROJETOS PRINCIPAIS	15.852.762						
03.072.0410.3042 TERCEIRA CONFERENCIA DE CHEFES DE ESTADO IBERO-AMERICANOS PROMOVER AÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO COM O OBJETIVO DE SEDIAR A TERCEIRA CONFERENCIA DE CHEFES DE ESTADO IBERO-AMERICANOS. EVENTO APOIADO (EVENTO) = 3	15.852.762	0	0	0	0	100	0
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	1.636.666.717						
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	8.276.853						
PROJETOS PRIORITARIOS	8.276.853						
03.077.0057.2549 EDUCACAO AMBIENTAL PERMITIR AOS INDIVIDUOS E GRUPOS SOCIAIS INTERVIREM, ATRAVES DA ABORDAGEM DAS QUESTÕES RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E, CONSEQUENTEMENTE NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO ESTADO, SEGUNDO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO ESTADO, SEGUNDO PROCESSOS FORMAIS E NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO. CURSO OFERECIDO (CURSO) = 20	8.276.853	4	5	6	5	31	49

Exclusive juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PRODUÇÃO DE DOCUMENTO TÉCNICO (UNIDADE) = 243 SEMINÁRIO EFETUADO (PESSOA) = 2401 SISTEMA CONTROLADO (SISTEMA) = 3 CAMPANHA EDUCATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) = 221								
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	1.328.852							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	1.328.852							
03.077.0059.4087 COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DEFINIR POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE AÇÕES EM ÁREAS DE EXPLORAÇÃO ANTROPICA, VISANDO MINIMIZAR IMPACTOS NEGATIVOS E MAXIMIZAR BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 4 SEMINÁRIO, PALESTRA E ESTÁGIO REALIZADO (UNID) = 6	1.328.852	30	15	15	14	26	0	0
0103 PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA	1.607.340.342							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	1.603.674.496							
03.077.0103.2498 DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSISTEMAS DA AMAZONIA LEGAL IMPLANTAR UM SISTEMA INTEGRADO DE CONSERVAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS NA AMAZONIA LEGAL. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 105	7.204.721	63	0	0	0	37	0	0
03.077.0103.2509 DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSISTEMAS DA MATA ATLÂNTICA IMPLANTAR UM SISTEMA INTEGRADO DE CONSERVAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS NA MATA ATLÂNTICA. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 33	5.759.127	0	0	100	0	0	0	0
03.077.0103.2550 DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSISTEMA CERRADO IMPLANTAR UM SISTEMA INTEGRADO DE CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS DO CERRADO. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 24	3.834.622	0	0	0	0	100	0	0
03.077.0103.2551 DEFESA DO COMPLEXO DO ECOSISTEMA DO PANTANAL IMPLANTAR UM SISTEMA INTEGRADO DE CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS DO PANTANAL. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 12	591.629	0	0	0	0	100	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
03.077.0103.3096 PROGRAMA PILOTO PARA PROTECAO DAS FLORESTAS TROPICAIS-G7 MANTER OS BENEFICIOS AMBIENTAIS DAS FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS CONSISTENTES COM A META DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL. ESTUDAR AREAS TROPICAIS (ESTUDOS REALIZADOS) = 12	1.586.284.397	80	5	10	0	5	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	3.665.846							
03.077.0103.3095 PROGRAMA DE APOIO AO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE FORTALECER INSTITUCIONALMENTE O FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. APOIAR PROGRAMAS GERENCIAIS (PROG EFETUADO) = 4	2.804.054	0	0	0	0	100	0	0
03.077.0103.4093 MANUTENCAO DO COMPLEXO DE ECOSISTEMAS ARTICULAR O SISTEMA DE MEIO AMBIENTE VISANDO A SUA PRESERVAÇÃO CONSERVAÇÃO E CONTROLE.	861.792	0	0	0	0	100	0	0
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	19.352.052							
PROJETOS PRIORITARIOS	19.352.052							
03.077.0183.3037 PROTECAO AO MEIO AMBIENTE EM TERRAS INDIGENAS COORDENAR AS ATIVIDADES DE DIAGNOSTICO AMBIENTAL, RECUPERAÇÃO DE AREAS QUE TENHAM SOFRIDO PROCESSO DE DEPREDAÇÃO, CONTROLE AMBIENTAL, IDENTIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TERRAS INDIGENAS. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 6	6.170.232	67	9	10	11	3	0	0
03.077.0183.3038 PROGRAMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO EM ARTICULAÇÃO COM OS ORGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, VISANDO A GESTÃO AMBIENTAL DA ZONA COSTEIRA. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 39	7.432.983	30	22	22	26	0	0	0
03.077.0183.3043 PROTECAO AS FLORESTAS TROPICAIS IMPLEMENTAR COOPERAÇÃO TECNICA CENTIFICA TECNOLOGICA NA AREA DO MEIO AMBIENTE. ESTUDO DAS AREAS TROPICAIS (ESTUDO) = 3 .	5.748.837	100	0	0	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	368.618							
DEMAIS PROJETOS	368.618							

Exclusiva juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
081 ASSISTENCIA	118.040.910							
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	118.040.910							
PROJETOS PRINCIPAIS	118.040.910							
03.081.0178.2219 COORDENACAO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL ORGANIZAR DEFESA PERMANENTE CONTRA AS CALAMIDADES PUBLICAS, ESPECIALMENTE AS SECAS E INUNDAÇÕES, VISANDO COLABORAR NO SOCORRO, NA ASSISTENCIA E NA RECUPERACAO DAS LOCALIDADES ATINGIDAS. CAMPANHA PUBLICITARIA (UNIDADE) = 46 CURSO DE TREINAMENTO REALIZADO (EVENTO) = 45 EVENTO TECNICO-CIENTIFICO REALIZADO (EVENTO) = 38 PUBLICACAO REALIZADA (PUBLICACAO) = 1170000	118.040.910	8	17	16	10	11	38	0
082 PREVIDENCIA	22.044							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	22.044							
DEMAIS PROJETOS	22.044							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
04 AGRICULTURA	38.372.628.254							
007 ADMINISTRACAO	5.536.905.593							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	7.732.970							
DEMAIS PROJETOS	7.732.970							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	527.104.106							
DEMAIS PROJETOS	527.104.106							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	4.993.973.247							
PROJETOS PRIORITARIOS	4.993.973.247							
04.007.0031.2166 FINANCIAMENTO DE CUSTEIO AGROPECUARIO FINANCIAR O CUSTEIO AGROPECUARIO, EXCLUSIVO DE MINI E PEQUENOS PRODUTORES E SUAS COOPERATIVAS, VISANDO AO AUMENTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.	4.993.973.247	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	8.095.270							
DEMAIS PROJETOS	8.095.270							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.262.986.524							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.256.861.652							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.256.861.652							
04.008.0031.2167 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROPECUARIO FINANCIAR OS INVESTIMENTOS NAS PROPRIEDADES RURALS, ESPECIALMENTE PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, CONSTRUÇÃO DE SILOS, IRRIGAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE NOVAS AREAS.	1.256.485.812	0	0	0	0	0	100	0
04.008.0031.2916 CREDITO FUNDIARIO FINANCIAR A AQUISICAO DE TERRAS A PEQUENOS AGRICULTORES SEM TERRA. AREA BENEFICIADA (HA) = 831000	375.840	0	0	0	0	0	100	0
0032 CONTROLE INTERNO	870.467							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	870.467							
0033 DIVIDA INTERNA	3.051.512							
DEMAIS PROJETOS	3.051.512							
0034 DIVIDA EXTERNA	2.202.893							
DEMAIS PROJETOS	2.202.893							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	173.134.836							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	12.122.306							
DEMAIS PROJETOS	12.122.306							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	5.487.578							
DEMAIS PROJETOS	5.487.578							
0024 INFORMATICA	107.536.292							
DEMAIS PROJETOS	107.536.292							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	18.199.582							
DEMAIS PROJETOS	18.199.582							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	29.789.078							
DEMAIS PROJETOS	29.789.078							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	895.323.928							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	67.799.989							
DEMAIS PROJETOS	67.799.989							
0055 PESQUISA APLICADA	779.954.692							
PROJETOS PRIORITARIOS	779.954.692							
04.010.0055.1230 INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUARIA PROPORCIONAR A PESQUISA AGROPECUARIA CONDIÇÕES FAVORAVEIS AO SEU DESENVOLVIMENTO.	129.212.773	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
UNIDADE DE PESQUISA EQUIPADA E REEQUIPADA (UNID) = 42 UNIDADE DE PESQUISA REFORMADA (M2) = 18000 04.010.0055.2458 GERACAO E ADAPTACAO DE TECNOLOGIA GERAR E ADAPTAR TECNOLOGIAS CAPAZES DE MELHORAR A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE AGROPECUARIA, CONTRIBUINDO PARA TORNA-LA AUTOSUFICIENTE NO MERCADO INTERNO E PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO DE EXCEDENTES EXPORTAVEIS. DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA (PROJETO) = 3300	617.921.239	0	0	0	0	0	100	0
04.010.0055.4043 INCENTIVO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO COLABORAR PARA O CONHECIMENTO DOS ECOSISTEMAS VISANDO O APERFEICOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS AMBIENTAIS. DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA (PROJETO) = 62 PESQUISA DE ESPECIE FLORESTAL E RESIDUO (PESQ) = 34 MONITORAMENTO AMBIENTAL IMPLANTADO (HECTARE) = 33 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (UNIDADE) = 415 FOTOINTERPRETAÇÃO (KM2) = 4500	32.820.680	30	26	18	5	21	0	0
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	12.924.667							
DEMAIS PROJETOS	12.924.667							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	34.644.580							
DEMAIS PROJETOS	34.644.580							
013 ORGANIZACAO AGRARIA	14.118.404.146							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	650.451.026							
DEMAIS PROJETOS	650.451.026							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.755.413.620							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.755.413.620							
04.013.0031.2456 CREDITO PARA REFORMA AGRARIA PROMOVER A FIXAÇÃO, SUBSISTENCIA INICIAL E A ESTRUTURACAO PRODUTIVA DAS FAMILIAS ASSENTADAS. FAMILIA ASSISTIDA (UNIDADE) = 320460	1.755.413.620	12	36	14	18	20	0	0

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	103.779							
DEMAIS PROJETOS	103.779							
0066 REFORMA AGRARIA	11.527.827.663							
PROJETOS PRIORITARIOS	11.524.160.499							
04.013.0066.1227 REGULARIZACAO FUNDIARIA MELHORAR AS CONDIÇÕES SOCIO-ECONOMICAS DOS PRODUTORES DE BAIXA RENDA ATRAVES DO ACESSO A PROPRIEDADE RURAL BEM COMO, PROMOVER AÇÕES DISCRIMINATORIAS E ARRECADAÇÃO DE TERRAS, DANDO PRIORIDADE AS AREAS DE CONFLITO, VISANDO REGULARIZAR AS OCUPAÇÕES EXISTENTES. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 47214 REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA REALIZADA (HA) = 3384424	45.808.488	60	11	0	0	29	0	0
04.013.0066.1228 ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS DEFINIR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DA PROPRIEDADE CONTRIBUINDO PARA DIMINUIR O EXODO RURAL, POSSIBILITANDO O AUMENTO DA OFERTA DE ALIMENTOS E MATERIAS PRIMAS E CRIAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS NO CAMPO. DESAPROPRIAÇÃO DE AREA (HA) = 30958020 FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 320460 FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 515967	11.449.271.391	16	42	13	10	19	0	0
04.013.0066.2455 MANUTENCAO E ATUALIZACAO DO CADASTRO RURAL APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS E CARACTERIZAR E LOCALIZAR OS IMOVEIS PASSIVEIS DE DESAPROPRIAÇÕES, ATRAVES DO APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL. PROPRIEDADE RURAL CADASTRADA (IMOVEL) = 5900000	29.080.620	1	3	2	2	1	91	0
DEMAIS PROJETOS	3.667.164							
0067 COLONIZACAO	181.252.279							
PROJETOS PRIORITARIOS	177.175.049							
04.013.0067.1229 PROJETO DE COLONIZACAO IMPLEMENTAR A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAIS E PARTICULARES JA IMPLANTADAS,	177.175.049	96	0	1	0	3	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)					
		N	NE	SE	S	CO	NA
<p>APOIANDO A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E PROMOVEDO A COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA. FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 84139</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>014 PRODUÇÃO VEGETAL</p> <p>0075 DEFESA SANITÁRIA VEGETAL</p> <p>PROJETOS PRIORITÁRIOS</p> <p>04.014.0075.2398 DEFESA E VIGILÂNCIA FITOSSANITÁRIA PRESERVAR ADEQUADAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS CULTURAS DE INTERESSE ECONÔMICO, COM A FINALIDADE DE EVITAR OCORRÊNCIA DE NOVAS PRAGAS E DOENÇAS, BEM COMO ASSEGURAR O PERMANENTE CONTROLE DE QUALIDADE DOS PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS. COMBATE AO GAFANHOTO REALIZADO (HA) = 450000</p> <p>04.014.0075.2440 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO VEGETAL PROPORCIONAR APOIO TÉCNICO-CIENTÍFICO AS AÇÕES BÁSICAS DE DEFESA, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA VEGETAL. IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIO (UNIDADE) = 18 LABORATÓRIO CREDENCIADO (UNIDADE) = 480 ANÁLISE CORRET., FERTILIZ. E INOCULANTE (AMOSTRA) = 35700 ANÁLISE DE SEMENTE (AMOSTRA) = 136500 ANÁLISE DE BEBIDA E VINAGRE (AMOSTRA) = 30700 ANÁLISE DE MICOTOXINA (AMOSTRA) = 2670 TECNOLOGIA ANALÍTICA P/ INSUMO AGRÍCOLA (MÉTODO) = 60 TECNOLOGIA ANALÍTICA P/ BEBIDA E VINAGRE (MÉTODO) = 55 TECNOLOGIA ANALÍTICA P/ PRODUTO AGRÍCOLA (MÉTODO) = 39</p> <p>04.014.0075.2441 INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL PROPICIAR AO CONSUMIDOR OFERTA DE MATÉRIA-PRIMA E DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS E DE QUALIDADE TECNOLOGICA SATISFATORIA. INSPEÇÃO DE PROD.VEGETAL, BEBIDA E VINAGRE (UNID) = 56200</p>	<p>4.077.230</p> <p>3.355.779</p> <p>3.355.779</p> <p>38.241.646</p> <p>21.730.110</p> <p>21.730.110</p> <p>7.245.162</p> <p>7.683.584</p> <p>6.801.364</p>	<p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p>	<p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>

EXCLUSIVO JUROS DE DÍVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0076 CORRETIVOS E FERTILIZANTES	905.031							
DEMAIS PROJETOS	905.031							
0080 SEMENTES E MUDAS	9.270.528							
DEMAIS PROJETOS	9.270.528							
0112 PROMOÇÃO AGRÁRIA	6.335.977							
DEMAIS PROJETOS	6.335.977							
015 PRODUÇÃO ANIMAL	195.844.507							
0087 DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	155.090.097							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	155.090.097							
04.015.0087.1223 CONTROLE DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS	135.788.061	0	0	0	0	0	100	0
FORTALECER AS ATIVIDADES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, ASSEGURANDO O CONTROLE DAS PRINCIPAIS DOENÇAS DOS ANIMAIS, A PREVENÇÃO DA INTRODUÇÃO DE DOENÇAS EXÓTICAS NO PAÍS, O PERMANENTE CONTROLE DE QUALIDADE DOS PRODUTOS QUIMIOTERÁPICOS E BIOLÓGICOS E A MODERNIZAÇÃO DA REDE OFICIAL DE LABORATÓRIOS.								
OBRA CIVIL (M2) = 6620								
ANÁLISE DE RESÍDUO BIOLÓGICO (AMOSTRA) = 675								
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E TREINAMENTO (CURSO) = 45								
CONSULTORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA (PESSOA) = 8								
CONTROLE DE PRODUTO VETERINÁRIO E SEMEN (PARTIDA) = 2000								
CONTROLE DE DOENÇAS INFECCIOSAS (PROPRIEDADE) = 4220								
EXAME P/ DIAGNÓSTICO DOENÇAS DE ANIMAIS (AMOSTRA) = 105000								
EXAME P/ CONTROLE DE PROD. ORIG. ANIMAL (AMOSTRA) = 67000								
RAÇÃO, CONCENT., INGR. E SAL MIN. EXAM. (AMOSTRA) = 42000								
FISC. DA INDUST. DE PROD. VETERINÁRIO (INDÚSTRIA) = 264								
VACINA ALÉRGICA E ANTÍGENO PRODUZIDO (DOSE) = 5400000								
04.015.0087.2442 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO ANIMAL	10.279.475	0	0	0	0	0	100	0
PROPICIAR APOIO TÉCNICO-CIENTÍFICO AS AÇÕES BÁSICAS DE DEFESA, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA ANIMAL.								
LABORATÓRIO MANTIDO (UNIDADE) = 5								
CONTROLE DE PRODUTO VETERINÁRIO E SEMEN (PARTIDA) = 6000								
EXAME P/ DIAGNÓSTICO DOENÇAS DE ANIMAIS (AMOSTRA) = 105000								
EXAME P/ CONTROLE DE PROD. ORIG. ANIMAL (AMOSTRA) = 67000								

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>RAÇÃO, CONCENT., INGR. E SAL MIN. EXAM. (AMOSTRA) = 42000 VACINA ALERGENA E ANTIGENO PRODUZIDO (DOSE) = 5400000</p> <p>04.015.0087.2443 DEFESA E VIGILANCIA ZOOSSANITARIA MANTER EM NIVEIS SATISFATORIOS O ESTADO SANITARIO DOS REBANHOS NACIONAIS, INCLUSIVE A PREVENÇÃO DE DOENÇAS EXOTICAS NO PAIS. CONTROLE DE DOENÇAS INFECCIOSAS (MUNICIPIO) = 1481 CONTROLE DE DOENÇAS INFECCIOSAS (PROPRIEDADE) = 4220 CONTROLE DE DOENÇAS PARASIT. E CARENCIAIS (MUNIC) = 245 CONTROLE DE DOENÇAS PARASITARIAS (PROPRIEDADE) = 8620 CONTROLE ZOOSSANITARIO TRANSITO DE ANIMAIS (GUIA) = 120000 CONTROLE ZOOSSANITARIO TRANSITO ANIMAIS (POSTO) = 38 INDUSTRIA REGISTRADA (ESTABELECIMENTO) = 792</p>	9.022.561	0	0	0	0	0	100	0
0088 DESENVOLVIMENTO ANIMAL	9.549.090							
PROJETOS PRIORITARIOS	6.998.977							
<p>04.015.0088.2449 APERFEICOAMENTO ZOOTECNICO MELHORAR A PERFORMANCE DOS REBANHOS NACIONAIS, ATRAVES DO APRIMORAMENTO DAS APTIDÕES DE SUAS FUNÇÕES PRODUTIVAS, UTILIZANDO OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE REPRODUTORES E MATRIZES DE ALTA QUALIFICAÇÃO GENETICA. ASSOCIAÇÃO FISCALIZADA (UNIDADE) = 150 CENTRO COMUNITARIO ATENDIDO (UNIDADE) = 7 DADO PROCESSADO (UNIDADE) = 2430000 INSPEÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 150 CALENDARIO ELABORADO (UNID) = 5000 FEIRAS E CONGRESSOS (EVENTO) = 205 NUCLEO IMPLANTADO (UNID) = 20 TREINAMENTO DE PESSOAL (CURSO) = 21 AVALIAÇÃO GENETICA (ANIMAL) = 24350 PROVA ZOOTECNICA REALIZADA (ANIMAL) = 1600 REGISTRO GENEALOGICO REALIZADO (ANIMAL) = 7200</p>	6.998.977	5	21	16	18	9	31	0
DEMAIS PROJETOS	2.550.113							
0089 DESENVOLVIMENTO DA PESCA	22.098.114							
DEMAIS PROJETOS	22.098.114							

Exclui-se juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRIORITARIOS	18.792.000							
04.016.0097.2447 PADRONIZACAO E CLASSIFICACAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL POSSIBILITAR A COMERCIALIZACAO AGRICOLA DE PRODUTOS, SUBPRODUTOS E RESIDUOS VEGETAIS DE VALOR ECONOMICO, DE ACORDO COM PADRÕES ESTABELECIDOS POR LEI. PADRONIZAÇÃO DE PRODUTO VEGETAL (UNIDADE) = 37 FISC. DE PRODUTO DE ORIGEM VEGETAL (VISITA) = 16000	18.792.000	0	0	0	0	0	100	0
0098 EXECUCAO DA POLITICA DE PRECOS AGRICOLAS	7.315.882.169							
PROJETOS PRIORITARIOS	7.315.882.169							
04.016.0098.2169 FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRICOLAS GARANTIR PREÇOS MINIMOS DE COMPRA PARA OS PRODUTOS AGRICOLAS, VISANDO MANUTENÇÃO DO NIVEL DE RENDA DOS PRODUTORES RURAIS.(DL NO. 79/66)	4.802.233.653	0	0	0	0	0	100	0
04.016.0098.2559 FINANCIAMENTO DE "AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL" FINANCIAR AQUISIÇÕES DE PRODUTOS AGRICOLAS E CONCEDER SUBVENÇÃO ECONOMICA A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CNA.	2.513.648.516	0	0	0	0	0	100	0
017 PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	99.197.063							
0103 PROTECAO A FLORA E A FAUNA	54.575.058							
PROJETOS PRIORITARIOS	35.156.658							
04.017.0103.4045 PROTECAO E CONSERVACAO DE ECOSSISTEMAS SALVAGUARDAR AS ESPECIES EM EXTINÇÃO EM TODO TERRITORIO NACIONAL. REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA REALIZADA (HA) = 480000 CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO A ECOSSISTEMA (HA) = 1630000 AREA FLORESTAL MONITORADA (UNIDADE) = 44 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA (UNIDADE) = 9	35.156.658	2	14	10	4	17	53	0
PROJETOS PRINCIPAIS	19.418.400							
04.017.0103.3250 MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO BRASIL ESTABELECEER UMA BASE DE DADOS EM FORMA DIGITAL PARA MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO BRASIL PARA SE TER ACESSO RAPIDO A TODO TIPO DE INFORMACAO	19.418.400	71	29	0	0	0	0	0

Exclusiva juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
TEMÁTICA OU CADASTRAL. MAPA TEMÁTICO ELABORADO (UNIDADE) = 18 0104 REFLORESTAMENTO PROJETOS PRIORITARIOS 04.017.0104.4046 MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS COORDENAR AS ATIVIDADES DE MANEJO E UTILIZAÇÃO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS ATRAVES DA PRODUÇÃO DE MUDAS E REGENERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS. APOIO A PROJETOS ESPECIFICOS (UNIDADE) = 45 PRODUÇÃO DE MUDAS (UNIDADE) = 780000 UNIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 139 PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 109 ASSISTENCIA TECNICA REALIZADA (PRODUTOR) = 1376 SERINGAIS ASSISTIDOS (HA) = 179000	44.510.805							
	44.510.805							
	44.510.805	46	12	10	6	11	15	0
0296 ESTUDOS E PESQUISAS HIDROLOGICOS	111.200							
PROJETOS PRIORITARIOS	111.200							
04.017.0296.3315 ESTUDOS INTEGRADOS DOS RECURSOS HIDRICOS E DE SOLOS E PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE IDENTIFICAR AREAS POTENCIALMENTE APROVEITAVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS DE AGUA E SOLO, COM A PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE, MEDIANTE SUA UTILI- ZACAO EM PROGRAMAS DE AGRICULTURA IRRIGADA E, SEM- PRE QUE POSSIVEL, DE AGRICULTURA DE SEQUEIRO, EM MODERNAS BASES TECNOLOGICAS. ESTUDO E DIAGNOSTICO (UNID) = 10 ESTUDO DE VIABILIDADE (UNIDADE) = 7 PROJETO DE ENGENHARIA ELABORADO (PROJETO) = 7	50.200	0	90	10	0	0	0	0
04.017.0296.3316 SUPORTE TECNOLÓGICO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS APOIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO VALE DO SAO FRANCISCO, ATRAVES DE SUPOR- TE TECNICO E FINANCEIRO, BEM COMO DA ARTICULACAO INSTITUCIONAL COM ENTIDADES PUBLICAS E PRIVADAS NAS AREAS DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSAO, DESENVOLVIMEN- TO, FINANÇAS, INDUSTRIA E COMERCIO.	61.000	0	90	10	0	0	0	0
018 PROMOÇÃO E EXTENSAO RURAL	1.162.441.755							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0042 ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO	1.020.416.653							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.020.416.653							
04.018.0042.2206 CONTRIBUICAO AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA EXONERAR O PRODUTOR RURAL DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A OPERAÇÕES DE CREDITO RURAL DE CUSTEIO, CUJA LIQUIDAÇÃO SEJA DIFICULTADA PELA OCORRENCIA DE FENOMENOS NATURAIS, PRAÇAS E DOENÇAS QUE ATINJAM BENS, REBANHOS E PLANTAÇÕES, E INDENIZA-LO PELOS RECURSOS PROPRIOS UTILIZADOS EM CUSTEIO RURAL, QUANDO OCORREREM PERDAS EM VIRTUDE DAQUELES EVENTOS (DEC. N. 175, DE 10.07.91).	1.020.416.653	0	0	0	0	0	100	0
0110 COOPERATIVISMO	44.993.390							
PROJETOS PRINCIPAIS	520.157							
04.018.0110.1233 FORTALECIMENTO DO SISTEMA COOPERATIVISTA DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO COOPERATIVISMO. COOPERATIVA FINANCIADA (UNIDADE) = 40	520.157	14	29	21	19	17	0	0
DEMAIS PROJETOS	44.473.233							
0111 EXTENSAO RURAL	77.545.974							
PROJETOS PRINCIPAIS	77.545.974							
04.018.0111.1231 INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DOTAR AS UNIDADES DO SISTEMA EMBRATER DE MEIOS MATERIAIS PARA A SUA MODERNIZAÇÃO, AUMENTANDO A SUA ABRANGENCIA, A QUALIDADE DO ATENDIMENTO PRESTADO, COM VISTAS AO INCREMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE E DA RENDA DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS. UNIDADE ESTADUAL REEQUIPADA (UNIDADE) = 27	32.886.000	0	0	0	0	0	100	0
04.018.0111.2462 SISTEMA BRASILEIRO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL TRANSFERIR TECNOLOGIA AGROPECUARIA E GERENCIAL AOS PRODUTORES RURAIS VISANDO AUMENTAR A PRODUÇÃO AGRICOLA, A PRODUTIVIDADE, A RENDA LIQUIDA, ELEVANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL. PRODUTOR RURAL ASSISTIDO (PESSOA) = 1400000 UNIDADE DEMONSTRATIVA IMPLANTADA (UNIDADE) = 3500 BENEFICIAR MUNICIPIOS (MUNICIPIOS) = 2000	44.659.974	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	19.485.738							
DEMAIS PROJETOS	19.485.738							
038 PROGRAMACAO A CARGO DE ESTADOS E MUNICIPIOS	1.096.200.000							
0181 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	1.096.200.000							
DEMAIS PROJETOS	1.096.200.000							
040 PROGRAMAS INTEGRADOS	72.533.078							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	3.435.264							
DEMAIS PROJETOS	3.435.264							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	54.160.450							
PROJETOS PRINCIPAIS	41.702.873							
04.040.0031.1222 ELETRIFICACAO RURAL	41.702.873	15	23	20	22	20	0	0
PROMOVER MUDANÇAS NA REALIDADE RURAL MEDIANTE A EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL, COMO INSUMO BÁSICO P/O AUMENTO DA PRODUÇÃO E ELEVAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO SETOR AGROPECUARIO, ALEM DE PROPORCIONAR A FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO E FORTALECER O SISTEMA COOPERATIVISTA.								
DEMAIS PROJETOS	12.457.577							
0105 CONSERVACAO DO SOLO	6.801.364							
PROJETOS PRIORITARIOS	6.801.364							
04.040.0105.1224 DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO EM MICROBASCIAS HIDROGRAFICAS	6.801.364	0	0	0	0	0	100	0
PROMOVER A MELHORIA E A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS ATRAVES DA ADEQUAÇÃO DE PRÁTICAS DE AÇÕES COMUNITARIAS, VISANDO O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGROPECUARIA.								
PROJETO APOIADO (PROJETO) = 1105								
UNIDADE DEMONSTRATIVA IMPLANTADA (UNIDADE) = 66								
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	7.779.265							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	7.779.265							
04.040.0183.2466 DESENVOLVIMENTO DA CACAUCULTURA CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE, REDUÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO, MELHORIA DA QUALIDADE DO CACAU E ESTÍMULO AO CONSUMO INTERNO E EXTERNO DO CHOCOLATE, COM VISTAS A INCREMENTAR O INGRESSO DE DIVISAS NO PAÍS E AUMENTAR A REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES. COOPERATIVA ASSISTIDA (UNIDADE) = 25 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO) = 351 PRODUTOR ASSISTIDO (PESSOA) = 50875 TRABALHADOR TREINADO (PESSOA) = 290130 ÁREA ASSISTIDA (HA) = 869609	7.779.265	39	56	3	0	2	0	0
0297 REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA	356.735							
DEMAIS PROJETOS	356.735							
054 RECURSOS HÍDRICOS	1.850.975.671							
0077 IRRIGAÇÃO	1.293.139.061							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	1.292.976.823							
04.054.0077.1234 PRONI - IRRIGAÇÃO NACIONAL CONTRIBUIR PARA A ELEVAÇÃO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS SAFRAS AGRÍCOLAS, BEM COMO PARA O AUMENTO DA OFERTA INTERNA DE ALIMENTOS BÁSICOS ATRAVÉS DO INCENTIVO À IRRIGAÇÃO PRIVADA EM ÁREAS TRADICIONALMENTE PRODUTORAS DE GRÃOS E HORTIGRANGEIROS. ÁREA IRRIGÁVEL (HA) = 272800 REDE DE SUBTRANSMISSÃO IMPLANTADA (KM) = 5610 DRAGAGEM (M3) = 43495000 CAPTAÇÃO E ADUÇÃO COLETIVA (M3) = 27825000	175.240.329	6	0	33	10	51	0	0
04.054.0077.1235 PROINE - IRRIGAÇÃO DO NORDESTE ATENDER AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, ESPECIFICAMENTE NO SETOR DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA POPULAÇÃO RURAL, PRODUÇÃO DE MATERIAS PRIMAS PARA A AGROINDÚSTRIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA. ÁREA IRRIGÁVEL (HA) = 12400	31.086.495	0	100	0	0	0	0	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>REDE DE SUBTRANSMISSÃO IMPLANTADA (KM) = 404 DRAGAGEM (M3) = 8750000 CAPTAÇÃO E ADUÇÃO COLETIVA (M3) = 2938000</p> <p>04.054.0077.1238 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM NO CAMPO. POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 156400 AREA IRRIGAVEL (HA) = 3170</p>	180.800.034	0	50	0	0	50	0	0
<p>04.054.0077.1239 APOIO A PROJETOS COMPLEMENTARES DE IRRIGACAO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. ASSISTENCIA TECNICA (UNIDADE) = 6 AREA IRRIGAVEL (HA) = 5235</p>	99.628.974	9	52	0	11	28	0	0
<p>04.054.0077.1245 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO BAIXO SAO FRANCISCO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 2550 FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 8444 ESTUDOS DE VIABILIDADE (UNIDADE) = 8 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 12846</p>	45.691.964	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1246 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE IRECE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 4815 FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 535</p>	42.371.262	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>ESTUDOS DE VIABILIDADE (UNIDADE) = 4 ÁREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 3853</p> <p>04.054.0077.1247 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DE JAIBA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. BARRAGEM CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 2 IMPLANTAÇÃO DE ÁREA IRRIGADA (HA) = 8560 FAMÍLIA ASSENTADA (FAMÍLIA) = 1430 ÁREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 20190</p>	123.547.803	0	0	100	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1248 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO RIO GRANDE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE ÁREA IRRIGADA (HA) = 5465 FAMÍLIA ASSENTADA (FAMÍLIA) = 577 ESTUDOS DE VIABILIDADE (UNIDADE) = 3 ÁREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 6111</p>	89.270.612	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1249 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO RIO CORRENTE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE ÁREA IRRIGADA (HA) = 6740 FAMÍLIA ASSENTADA (FAMÍLIA) = 2040 PROJETO DE ENGENHARIA ELABORADO (PROJETO) = 2 ÁREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 13691</p>	123.594.281	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1250 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM JUAZEIRO/PETROLINA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE</p>	75.767.699	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
<p>VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 3460 FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 41985 PROJETO DE ENGENHARIA ELABORADO (PROJETO) = 3 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 5889</p>								
<p>04.054.0077.1251 APOIO A PROJETOS COMPLEMENTARES DE IRRIGACAO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 4800 POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 5400 EMPREGO GERADO (EMPREGO) = 2700 ESTUDOS E PROJETOS (HA) = 11</p>	102.628.192	0	28	15	0	57	0	0
<p>04.054.0077.1255 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PARNAIBA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 19381 RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 798 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 17959</p>	72.795.823	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1256 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ACARAU PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 10730 RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 244 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 10316</p>	28.450.462	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1257 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO JAGUARIBE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA,</p>	44.162.923	0	100	0	0	0	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 10500 RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 2287 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 13487</p>								
<p>04.054.0077.1258 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ACU PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 2000 RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 142 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 5525</p>	7.570.514	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1259 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO APODI PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 172 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 280</p>	314.140	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1260 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PIRANHAS PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 414 RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 748 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 2881</p>	2.911.352	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1261 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PARAIBA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO.</p>	154.252	0	100	0	0	0	0	0

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993- 1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 80 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 200</p> <p>04.054.0077.1262 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ITAPICURU PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 5000 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 5229</p>	23.360.492	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1263 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO RIO DAS CONTAS PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 1525 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 4267</p>	2.888.644	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1265 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO FIDALGO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. RECUPERAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 90 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 214</p>	170.851	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1266 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE SUB-BACIAS DO SAO FRANCISCO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 3430 AREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 8081</p>	7.186.688	0	100	0	0	0	0	0
<p>04.054.0077.1271 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO VAZA BARRIS PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO</p>	715.662	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. RECUPERAÇÃO DE ÁREA IRRIGADA (HA) = 307 ÁREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 521</p> <p>04.054.0077.1272 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO CURU PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE ÁREA IRRIGADA (HA) = 4365 RECUPERAÇÃO DE ÁREA IRRIGADA (HA) = 849 ÁREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA) = 8501</p>	12.667.375	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	162.238							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.486.605							
DEMAIS PROJETOS	1.486.605							
0297 REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA	443.463.327							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	443.463.327							
<p>04.054.0297.1267 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ACUDES PÚBLICOS ABASTECER A POPULAÇÃO COM ÁGUA POTÁVEL, PERENIZAR CURSOS D'ÁGUA, CONTROLAR ENCHENTES E POSSIBILITAR A IMPLANTAÇÃO DA IRRIGAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA. BARRAGEM CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 13 POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 15540 EMPREGO GERADO (EMPREGO) = 8069 ACUDE RECUPERADO (UNIDADE) = 36 ÁREA IRRIGÁVEL (HA) = 112200 ESTUDOS E PROJETOS (HA) = 5</p>	443.463.327	0	92	8	0	0	0	0
0457 DEFESA CONTRA AS SECAS	112.886.678							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	86.643.493							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
04.054.0457.1269 ENGENHARIA RURAL PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRICOLA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 50000 AREA IRRIGAVEL (HA) = 1650 POÇO PERFURADO (UNIDADE) = 750	57.949.383	0	100	0	0	0	0	0
04.054.0457.1270 PROJETOS COMPLEMENTARES PARA APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA MANTER E APOIAR A EXECUÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO E AÇUDAGEM PUBLICA. IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 3000	28.694.110	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	26.243.185							
063 COMERCIO	39.099.114							
0353 COMERCIALIZACAO	39.099.114							
PROJETOS PRINCIPAIS	39.099.114							
04.063.0353.1059 REFORMA DE CREDITO E COMERCIALIZACAO IMPLEMENTAR REFORMA DAS POLITICAS DE CREDITO RURAL, COMERCIALIZAÇÃO E DETERMINAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS AGRICOLAS ESTRATEGICOS.	39.099.114	0	0	0	0	0	100	0
075 SAUDE	4.084.911							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	4.084.911							
DEMAIS PROJETOS	4.084.911							
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	145.886.158							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	5.089.500							
PROJETOS PRIORITARIOS	5.089.500							
04.077.0056.3249 ESTUDO BIO-ECOLOGICO NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA INVENTARIAR E AVALIAR O POTENCIAL NA ZONA	5.089.500	62	38	0	0	0	0	0

Exclusiva Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
ECONOMICA EXCLUSIVA CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE CONCILIAR A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA NACIONAL EM BASES SUSTENTÁVEIS OBSERVANDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS E USOS MÚLTIPLOS DOS ECOSISTEMAS COSTEIROS E OCEÂNICOS. MAPA TEMÁTICO ELABORADO (UNIDADE) = 3 RECUPERAÇÕES DE EMBARCAÇÃO (UNID) = 2								
0103 PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA	124.713.838							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	124.713.838							
04.077.0103.2387 MEIO AMBIENTE - PNMA IMPLANTAÇÃO DE UMA EFICAZ POLÍTICA NACIONAL SOBRE O MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE MÉTODOS ANALÍTICOS MÚLTIPLOS E INTERDISCIPLINARES, NA PROTEÇÃO AOS ECOSISTEMAS DO PANTANAL E FLORESTA ATLÂNTICA. CENTRO IMPLANTADO (UNIDADE) = 3 TREINAMENTO DE TÉCNICO (PESSOA) = 1176 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA (UNIDADE) = 50	117.364.382	0	0	0	0	0	100	0
04.077.0103.3096 PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS-G7 MANTER OS BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DAS FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS CONSISTENTES COM A META DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. CAMPANHA EDUCATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) = 18 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (UNIDADE) = 16	7.349.456	100	0	0	0	0	0	0
0459 RECUPERAÇÃO DE TERRAS	16.082.820							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	16.082.820							
04.077.0459.3248 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS INDÍGENAS E DE GARIMPOS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS VISANDO PROJEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM TERRAS INDÍGENAS E DE GARIMPOS CONFORME DECRETO N. 24 DE 04/02/91.	16.082.820	88	12	0	0	0	0	0
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	2.133.250							
0486 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	2.133.250							
DEMAIS PROJETOS	2.133.250							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
082 PREVIDENCIA	212.310.150							
0495 PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	212.310.150							
DEMAIS PROJETOS	212.310.150							

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
05 COMUNICAÇÕES	16.501.827.800							
007 ADMINISTRACAO	260.090.165							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	97.121.243							
DEMAIS PROJETOS	97.121.243							
0024 INFORMATICA	162.968.922							
DEMAIS PROJETOS	162.968.922							
021 COMUNICACOES POSTAIS	557.371.275							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	21.158.781							
DEMAIS PROJETOS	21.158.781							
0127 SERVICOS POSTAIS CONVENCIONAIS	536.212.494							
DEMAIS PROJETOS	536.212.494							
022 TELECOMUNICACOES	15.679.084.163							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	37.132.333							
DEMAIS PROJETOS	37.132.333							
0134 TELEFONIA	15.591.936.859							
PROJETOS PRIORITARIOS	15.591.936.859							
05.022.0134.5150 EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA BASICO DE TELECOMUNICACOES NACIONAL E CONEXAO INTERNACIONAL AUMENTAR A CAPACIDADE DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA POR TELEFONIA NACIONAL E INTERNACIONAL. INSTALAR JUNTORES NACIONAIS (UNID) = 170000	2.473.318.753	0	0	0	0	0	100	0
05.022.0134.5151 EXPANSAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TELECOMUNICACOES NACIONAL DE TEXTO E DADOS AUMENTAR A CAPACIDADE DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA DE TRANSMISSÃO DE TEXTO E DE DADOS. ATIVAR PORTAS REMPAC (UNID) = 44060 CONTRATAR TERMINAIS TELEX (UNID) = 20000 ATIVAR TERMINAÇÕES TRANSDATA (UNID) = 76131	447.699.042	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO ATENDER A DEMANDA POR SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS, COM MAIOR OFERTA DE FACILIDADES AOS USUÁRIOS; BUSCAR CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E CONTRIBUIR PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS DA COMUNIDADE. INSTALAR TERMINAIS (UNID) = 3153500	12.594.467.044	3	12	51	25	9	0	0
05.022.0134.6073 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES ADMINISTRAR E PROMOVER, ATRAVÉS DAS SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS, A MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA CAPACIDADE INSTALADA DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES. EXECUTAR PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, VISANDO AUMENTAR A AUTO-SUFICIÊNCIA NACIONAL NA ÁREA.	76.452.020	0	0	0	0	0	100	0
0136 SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES	32.380.954							
PROJETOS PRINCIPAIS	32.380.954							
05.022.0136.1069 APOIO A PROJETOS DE COMUNICAÇÃO COMPLEMENTAR A PRIMEIRA FASE DO PROJETO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATELITES. ESTAÇÃO TERRENA (PERCENTUAL) = 1	32.380.954	0	0	0	0	100	0	0
0137 RÁDIODIFUSÃO	16.923.296							
PROJETOS PRINCIPAIS	9.379.051							
05.022.0137.2246 CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS CUMPRIR A FUNÇÃO SOCIAL DE PROMOVER A DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES NO PAÍS E NO EXTERIOR LEVANDO AO MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE PESSOAS INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS GOVERNAMENTAIS NOS CAMPOS SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL.	7.093.429	0	0	0	0	0	100	0
05.022.0137.2247 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE EMISSORAS POSSIBILITAR UM ADEQUADO FUNCIONAMENTO DAS EMISSORAS DE RÁDIO, TELEVISÃO E DO SISTEMA DE ALTA POTÊNCIA, ALÉM DE PERMITIR A CONTINUIDADE E EXPANSÃO, NO PAÍS E NOS EXTERIOR, DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM RÁDIODIFUSÃO.	2.285.622	0	0	0	0	0	100	0

EXCLUSIVO JUROS DE DÍVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	7.544.245							
0234 ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL	710.721							
DEMAIS PROJETOS	710.721							
072 POLITICA EXTERIOR	5.282.197							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	5.282.197							
DEMAIS PROJETOS	5.282.197							

EXCLUSIVO JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
06 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	19.948.070.709							
007 ADMINISTRAÇÃO	2.767.666.965							
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.389.665							
DEMAIS PROJETOS	1.389.665							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.736.248.840							
DEMAIS PROJETOS	2.736.248.840							
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL	3.045.617							
DEMAIS PROJETOS	3.045.617							
0024 INFORMÁTICA	20.676.392							
DEMAIS PROJETOS	20.676.392							
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6.306.451							
DEMAIS PROJETOS	6.306.451							
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	587.819.475							
0033 DÍVIDA INTERNA	15.668.386							
DEMAIS PROJETOS	15.668.386							
0034 DÍVIDA EXTERNA	572.151.089							
DEMAIS PROJETOS	572.151.089							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	13.620.638							
0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	4.355.955							
DEMAIS PROJETOS	4.355.955							
0206 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	9.264.683							
DEMAIS PROJETOS	9.264.683							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
VISANDO A MODERNIZAÇÃO DE METODOS E PROCESSOS E A PRODUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR.								
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	16.780.712							
PROJETOS PRINCIPAIS	16.780.712							
06.010.0056.2076 PESQUISA E ENGENHARIA DE TRANSITO DESENVOLVER ESTUDOS, PESQUISAS E ESTATISTICAS VISANDO MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE TRANSITO.	40.421	0	0	0	0	100	0	0
06.010.0056.2586 IMPLEMENTACAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE PESQUISAS E DE DESENVOLVIMENTO PARA SEGURANCA DAS COMUNICACOES SUPERVISIONAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DO CENTRO DE PESQUISAS.	16.740.291	0	0	0	0	0	57	43
022 TELECOMUNICACOES	29.739.271							
0134 TELEFONIA	18.628.187							
DEMAIS PROJETOS	18.628.187							
0166 OPERACOES TERRESTRES	11.111.084							
DEMAIS PROJETOS	11.111.084							
026 DEFESA AEREA	2.793.419.178							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	22.454.035							
DEMAIS PROJETOS	22.454.035							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	359.144.765							
DEMAIS PROJETOS	359.144.765							
0024 INFORMATICA	12.006.615							
DEMAIS PROJETOS	12.006.615							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	285.606.487							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	285.606.487							
0160 OPERACOES AEREAS	2.109.968.526							
PROJETOS PRIORITARIOS	505.185.597							
06.026.0160.1009 DESENVOLVIMENTO DO AM-X PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE UMA AERONAVE MILITAR, PROPORCIONANDO A INDUSTRIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AERONAUTICOS, OBEDECIDAS AS PRIORIDADES ESTRATEGICAS. AERONAVE ADQUIRIDA (UNIDADE) = 33	505.185.597	0	0	0	0	0	90	10
PROJETOS PRINCIPAIS	569.908.728							
06.026.0160.1007 REAPARELHAMENTO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA DESTINAR RECURSOS PARA DOTAR A FAB COM AERONAVES E EQUIPAMENTOS CORRELATOS, DO PAIS E EXTERIOR. AERONAVE ADQUIRIDA (UNIDADE) = 61 REVITALIZACAO DE AERONAVES (UNID) = 860	421.210.867	0	0	0	0	0	55	45
06.026.0160.1008 VEICULOS DE SUPERFICIE DE TRACAO MECANICA DOTAR O MINISTERIO DOS MEIOS DE TRANSPORTE DE SUPERFICIE NECESSARIOS AO CUMPRIMENTO DA SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL. VIATURAS OPERACIONAIS E CONTRA INCENDIOS (UNID) = 726	95.131.081	0	0	0	0	0	100	0
06.026.0160.2576 VIGILANCIA AEREA DA FRONTEIRA NORTE PROPORCIONAR APOIO LOGISTICO AS COMUNIDADES LOCAIS, INCLUSIVE AS UNIDADES MILITARES, BEM COMO IMPLANTAR AERODROMOS NA FRONTEIRA NORTE. TRANSPORTE AEREO REALIZADO (UNID) = 1500 AERODROMO IMPLANTADO (UNID) = 3 AMPLIACAO REFORMA E RECU. DE AERODROMO (UNID) = 3 AERODROMO PAVIMENTADO (UNIDADE) = 3	53.566.780	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.034.874.201							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	4.238.750							
DEMAIS PROJETOS	4.238.750							
027 DEFESA NAVAL	5.826.395.337							

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0163 OPERACOES NAVAIS	5.826.395.337							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.666.176.647							
06.027.0163.1022 DESENVOLVIMENTO DE MEIOS FLUTUANTES CRIAR SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE MEIOS OPERATIVOS, NO PAIS E NO EXTERIOR, TANTO NA FASE DE CONCEPÇÃO DE NOVOS PROJETOS, QUANTO NA FASE DE CONSTRUÇÃO. DESENV PROJETO ENGENHARIA MEIOS SUPERFICIE (PERC) = 70 DESENV PROJETOS ENGENH. MEIOS SUBMARINOS (PERC) = 81 ELABORACAO PROJETOS TECNICOS E PROTOTIPOS (PERC) = 70 ELABORACAO DE TESTES (PERC) = 70 IMPLANT. ENFRA-ESTRUT. E AQUIS.DOC.TECNICA (PERC) = 75	31.572.808	0	0	0	0	0	98	2
06.027.0163.1023 AMPLIACAO DE ORGANIZACOES MILITARES DE APOIO APRIMORAR A INFRA-ESTRUTURA DE APOIO DA MARINHA, PARA FAZER FACE A CONTINUA SOFISTICAÇÃO DOS MEIOS E DAS EXIGENCIAS DO SEU EMPREGO. APARELHAMENTO MEIOS E INSTAL. APOIO NAVIOS (PERC) = 70 APARELHAMENTO MEIOS E INSTAL. APOIO AERON. (PERC) = 70 CONSTR/RECUPER E APARELH PREDIOS E INSTAL (PERC) = 75 MODERN REAPARELH EQUIPTOS ESTACOES RADIO (PERC) = 65 CONST/RECUP.INSTAL.INFRA-ESTR.URBANA AREAS (PERC) = 65 CONST/RECUPER CAIS ACOST DIQUES E CARR. (PERC) = 82 REAPARELH OFICINAS E EQUIPAMENTOS APOIO (PERC) = 78 MODERNIZ INSTAL EQUIPTOS EMPREGO OPER OM (PERC) = 85 CONSTR/RECUPER PREDIOS INDUST E ADMINIST (PERC) = 64 MELHOR INFRA-ESTRUT URB E COND SEGUJ AREA (PERC) = 65 CONSTR/RECUPER PREDIOS ADMIN EQUIPTOS MOB (PERC) = 60 APARELH INSTAL DEST MANUT EQUIPTOS (PERC) = 75 APARELH INSTAL DEST MANUT VIAT OPERAT (PERC) = 75 CONSTR CAIS E INSTAL APOIO (PERC) = 75 CONSTR/RECUPER PREDIOS E INSTAL HOSP E AMB (PERC) = 60 REAP/MODERNIZ E EQUIP. MEDS CIRURG E ODONT (PERC) = 45 REALIZ DE ESTUDOS E PROJETOS ESPECIAIS (PERC) = 60 CONST DE PREDIOS E INSTAL EM GERAL (PERC) = 60 APARELH OFICINAS C/ EQUIPTOS E INST TEC. (PERC) = 60 CRIACAO/RECUP INFRA-ESTRUT URB AS INST. OM (PERC) = 60 CRIACAO/RECUP INFRA-ESTRUT PROT AS INST OM (PERC) = 60 CONSTR ARMAZ PAIOIS E OUTRAS INST (PERC) = 69 CONSTR/RECUPER INSTAL ARMAZ FORN COMBUST (PERC) = 80 AQUISICAO/RESERVA DE AREAS PROPRIAS (PERC) = 100 CRIACAO/RECUP INFRA-ESTRUT URB AREAS CONST (PERC) = 100 CONSTR/RECUPERACAO (RESID CASAS PREDIOS) (PERC) = 80	222.524.177	0	0	0	0	0	95	5

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>CONSTR/RECUP PREDIOS E INSTAL CENTROS RECIR(PERC) = 99 CONSTR/RECUP INSTAL ESPORTIVAS DAS OM (PERC) = 95 CONSTR/RECUPER PREDIOS E ISNTALACOES (PERC) = 60 APARELH INSTAL COM COM EQUIPTOS E MOBIL (PERC) = 60 CONSTRUCAO DE FAROIS (PERC) = 40</p> <p>06.027.0163.1024 RENOVACAO E AMPLIACAO DOS MEIOS FLUTUANTES DOTAR A MARINHA DE MEIOS OPERATIVOS E EMBARCAÇÕES DE APOIO ATRAVES DA AQUISIÇÃO E DA CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES, ALEM DA MODERNIZAÇÃO DAS EXISTENTES. DESENV. DO PROTOTIPO SUBMARINO NAC-1 (PERCENT) = 4 MODERNIZACAO DO NAEL "MINAS GERAIS" (PERC) = 80 CONSTRUCAO DE CORVETA (PERC) = 3 CONSTRUCAO DE SUBMARINOS IKL (PERC) = 3 OBTENCAO DE EMBARCACOES ESPECIAIS (PERC) = 60 OBTENCAO DE REBOCADORES (PERC) = 60 AQUISICAO DE 16 (DEZESSEIS) HELICOPTEROS (PERC) = 20 OBTENCAO DE AVISOS DE INSTRUCAO (PERC) = 60 OBTENCAO DE NAVIO TRANSPORTE (PERC) = 60 MODERNIZACAO FRAGATAS CLASSE NITEROI (PERC) = 6 OBTENCAO DE LANCHAS ANFIBIAS (PERC) = 60</p>	732.597.082	0	0	0	0	0	54	46
<p>06.027.0163.1025 VIATURAS E MATERIAIS ESPECIALIZADOS DOTAR AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE MEIOS QUE PERMITAM O SEU APRESTAMENTO E PRONTO EMPREGO. AQUIS.RECUP.VIAT.DIV.E EQUIPTOS ENGENHARIA (PERC) = 100 AQUIS. EQUIPTOS GERACAO ENERGIA, CAPACETES (PERC) = 74 AQUIS. PARA-QUEDAS E RESPECT. MAT. MANUT. (PERC) = 74 AQUISICAO EQUIPAGENS DE COMBATE EM GERAL (PERC) = 63 AQUIS. EQUIPTOS COMUNICACOES PARA CAMPANHA (PERC) = 30 AQUIS.INSTR.P/DOTACAO BANDAS MARCIAIS/SINF.(PERC)= 40 PROJ. CONSTR.EQUIPTOS COMB.INCENDIO NAVIOS (PERC) = 95 PROJ. E TESTE MAT.P/PROT.ACUST.E ANTICORRO (PERC) = 100 AQUIS. RECUP. CARROS VIAT.DE COMBATE INCEN.(PERC) = 100 AQUIS/REC.CARROS VIAT.REBOQUE/REM. AERONAV.(PERC) = 100 AQUIS/RECUP.EQUIPTOS MOVEIS GER/RETIF.ENERG.(PERC)= 40 AQUIS/RECUP. DE MAT. DE OFICINAS (PERC.) = 60 AQUIS.MAT.PARA DESENV.DE PROJ.SIMUL.SUBMAR.(PERC) = 94 AQUIS.MAT.P/ DESENV.DE PROJ.DE TREIN SUBMAR (PERC)= 94</p>	27.103.891	0	0	0	0	0	99	1
<p>06.027.0163.1026 REAPARELHAMENTO DA MARINHA PROVER A MARINHA, COM UMA FORÇA NAVAL MODERNA E EFICIENTE, ATRAVES DA ATIVAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL NACIONAL E DA ABSORÇÃO DE NOVAS</p>	296.887.523	0	0	0	0	0	87	13

Exclusive juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
TECNOLOGIAS NO CAMPO DA CONSTRUÇÃO NAVAL. CONSTRUÇÃO DE CORVETA (PERC) = 57 CONSTRUÇÃO DE SUBMARINOS IKL (PERC) = 52 AQUISIÇÃO DE 16 (DEZESSEIS) HELICOPTEROS (PERC) = 78 MODERNIZAÇÃO FRAGATAS CLASSE NITEROI (PERC) = 84								
06.027.0163.1027 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS DESENVOLVER E APLICAR NOVAS TÉCNICAS, IMPRESCINDÍVEIS PARA TORNAR O PAÍS CADA VEZ MENOS DEPENDENTE DO EXTERIOR EM PROJETOS ESPECIAIS RELACIONADOS COM A SEGURANÇA NACIONAL. AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE SIST/ EQUIPOS (PERC) = 44 IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA (PERC) = 63 CONTINUACAO DO DESENV. DO PROTOTIPO (PERC) = 36	229.151.725	0	0	0	0	0	74	26
06.027.0163.2092 PATRULHA COSTEIRA EXERCER A POLICIA NAVAL, VISANDO AO CONTROLE, NO QUE INTERESSA A SEGURANÇA NACIONAL, DO USO DO MAR TERRITORIAL E ZONA CONTIGUA, DAS AGUAS INTERIORES DA PLATAFORMA SUBMARINA, BEM COMO DOS TERRENOS DE MARINHA, MARGINAIS DOS PORTOS, RIOS, LAGOAS E CANAIS. CONST DE 3 (TRES) LANCHAS PATR E POL NAVAL (PERC) = 60 CONSTRUÇÃO DE 5 (CINCO) NAVIOS PATRULHA (PERC) = 60	122.510.939	0	0	0	0	0	98	2
06.027.0163.2577 VIGILANCIA NAVAL DA FRONTEIRA NORTE PROPICIAR PATRULHAMENTO EM HIDROVIAS. EMBARCAÇÕES ADQUIRIDAS (UNIDADE) = 15	3.828.502	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	4.160.218.690							
028 DEFESA TERRESTRE	5.756.317.377							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	3.696.073.947							
DEMAIS PROJETOS	3.696.073.947							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	1.639.575							
DEMAIS PROJETOS	1.639.575							
0166 OPERACOES TERRESTRES	2.058.603.855							
PROJETOS PRINCIPAIS	752.434.945							

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
06.028.0166.1032 AUTOMACAO DA CARTOGRAFIA AGILIZAR A PRODUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS CARTOGRAFICOS DE EMPREGO MILITAR, APOIAR O SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, NA AREA DE MATERIAL, DOCTRINA, SISTEMA DE ENSINO E INSTRUÇÃO E ASSEGURAR O APOIO A DECISÃO E GUERRA ELETRONICA. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIPAMENTO) = 90	627.802	0	0	0	0	0	100	0
06.028.0166.1033 REAPARELHAMENTO DO EXERCITO AUMENTAR O NIVEL DE OPERACIONALIDADE DO EXERCITO, ADEQUAR A CAPACITAÇÃO OPERACIONAL DA FORÇA TERRESTRE AO EMPREGO PREVISTO, PERMITIR O DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL BELICO NACIONAL, VIATURA BLINDADA, ARMAMENTO E MUNIÇÃO, DESENVOLVER TECNOLOGIAS VISANDO A PRODUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, PRODUTOS E PROCESSOS. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIPAMENTO) = 39 CAPACITAÇÃO NO PAIS (PESSOA) = 39 EQUIPAMENTOS DE PROC. DE DADOS INSTALADO (UNID) = 18 UNIDADE ORGANIZADA (UNIDADE) = 33 UNIDADE OPERACIONAL RECUPERADA (UNIDADE) = 6	672.778.851	0	0	0	0	0	100	0
06.028.0166.1034 CONSTRUCAO DE QUARTEIS PROPORCIONAR AQUARTELAMENTO PARA O EFETIVO DO EXERCITO E PERMITIR CONDIÇÕES SEGURAS PARA O ARMAZENAMENTO DO MATERIAL E EQUIPAMENTO E FAZER O CERCAMENTO DAS AREAS JURISDICIONADAS AO EXERCITO. AREA CONSTRUIDA (M2) = 26643	16.749.785	0	0	0	0	0	100	0
06.028.0166.2578 VIGILANCIA TERRESTRE DA FRONTEIRA NORTE IMPLANTAR UNIDADE DE FRONTEIRA VISANDO O PATRULHAMENTO TERRESTRE DA LINHA DE FRONTEIRA NORTE. INSTALAÇÃO FISICA REFORMADA (UNIDADE) = 9 PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA (PELOTÃO ESPECIAL) = 6	61.360.949	100	0	0	0	0	0	0
06.028.0166.2579 MARCOS DEMARCATORIOS NA FROTEIRA NORTE INSPECIONAR, RECUPERAR E ADENSAR MARCOS LIMITROFES NA FRONTEIRA, CONTRIBUINDO PARA A INTEGRIDADE DO TERRITORIO NACIONAL. MARCOS INSTALADOS (MARCO) = 90	917.558	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.306.168.910							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
029 SERVICOS DE INFORMACOES	222.270							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	222.270							
DEMAIS PROJETOS	222.270							
030 SEGURANCA PUBLICA	1.537.197.217							
0015 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	149.630.416							
PROJETOS PRINCIPAIS	149.243.137							
06.030.0015.1017 REESTRUTURACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO CONSTRUIR, REFORMAR E AMPLIAR ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EM TODO O PAIS, AUMENTANDO O NUMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELO SISTEMA.	149.243.137	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	387.279							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	653.468.129							
PROJETOS PRINCIPAIS	117.781							
06.030.0021.1019 INTEGRACAO DAS ACOES DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA DESENVOLVER PROGRAMAS E PROJETOS QUE OBJETIVEM FUNDAMENTAR ALTERNATIVAS PARA O PROCESSO DECISORIO NAS AREAS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA.	67.330	0	0	0	0	0	100	0
06.030.0021.2073 COMBATE A VIOLENCIA E A CRIMINALIDADE TRAÇAR NORMAS E DESENVOLVER PROGRAMAS E PROJETOS PARA CONTER A VIOLENCIA E A CRIMINALIDADE OBSERVADAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA.	50.451	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	653.350.348							
0024 INFORMATICA	7.373.654							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.932.214							
06.030.0024.1020 INFORMATIZACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO CRIAR CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA QUE PROPORCIONE CONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA POPULAÇÃO QUE CUMPRE PENA, BEM COMO A SUA MOVIMENTAÇÃO.	2.932.214	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
DEMAIS PROJETOS	4.441.440							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	25.448.493							
DEMAIS PROJETOS	25.448.493							
0136 SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES	806.381							
PROJETOS PRINCIPAIS	806.381							
06.030.0136.2083 SISTEMA DE TELECOMUNICACOES DOTAR O ORGAO DE MEIOS EM TELECOMUNICACOES ESSENCIAIS A UMA EFICAZ ATUACAO OPERACIONAL A NIVEL NACIONAL.	806.381	0	0	0	0	0	100	0
0174 POLICIAMENTO CIVIL	258.456.044							
PROJETOS PRINCIPAIS	27.804.606							
06.030.0174.2080 REAPARELHAMENTO DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL REAPARELHAR E MODERNIZAR OS EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL. ARMAMENTOS ADQUIRIDOS (UNID) = 900 LANCHAS ADQUIRIDAS (UNID) = 2 HELICOPTEROS ADQUIRIDOS (UNID) = 1	20.450.502	0	0	0	0	0	100	0
06.030.0174.2081 POLICIAMENTO FEDERAL COMBATER O CRIME ORGANIZADO NOS SETORES DE CONTRABANDO, DESCAMINHO, TRAFICO DE DROGAS, MOEDAS FALSAS, FRAUDES CONTRA A UNIAO, DESVIO DE OURO E DEMAIS ACOES INSTITUCIONAIS.	7.354.104	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	230.651.438							
0177 POLICIAMENTO MILITAR	311.914.268							
DEMAIS PROJETOS	311.914.268							
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	119.706.737							
DEMAIS PROJETOS	119.706.737							
0179 SERVICOS ESPECIAIS DE SEGURANCA	280.130							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	280.130							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.275.713							
DEMAIS PROJETOS	3.275.713							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	78.058							
DEMAIS PROJETOS	78.058							
0535 CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	6.759.194							
DEMAIS PROJETOS	6.759.194							
043 ENSINO MEDIO	5.223.225							
0198 FORMACAO PARA O SETOR TERCIARIO	5.223.225							
DEMAIS PROJETOS	5.223.225							
044 ENSINO SUPERIOR	135.918.392							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	135.918.392							
DEMAIS PROJETOS	135.918.392							
045 ENSINO SUPLETIVO	9.557.318							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	9.557.318							
DEMAIS PROJETOS	9.557.318							
062 INDUSTRIA	109.560.707							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	109.560.707							
DEMAIS PROJETOS	109.560.707							
072 POLITICA EXTERIOR	4.396.519							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	4.396.519							
DEMAIS PROJETOS	4.396.519							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
088 TRANSPORTE RODOVIARIO	128.959.387							
0535 CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	128.959.387							
PROJETOS PRINCIPAIS	53.124.617							
06.088.0535.2600 OPERACAO DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL PERMITIR O FUNCIONAMENO DAS ATIVIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL EM TODO O TERRITORIO NACIONAL.	53.124.617	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	75.834.770							

Excluídos Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7.718.915.476							
007 ADMINISTRACAO	201.151.731							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	195.891.925							
PROJETOS PRINCIPAIS	8.974.746							
07.007.0021.1143 APOIO A CRIACAO DO ESTADO DO TOCANTINS APOIAR AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO, ATRAVES DA PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS PARA O ESTADO DO TOCANTINS E DA PRESTAÇÃO DE ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL.	8.974.746	100	0	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	186.917.179							
0024 INFORMATICA	3.226.817							
DEMAIS PROJETOS	3.226.817							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.032.989							
DEMAIS PROJETOS	2.032.989							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	3.007.296.217							
0030 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	2.798.749							
DEMAIS PROJETOS	2.798.749							
0033 DIVIDA INTERNA	330.363							
DEMAIS PROJETOS	330.363							
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	3.004.167.105							
DEMAIS PROJETOS	3.004.167.105							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	86.633.381							
0024 INFORMATICA	1.820.074							
DEMAIS PROJETOS	1.820.074							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	82.526.951							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	6.760.392							
07.009.0040.2357 PLANEJAMENTO DE RECURSOS NATURAIS ASSEGURAR O CONHECIMENTO PERMANENTE DO POTENCIAL DOS RECURSOS NATURAIS, VISANDO O SEU APROVEITAMENTO ECONÔMICO EM BENEFÍCIO DA COMUNIDADE. APOIO A PROJETOS ESPECÍFICOS (UNIDADE) = 5 LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTICOS REALIZ. (KM) = 500000 PUBLICAÇÃO REALIZADA (PUBLICAÇÃO) = 9 LEVANT. REC. HÍDRICOS, FLORÍST. E FAUNÍST. (UNID) = 1000 POSTO INSTALADO (POSTO) = 800 DEMONSTRAÇÃO TECNOLÓGICA REALIZADA (UNIDADE) = 56	6.760.392	0	100	0	0	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	13.071.812							
07.009.0040.2355 PLANEJAMENTO SETORIAL INTEGRADO DO NORDESTE DESENVOLVER AS AÇÕES PERTINENTES AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO SETORIAL, DE MODO INTEGRADO, PARA A REGIÃO NORDESTE. DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 15 RELATÓRIO SÓCIO-ECONÔMICO ELABORADO (UNIDADE) = 12 SEMINÁRIO REALIZADO (EVENTO) = 6 DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES (PÚBLIC) = 1500 ESTUDO, PESQUISA E LEVANT. REALIZADOS (UNIDADE) = 10	13.071.812	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	62.694.747							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	414.764							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	414.764							
07.009.0045.3123 LEVANTAMENTO CARTOGRAFICO BÁSICO (MAPAS) DAR CONTINUIDADE NO MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA REGIÃO NORDESTE NA ESCALA 10.100.000 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO CARTOGRAFICO NACIONAL BEM COMO AO PLANEJAMENTO RELATIVOS AOS RECURSOS NATURAIS E INFRAESTRUTURAS SÓCIO-ECONÔMICA. LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTICOS REALIZ. (KM) = 87000 MAPA IMPRESSO (UNIDADE) = 35	414.764	0	100	0	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.807.965							

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	1.807.965							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	63.627							
DEMAIS PROJETOS	63.627							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	77.895.316							
0055 PESQUISA APLICADA	46.764.957							
PROJETOS PRIORITARIOS	46.764.957							
07.010.0055.3124 PESQUISA E DIFUSAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DOS SETORES PRODUTIVOS NO NORDESTE MEDIANTE O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS ADAPTADAS AS CONDICÕES SOCIO-ECONOMICAS E EDAFO- CLIMATICAS DA REGIAO E A DIFUSAO E TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIAS JA DISPONIVEIS. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 26 PRODUTOR RURAL ASSISTIDO (PESSOA) = 19920 ESTUDO E PESQUISA APOIADOS (UNIDADE) = 26 PESQUISA REALIZADA (PROJETO) = 48 PESQUISA DIFUNDIDA (UNIDADE) = 21	46.764.957	0	100	0	0	0	0	0
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	31.130.359							
DEMAIS PROJETOS	31.130.359							
014 PRODUCAO VEGETAL	45.616.014							
0077 IRRIGACAO	45.616.014							
DEMAIS PROJETOS	45.616.014							
016 ABASTECIMENTO	48.528.774							
0096 SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS AGRICOLAS	48.528.774							
PROJETOS PRINCIPAIS	48.528.774							
07.016.0096.2367 DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO APOIAR PROJETOS QUE VISEM A GERAÇÃO DE EMPREGOS E AUMENTO DA PRODUÇÃO NO MEIO RURAL, ATRAVES DA AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS PRODUTIVAS E DA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA NA ECONOMIA REGIONAL,	11.289.294	100	0	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>CRIANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA AS POPULAÇÕES RURAIS CRESCEREM ECONOMICAMENTE E SOCIALMENTE, REDUZINDO DESTA MANEIRA AS MIGRAÇÕES PARA OS GRANDES CENTROS URBANOS.</p> <p>ASSISTENCIA TECNICA (UNIDADE) = 600 PRODUTOR ASSISTIDO (PESSOA) = 1800 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 22</p> <p>07.016.0096.3126 IMPLANTACAO DE CENTROS DE ABASTECIMENTO DOTAR IMPORTANTES CENTROS PRODUTORES CONVERGENTES E DE CONSUMO DA REGIAO NORDESTE DE UMA INFRA-ESTRUTURA, QUE PERMITA A ORGANIZACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE PRODUTOS AGRICOLAS PARTICULARMENTE DE ALIMENTOS FACILITANDO A CONCENTRACAO DOS SERVICOS DE COMERCIALIZACAO E A RACIONALIZACAO DO PROCESSO DE ABASTECIMENTO. CONSTRUIR MERCADO (UNID) = 756</p>	37.239.480	0	100	0	0	0	0	0
039 DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIOES	477.220.852							
0067 COLONIZACAO	666.732							
PROJETOS PRINCIPAIS	666.732							
07.039.0067.1172 DISTRITO AGROPECUARIO DA SUFRAMA CONSERVAR E MANTER A INFRA-ESTRUTURA FISICA DO DISTRITO AGROPECUARIO DA SUFRAMA, DE FORMA A VIABILIZAR A IMPLANTACAO DOS PROJETOS AGROPECUARIOS APROVADOS PELA SUPERINTENDENCIA. ESTRADA VICINAL IMPLANTADA (KM) = 30 ESTRADA VICINAL RECUPERADA (KM) = 60 ASSENTAR FAMILIA (FAMILIA) = 1000	666.732	100	0	0	0	0	0	0
0323 PLANEJAMENTO URBANO	4.689.563							
PROJETOS PRINCIPAIS	4.689.563							
07.039.0323.1302 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ACOES NO COMPLEXO INDUSTRIAL PROMOVER A EXECUCAO, EM CARATER TRANSITORIO, DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO EM AREA DESTINADA AO ASSENTAMENTO HUMANO DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL METALURGICO, NO MUNICIPIO DE BARCARENA/PA. REDE DE ABASTEC.DE AGUA CONSTRUIDA (UNIDADE) = 33	4.689.563	100	0	0	0	0	0	0

Exclusiva Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>REDE DE ESGOTO CONSTRUIDA (REDE) = 35 REDE ELETRICA AMPLIADA (REDE) = 8 SISTEMA VIARIO RECUPERADO (SISTEMA) = 70 EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) = 12</p> <p>0346 PROMOCAO INDUSTRIAL</p> <p>PROJETOS PRINCIPAIS</p> <p>07.039.0346.1173 DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS DAR CONTINUIDADE AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DA EXPANSÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS, COM VISTAS A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS PELA SUFRAMA, BEM COMO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS JA IMPLANTADOS. REDE ELETRICA AMPLIADA (REDE) = 3 REDE TELEFONICA AMPLIADA (REDE) = 3 SISTEMA VIARIO AMPLIADO (SISTEMA) = 3 SISTEMA VIARIO RECUPERADO (SISTEMA) = 3 SISTEMA DE ABASTEC. DE AGUA AMPLIADO (SISTEMA) = 3 SISTEMA DE ESGOTO RECUPERADO (SISTEMA) = 3 SISTEMA DE ESGOTO AMPLIADO (SISTEMA) = 3</p>	32.240.385							
	32.240.385							
	32.240.385	100	0	0	0	0	0	0
<p>0353 COMERCIALIZACAO</p> <p>PROJETOS PRINCIPAIS</p> <p>07.039.0353.3018 ENTREPOSTO ALFANDEGADO DE MANAUS IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO INTERNACIONAL DE COMPRAS, ACESSIVEL AOS COMERCIANTES LOCAIS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS, SOBRETUDO DE AREAS FRONTEIRIÇAS, MINIMIZANDO AS DESPESAS COM VIAGENS, FACILITANDO A MANUTENÇÃO DE ESTOQUES OTIMIZADOS, REDUZINDO A NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO E ELIMINANDO A COBRANÇA DE TAXAS, QUANDO DA INTERNAÇÃO DE MERCADORIA NO TERRITORIO NACIONAL. AREA INTERNAC. ALFANDEGADA IMPLANTADA (UNIDADE) = 1</p>	41.499.000							
	41.499.000							
	4.228.200	100	0	0	0	0	0	0
<p>07.039.0353.3019 AREAS DE LIVRE COMERCIO NA AMAZONIA OCIDENTAL CRIAR A INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS, DE FORMA A IMPLEMENTAR AÇÕES VISANDO A INTERAÇÃO DOS PAISES AMAZONICOS. AREA INTERNAC. ALFANDEGADA IMPLANTADA (UNIDADE) = 7</p>	37.270.800	100	0	0	0	0	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0534 ESTRADAS VICINAIS	388.729.172							
PROJETOS PRINCIPAIS	388.729.172							
07.039.0534.3128 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PROPICIAR A MELHORIA DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. ESTRADA VICINAL IMPLANTADA (KM) = 7050 ESTRADA RURAL RECUPERADA (KM) = 180 REVESTIMENTO PRIMÁRIO EXECUTADO (M2) = 100000 ESTRADA VICINAL RECUPERADA (KM) = 2500 ESTRADA CONSTRUÍDA (KM) = 1950	388.729.172	16	25	7	4	48	0	0
0562 PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES	9.396.000							
DEMAIS PROJETOS	9.396.000							
040 PROGRAMAS INTEGRADOS	3.207.753.478							
0031 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	1.220.019.641							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	315.185.029							
07.040.0031.5499 CONTROLE DA EROSAO DO SOLO OBJETIVA DESENVOLVER UM CONJUNTO DE AÇÕES ENTRE ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADOS E MUNICÍPIOS ENVOLVENDO A RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS ATINGIDAS E A PREVENÇÃO EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO RECENTE. DRENAGEM PLUVIAL (M3) = 1400000	18.115.958	0	0	0	0	0	100	0
07.040.0031.5503 APOIO AS ACOES AMBIENTAIS PROPORCIONAR A MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS RESGUARDANDO O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO. POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 1500000	297.069.071	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	904.834.612							
07.040.0031.1142 DESENVOLVIMENTO DE ACOES REGIONAIS POSSIBILITAR A ARTICULAÇÃO, EM TODOS OS NÍVEIS DE GOVERNO, DE AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, VIABILIZANDO A EXECUÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS. APOIO A PROJETOS ESPECÍFICOS (UNIDADE) = 400	801.329.830	0	100	0	0	0	0	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 300 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 5 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (UNIDADE) = 12</p> <p>07.040.0031.1174 APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL APOIAR PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL, ATRAVES DE ORGAOS E INSTITUIÇÕES FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, QUE BUSQUEM O FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA, ECONOMICA E SOCIAL DA REGIÃO. ENTIDADE BENEFICIADA (ENTIDADE) = 10 MUNICIPIO BENEFICIADO (MUNICIPIO) = 30 SISTEMA VIARIO AMPLIADO (SISTEMA) = 4 ESTUDO E PESQUISA APOIADOS (UNIDADE) = 3 INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR APOIADA (UNIDADE) = 2</p>	32.109.903	100	0	0	0	0	0	0
<p>07.040.0031.5496 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIAO CENTRO-OESTE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE, ATRAVES DO ORDENAMENTO ADEQUADO DO SISTEMA PRODUTIVO E DAS INFRA-ESTRUTURAS FISICA E SOCIAL. PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 3</p>	41.860.746	0	0	0	0	100	0	0
<p>07.040.0031.5504 DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO DESENVOLVER UM NOVO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVES DE PLANEJAMENTO QUE POSSIBILITE A CONCENTRAÇÃO DE INVESTIMENTO EM AREAS-PROGRAMA QUE VENHAM A SER DEFINIDAS EM PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO. POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 10000000 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PESQUEIRO (UNID) = 2 ESTAÇÃO CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 5 ENERGIA FOTO-VOLTAICA IMPLANTADA (SISTEMA) = 2527</p>	29.534.133	40	30	0	0	30	0	0
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	1.972.266.181							
PROJETOS PRIORITARIOS	319.109.897							
<p>07.040.0183.3132 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO-TECNOLOGICO E DE EDUCACAO ELEVACAO DA CAPACIDADE CIENTIFICA E TECNOLOGICA DA AMAZONIA COM AUMENTO DO DOMINIO SOBRE O SABER DESENVOLVIDO A NIVEL INTERNACIONAL E ACESSO A FRONTEIRA DO CONHECIMENTO. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA (PESQUISA) = 80</p>	72.095.240	100	0	0	0	0	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>BANCO DE DADOS ESPECIALIZADO ACESSADO (UNIDADE) = 19 CENTRO TECNOLÓGICO IMPLANTADO (UNIDADE) = 5 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA (PROJETO) = 15 DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 100 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO) = 70 ESTUDO E PESQ.NA AREA DE TECNOL.DE PONTA (PESQ) = 60 INTERCAMBIO E COOPERAÇÃO REALIZADO (UNIDADE) = 12 TREINAMENTO DE TÉCNICO (PESSOA) = 7800 COOPERAÇÃO TÉCNICA MANTIDA (ENTIDADE) = 5 MANUTENÇÃO DE CENTRO DE PESQUISA (UNIDADE) = 1</p>	192.757.396	0	100	0	0	0	0	0
<p>07.040.0183.3137 FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA DO NORDESTE FORTALECER A INFRA-ESTRUTURA HIDRICA DO NORDESTE LIGADA AO SETOR PRODUTIVO DO SEMI ARIDO EM AREAS NAO ATENDIDAS POR OUTROS ORGAOS PUBLICOS. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIPAMENTO) = 80 BARRAGEM CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 2000 CISTERNA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 2000 CONSTRUÇÃO DE AÇUDE (UNIDADE) = 88 ESTUDO, PESQUISA E LEVANTAMENTO REALIZADOS (PESQ) = 3 AÇUDE RECUPERADO (UNIDADE) = 409 POÇO INSTALADO (UNIDADE) = 4000 POTENCIA INSTALADA (KVA) = 2000 ADUTORA IMPLANTADA (KM) = 1330 RIO PERENIZADO (UNIDADE)= 15 POÇO PÚBLICO RECUPERADO (UNIDADE) = 8000</p>	11.082.548	0	0	0	100	0	0	0
<p>07.040.0183.3142 RECUPERACAO DE RECURSOS NATURAIS DAS MICROBACIAS DA REGIAO SUL COMBATER OS EFEITOS DANOSOS AOS RECURSOS NATURAIS DISPONIVEIS VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULACOES URBANAS RESGUARDANDO O EQUILIBRIO ECOLOGICO. MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 30 AREA BENEFICIADA (HA) = 100000 PROJETO IMPLANTADO (UNID) = 2 GALERIA CONSTRUÍDA (M) = 21000 MANUTENÇÃO DE CENTRO DE PESQUISA (UNIDADE) = 1</p>	5.816.907	0	40	0	40	20	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07.040.0183.5500 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE BACIAS DA REGIAO SUL PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DE BACIAS HIDROGRAFICAS, ATRAVES DO MANEJO ADEQUADO DE SEUS RECURSOS NATURAIS. BARRAGEM CONSTRUIDA (UNIDADE) = 2 CANAL SECUNDARIO (UNIDADE) = 5 ENTIDADE BENEFICIADA (ENTIDADE) = 9 ESTUDO, PESQUISA E LEVANTAMENTO REALIZADOS (PESQ) = 3 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO) = 3 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 1 ESTRADA VICINAL IMPLANTADA (KM) = 6 PROJETO ELABORADO (PROJETO) = 3	37.357.806	0	0	0	100	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	1.590.488.823							
07.040.0183.1144 NOVO JEQUITINHONHA CRIAR CONDIÇÕES FAVORAVEIS AO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO, ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA E SOCIAL, BEM COMO O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HIDRICOS, ESPECIALMENTE O PROGRAMA DOS CURSOS D'AGUA, E O PROGRAMA DE PERENIZAÇÃO DOS CURSOS D'AGUA. MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 52	21.914.868	0	0	100	0	0	0	0
07.040.0183.1162 APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PAPP PROMOVER O AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE AGRICOLA; O AUMENTO DAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA PARA FAMILIAS RURAIS DE BAIXA RENDA; A OFERTA DE RECURSOS HIDRICOS E A GERAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA; ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EM TODAS AS FASES DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA E O APRIMORAMENTO DA EFICIENCIA DOS SERVIÇOS AGRICOLAS DESTINADOS A PEQUENOS AGRICULTORES. FAMILIA ASSISTIDA (UNIDADE) = 848230 FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 546190 IMPLANTAÇÃO DE AREA IRRIGADA (HA) = 4480 MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 1700 PESQUISA COM PRODUTO AGROPECUARIO (PESQUISA) = 520 PRODUTOR RURAL ASSISTIDO (PESSOA) = 130200 PRODUTOR RURAL ATENDIDO (PESSOA) = 73680 SEMENTE BASICA PRODUZIDA (HA) = 1120 SISTEMA SIMPLIFICADO DE AGUA IMPLANTADO (SISTEMA) = 570 DEMONSTRAÇÃO TECNOLÓGICA REALIZADA (UNIDADE) = 7190 PESQUISA DIFUNDIDA (UNIDADE) = 660	812.201.627	0	91	9	0	0	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07.040.0183.3133 INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA ELEVAÇÃO DA OFERTA E DISPONIBILIDADE DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE E ENERGIA E COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE ELIMINAR AS DEFICIÊNCIAS E ESTRANGULAMENTO AO DESENVOLVIMENTO DOS INVESTIMENTOS E DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA AMAZÔNIA. CONSTRUÇÃO DE UNIDADE REGIONAL (UNIDADE) = 40 EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 69 GALPÃO CONSTRUÍDO (UNIDADE) = 99 IMPLANTAÇÃO DE OBRA (UNIDADE) = 60 IMPLANTAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO (KM) = 6000 INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO (UNIDADE) = 5 INSTALAÇÃO FÍSICA REFORMADA (UNIDADE) = 120 OBRA DE INFRA-ESTRUTURA (M2) = 6000 SISTEMA VIÁRIO AMPLIADO (SISTEMA) = 100 REDE ELÉTRICA IMPLANTADA (KM) = 831 LINHA DE TRANSMISSÃO IMPLANTADA (KM) = 3860	361.599.296	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0183.3134 INFRA-ESTRUTURA SOCIAL ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA. ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO) = 1048 FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO E ELEMENTAR (ALUNO) = 6000 INSTALAÇÃO DE FLUTUANTES (UNIDADE) = 60 MELHORIA SANITÁRIA (SERVIÇO) = 27 POSTO DE SAÚDE EQUIPADO (POSTO) = 60 REDE DE ESGOTO CONSTRUÍDA (REDE) = 600 ESCOLA REFORMADA (UNIDADE) = 90 ESCOLA CONSTRUÍDA (M2) = 13000	114.907.191	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0183.3135 DESENVOLVIMENTO DE SETORES PRODUTIVOS MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA INDÚSTRIA REGIONAL COM ELEVAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E PRINCIPALMENTE ADEQUAÇÃO AS CONDIÇÕES ECOLÓGICAS REGIONAIS. ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO) = 69 PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 60 TREINAMENTO BÁSICO GERENCIAL (PESSOA) = 630 MONITORAMENTO AMBIENTAL IMPLANTADO (HECTARE) = 50000 COOPERAÇÃO TÉCNICA MANTIDA (ENTIDADE) = 5 PROJETO IMPLANTADO (UNID) = 105 PLANO ELABORADO (PLANO) = 110	34.733.139	100	0	0	0	0	0	0
07.040.0183.3140 PRE INVESTIMENTO ESTRATÉGICO REALIZAR DIAGNÓSTICOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE	27.869.663	0	0	0	100	0	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>TECNICO-ECONOMICOS DE SETORES CONSIDERADOS ESTRATEGICOS AO DESENVOLVIMENTO DA REGIAO SUL. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 3 MODELO E CENARIO ENERGETICO ELABORADO (UNIDADE) = 3 PROJETO ANALISADO (PROJETO) = 4</p>								
<p>07.040.0183.3141 DESENVOLVIMENTO PERIMETROS IRRIGADOS VIABILIZACAO ECONOMICA E SOCIAL DAS RESPECTIVAS UNIDADES PRODUTIVAS DOS PRODUTORES DE BAIXA RENDA. ARMAZEM COMUNITARIO CONSTRUIDO (UNIDADE) = 1 CONSTRUÇÃO DE SEDE (UNIDADE) = 10 MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 424 PRECIO AMPLIADO (M2) = 1080 PRODUTOR RURAL ASSISTIDO (PESSOA) = 7000 AREA BENEFICIADA (HA) = 3400 PRODUTOR RURAL ATENDIDO (PESSOA) = 238000</p>	7.793.081	0	0	0	0	0	100	0
<p>07.040.0183.3145 PONTAL DO PARANAPANEMA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA REGIAO A FIM DE SANAR DESIGUALDADES ECONOMICAS E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS HABITANTES. PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 6</p>	34.470.322	0	0	100	0	0	0	0
<p>07.040.0183.3146 ACAO REGIONAL NO ESPIRITO SANTO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA REGIAO A FIM DE SANAR DESIGUALDADES ECONOMICAS E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS HABITANTES. PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 12</p>	16.876.171	0	0	100	0	0	0	0
<p>07.040.0183.3147 VALE DO RIBEIRA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA REGIAO A FIM DE SANAR DESIGUALDADES ECONOMICAS E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS HABITANTES. ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 2 PROJETO ELABORADO (UNID) = 2</p>	2.797.738	0	0	100	0	0	0	0
<p>07.040.0183.3148 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO NORTE FLUMINENSE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA REGIAO A FIM DE SANAR DESIGUALDADES ECONOMICAS DIVERSIFICANDO A AGRICULTURA E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS HABITANTES. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 5 ASSOCIAÇÃO RURAL ATENDIDA (UNIDADE) = 10</p>	5.025.857	0	0	100	0	0	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07.040.0183.3301 APOIO AO PEQUENO MINERADOR PROMOVER ASSISTENCIA TECNICA E FINANCEIRA VISANDO O APROVEITAMENTO RACIONAL DOS MINERAIS COM MELHORIA DA PRODUTIVIDADE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.	60.000.000	0	0	0	0	0	100	0
07.040.0183.3304 DERROCAMENTO DO RIO SAO FRANCISCO TRABALHOS DE DERROCAMENTO NO TRECHO PIRAPORA/PETRO- LINA-JUAZEIRO, PARA MELHORIA DO TRANSPORTE HIDRO- ARIO E ESCOAMENTO DA PRODUCAO.	5.100.000	0	65	35	0	0	0	0
07.040.0183.3314 APOIO AOS PEQUENOS E MEDIOS PRODUTORES RURAIS NOS ESTADOS DE MS, PR, SC E RS. FORNECER APOIO TECNICO-FINANCEIRO A MELHORIA DE IN- VESTIMENTOS QUE AUXILIEM O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E DA QUALIDADE DA PRODUCAO AGROPECUARIA, DANDO CON- DICOES DE COMPETITIVIDADE NO MERCOSUL. PRODUTORES RURAIS BENEFICIADOS (PRODUTOR) = 170000	30.000.000	0	0	0	75	25	0	0
07.040.0183.5501 APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL APOIAR TECNICA E FINANCEIRAMENTE OS MUNICIPIOS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES, APOIAR AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E APOIAR A IMPLANTAÇÃO DE DIVERSAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA. SISTEMA DE INFORMAÇÃO BENEFICIADO (SISTEMA) = 55 TREINAMENTO DE TECNICO (PESSOA) = 156	4.639.636	60	20	0	0	20	0	0
07.040.0183.5505 DESENVOLVIMENTO FRONTEIRICO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES RESIDENTES EM AREAS FRONTEIRIÇAS ATRAVES DE PROJETOS BINACIONAIS. INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO (UNIDADE) = 1 PESQUISA DE ESPECIE REGIONAL (PESQUISA) = 9 PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 2 REDE ELETRICA AMPLIADA (REDE) = 5 PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 2 ESCOLA CONSTRUIDA (UNIDADE) = 6 REDE ELETRICA IMPLANTADA (KM) = 127 MICROUNIDADE PRODUTIVA APOIADA (UNIDADE) = 100	31.978.861	50	0	0	30	20	0	0
07.040.0183.5506 INFRA-ESTRUTURA DE APOIO A HIDROVIA PARANA-PARAGUAI PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS DE GOVERNO EM INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA PARA MELHOR APROVEITAMENTO DA HIDROVIA E PROPICIAR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO NA SUA AREA DE INFLUENCIA. VIA NAVEGAVEL INTERIOR MANTIDA (PERCENTUAL) = 100	4.487.373	0	0	0	0	100	0	0

Exclusiva Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07.040.0183.5508 DESENVOLVIMENTO DA AGROINDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES DOTAR A REGIÃO NORDESTE DE CAPACIDADE AGROINDUSTRIAL ADEQUADA AO PROCESSAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA A SER GERADA COMO CONSEQUÊNCIA DA EXPANSÃO DAS ÁREAS IRRIGADAS, BEM COMO REDUZIR OS FLUXOS MIGRATORIOS DAS ZONAS RURAIS PARA AS URBANAS. PROJ.INTERESSE LOCAL E MICROREG.APOIADO (PROJ) = 8	14.094.000	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	62.667.461							
0537 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	15.467.656							
PROJETOS PRINCIPAIS	15.467.656							
07.040.0537.5526 CONSTRUÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS PERMITIR, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPÕEM AS RODOVIAS ESTADUAIS, O AUMENTO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DO TRAFEGO, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS. ESTRADA VICINAL IMPLANTADA (KM) = 250	15.467.656	25	25	0	0	50	0	0
043 ENSINO MÉDIO	63.946							
0197 FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO	63.946							
DEMAIS PROJETOS	63.946							
054 RECURSOS HÍDRICOS	4.595.772							
0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	4.595.772							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	4.595.772							
07.054.0183.3137 FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO NORDESTE FORTALECER A INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO NORDESTE LIGADA AO SETOR PRODUTIVO DO SEMI ÁRIDO EM ÁREAS NÃO ATENDIDAS POR OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIPAMENTO) = 10 POÇO INSTALADO (UNIDADE) = 290 POTÊNCIA INSTALADA (KVA) = 228 POÇO PÚBLICO RECUPERADO (UNIDADE) = 640	4.595.772	0	100	0	0	0	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
062 INDUSTRIA	26.386.692							
0346 PROMOCAO INDUSTRIAL	26.386.692							
PROJETOS PRINCIPAIS	26.386.692							
07.062.0346.1175 APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CONSOLIDAR O PARQUE INDUSTRIAL DA ZONA FRANCA, ATRAVES DE PROGRAMAS QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ECONOMICO DA REGIÃO. CONGRESSO E CONFERENCIA REALIZADO (UNIDADE) = 6 SISTEMA VIARIO AMPLIADO (SISTEMA) = 3	1.315.440	100	0	0	0	0	0	0
07.062.0346.2360 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA REGIONAL DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES PRODUTIVOS COM DESTAQUE PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EM FASE DE IMPLANTAÇÃO A MAIOR INTEGRAÇÃO INTRA E INTER-SETORIAL, PARA A CONCESSÃO DE PRIORIDADES AOS PROJETOS DETENTORES DE ALTA TECNOLOGIA E AGRICULTURA IRRIGADA, PARA A PROMOÇÃO DE INCENTIVOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARA A PROMOÇÃO DO SETOR EXPORTADOR. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIPAMENTO) = 8 DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 6 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 16 EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 10 FILME PRODUZIDO (UNIDADE) = 11 GALPÃO CONSTRUIDO (UNIDADE) = 40 PROMOÇÃO MERCADOLÓGICA (UNIDADE) = 14 FEIRAS E CONGRESSOS (EVENTO) = 71 PROFISSIONAL TREINADO (UNIDADE) = 3 VISITA PROMOCIONAL REALIZADA (UNIDADE) = 4500 ANUNCIO EM MIDIA (UNIDADE) = 45 MALA DIRETA (UNIDADE) = 65000 MINI-DISTRITO INDUSTRIAL IMPLANTADO (UNIDADE) = 30	25.071.252	0	100	0	0	0	0	0
063 COMERCIO	2.584.855							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	2.584.855							
DEMAIS PROJETOS	2.584.855							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	MA	EX
065 TURISMO	193.087.815							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	17.178.877							
DEMAIS PROJETOS	17.178.877							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.528.617							
DEMAIS PROJETOS	1.528.617							
0363 PROMOCAO DO TURISMO	111.446.474							
PROJETOS PRINCIPAIS	111.446.474							
07.065.0363.2401 PROMOCAO TURISTICA DO BRASIL NO EXTERIOR PROMOVER O AUMENTO DOS FLUXOS TURISTICOS, A TAXA DE PERMANENCIA E O GASTO MEDIO DE TURISTA NO PAIS, MEDIANTE MAIOR DIVULGAÇÃO DO PRODUTO TURISTICO BRASILEIRO EM MERCADOS COM POTENCIAL EMISSIVO EM NIVEL INTERNACIONAL. CAMPANHA PUBLICITARIA (UNIDADE) = 3 DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES (PUBLIC) = 12 EVENTO, SEMINARIO E REUNIÃO TECNICA (UNID) = 3 PARTICIPACÃO EM ENCONTRO COMERCIAL (UNID) = 60 PARTICIPACÃO EM EVENTO (EVENTO) = 72	70.234.305	0	0	0	0	0	0	100
07.065.0363.2402 CONTROLE DE QUALIDADE DO PRODUTO TURISTICO NACIONAL PROMOVER A MELHORIA DA QUALIDADE DO PRODUTO TURISTICO NACIONAL. COOPERACÃO TECNICA PRESTADA (ENTIDADE) = 81	8.166.398	0	0	0	0	0	100	0
07.065.0363.2403 PROMOCAO DO TURISMO INTERNO DIFUNDIR NOVOS PONTOS TURISTICOS, DESTACANDO SUAS POTENCIALIDADES COM VISTAS A DIVERSIFICAR OS FLUXOS ENTRE AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BENEFICIAR ESPECIALMENTE AS REGIÕES DE MENOR NIVEL DE DESENVOLVIMENTO. CAMPANHA PUBLICITARIA (UNIDADE) = 14 DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES (PUBLIC) = 3 ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 6 EVENTO, SEMINARIO E REUNIÃO TECNICA (UNID) = 3 PARTICIPACÃO EM EVENTO (EVENTO) = 162	27.273.436	0	0	0	0	0	100	0
07.065.0363.2561 CAPTACAO DE RECURSOS E PROMOCAO DE NOVAS OPORTUNIDADES E INVESTIMENTO TURISTICO PROMOVER O REAPARELHAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA	5.772.335	0	0	0	0	0	100	0

EXCLUSIVO JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
TURISTICA NACIONAL, MEDIANTE AÇÃO CONJUNTA DAS INICIATIVAS PUBLICAS E PRIVADA EM AMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL. ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 9 EXP. E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA TURIST. (UNID) = 3								
0364 EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	62.129.504							
PROJETOS PRINCIPAIS	62.129.504							
07.065.0364.1193 FINANCIAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURISTICA PROMOVER O APARELHAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURISTICA DO PAIS, MEDIANTE FINANCIAMENTO EM CARTEIRA JUNTO A BANCOS CREDENCIADOS E REPASSES DE RECURSOS ATRAVES DE PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA. CONSTRUÇÃO DE PREDIO (UNIDADE) = 6 ALBERGUE DA JUVENTUDE (UNID) = 9 TERMINAL PORTUARIO CONSTRUIDO (UNIDADE) = 3	58.062.602	0	0	0	0	0	100	0
07.065.0364.2408 APOIO A ACOES E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PAIS APOIAR AÇÕES E PROJETOS CONSIDERADOS DE ALTO INTERESSE PARA A ATIVIDADE TURISTICA, MEDIANTE PREVIA APROVAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TURISMO. CONSTRUÇÃO DE PREDIO (UNIDADE) = 5	4.066.902	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	804.343							
DEMAIS PROJETOS	804.343							
076 SANEAMENTO	109.302.631							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	35.859.991							
PROJETOS PRIORITARIOS	35.859.991							
07.076.0021.2467 MANUTENCAO E AMPLIACAO DO PARQUE DE MAQUINAS PERMITIR A EXPANSÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DO ORGÃO. RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO (EQUIPAMENTO) = 950	35.859.991	0	0	0	0	0	100	0
0448 SANEAMENTO GERAL	17.486.328							
PROJETOS PRIORITARIOS	17.486.328							

exclusive juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
07.076.0448.1242 SANEAMENTO AMBIENTAL EM AREAS URBANAS APROVEITAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS DE AGUA E SOLO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE OBRAS QUE EVITEM SUA DEGRADAÇÃO E MANTENHAM O ADEQUADO EQUILIBRIO ECOLOGICO, POSSIBILITANDO O CONTROLE DE CHEIAS E RECUPERAÇÃO DE TERRAS. POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 10000000	16.140.116	0	11	0	0	29	60	0
07.076.0448.1243 SANEAMENTO AMBIENTAL EM AREAS RURAIS RECUPERAR AREAS DOTADAS DE POSSIBILIDADE EFETIVA E POTENCIAL, TORNANDO-AS ECONOMICAMENTE VIAVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRICOLA. POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 1000000	1.346.212	0	0	0	0	0	100	0
0458 DEFESA CONTRA INUNDACOES	55.956.312							
PROJETOS PRIORITARIOS	55.956.312							
07.076.0458.1244 CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERACAO DE VALES E CIDADES PROTEGER VALES, CIDADES E CENTROS INDUSTRIAIS CONTRA ENCHENTES, BEM COMO PROMOVER A RECUPERAÇÃO DE AREAS AFETADAS POR INUNDAÇÕES, VISANDO A INCORPORAÇÃO DE TERRAS AO SISTEMA PRODUTIVO, A PROTEÇÃO DO PATRIMONIO ECONOMICO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES. POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 10000000 VIA DE DRENAGEM URBANA RECUPERADA (KM) = 280	55.956.312	0	0	0	0	7	93	0
081 ASSISTENCIA	28.077.271							
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	28.077.271							
PROJETOS PRINCIPAIS	28.077.271							
07.081.0178.5512 ACOES COMPLEMENTARES CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS NO NORDESTE APOIAR AS AÇÕES DE COMBATE AOS EFEITOS DAS SECAS QUE ATINGEM AS POPULAÇÕES DO NORDESTE, PRINCIPALMENTE NO SEMI-ARIDO. CONSTRUÇÃO DE AÇUDE (UNIDADE) = 420 POÇO CONSTRUIDO (UNIDADE) = 630	28.077.271	0	100	0	0	0	0	0
084 PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	460.470							

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	460.470							
DEMAIS PROJETOS	460.470							
087 TRANSPORTE AEREO	98.058.527							
0523 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	98.058.527							
PROJETOS PRINCIPAIS	98.058.527							
07.087.0523.1010 CONSTRUCAO DE AEROPORTOS NA REGIAO AMAZONICA PROMOVER A INTEGRAÇÃO DAS REGIÕES COMPREENDIDAS NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA SUDAM COM A ECONOMIA NACIONAL, MEDIANTE FINANCIAMENTO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA. AMPLIACAO REFORMA E RECUP. DE AERODROMO (UNID) = 8	98.058.527	0	0	0	0	0	100	0
088 TRANSPORTE RODOVIARIO	74.573.797							
0183 PROGRAMACAO ESPECIAL	22.080.600							
PROJETOS PRINCIPAIS	22.080.600							
07.088.0183.5501 APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL APOIAR TECNICA E FINANCEIRAMENTE OS MUNICIPIOS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES, APOIAR AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E APOIAR A IMPLANTAÇÃO DE DIVERSAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA. OBRA DE INFRA-ESTRUTURA (M2) = 120000	22.080.600	60	20	0	0	20	0	0
0537 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	52.493.197							
PROJETOS PRINCIPAIS	52.493.197							
07.088.0537.3131 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS PROMOVER A INTEGRACAO INTRA E INTERREGIONAL DA AMAZONIA ATRAVES DA CONSTRUCAO E OPERACAO DA SUA REDE BASICA DE TRANSPORTE RODOVIARIO CONSTANTE DO PLANO RODOVIARIO NACIONAL. IMPLANTAÇÃO TRECHO RODOVIARIO (KM) = 128	52.493.197	50	25	0	0	25	0	0
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	29.627.937							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0562 PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES	29.627.937							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.627.937							
07.090.0562.3129 PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES AMPLIAR A OFERTA DE SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA E FAVORECER A ARTICULACAO INTERMODAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE NA AMAZONIA. TERMINAL PORTUARIO CONSTRUIDO (UNIDADE) = 9	29.627.937	100	0	0	0	0	0	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
08 EDUCAÇÃO E CULTURA	20.657.657.020							
007 ADMINISTRAÇÃO	1.726.036.970							
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.175.179							
DEMAIS PROJETOS	1.175.179							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.623.263.036							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.239.005.571							
08.007.0021.2146 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE.	1.239.005.571	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	384.257.465							
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL	294.484							
DEMAIS PROJETOS	294.484							
0137 RÁDIO-DIFUSÃO	99.077.738							
DEMAIS PROJETOS	99.077.738							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	937.916							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	937.916							
08.007.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE.	937.916	0	0	0	0	0	100	0
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.288.617							
DEMAIS PROJETOS	1.288.617							
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	31.352.709							
0030 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	28.746.224							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
DEMAIS PROJETOS	28.746.224							
0032 CONTROLE INTERNO	2.606.485							
DEMAIS PROJETOS	2.606.485							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	28.128.361							
0024 INFORMÁTICA	5.213.810							
DEMAIS PROJETOS	5.213.810							
0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	21.697.115							
DEMAIS PROJETOS	21.697.115							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS	1.217.436							
DEMAIS PROJETOS	1.217.436							
010 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.230.343							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	84.341							
DEMAIS PROJETOS	84.341							
0055 PESQUISA APLICADA	1.310.908							
DEMAIS PROJETOS	1.310.908							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	2.142.978							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	2.099.389							
08.010.0056.2285 APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO APOIAR E DESENVOLVER ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.	2.099.389	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	43.589							
0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	2.692.116							
DEMAIS PROJETOS	2.692.116							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
022 TELECOMUNICACOES	21.551.870							
0137 RADIODIFUSAO	21.551.870							
PROJETOS PRINCIPAIS	21.551.870							
08.022.0137.2248 PRODUCAO E VEICULACAO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS DE RADIO E DE TV APOIAR O ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, A ALFABETIZACAO E A QUALIFICACAO DE PROFESSORES, BUSCANDO MELHORAR A QUALIDADE DE ENSINO. PROGRAMA DE RADIO E TV PRODUZIDO (PROGRAMA) = 775	21.551.870	0	0	0	0	0	100	0
041 EDUCACAO DA CRIANCA DE 0 A 6 ANOS	316.161.491							
0185 CRECHE	44.290.815							
PROJETOS PRIORITARIOS	44.290.815							
08.041.0185.2556 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PARA CRIANCAS DE 0 A 4 ANOS AMPLIAR E MELHORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO PEDAGOGICO NA EDUCACAO PRE-ESCOLAR COM CRIANCAS DE 0 A 4 ANOS. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 5051	44.290.815	0	0	0	0	0	100	0
0190 EDUCACAO PRE-ESCOLAR	271.870.676							
PROJETOS PRIORITARIOS	271.870.676							
08.041.0190.2290 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR AMPLIAR E MELHORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO PEDAGOGICO NA EDUCACAO PRE-ESCOLAR COM CRIANCAS DE 4 A 6 ANOS. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 15216 ENTIDADE BENEFICIADA (ENTIDADE) = 17 SALA DE AULA CONSTRUIDA (UNIDADE) = 2342	263.778.833	0	0	0	0	0	100	0
08.041.0190.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS, COM VISTAS A MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. PROJETOS ALTERNATIVOS APOIADOS (PROJETO) = 75	8.091.843	0	0	0	0	0	100	0

Exclusiva juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
042 ENSINO FUNDAMENTAL	5.928.841.419							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.156.529							
DEMAIS PROJETOS	7.156.529							
0031 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	1.374.165.000							
DEMAIS PROJETOS	1.374.165.000							
0044 INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS	30.306.991							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	30.306.991							
08.042.0044.2303 SISTEMA DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL APOIAR O SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS AO NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL.	30.306.991	0	0	0	0	0	100	0
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	8.200.285							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	4.100.143							
08.042.0056.2285 APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO APOIAR E DESENVOLVER ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.	4.100.143	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	4.100.142							
0137 RÁDIO-DIFUSÃO	33.330.097							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	33.330.097							
08.042.0137.2248 PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS DE RÁDIO E DE TV APOIAR O ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, A ALFABETIZAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES, BUSCANDO MELHORAR A QUALIDADE DE ENSINO. PROGRAMA DE RÁDIO E TV PRODUZIDO (PROGRAMA) = 846 PROGRAMA DE RÁDIO E TV VEICULADO (PROGRAMA) = 846	33.330.097	0	0	0	0	0	100	0
0187 ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO	67.813.149							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	67.736.777							
08.042.0187.5519 ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ERRADICAR O ANALFABETISMO E UNIVERSALIZAR O	67.736.777	0	0	0	0	0	100	0

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
ENSINO FUNDAMENTAL NO PRAZO FIXADO PELA CONSTITUIÇÃO. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 1171984								
DEMAIS PROJETOS	76.372							
0188 ENSINO REGULAR	1.689.215.208							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.629.077.998							
08.042.0188.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.	34.634.103	0	0	100	0	0	0	0
08.042.0188.2289 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL AMPLIAR O ACESSO E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 10395 ESCOLA ADMINISTRADA (UNIDADE) = 2149 SALA DE AULA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 26054 ESCOLA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 1660 INSTITUIÇÃO PÚBLICA APOIADA (INSTITUIÇÃO) = 4194	1.141.263.234	0	0	0	0	0	100	0
08.042.0188.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS, COM VISTAS A MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. PROGRAMAS ALFABETIZAÇÃO DESENVOLVIDOS (PROGRAMA) = 82	88.536.815	0	0	0	0	0	100	0
08.042.0188.3017 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL DESENVOLVER AÇÕES, NO SENTIDO DE AUMENTAR A TAXA DE ATENDIMENTO, GARANTINDO O ACESSO E PERMANENCIA NO SISTEMA DE ENSINO. PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 3120	314.643.846	0	0	0	0	0	100	0
08.042.0188.3317 CONSTRUCAO DE COLEGIOS AGRICOLAS ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL E DE TÉCNICAS AGRICOLAS PROPORCIONANDO UMA OPORTUNIDADE DE FORMAÇÃO AO JO- VEM DO CAMPO.	50.000.000	3	50	30	10	7	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	10.570.114							
08.042.0188.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS	26.889	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p> AÇÕES DO ENSINO.</p> <p>08.042.0188.2288 ASSISTENCIA FINANCEIRA A CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE APOIAR O ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE.</p>	10.543.225	0	0	0	0	0	100	0
<p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0197 FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO</p>	49.567.096							
<p> PROJETOS PRINCIPAIS</p> <p>08.042.0197.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.</p>	234.290							
	234.290							
	234.290	0	0	100	0	0	0	0
<p>0199 ENSINO POLIVALENTE</p> <p> PROJETOS PRIORITARIOS</p>	27.047.824							
	27.047.824							
	27.047.824	0	0	0	0	0	100	0
<p>08.042.0199.1078 EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO AMPLIAR A OFERTA E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO TECNICO. ESCOLA EQUIPADA (UNIDADE) = 256</p>	77.111.798							
<p>0213 CURSOS DE SUPLENCIA</p> <p> PROJETOS PRIORITARIOS</p>	77.111.798							
	77.111.798	0	0	0	0	0	100	0
<p>08.042.0213.2289 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL AMPLIAR O ACESSO E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 353662 ESCOLA EQUIPADA (UNIDADE) = 621</p>	141.679.246							
<p>0235 BOLSAS DE ESTUDO</p> <p> PROJETOS PRINCIPAIS</p>	141.679.246							
	141.679.246	0	0	0	0	0	100	0
<p>08.042.0235.2300 AQUISICAO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO ASSEGURAR AOS ALUNOS DA COMUNIDADE E AOS EMPREGADOS E FILHOS DESTES, VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO. VAGA ADQUIRIDA (VAGA) = 396636</p>								

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0236 LIVRO DIDÁTICO	209.249.197							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	209.249.197							
08.042.0236.2293 DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PARA ALUNOS E BIBLIOTECAS BENEFICIAR O ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVÉS DA DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E DO INCENTIVO À CONSTITUIÇÃO DE SALAS DE LEITURA. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 24272040 LIVRO DIDÁTICO DISTRIBUÍDO (EXEMPLAR) = 130860000	209.249.197	0	0	0	0	0	100	0
0237 MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO	195.733.382							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	195.733.382							
08.042.0237.2294 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR BENEFICIAR O ALUNO CARENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL COM A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MATERIAL ESCOLAR E AO ALUNO EM GERAL, COM A VENDA DE MATERIAL A PREÇO DE CUSTO. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 67292910 MÓDULO ESCOLAR DISTRIBUÍDO (MÓDULO) = 16052910	195.733.382	0	0	0	0	0	100	0
0252 EDUCAÇÃO COMPENSATORIA	253.010.667							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	253.010.667							
08.042.0252.2291 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PROMOVER O ATENDIMENTO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO PÚBLICA APOIADA (INSTITUIÇÃO) = 127 INSTITUIÇÃO PRIVADA APOIADA (INSTITUIÇÃO) = 401	253.010.667	0	0	2	0	0	98	0
0483 ASSISTÊNCIA AO MENOR	1.814.587.756							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	1.814.587.756							
08.042.0483.3031 PROJETO MINHA GENTE PARTICIPAR NA CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA - CIACS. ESCOLA ADMINISTRADA (UNIDADE) = 350 CIACS IMPLANTADOS (UNIDADE) = 4998	1.814.587.756	0	0	0	0	0	100	0

EXCLUSIVO JUROS DE DÍVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
043 ENSINO MEDIO	1.558.400.944							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	4.939.907							
DEMAIS PROJETOS	4.939.907							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	62.149							
DEMAIS PROJETOS	62.149							
0188 ENSINO REGULAR	70.039.759							
PROJETOS PRIORITARIOS	70.039.759							
08.043.0188.2555 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO AMPLIAR A OFERTA E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO MEDIO. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 9603	63.619.689	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0188.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS, COM VISTAS A MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. INOVACAO PEDAGOGICA IMPLEMENTADA (UNIDADE) = 96	6.420.070	0	0	0	0	0	100	0
0196 FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO	291.207.820							
PROJETOS PRIORITARIOS	240.826.277							
08.043.0196.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO. ESCOLA ADMINISTRADA (UNIDADE) = 24	240.826.277	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	50.381.543							
08.043.0196.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO. ESCOLA ADMINISTRADA (UNIDADE) = 24	50.381.543	0	20	42	38	0	0	0
0197 FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO	542.830.396							
PROJETOS PRIORITARIOS	516.753.218							

Excluídas Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
08.043.0197.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 29562 ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 136671	516.753.218	9	36	34	14	7	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	21.404.997							
08.043.0197.1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS.	5.852.828	15	29	40	7	9	0	0
08.043.0197.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 29562 ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 136671	15.552.169	31	0	41	28	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	4.672.181							
0198 FORMACAO PARA O SETOR TERCIARIO	262.719.266							
DEMAIS PROJETOS	262.719.266							
0199 ENSINO POLIVALENTE	332.026.437							
PROJETOS PRIORITARIOS	325.248.580							
08.043.0199.1078 EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO AMPLIAR A OFERTA E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO TECNICO. ESCOLA AMPLIADA (UNIDADE) = 256	224.574.195	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0199.1082 INFORMATICA NA EDUCACAO APOIAR O DESENVOLVIMENTO E A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE INFORMATICA. RECURSO HUMANO CAPACITADO (ALUNO) = 2102	32.175.412	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0199.1090 RECUPERACAO DAS INSTALACOES FISICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLOGICO GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FISICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLOGICO.	40.716.535	0	0	0	0	0	100	0
08.043.0199.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGOGICAS DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ALTERNATIVAS	9.901.908	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>PEDAGOGICAS, COM VISTAS A MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. INSTITUIÇÃO APOIADA (INSTITUIÇÃO) = 44</p> <p>08.043.0199.4052 AVALIACAO DO ENSINO DESENVOLVER ESTUDOS E PROCESSOS METODOLOGICOS DE AVALIAÇÃO QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA MELHORIA DOS PADRÕES DO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E DO PROCESSO DE GESTÃO. INSTITUIÇÃO AVALIADA (INSTITUIÇÃO) = 105</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS</p> <p>PROJETOS PRIORITARIOS</p> <p>08.043.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 1981</p> <p>PROJETOS PRINCIPAIS</p> <p>08.043.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 1981</p> <p>044 ENSINO SUPERIOR</p> <p>0021 ADMINISTRACAO GERAL</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0025 EDIFICACOES PUBLICAS</p>	<p>17.880.530</p> <p>6.777.857</p> <p>54.575.210</p> <p>52.152.817</p> <p>52.152.817</p> <p>2.422.393</p> <p>2.422.393</p> <p>8.012.612.179</p> <p>13.434.108</p> <p>13.434.108</p> <p>667.071</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>3</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>35</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>43</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>9</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>10</p>	<p>100</p> <p>100</p> <p>0</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	667.071							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	29.243							
DEMAIS PROJETOS	29.243							
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	55.261.311							
PROJETOS PRINCIPAIS	55.261.311							
08.044.0054.2305 COORDENACAO E MANUTENCAO DA PESQUISA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE. PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 8857	55.261.311	1	33	48	18	0	0	0
0055 PESQUISA APLICADA	16.923.769							
DEMAIS PROJETOS	16.923.769							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	1.023.357							
DEMAIS PROJETOS	1.023.357							
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	66.961							
DEMAIS PROJETOS	66.961							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	6.157.827.502							
PROJETOS PRINCIPAIS	6.029.493.905							
08.044.0205.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO. ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 663403	5.902.855.330	6	29	34	19	12	0	0
08.044.0205.2281 ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES UNIVERSITARIAS NAO FEDERAIS APOIAR FINANCEIRAMENTE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR VISANDO A MELHORIA DE SEUS PADRÕES DE ENSINO.	61.073.786	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0205.2493 APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, MEDIANTE COMPATIBILIZAÇÃO DOS	65.564.789	0	0	0	0	0	100	0

Excluídas Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
SEUS PROGRAMAS DE TRABALHO AS REAIS NECESSIDADES DE EXECUÇÃO. INSTITUIÇÃO PÚBLICA APOIADA (INSTITUIÇÃO) = 34								
DEMAIS PROJETOS	128.333.597							
0206 ENSINO DE POS-GRADUACAO	1.367.584.911							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.083.459.622							
08.044.0206.2275 CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NIVEL DE POS-GRADUACAO PROMOVER O APERFEIÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO. BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 83550	1.020.405.488	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0206.2286 APOIO INSTITUCIONAL E FOMENTO AOS PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO MANTER A INFRA-ESTRUTURA DOS CURSOS, CONSOLIDAR, DESENVOLVER E FOMENTAR AS ATIVIDADES DE ENSINO. CURSO APOIADO (CURSO) = 2438	46.867.191	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0206.4053 CONCESSAO DE BOLSAS DE DEDICACAO ACADEMICA ASSEGURAR ATRAVES DA CONCESSAO DE BOLSAS DE DEDICACAO ACADEMICA, O NIVEL DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR. BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 1132	10.052.110	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0206.4071 CONCESSAO DE BOLSA PARA PROFESSOR VISITANTE ESTRANGEIRO VIABILIZAR A PARTICIPACAO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS DE ALTA QUALIFICACAO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DA FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS NO PAIS. BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 264	6.134.833	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	273.211.879							
08.044.0206.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO. ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 49819	160.419.743	2	16	62	11	6	3	0
08.044.0206.2275 CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NIVEL DE POS-GRADUACAO PROMOVER O APERFEIÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO. BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 83550	111.269.226	8	23	41	19	9	0	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
08.044.0206.4026 AVALIACAO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO ACOMPANHAR E AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO, NO SENTIDO DE SUBSIDIAR A POLITICA NACIONAL DE POS-GRADUACAO E DEFINIR CRITERIOS PARA CONCESSAO DE RECURSOS. CURSO AVALIADO (CURSO) = 3064	1.522.910	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	10.913.410							
0207 EXTENSAO UNIVERSITARIA	34.711.603							
DEMAIS PROJETOS	34.711.603							
0208 CAMPUS UNIVERSITARIO	105.375.632							
DEMAIS PROJETOS	105.375.632							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	19.035.706							
DEMAIS PROJETOS	18.936.590							
PROJETOS PRINCIPAIS	18.936.590	1	2	91	1	5	0	0
08.044.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICACAO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUACAO E SERVICOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDICOES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE.	99.116							
DEMAIS PROJETOS	187.376.644							
0235 BOLSAS DE ESTUDO	187.279.420							
PROJETOS PRINCIPAIS	187.279.420	0	0	0	0	0	100	0
08.044.0235.2282 CREDITO EDUCATIVO PROPORCIONAR CONDIÇÕES PARA FINANCIAMENTO DE ANUIDADES DOS ESTUDANTES CARENTES DA REDE PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR.	97.224							
DEMAIS PROJETOS	7.026							
0240 RESTAURANTE UNIVERSITARIO	7.026							
DEMAIS PROJETOS	7.026							

EXCLUSIVO JUROS DA DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
0247 DIFUSAO CULTURAL	2.809.318							
DEMAIS PROJETOS	2.809.318							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	50.466.306							
DEMAIS PROJETOS	50.466.306							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	11.711							
DEMAIS PROJETOS	11.711							
045 ENSINO SUPLETIVO	307.211.758							
0187 ERRADICACAO DO ANALFABETISMO	286.049.721							
PROJETOS PRINCIPAIS	252.647.644							
08.045.0187.3016 ERRADICACAO DO ANALFABETISMO APOIAR E DESENVOLVER AÇÕES, NO SENTIDO DE INCORPORAR AO SISTEMA DE ENSINO OS ALUNOS FORA DA ESCOLA, A POPULAÇÃO DE 15 ANOS E ACIMA DESSA FAIXA ETARIA. PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 49	252.647.644	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	33.402.077							
0213 CURSOS DE SUPLENCIA	1.200.499							
DEMAIS PROJETOS	1.200.499							
0215 CURSOS DE QUALIFICACAO	5.957.453							
DEMAIS PROJETOS	5.957.453							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	12.563.316							
PROJETOS PRIORITARIOS	56.226							
08.045.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE.	56.226	0	0	0	0	100	0	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	12.507.090							
0223 EDUCACAO FISICA	615.712							
DEMAIS PROJETOS	615.712							
0247 DIFUSAO CULTURAL	825.057							
DEMAIS PROJETOS	825.057							
046 EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	375.840							
0227 DESPORTO PROFISSIONAL	375.840							
DEMAIS PROJETOS	375.840							
047 ASSISTENCIA A EDUCANDOS	46.277.163							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	11.711							
DEMAIS PROJETOS	11.711							
0234 ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL	154.589							
DEMAIS PROJETOS	154.589							
0235 BOLSAS DE ESTUDO	17.695.323							
DEMAIS PROJETOS	17.695.323							
0238 RESIDENCIA PARA EDUCANDOS	23.367							
DEMAIS PROJETOS	23.367							
0239 TRANSPORTE ESCOLAR	42.167							
DEMAIS PROJETOS	42.167							
0240 RESTAURANTE UNIVERSITARIO	27.203.958							
DEMAIS PROJETOS	27.203.958							
0471 AUXILIO REFEICAO	72.157							

EXCLUSIVO JUROS DA DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	72.157							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	1.073.891							
DEMAIS PROJETOS	1.073.891							
048 CULTURA	360.451.295							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	176.932.140							
DEMAIS PROJETOS	176.932.140							
0024 INFORMATICA	2.680.196							
DEMAIS PROJETOS	2.680.196							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	358.330							
DEMAIS PROJETOS	358.330							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	321.543							
DEMAIS PROJETOS	321.543							
0055 PESQUISA APLICADA	2.540.099							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.403.183							
08.048.0055.2188 DESENVOLVIMENTO E DIVULGACAO DE INVESTIGACOES EM CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS VISANDO UMA MELHOR COMPREENSÃO DA REALIDADE SOCIO-ECONOMICA E CULTURAL DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE, TENDO EM VISTA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO HOMEM E O ACELERAMENTO DA DINAMICA EMPRESARIAL NESTAS REGIÕES.	1.403.183	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.136.916							
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	614.232							
PROJETOS PRINCIPAIS	324.321							
08.048.0057.2190 ESTUDOS AVANCADOS DE CIENCIA E CULTURA DAS AREAS TROPICAIS PROMOVER ESTUDOS SOBRE O HOMEM E SUAS RELAÇÕES BIOSOCIOCULTURAIS NO TEMPO E NO ESPAÇO DAS REGIÕES	324.321	0	100	0	0	0	0	0

Exclusiva Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
TROPICAIS, ATRAVES DO SEMINARIO DE TROPICOLOGIA - FORUM PERMANENTE DE DEBATES.								
DEMAIS PROJETOS	289.911							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.957.867							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.866.861							
08.048.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE.	504.065	0	100	0	0	0	0	0
08.048.0217.2910 CAPACITACAO TECNICA DE PROFISSIONAIS NA AREA DE CULTURA PROMOVER INICIATIVAS ARTICULADAS QUE VISEM A FORMACAO CAPACITACAO E RECICLAGEM TECNICA DE FORMULADORES E EXECUTORES DE POLITICAS DE ARTISTICAS E TECNICOS, OBJETIVANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DE PROFISISONAIS PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES CULTURAIS. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (PROJ) = 111	2.362.796	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	91.006							
0246 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	122.081.803							
PROJETOS PRINCIPAIS	119.966.044							
08.048.0246.2117 FORMACAO E PRESERVACAO DO ACERVO MUSEOLOGICO, BIBLIOGRAFICO E DOCUMENTAL PRESERVAR E DIFUNDIR OS ACERVOS DA FUNDAÇÃO, COMPOSTO DE MUSEU, JARDINS, LABORATORIO DE MICROFILMAGEM, ARQUIVO HISTORICO COM AS OBRAS DE RUI BARBOSA E 4 (QUATRO) BIBLIOTECAS.	447.015	0	100	0	0	0	0	0
08.048.0246.2121 PRESERVACAO E DIFUSAO DE ACERVOS MUSEOLOGICOS IDENTIFICAR CONSERVAR E DIFUNDIR ACERVOS DEPOSITADOS EM MUSEUS E CASAS HISTORICAS GARANTINDO A SOCIEDADE O ACESSO A ESSES BENS. ACERVO PRESERVADO (UNIDADE) = 12 CURSO REALIZADO (EVENTO) = 150 DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 105 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 7560	15.386.239	0	0	4	0	0	96	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 3450 INTERCAMBIO E COOPERAÇÃO REALIZADO (UNIDADE) = 60 PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 3 PESSOA ATENDIDA (PESSOA) = 240000 ACERVOS MUSEOLOGICOS PRESERVADOS (UNID) = 78</p> <p>08.048.0246.2125 PRESERVAR E DIFUNDIR ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS PRESERVAR A MEMORIA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL E A PRODUÇÃO INTELECTUAL BRASILEIRA BEM COMO PROMOVER A DIFUSÃO E O INTERCAMBIO CULTURAL PROPICIANDO AO PUBLICO O BENEFICIO DO ACESSO A ESSES BENS. CONSERVAÇÃO E RESTAUR. DE ACERVO (KG/DOCUMENTO) = 700 CURSO REALIZADO (EVENTO) = 70 INFORM. COMPUTADORIZADA E MICROFILMADA (UNIDADE) = 405 PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 360 ACERVO AMPLIADO (TITULO) = 251000 ACERVO CAPTADO (TITULO) = 355000 ACERVO CONSERVADO (TITULO) = 5110000 ACERVO PROCESSADO (TITULO) = 150000 ACERVO RESTAURADO (TITULO) = 15000 EXPOSIÇÃO REALIZADA (EVENTO) = 60 MICROFILMAGEM (PERIODICO) = 690000 MICROFILMAGEM (DOCUMENTO) = 140000</p>	4.797.677	0	0	100	0	0	0	0
<p>08.048.0246.2909 INVENTARIO NACIONAL DO PATRIMONIO CULTURAL PROMOVER INVENTARIOS ATRAVES DE LEVANTAMENTOS, ESTUDOS, PESQUISAS, REGISTROS E CADASTROS DE BENS DE INTERESSE CULTURAL, DE MODO A IDENTIFICAR, DOCUMENTAR E CLASSIFICAR O PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO, OBJETIVANDO A OTIMIZACAO DO PLANEJAMENTO, EXECUCAO E GERENCIA DE ACOES E A PLENA PRESERVACAO DOS BENS E VALORES CULTURALS. BANCO DE DADOS ESPECIALIZADO ACESSADO (UNIDADE) = 3 ESTUDO, PESQUISA E LEVANTAMENTO REALIZADOS (PESQ) = 15 PESQ. DESENV.EM LINGUISTICA, LETRAS, ARTES (PESQ) = 6 PRODUÇÃO DE DOCUMENTO TECNICO (UNIDADE) = 6 DOCUMENTO CADASTRADO (UNIDADE) = 3000 NUCLEOS HISTORICOS INVENTARIADOS (UNID) = 24 INVENTARIO DE CONHECIMENTO REALIZADO (UNID) = 24 BENS IMOVEIS INVENTARIADOS (EDIF) = 15 ACERVOS DOCUMENTAIS CADASTRADOS (UNID) = 51 BENS MOVEIS E INTEGRADOS INVENTARIADOS (UNID) = 21 BENS NAT. E SITIO ARQU. E PALEO. INVENT. (UNID) = 18 TECNOLOGIAS PATRIMONIAIS INVENTARIADAS (UNID) = 9</p>	3.539.142	0	0	2	0	0	98	0

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>MODERNIZ. E BASE DADOS DE ACERVO REALIZADA (UNID) = 750 ACERVOS MUSEOLOGICOS INVENTARIADOS (UNID) = 18 OBRAS RARAS IDENTIFICADAS (TITULO) = 16000 JORNAIS RAROS IDENTIFICADOS (TITULO) = 10000 FOTOGRAFIAS RARAS IDENTIFICADAS (UNID) = 26000 REALIZAR ACORDO DE COOPERAÇÃO (CONV) = 9</p> <p>08.048.0246.4031 PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL PROTEGER CONSERVAR E REVITALIZAR O PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO EM SUAS DIFERENTES FORMAS DE EMPRESSÃO MANTENDO SUA INTEGRIDADE PARA CONHECIMENTO DE TODAS AS GERAÇÕES. DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 129 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 90 ESTUDO, PESQUISA E LEVANTAMENTO REALIZADOS (PESQ) = 15 EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 180 IMOVEL CONSERVADO (UNIDADE) = 11 INTERCAMBIO E COOPERAÇÃO REALIZADO (UNIDADE) = 30 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 204 PROJETO COMUNITARIO DESENVOLVIDO (PROJETO) = 51 FISCALIZAÇÃO E ASSIST. TECNICA REALIZADA (MES) = 14 PROJETO APROVADO (PROJETO) = 210 INSTRUMENTOS LEGAIS E TECNICOS REVISADOS (UNID) = 42 CIDADES E NUCLEOS URBANOS PRESERVADOS (UNID) = 14 SÍTIOS E CONJUNTOS HISTORICOS PRESERVADOS (UNID) = 8 BENS MOVEIS SINGULARES PRESERVADOS (UNID) = 300 BENS MOVEIS E INTEGRADOS PRESERVADOS (UNID) = 75 SÍTIOS E BENS ARQEOL. E PALEONT. PRESERV. (UNID) = 5 SÍTIOS E BENS NATURAIS PRESERVADOS (UNID) = 8 ACERVOS DOCUMENTAIS PRESERVADOS (UNID) = 36 ACERVOS DOCUMENTAIS DIFUNDIDOS (UNID) = 42 SÍTIOS ARQEOL. E PALEONT. CADASTRADOS (UNID) = 30 PROJETOS E ACOES INTEGRADOS DESENVOLVIDOS (UNID) = 14 MANIFEST. E REFERENCIAS CULT. PRESERVADAS (PROJ) = 42 REALIZAR ACORDO DE COOPERAÇÃO (CONV) = 12</p> <p>08.048.0246.4034 PRESERVAÇÃO DO PALACIO GUSTAVO CAPANEMA CONSERVAR RESTAURAR E MANTER O PATRIMONIO EDIFICADO E OS BENS MOVEIS E INTEGRADOS, GARANTINDO A SUA IDENTIDADE COMO MARCO DA ARQUITETURA CONTEMPORANEA.</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p>	92.695.885	11	14	18	0	0	57	0
	3.100.086	0	0	100	0	0	0	0
	2.115.759							

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0247 DIFUSAO CULTURAL	51.742.353							
PROJETOS PRIORITARIOS	5.018.761							
08.048.0247.2126 INCENTIVO A CRIACAO E AO DESENVOLVIMENTO DE BIBLIOTECAS ESTIMULAR A INSTALACAO E A IMPLEMENTACAO DE BIBLIOTECAS PARA QUE ATUEM COMO AGENTES DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIO-CULTURAL DAS COMUNIDADES. BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) = 4000 BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 45 LIVRO BRASILEIRO DIVULGADO NO EXTERIOR (EXEMPLAR) = 900 LIVRO BRASILEIRO DIVULGADO NO PAIS (EXEMPLAR) = 60000 LIVRO DE INTERESSE CULTURAL EDITADO (EXEMPLAR) = 330000 PREMIO LITERARIO CONCEDIDO (UNIDADE) = 30	2.149.492	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2907 PROGRAMA DE INCENTIVO A LITERATURA - PRO-LER DESENVOLVER ACOES SISTEMATIZADAS PARA CRIACAO DE UMA REDE DE PROGRAMAS CAPAZ DE ESTABELECECER, EM CARATER PERMANENTE, PRATICAS DE LEITURA ATRAVES DO BINOMIO BIBLIOTECA/LEITURA, OBJETIVANDO A FORMACAO DE UMA SOCIEDADE DE LEITORES PARA O EXERCICIO PLENO DA CIDADANIA. PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 4400 PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 3 SALAS DE LEITURA CRIADAS (UNID) = 3100 SALAS DE LEITURA REATIVADAS (UNID) = 4400	342.966	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2908 PROGRAMA NACIONAL DE INFORMACOES CULTURAIS DESENVOLVER SISTEMAS DE INFORMACOES QUE ATENDAM SIMULTANEAMENTE A PRESERVACAO DA MEMORIA E AOS PRODUTORES, AGENTES E CONSUMIDORES CULTURAIS, OBJETIVANDO GARANTIR A EQUIDADE DE ACESSO AS INFORMACOES. BANCO DE DADOS ESPECIALIZADO ACESSADO (UNIDADE) = 63 DIVULGACAO E PUBLICACAO REALIZADA (UNIDADE) = 15 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 9 EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 9 EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 18 PRODUÇÃO DE DOCUMENTO TECNICO (UNIDADE) = 3 PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 15 PUBLICACAO REALIZADA (PUBLICACAO) = 6 EXPOSICAO REALIZADA (EVENTO) = 125 SISTEMA IMPLANTADO (UNID) = 3	2.526.303	0	0	2	0	5	93	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	44.745.352							
08.048.0247.2115 COORDENACAO E ASSISTENCIA A DIREITOS DO AUTOR ASSISTIR OS DIREITOS DO AUTOR E OFERECER PROTEÇÃO A PRODUÇÃO CULTURAL. DIREITO AUTURAL REGISTRADO (REGISTRO) = 63000 CADASTRO OBRAS DOMINIO PUBLICO (UNIDADE) = 33 REGISTRO DESCENTRALIZADO (NUCLEO) = 12	92.708	0	0	100	0	0	0	0
08.048.0247.2905 INTERACAO ENTRE A EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA E OS DIFERENTES CONTEXTOS CULTURAIIS PROMOVER ACOES ARTICULADAS QUE VIABILIZEM A INTEGRACAO ENTRE AS DIFERENTES AREAS TORNANDO POSSIVEL A APREENSAO, ANALISE E DISSEMINACAO DO SABER E FAZER DAS COMUNIDADES E DOS PROCESSOS DE PRODUCAO POPULAR. DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 15 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 57 EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 9 EXAME LABORATORIAL REALIZADO (EXAME) = 36 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 24 PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 27	698.674	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2906 RECONHECIMENTO E VALORIZACAO DAS ESPECIFICIDADES CULTURAIIS E ETNICAS IDENTIFICAR APOIAR E DIFUNDIR AS MANIFESTACOES CULTURAIIS ORIUNDAS DAS DIVERSAS ETNIAS FORMADORAS DA SOCIEDADE NACIONAL E ESTIMULAR O SEU CONHECIMENTO, O RECONHECIMENTO DO SEU VALOR E SUA DIVULGACAO. DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 15 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 9 EVENTO APOIADO (EVENTO) = 30 EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 9 GRUPO POPULAR APOIADO (UNIDADE) = 150 PRODUÇÃO DE DOCUMENTO TECNICO (UNIDADE) = 6 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 9	569.018	0	0	0	0	0	100	0
08.048.0247.2907 PROGRAMA DE INCENTIVO A LITERATURA - PRO-LER DESENVOLVER ACOES SISTEMATIZADAS PARA CRIACAO DE UMA REDE DE PROGRAMAS CAPAZ DE ESTABELECEER, EM CARATER PERMANENTE, PRATICAS DE LEITURA ATRAVES DO BINOMIO BIBLIOTECA/LEITURA, OBJETIVANDO A FORMACAO DE UMA SOCIEDADE DE LEITORES PARA O EXERCICIO PLENO DA CIDADANIA. PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 4400 PROJETO DESENVOLVIDO (PROJ) = 3	813.850	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

crs 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>SALAS DE LEITURA CRIADAS (UNID) = 3100 SALAS DE LEITURA REATIVADAS (UNID) = 4400</p> <p>08.048.0247.2908 PROGRAMA NACIONAL DE INFORMACOES CULTURAIS DESENVOLVER SISTEMAS DE INFORMACOES QUE ATENDAM SIMULTANEAMENTE A PRESERVACAO DA MEMORIA E AOS PRODUTORES, AGENTES E CONSUMIDORES CULTURAIS, OBJETIVANDO GARANTIR A EQUIDADE DE ACESSO AS INFORMACOES. BANCO DE DADOS ESPECIALIZADO ACESSADO (UNIDADE) = 63 DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 15 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 9 EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 9 EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 18 PRODUÇÃO DE DOCUMENTO TECNICO (UNIDADE) = 3 PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 15 PUBLICAÇÃO REALIZADA (PUBLICAÇÃO) = 6 EXPOSIÇÃO REALIZADA (EVENTO) = 125 SISTEMA IMPLANTADO (UNID) = 3</p>	75.168	0	0	100	0	0	0	0
<p>08.048.0247.2911 PROMOCAO DO ACESSO AOS BENS E SERVICOS CULTURAIS CONTRIBUIR PARA FACILITAR, A TODOS, OS MEIOS PARA O LIVRE ACESSO AS FONTES DA CULTURA E O PLENO EXERCICIO DOS DIREITOS CULTURAIS; PROPICIAR O INTERCAMBIO A DIFUSAO CULTURAL, INCLUSIVE A PARTICIPACAO DE PRODUTORES, ARTISTAS, TECNICOS E GRUPOS CULTURAIS EM CURSOS E EVENTOS, NO PAIS E NO EXTERIOR; APOIAR E PROMOVER EVENTOS DE SIGNIFICADO HISTORICO E CULTURAL. EVENTO APOIADO (EVENTO) = 75 PROJETO APOIADO (PROJETO) = 90</p>	12.711.936	32	42	1	0	0	25	0
<p>08.048.0247.2912 FOMENTO A PRODUCAO CULTURAL E ARTISTICA APOIAR A PRODUCAO, PESQUISA, DOCUMENTACAO E A DIFUSAO CULTURAL OBJETIVANDO VALORIZAR AS DIVERSAS FORMAS DE EXPRESSAO E MANIFESTACAO CULTURAL E ARTISTICA, ABRANGENDO O LIVRO, A LITERATURA E AS HUMANIDADES. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 300</p>	18.751.181	33	42	1	0	0	24	0
<p>08.048.0247.4029 PROMOCAO E INCENTIVO AS ATIVIDADES ARTISTICAS E CULTURAIS APOIAR A PRODUÇÃO, PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E DIFUSÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS OBJETIVANDO A VALORIZAÇÃO DAS DIVERSAS FORMAS DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA.</p>	10.245.627	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
PREMIO CONCEDIDO (UNIDADE) = 24 PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 168 08.048.0247.4035 PROMOÇÃO, DIFUSÃO E INTERCÂMBIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS TORNAR ACESSÍVEIS A COMUNIDADE OS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS. RESGUARDAR O ESPAÇO DE CRIAÇÃO A TODAS AS FORMAS DA CULTURA EMERGENTE. PROPICIAR A CRIAÇÃO, A PRODUÇÃO, O INTERCÂMBIO E A DIFUSÃO CULTURAL INCLUSIVE A PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES, ARTISTAS, TÉCNICOS E GRUPOS CULTURAIS EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. PROMOVER EVENTOS DE ALTO SIGNIFICADO HISTÓRICO E CULTURAL. EVENTO APOIADO (EVENTO) = 174 ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) = 250	787.190	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	1.978.240							
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	222.732							
DEMAIS PROJETOS	222.732							
049 EDUCAÇÃO ESPECIAL	96.185.432							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.962.585							
DEMAIS PROJETOS	11.962.585							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	147.359							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	147.359							
08.049.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE.	147.359	0	0	40	0	0	60	0
0252 EDUCAÇÃO COMPENSATORIA	84.075.488							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	84.075.488							
08.049.0252.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E	5.909.337	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 2811								
08.049.0252.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.	10.590.595	0	0	34	0	0	66	0
08.049.0252.2291 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PROMOVER O ATENDIMENTO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 49	30.110.128	0	0	0	0	0	100	0
08.049.0252.2292 EDUCAÇÃO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTE ASSEGURAR AO EDUCANDO CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 1008	5.182.441	0	0	0	0	0	100	0
08.049.0252.2304 PRODUÇÃO DE PROGRAMAS E MATERIAIS EDUCATIVOS PROMOVER A MELHORIA DO ENSINO MEDIANTE O APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DE PROGRAMAS E MATERIAL DIDÁTICO.	174.127	0	0	34	0	0	66	0
08.049.0252.2305 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE.	153.987	0	0	53	0	0	47	0
08.049.0252.3015 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS, COM VISTAS À MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. PROGRAMA DESENVOLVIDO (PROGRAMA) = 49	31.954.873	0	0	0	0	0	100	0
075 SAÚDE	2.217.616.840							
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.686.916							
DEMAIS PROJETOS	1.686.916							
0427 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.186.550.592							

Exclusivo Jure de Direito

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRIORITARIOS	2.186.550.592							
08.075.0427.2487 ALIMENTACAO ESCOLAR OFERECER SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR AOS EDUCANDOS DA REDE OFICIAL DE ENSINO, DOS ESTADOS E/OU MUNICIPIOS. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 63815000	2.186.550.592	0	0	0	0	0	100	0
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	29.379.332							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.379.332							
08.075.0428.2298 SAUDE DO ESCOLAR PROMOVER NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AÇÕES EDUCATIVAS PREVENTIVAS E CURATIVAS, DE MEDICINA GERAL, ODONTOLOGICA E OFTALMOLOGICA. ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 23973000	29.379.332	0	0	0	0	0	100	0
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	29.281							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	29.281							
DEMAIS PROJETOS	29.281							
084 PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	193.125							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	193.125							
DEMAIS PROJETOS	193.125							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	39.612.536.472							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	188.342.919							
0034 DIVIDA EXTERNA	188.342.919							
DEMAIS PROJETOS	188.342.919							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	41.954.946							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	41.954.946							
DEMAIS PROJETOS	41.954.946							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	468.653.259							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	272.895.099							
DEMAIS PROJETOS	272.895.099							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	11.656.194							
DEMAIS PROJETOS	11.656.194							
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	20.943.987							
PROJETOS PRINCIPAIS	20.943.987							
09.010.0054.2250 DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIA NA AREA NUCLEAR PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIA NAS AREAS DE SUPORTE DAS ATIVIDADES NUCLEARES E AFINS. ACERVO BIBLIOGRAFICO AMPLIADO (EXEMPLAR) = 714 BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 218 DISSEMINACAO DE TECNOLOGIA (UNIDADE) = 3 EQUIPAMENTOS DE PROC. DE DADOS INSTALADO (UNID) = 41 SOFTWARE DESENVOLVIDO (UNIDADE) = 3 FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS (PROJ) = 3 PROJETO IMPLANTADO (PERC) = 21	20.943.987	0	0	100	0	0	0	0
0055 PESQUISA APLICADA	142.131.760							
PROJETOS PRINCIPAIS	74.673.718							
09.010.0055.2251 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO NUCLEAR GARANTIR A AUTONOMIA NACIONAL EM SETORES	21.153.411	0	0	100	0	0	0	0

Exclusivo Juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
<p>ESTRATEGICOS DA AREA NUCLEAR. PROD. SERVICOS E DESEN. CIENTIF E TECNOL. (ATIV) = 57 PROJETO DE INSTALACAO NUCLEAR - PWR (PERC) = 6 PROJETO DE INSTALACAO NUCLEAR - PNR (PERC) = 4</p>								
<p>09.010.0055.5116 ENRIQUECIMENTO ISOTOPICO DE URANIO EFETUAR O ENRIQUECIMENTO DO URANIO PELO PROCESSO DO JATO CENTRIFUGO. PRIMEIRA FASE: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA CASCATA PARA POSSIBILITAR A SUA AVALIAÇÃO OPERACIONAL E O DESEMPENHO DO PROCESSO ADOTADO. EFETUAR AVALIACAO OPERACIONAL DA CASCATA (EVENTO) = 1 INICIAR OPERACAO DA CASCATA (EVENTO) = 1 REALIZAR COMISSONAM.DA CASCATA COM UF6 (EVENTO) = 1 CONCLUIR PRIMEIRA CASCATA/INICIAR AVAL. (EVENTO) = 1</p>	53.520.307	0	0	100	0	0	0	0
<p>DEMAIS PROJETOS</p>	67.458.042							
<p>0456 CONTROLE DA POLUICAO</p>	21.026.219							
<p>PROJETOS PRINCIPAIS</p>	21.026.219							
<p>09.010.0456.2249 SEGURANCA NUCLEAR DESENVOLVER TECNOLOGIA E GARANTIR A APLICACAO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS NECESSARIOS A OPERACAO SEGURA DAS CENTRAIS NUCLEARES, DO CICLO DO COMBUSTIVEL E DEMAIS INSTALACOES NUCLEARES E RADIOATIVAS, DE FORMA A PRESERVAR A SAUDE DA POPULACAO E O MEIO-AMBIENTE. CURSO DE TREINAMENTO REALIZADO (EVENTO) = 6 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA (PROJETO) = 5 DIVULGACAO E PUBLICACAO REALIZADA (UNIDADE) = 4 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 100 COOPERACAO TECNICA MANTIDA (ENTIDADE) = 12 CONTROLE E FISCALIZACAO (UNID) = 961 ELABORACAO DE NORMAS (NORMA) = 6 FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS (PROJ) = 9 SERVICO DE METROLOGIA BASICA (PROJ) = 3 CONSTRUCAO DE REPOSITORIO DE REJEITO (UNIDADE) = 3 PROJETO IMPLANTADO (PERC) = 91 SALVAGUARDAS (INST) = 41 EMERGENCIA (PERC) = 91 PROJETOS RADIATIVOS (PERC) = 13 SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO (PERC) = 91</p>	21.026.219	0	0	23	0	27	50	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
051 ENERGIA ELETRICA	15.746.104.776							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	565.563.083							
PROJETOS PRIORITARIOS	519.181.148							
09.051.0021.6011 COORDENACAO E MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA EMPRESA.	519.181.148	2	32	38	10	18	0	0
DEMAIS PROJETOS	46.381.935							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.124.300.697							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.124.300.697							
09.051.0035.1700 PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DE EMPRESAS PROPORCIONAR O EQUILIBRIO ACIONARIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITARIO DA UNIAO.	1.124.300.697	33	53	0	0	14	0	0
0055 PESQUISA APLICADA	36.000.000							
PROJETOS PRINCIPAIS	36.000.000							
09.051.0055.3302 DESENVOLVIMENTO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DE FONTES ALTERNATIVAS: BIOMASSA, PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS E TERMOELETRICAS, ENERGIA SOLAR EOLICA E GAS NATURAL. DESENVOLVER ESTUDOS E PESQUISAS (UNID) = 72	36.000.000	0	0	0	0	0	100	0
0263 GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA	8.105.982.132							
PROJETOS PRIORITARIOS	7.802.195.506							
09.051.0263.3251 USINA HIDRELETRICA SERRA DE MESA APROVEITAR POTENCIAL HIDRELETRICO DO RIO TOCANTINS, MEDIANTE A CONSTRUCAO DE SERRA DA MESA (1200 MW) COM ENERGIZACAO PREVISTA PARA 1996 DESTINADA A ATENDER AO SISTEMA SUDESTE/SUL E AO SUPRIMENTO A GOIAS E BRASILIA.	1.741.392.000	0	0	0	0	100	0	0
09.051.0263.3252 USINA HIDRELETRICA CANA BRAVA APROVEITAR POTENCIAL HIDRELETRICO DO RIO TOCANTINS, MEDIANTE A CONSTRUCAO DE CANA BRAVA	287.446.817	0	0	100	0	0	0	0

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
(480 MW) COM ENERGIZAÇÃO PREVISTA PARA 1997, DESTINADA A ATENDER AO SISTEMA SUDESTE/SUL E AO SUPRIMENTO DE GOIAS E BRASÍLIA.								
09.051.0263.3254 USINA HIDRELETRICA DE XINGO - PRIMEIRA ETAPA AUMENTAR A OFERTA DE ENERGIA ELETRICA DA CHESF EM CERCA DE 2094 MW/ANO MEDIO, COM VISTAS A REDUZIR RISCO DE DEFICIT DE ENERGIA NA REGIAO NORDESTE A PARTIR DE 1994. COLOCAR EM OPERAÇÃO UNIDADES GERADORAS (MW) = 2000	1.379.591.817	0	100	0	0	0	0	0
09.051.0263.3255 USINA HIDRELETRICA SAMUEL ATENDER A DEMANDA ENERGETICA DA REGIÃO NORTE, COM 5 UNIDADES GERADORAS DE 43,2 MW, EM SUBSTITUIÇÃO A GERAÇÃO TERMOELETRICA ATUAL. COLOCAR EM OPERAÇÃO UNIDADES GERADORAS (MW) = 88	147.192.769	100	0	0	0	0	0	0
09.051.0263.3256 USINA HIDRELETRICA TUCURUI - SEGUNDA ETAPA ELETRONORTE ATENDER AO MERCADO INTERLIGADO NORTE/NORDESTE, COM A IMPLANTACAO DE 7 UNIDADES GERADORAS DE 330 MW.	648.295.289	100	0	0	0	0	0	0
09.051.0263.3257 USINA HIDRELETRICA MANSO PROMOVER O APROVEITAMENTO MULTIPLO, COM A IMPLANTACAO DE 4 UNIDADES GERADORAS DE 52,15 MW, FUNDAMENTAL PARA ATENDIMENTO DO MERCADO DE ENERGIA ELETRICA DO ESTADO DO MATO GROSSO, EM ESPECIAL DA REGIAO POLARIZADA POR SINOP E ALTA FLORESTA.	346.434.435	0	0	0	0	100	0	0
09.051.0263.3258 USINA HIDRELETRICA PORTEIRA SUPRIR DE ENERGIA ELETRICA A MARGEM ESQUERDA DO RIO AMAZONAS EM SEQUENCIA AS USINAS DE BALBINA E COARACY NUNES, PREVENDO-SE UMA SEGUNDA ETAPA, ATENDER AO ESTADO DE RONDONIA E A INTERLIGACAO COM A UHE BELO MONTE.	284.073.340	100	0	0	0	0	0	0
09.051.0263.3259 USINA HIDRELETRICA CORUMBA I ATENDER AOS REQUISITOS DE ENERGIA ELETRICA DAS REGIOES SUDESTE/SUL MEDIANTE GERACAO DE 375 MW DE ENERGIA PERMITINDO, TAMBEM, MELHORAR A CONFIABILIDADE DO SUPRIMENTO AOS SISTEMAS CELG (GOIAS) E CEMAT (MT) COM ENERGIZACAO PREVISTA PARA ABRIL DE 1995.	304.234.493	0	0	0	0	100	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
09.051.0263.3263 USINA HIDRELETRICA ITA APROVEITAR O POTENCIAL HIDRELETRICO DA BACIA DO RIO URUGUAI, MEDIANTE A GERACAO DE 1620 MW DE ENERGIA ELETRICA. INICIO DE OPERACAO PREVISTA PARA 1997 CONTEMPLADO NO PLANO 2010 DA ELETROBRAS, VISANDO FORNECER ENERGIA AS REGIOES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE.	1.061.339.744	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0263.3264 USINA HIDRELETRICA GARABI ATENDER O PLANO NACIONAL DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DE GOIAS, QUE PREVE A ENTRADA EM OPERACAO DA USINA EM 1999, FORNECENDO AO SISTEMA SUL/SUDESTE 50% DE 6083 MW/ANO DE ENERGIA, ACRESCIDO DE INTERCAMBIO DE POTENCIA, ESTIMADO EM 900 MW ENTRE OS SISTEMAS ELETRICOS DO BRASIL E DA ARGENTINA.	142.411.414	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0263.5037 EXPANSAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA ATENDER A DEMANDA DO MERCADO CONSUMIDOR DE ENERGIA ELETRICA, MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE NOVAS USINAS, INCLUSIVE DE PEQUENO PORTE, COM APROVEITAMENTO RACIONAL DOS RECURSOS HIDRICOS, OBJETIVANDO, INCLUSIVE A SUBSTITUIÇÃO DAS USINAS TERMoeLETRICAS, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA. COLOCAR EM OPERAÇÃO UNIDADES GERADORAS (MW) = 80	1.044.588.086	27	10	8	13	42	0	0
09.051.0263.5118 ESTUDOS E PROJETOS MELHORAR OS NIVEIS DE PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO, ATRAVES DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS MAIS EFICIENTES E DE PROCESSOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS MAIS AVANÇADOS, COM VISTA A AMPLIAR A COMPETITIVIDADE NOS MERCADOS DE SUA ATUAÇÃO.	382.023.037	81	0	0	0	0	19	0
09.051.0263.6063 MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA HIDRELETRICA PROMOVER MELHORAMENTOS EM USINAS GERADORAS HIDRELETRICAS, PARA MANTER A QUALIDADE DO ATENDIMENTO. CONTINUIDADE DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE VISANDO MAIORES APROVEITAMENTOS HIDRELETRICOS NO ESTADO.	33.172.265	0	0	100	0	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	73.350.000							
09.051.0263.5347 USINA HIDRELETRICA NOIDORE ATENDER O MERCADO DA REGIAO CENTRO-OESTE, COM 06	73.350.000	0	0	0	0	100	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
UNIDADES GERADORAS DE 21,7 MW, EM SUBSTITUIÇÃO A GERAÇÃO TERMOELETRICA ATUAL.								
DEMAIS PROJETOS	230.436.626							
0264 GERACAO DE ENERGIA TERMELETRICA	945.311.828							
PROJETOS PRIORITARIOS	945.311.828							
09.051.0264.3261 USINA TERMELETRICA JORGE LACERDA IV FORNECER AO SISTEMA ELETRICO SUL/SUDESTE 350 MW DE ENERGIA PROVENIENTE DE CONVERSAO ENERGETICA DO CARVAO MINERAL NAO SUJEITA PORTANTO, AS INFLUENCIAS CLIMATICAS. PERMITIRA, AINDA A TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA ESTRANGEIRA AO PARQUE INDUSTRIAL NACIONAL VISANDO A NOVOS EMPREENDIMENTOS. INTEGRA O PLANO 2040. COLOCAR EM OPERAÇÃO UNIDADES GERADORAS (MW) = 350	90.543.614	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0264.3262 USINA TERMELETRICA JACUI I CONTRIBUIR, COM 350 MW DE POTENCIA, PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA REGIAO SUL/SUDESTE A TRANSFERIR A TECNOLOGIA ESTRANGEIRA AO PARQUE NACIONAL. INTEGRA O PLANO 2010 E FARA PARTE DO SISTEMA ELETRICO INTEGRADO DO SUL/SUDESTE. COLOCAR EM OPERAÇÃO UNIDADES GERADORAS (MW) = 350	248.845.230	0	0	0	100	0	0	0
09.051.0264.5394 GERACAO DE ENERGIA TERMELETRICA SUPRIR A DEMANDA, TOTAL OU COMPLEMENTAR A GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRAULICA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA. COLOCAR EM OPERAÇÃO UNIDADES GERADORAS (MW) = 230	605.922.984	100	0	0	0	0	0	0
0265 GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	1.125.386.701							
PROJETOS PRIORITARIOS	938.326.685							
09.051.0265.3260 USINA NUCLEAR DE ANGRA II ATENDER A DEMANDA DE ENERGIA ELETRICA DO PAIS DE ACORDO COM O PLANEJAMENTO ENERGETICO DA ELETROBRAS. A ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL DE ANGRA II ESTA PREVISTA PARA 1996, COM POTENCIA DE 1309 MW.	938.326.685	0	0	100	0	0	0	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	187.060.016							
09.051.0265.2488 FABRICAÇÃO DE COMBUSTIVEL NUCLEAR PROMOVER A FABRICAÇÃO DE ELEMENTOS COMBUSTIVEIS PARA USINAS NUCLEARES. FABRICAÇÃO PROTOTIPO ELEMENTO COMBUSTIVEL (UNID) = 1 FABRICAÇÃO DISPOSITIVO ICAMENTO (UNID) = 200 FABRICAÇÃO DE ELEMENTO COMBUSTIVEL (UNIDADE) = 180 FABRICAÇÃO DE CORPO RESTRITOR (UNIDADE) = 30	187.060.016	0	0	100	0	0	0	0
0267 TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA	3.344.843.674							
PROJETOS PRIORITARIOS	3.344.843.674							
09.051.0267.5137 EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA ATENDER AO CRESCIMENTO DE DEMANDA DE CARGA, DEVIDO AS AMPLIAÇÕES DO PARQUE INDUSTRIAL E A ADEQUAÇÃO DAS CARENCIAS DE TRANSMISSÃO NAS SUBESTAÇÕES E LINHAS NA AREA DE CONCESSÃO. INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO (UNIDADE) = 21721 LINHA DE TRANSMISSÃO IMPLANTADA (KM) = 6893	3.344.843.674	18	45	31	6	0	0	0
0268 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	498.716.661							
PROJETOS PRIORITARIOS	498.716.661							
09.051.0268.5130 EXPANSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DO MERCADO CONSUMIDOR, MANTER OS SISTEMAS NOS NIVEIS DE QUALIDADE E SEGURANÇA PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO E CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONOMICO DAS COMUNIDADES A QUE SERVE.	498.716.661	6	0	94	0	0	0	0
052 PETROLEO	20.333.154.127							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	678.711.809							
PROJETOS PRIORITARIOS	651.800.912							
09.052.0021.6028 ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS BASICOS DE ENGENHARIA, BUSCANDO INTEGRAR AS AREAS PRODUTORAS E AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E DOTAR OS DIVERSOS ORGÃOS DA EMPRESA DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES.	651.800.912	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	26.910.897							
0289 PROSPECCAO E AVALIACAO DE JAZIDAS	4.726.918.980							
PROJETOS PRIORITARIOS	3.740.532.504							
09.052.0289.6035 INVESTIGACAO EXPLORATORIA DE PETROLEO AVALIAR O POTENCIAL PETROLIFERO DAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS, VISANDO A DESCOBERTA DE CAMPOS DE OLEO E GAS NATURAL, PARA AMPLIACAO DAS RESERVAS PETROLIFERAS NACIONAIS. REALIZAR ACOMP. GEOLOGICO DE POÇOS MARITIMOS (M) = 734000 REALIZAR ACOMP.GEOLOGICO DE POÇOS TERRESTRES (M) = 496000 REALIZAR LEVANTAMENTOS SISMICOS MARITIMOS (KM) = 339 REALIZAR LEVANTAMENTOS SISMICOS TERRESTRES (KM) = 52	1.755.885.566	22	33	34	10	1	0	0
09.052.0289.6084 PERFURACAO EXPLORATORIA DE PETROLEO AVALIAR O POTENCIAL PETROLIFERO EM BACIAS SEDIMENTARES MARITIMAS E TERRESTRES COMPREENDENDO, NO ANO, A PERFURACAO DE 132 POÇOS, SENDO 40 POÇOS NA PLATAFORMA CONTINENTAL E 92 POÇOS EM AREAS TERRESTRES. PERFURAR POÇOS EXPLORATORIOS EM TERRA (M) = 496000 PERFURAR POÇOS EXPLORATORIOS NO MAR (M) = 734000	1.984.646.938	25	29	33	12	1	0	0
DEMAIS PROJETOS	986.386.476							
0290 EXTRACAO E BENEFICIAMENTO	9.499.472.082							
PROJETOS PRIORITARIOS	9.499.472.082							
09.052.0290.5126 EXPANSAO DA PRODUCAO DE PETROLEO DA BACIA DE CAMPOS INCREMENTAR DIVERSOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS NA BACIA DE CAMPOS. PRODUZIR GAS (M3/DIA) = 9258000 PRODUZIR OLEO (BARRIL/DIA) = 327000	1.508.818.729	0	0	100	0	0	0	0
09.052.0290.5302 PERFURACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE PETROLEO PROMOVER A PRODUÇÃO DE OLEO E GAS, MEDIANTE A PERFURACAO DE POÇOS TERRESTRES E MARITIMOS. PERFURAR POÇOS DE DESENVOLVIMENTO EM TERRA (M) = 1440000 PERFURAR POÇOS DE DESENVOLVIMENTO NO MAR (M) = 598000	2.255.802.322	6	38	50	6	0	0	0

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
09.052.0290.5307 PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NAS BACIAS MARÍTIMAS INCREMENTAR DIVERSOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS NAS BACIAS MARÍTIMAS. PRODUZIR GAS (M3/DIA) = 5457000 PRODUZIR OLEO (BARRIL/DIA) = 24000	1.087.566.126	0	22	47	31	0	0	0
09.052.0290.5308 PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NAS BACIAS TERRESTRES INCREMENTAR DIVERSOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS NAS BACIAS TERRESTRES. PRODUZIR GAS (M3/DIA) = 18505000 PRODUZIR OLEO (BARRIL/DIA) = 252000	1.420.947.098	40	41	18	1	0	0	0
09.052.0290.5342 SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ALBACORA INCREMENTAR O SISTEMA DE PRODUÇÃO, COMPOSTO DE 3 PLATAFORMAS DE 148 POCOS EM LAMINAS DE AGUA ENTRE 250 E MAIS DE 1.000 METROS DE PROFUNDIDADE, A PARTIR DA INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA PLATAFORMA SEMI- SUBMERSÍVEL. PRODUZIR GAS (M3/DIA) = 3737000 PRODUZIR OLEO (BARRIL/DIA) = 192000	1.272.122.260	0	0	100	0	0	0	0
09.052.0290.5343 SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ENCHOVA/ENCHOVA OESTE INCREMENTAR O SISTEMA INTEGRADO, COMPOSTO DE UMA OUTRA PLATAFORMA DE PRODUÇÃO NO CAMPO DE ENCHOVA OESTE E OUTRA PARA PROCESSAMENTO DE OLEO E GAS NO CAMPO DE ENCHOVA, COM PREVISÃO DE ACRESCER A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM 11.450 BARRIS/DIA E A DE GAS NATURAL EM 1.350 MIL M3/DIA. PRODUZIR GAS (M3/DIA) = 899000 PRODUZIR OLEO (BARRIL/DIA) = 40000	731.747.905	0	0	100	0	0	0	0
09.052.0290.5344 SISTEMA DE PRODUÇÃO DE MARLIM IMPLANTAR UM SISTEMA COMPOSTO DE 3 PLATAFORMAS SEMI-SUBMERSÍVEIS, PARA APROVEITAMENTO DE 62 POCOS, ATE O ANO DE 2.015. INCLUI O PROJETO PILOTO DE MARLIM E FASE I DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE MARLIM. PRODUZIR GAS (M3/DIA) = 1500000 PRODUZIR OLEO (BARRIL/DIA) = 135000	1.222.467.642	0	0	100	0	0	0	0
0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.148.183.379							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.148.183.379							

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
09.052.0347.5044 AMPLIACAO E OTIMIZACAO DO PARQUE DE REFINO DE PETROLEO AUMENTAR A PRODUÇÃO DE DERIVADOS, PARA ATENDER O CRESCIMENTO DO MERCADO; ADEQUAR A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO AO PERFIL DA DEMANDA, COM MELHORIA DE QUALIDADE. LICENC.IMPLANT.UND.PROD.CONCENT.URANIO (EVENTO) = 41	1.450.470.261	0	26	47	27	0	0	0
09.052.0347.5402 IMPLANTACAO DO MODULO INDUSTRIAL DO XISTO AUMENTAR A PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE PETROLEO PARA ATENDER O MERCADO. IMPLANTAR UNIDADE INDUSTRIAL (PERC) = 1	4.641.108	0	0	0	100	0	0	0
09.052.0347.6050 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO PROMOVER OBRAS RELACIONADAS A DIVERSAS ADAPTAÇÕES E MELHORIAS NAS AREAS DE PROCESSO, UTILIDADES, TRANSFERENCIA, ESTOCAGEM, ATENDIMENTO DE NORMAS DE SEGURANÇA, IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SISTEMAS PARA ADEQUAÇÃO DE EFLUENTES AS CONDIÇÕES LOCAIS. REALIZAR OBRAS P/FLEXIBIL.OU EFICIEN.OPER. (PERC) = 30	693.072.010	7	17	58	18	0	0	0
0563 PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS	2.491.079.565							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.491.079.565							
09.052.0563.5090 CONSTRUCAO DE TERMINAIS E DUTOS DE PETROLEO E DERIVADOS AMPLIAR E MODERNIZAR O SISTEMA NACIONAL DE TERMINAIS E DUTOS, FACILITANDO A EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETROLEO. CONSTRUIR E MONTAR DUTOS (PERC) = 91	2.241.132.954	3	6	55	16	20	0	0
09.052.0563.6049 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMINAIS E DUTOS AUMENTAR OU MANTER A CAPACIDADE OPERACIONAL, MELHORAR A FLEXIBILIDADE E/OU EFICIENCIA OPERACIONAL E MELHORAR O CONTROLE DO IMPACTO AMBIENTAL. CONSTRUIR ADAPTAÇÕES DIV. EM TERM. E DUTOS (PERC) = 57	249.946.611	0	18	67	15	0	0	0
0565 SERVICOS DE TRANSPORTE MARITIMO	788.788.312							
PROJETOS PRIORITARIOS	788.788.312							
09.052.0565.5473 AMPLIACAO DA FROTA DE NAVIOS PETROLEIROS ATENDER A LEI 2004 NO TRANSPORTE DE PETROLEO, DERIVADOS ESCUROS, CLAROS E ALCOOL - SUBSTITUIR NAVIOS FRETADOS NO TRANSPORTE DE CABOTAGEM POR	788.788.312	0	0	100	0	0	0	0

Exclusive juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>NAVIOS DE BANDEIRA BRASILEIRA, CONDICIONADA A LIBERAÇÃO DOS RECURSOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS ETAPAS FÍSICAS PREVISTAS NOS RESPECTIVOS SUBPROJETOS. CONSTRUÇÃO DE NAVIOS (UNIDADE) = 8 CONSTRUIR NAVIOS-TANQUE (PERC) = 63</p>								
053 RECURSOS MINERAIS	1.398.831.856							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	48.377.257							
DEMAIS PROJETOS	48.377.257							
0034 DÍVIDA EXTERNA	932.841							
DEMAIS PROJETOS	932.841							
0044 INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS	4.460.666							
DEMAIS PROJETOS	4.460.666							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS-SOCIAIS	989.753							
DEMAIS PROJETOS	989.753							
0055 PESQUISA APLICADA	8.584.490							
PROJETOS PRINCIPAIS	8.584.490							
09.053.0055.2480 DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS EM TECNOLOGIA MINERAL DESENVOLVER TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS, NOVAS OU ADAPTADAS, QUE PERMITAM O APROVEITAMENTO DE RECURSOS NÃO UTILIZADOS E A OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS EM USO. PESQUISAS DESENVOLVIDAS (PESQ) = 258	8.584.490	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.524.503							
PROJETOS PRINCIPAIS	872.513							
09.053.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES	872.513	0	0	0	0	0	100	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE. TECNICO TREINADO (PESSOA) = 900								
DEMAIS PROJETOS	1.651.990							
0289 PROSPECCAO E AVALIACAO DE JAZIDAS	134.425.025							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.223.358							
09.053.0289.6094 PROSPECCAO E PESQUISA MINERAL MANTER AS RESERVAS MINERAIS E IDENTIFICAR NOVAS RESERVAS QUER EM AREA PROPRIA QUER EM ASSOCIAÇÕES COM TERCEIROS, DE MODO A CONSERVAR OS NIVEIS DE PRODUÇÃO DA NUCLEMON. EFETUAR PROSPECCÃO E PESQUISA (EVENTO) = 3	1.223.358	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	133.201.667							
0290 EXTRACAO E BENEFICIAMENTO	798.543.400							
DEMAIS PROJETOS	798.543.400							
0292 LEVANTAMENTO GEOLOGICO	225.216.139							
DEMAIS PROJETOS	225.216.139							
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	133.333.612							
PROJETOS PRINCIPAIS	133.333.612							
09.053.0347.2489 EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DE MINERIO DE URANIO PROMOVER A EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE URANIO, VISANDO A PRODUÇÃO DE COMBUSTIVEL NUCLEAR NECESSARIO A OPERAÇÃO DE USINAS NUCLEARES. PRODUÇÃO DE CONCENTRADO DE URANIO (TON) = 850 PRODUÇÃO DE ACIDO SULFURICO (TON) = 195000 IMPLANTAÇÃO UNIDADE PRODUÇÃO DE URANIO (EVENTO) = 10	132.896.698	0	48	46	0	6	0	0
09.053.0347.6085 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO ACOMPANHAR E ANALISAR O MERCADO, BUSCANDO DETECTAR OPORTUNIDADES PARA NOVOS PRODUTOS, BEM COMO AVALIAR E DESENVOLVER PROCESSOS E TECNOLOGIAS. PESQUISA DESENVOLVIMENTO NOVOS PRODUTOS (EVENTO) = 3	436.914	0	0	100	0	0	0	0

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	2.435.759							
DEMAIS PROJETOS	2.435.759							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	3.626.748							
DEMAIS PROJETOS	3.626.748							
0456 CONTROLE DA POLUICAO	14.807.240							
PROJETOS PRIORITARIOS	14.807.240							
09.053.0456.2510 PRESERVACAO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL PLANEJAR, COORDENAR, AUXILIAR E EXECUTAR AS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL DA FLORA E DA FAUNA. EMPRESA CONTROLADA (EMPRESA) = 180 ESTUDO E DIAGNOSTICO (UNID) = 21 PESQUISAS DESENVOLVIDAS (PESQ) = 30 AREA MONITORADA (UNID) = 15	14.807.240	0	0	0	0	0	100	0
0479 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO	3.428.780							
DEMAIS PROJETOS	3.428.780							
0480 PREVENCAO DO ACIDENTE DO TRABALHO	4.758.813							
DEMAIS PROJETOS	4.758.813							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	8.103.062							
DEMAIS PROJETOS	8.103.062							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	4.283.768							
DEMAIS PROJETOS	4.283.768							
054 RECURSOS HIDRICOS	516.521.206							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	134.260.609							
PROJETOS PRIORITARIOS	134.260.609							
09.054.0021.2598 OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA E HIDROLOGIA GERAL PLANEJAR, COORDENAR E CENTRALIZAR O SISTEMA DE	88.097.158	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
COLETA E ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES HIDROLOGICAS NACIONAIS, ESTABELECIDO A CODIFICAÇÃO PARA AS ESTAÇÕES HIDROMETRICAS DO PAIS. ESTAÇÃO PLUVIOMETRICA MANTIDA (UNIDADE) = 2478								
09.054.0021.4076 MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS PROVER AS UNIDADES QUE COMPÕEM O SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS DE SUPORTE TECNICO-ADMINISTRATIVO DE FORMA A ASSEGURAR AO PAIS UMA ADEQUADA GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES HIDRICAS. LEVANTAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS (MUNIC) = 1200	46.163.451	0	0	0	0	0	100	0
0181 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	382.260.597							
DEMAIS PROJETOS	382.260.597							
062 INDUSTRIA	103.739.127							
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	103.739.127							
PROJETOS PRINCIPAIS	103.739.127							
09.062.0347.2490 PRODUCAO INDUSTRIAL DE ARTEFATOS E DE EQUIPAMENTOS PESADOS PARA A INDUSTRIA NACIONAL PRODUZIR SOB ENCOMENDA, ARTEFATOS E EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS PARA USINAS NUCLEARES E VISANDO O DESENVOLVIMENTO NACIONAL NESTE CAMPO, BEM COMO O DE EQUIPAMENTOS PESADOS PARA OUTROS FINS.	103.739.127	0	0	100	0	0	0	0
072 POLITICA EXTERIOR	932.774							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	932.774							
DEMAIS PROJETOS	932.774							
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	77.187.150							
0347 PRODUCAO INDUSTRIAL	32.215.125							
PROJETOS PRINCIPAIS	32.215.125							
09.077.0347.5355 TRANSFERENCIA DE UNIDADE INDUSTRIAL TRANSFERIR A FABRICA PARA AREA NÃO RESIDENCIAL, ATENDENDO SUGESTÕES DOS ORGÃOS DE MEIO AMBIENTE E EVITANDO A PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES.	32.215.125	0	0	100	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
INICIO ENGENHARIA DE DETALHAMENTO (EVENTO) = 1 INICIO DO SUPRIMENTO (EVENTO) = 1 INICIO DA CONSTRUÇÃO (EVENTO) = 1 0456 CONTROLE DA POLUIÇÃO PROJETOS PRIORITARIOS 09.077.0456.5306 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL IMPLANTAR SISTEMAS E OBRAS QUE PERMITAM REDUZIR A NÍVEIS ACEITÁVEIS OS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE POR DEJETOS/REJEITOS INDUSTRIAIS, BEM COMO CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADA (UNIDADE) = 27	44.972.025							
	44.972.025							
	44.972.025	40	20	40	0	0	0	0
082 PREVIDENCIA	3.327.543							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	3.327.543							
DEMAIS PROJETOS	3.327.543							
089 TRANSPORTE FERROVIARIO	368.017.015							
0545 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	368.017.015							
DEMAIS PROJETOS	368.017.015							
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	365.769.774							
0563 PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS	365.769.774							
DEMAIS PROJETOS	365.769.774							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
10 HABITAÇÃO E URBANISMO	829.757.089							
007 ADMINISTRAÇÃO	60.435.527							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.169.988							
DEMAIS PROJETOS	6.169.988							
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	54.265.539							
DEMAIS PROJETOS	54.265.539							
057 HABITAÇÃO	429.669.083							
0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	14.256.864							
PROJETOS PRINCIPAIS	14.256.864							
10.057.0057.3029 SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO APLICADO A HABITAÇÃO ESTABELECE CENTROS DE AVALIAÇÃO DE HABITAÇÕES DOTADOS DE EQUIPAMENTOS E DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO, VISANDO MONTAR UM SISTEMA DE REFERÊNCIA DE TECNOLOGIA EM NÍVEL NACIONAL NECESSÁRIO PARA CONSTRUIR HABITAÇÕES POPULARES DE BAIXO CUSTO. UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUIDA (UNIDADE) = 4569	14.256.864	0	0	0	0	0	100	0
0316 HABITAÇÕES URBANAS	367.560.623							
PROJETOS PRINCIPAIS	300.858.625							
10.057.0316.1330 APOIO A HABITAÇÃO POPULAR REGULARIZAR E APOIAR A CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO, CONCLUSÃO OU MELHORIAS DE MORADIAS POPULARES, BEM COMO O FINANCIAMENTO DE LOTES, INFRA-ESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TECNOLÓGICO DE HABITAÇÕES POPULARES, ESTUDOS, PESQUISAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUIDA (UNIDADE) = 107051 LOTE URBANIZADO PRODUZIDO (UNIDADE) = 16670	272.095.120	7	37	24	14	7	11	0
10.057.0316.2544 INCENTIVO A MORADIA POPULAR SUBSIDIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA A MORADIA POPULAR, BEM COMO O BENEFICIAMENTO DE LOTES, INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO.	6.982.794	6	50	20	16	8	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

R\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 4054								
10.057.0316.3084 APOIO A MELHORIAS HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS DAR PROSSEGUIMENTO A OBRAS DE MELHORIA E RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES URBANAS. UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 8568 LOTE URBANIZADO PRODUZIDO (UNIDADE) = 1407	21.780.711	4	52	14	18	12	0	0
DEMAIS PROJETOS	66.701.998							
0317 HABITAÇÕES RURAIS	47.851.596							
PROJETOS PRINCIPAIS	47.702.709							
10.057.0317.3085 APOIO A MELHORIAS HABITACIONAIS EM ÁREAS RURAIS DAR PROSSEGUIMENTO A OBRAS DE MELHORIA E RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES RURAIS. UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 26335	47.702.709	6	60	19	9	6	0	0
DEMAIS PROJETOS	148.887							
058 URBANISMO	332.735.919							
0323 PLANEJAMENTO URBANO	332.735.919							
PROJETOS PRINCIPAIS	332.735.919							
10.058.0323.3030 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO - PRODESU MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES URBANAS DAS GRANDES CAPITAIS ATRAVÉS DA MELHORIA DE SUA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL. FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 89441 LOTE URBANIZADO PRODUZIDO (UNIDADE) = 41947	332.735.919	15	47	17	8	13	0	0
059 REGIÕES METROPOLITANAS	6.916.560							
0323 PLANEJAMENTO URBANO	6.916.560							
PROJETOS PRINCIPAIS	6.916.560							
10.059.0323.1350 DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR - BIRD II MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES URBANAS CARENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.	6.916.560	0	100	0	0	0	0	0

Exclusiva juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA (KM2) = 21 SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM EXECUTADA (SERVIÇO) = 726018 REDE DE ESGOTO CONSTRUIDA (METRO) = 11814								

Exclusivo juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	25.600.009.262							
007 ADMINISTRAÇÃO	2.563.473.618							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	47.803.150							
DEMAIS PROJETOS	47.803.150							
0024 INFORMÁTICA	28.548.180							
DEMAIS PROJETOS	28.548.180							
0031 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	2.379.665.117							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	162.912.969							
11.007.0031.2171 FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROINDUSTRIAL FINANCIAR INVESTIMENTOS AGROINDUSTRIAIS, VISANDO A AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.	162.912.969	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	2.216.752.148							
11.007.0031.2172 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AS EXPORTAÇÕES - PROEX ESTIMULAR O SETOR EXPORTADOR, VISANDO A EQUALIZAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS E A CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE PARA OS BENS E SERVIÇOS BRASILEIROS NO MERCADO INTERNACIONAL (LEI N. 8.187/91).	2.216.752.148	0	0	0	0	0	100	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	5.009.061							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	5.009.061							
11.007.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE. EVENTO PROMOVIDO (UNIDADE) = 134 TÉCNICO TREINADO (PESSOA) = 3660	5.009.061	0	0	0	0	0	100	0
0374 MARCAS E PATENTES	102.448.110							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	102.448.110							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	99.948.652							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	27.876.160							
PROJETOS PRIORITARIOS	27.876.160							
11.010.0025.1191 CONSTRUCAO E ADEQUACAO DA INFRAESTRUTURA TECNICA OPERACIONAL DOTAR O PAIS DE INFRAESTRUTURA TECNICO-OPERACIONAL VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA INDUSTRIAL BASICA, VISANDO CRIAR CONDICOES, PARA ASSEGURAR A EXATIDAO DAS MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE MEDIR, E PARA MELHORAR A QUALIDADE DO PRODUTO INDUSTRIAL BRASILEIRO, TANTO PARA O MERCADO INTERNO QUANTO PARA O EXTERNO. POSTO DE AFERICAO (POSTO) = 12	13.160.547	0	0	7	0	0	93	0
11.010.0025.1192 CONSTRUCAO E IMPLANTACAO DO LABORATORIO NACIONAL DE METROLOGIA DOTAR O BRASIL DE UM CENTRO DE PADRONIZACAO METROLOGICA, DE NIVEL TECNICO INTERNACIONAL, OBJETIVANDO IMPLANTAR A INFRAESTRUTURA BASICA DA REDE NACIONAL METROLOGICA PRIMARIA E SECUNDARIA NO PAIS. EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 1082	14.715.613	0	0	100	0	0	0	0
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	832.641							
PROJETOS PRIORITARIOS	765.961							
11.010.0057.2406 SISTEMA DE INFORMACOES TECNOLOGICAS MANTER A INDUSTRIA NACIONAL E OS CENTROS DE PESQUISAS INFORMADOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E A TENDENCIA DESSE DESENVOLVIMENTO. ACERVO ATUALIZADO (DOC) = 5450000 ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 18	765.961	0	0	100	0	0	0	0
PROJETOS PRINCIPAIS	66.680							
11.010.0057.2015 COORDENACAO E ORIENTACAO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM ATINGIR OS OBJETIVOS DE GOVERNO EM SUAS DIFERENTES AREAS DE ATUACAO. ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 33	66.680	0	0	100	0	0	0	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	6.192.607							
PROJETOS PRIORITARIOS	6.192.607							
11.010.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE. PESSOA TREINADA (PESSOA) = 300	6.192.607	0	0	100	0	0	0	0
0353 COMERCIALIZACAO	469.377							
DEMAIS PROJETOS	469.377							
0374 MARCAS E PATENTES	503.329							
PROJETOS PRIORITARIOS	503.329							
11.010.0374.2405 DIFUSAO DE INFORMACOES SOBRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL DIVULGAR JUNTO AS EMPRESAS, CENTROS DE ESTUDOS, INSTITUTOS DE PESQUISAS, ORGÃOS GOVERNAMENTAIS E AO PUBLICO EM GERAL AS VANTAGENS DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PAIS.	503.329	0	0	100	0	0	0	0
0375 METROLOGIA	60.205.896							
PROJETOS PRINCIPAIS	24.156.294							
11.010.0375.2015 COORDENACAO E ORIENTACAO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM ATINGIR OS OBJETIVOS DE GOVERNO EM SUAS DIFERENTES AREAS DE ATUAÇÃO.	24.156.294	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	36.049.602							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	3.868.642							
DEMAIS PROJETOS	3.868.642							
016 ABASTECIMENTO	586.862.571							

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0353 COMERCIALIZAÇÃO	586.862.571							
PROJETOS PRINCIPAIS	586.862.571							
11.016.0353.2904 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO BÁSICA SUPRIR CARENCIAS ALIMENTARES EM ÁREAS DESASSISTIDAS OU NÃO SUFICIENTEMENTE ATENDIDAS PELA INICIATIVA PRIVADA, FOMENTANDO O CONSUMO DE PRODUTOS BÁSICOS NECESSÁRIOS À DIETA ALIMENTAR DAS POPULAÇÕES CARENTES. COMERCIALIZAR PROD. DE HIGIENE E LIMPEZA (UNID) = 3753000 COMERCIALIZAR ALIMENTOS (T) = 2091000	586.862.571	3	33	21	12	22	9	0
017 PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	49.344.401							
0104 REFLORESTAMENTO	49.344.401							
DEMAIS PROJETOS	49.344.401							
052 PETRÓLEO	466.723.950							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	29.966.361							
DEMAIS PROJETOS	29.966.361							
0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	7.394.652							
DEMAIS PROJETOS	7.394.652							
0353 COMERCIALIZAÇÃO	429.362.937							
DEMAIS PROJETOS	429.362.937							
062 INDÚSTRIA	2.919.007.941							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	79.821.486							
DEMAIS PROJETOS	79.821.486							
0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.655.801.257							
PROJETOS PRINCIPAIS	101.564.724							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
11.062.0347.3139 CONSTRUÇÃO DA FABRICA DE POLVORA DE BASE SIMPLES AUMENTAR A PRODUÇÃO PARA 60 TON/MES. ADQUIRIR EQUIPAMENTOS IMPORTADOS (PERC) = 100 ADQUIRIR EQUIPAMENTOS NACIONAIS (PERC) = 59 CONTRATAR TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA (CONTRATO) = 3 MONTAR E INSTALAR EQUIPAMENTOS (PERC) = 100 REALIZAR OBRAS CIVIS (PERC) = 65 REALIZAR OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA (PERC) = 80	26.356.746	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5105 DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE AMX COMPLEMENTAR DESENVOLVIMENTO DE AVIÃO MILITAR A JATO DE 1 OU 2 ASSENTOS, DE ATAQUE AO SOLO E DE RECONHECIMENTO, PARA MISSÕES A BAIXA ALTITUDE E ALTA VELOCIDADE SUB-SONICA. INICIALMENTE SERÃO FABRICADAS 266 AERONAVES PARA AS FORÇAS AEREAS DO BRASIL E DA ITALIA. DESENVOLVER PROJETO (H/HORA) = 88152	734.946	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5108 DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE EMB-145 DESENVOLVER E FABRICAR O PRIMEIRO JATO COMERCIAL DA EMPRESA, COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR 45 PASSAGEIROS, PROJETO, DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO A CARGO EXCLUSIVO DA EMBRAER, VISANDO AO ATENDIMENTO DA AVIAÇÃO REGIONAL DOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO. DESENVOLVER PROJETO (H/HORA) = 2203836	19.843.536	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5171 FABRICAÇÃO DE ESPOLETA ELETRICA FABRICAR ESPOLETAS ELETRICAS PARA ATENDER, BASICAMENTE, A DEMANDA DA PETROBRAS, COM A QUAL A IMBEL ELABOROU UM PROGRAMA DE INSTALAÇÃO DE UMA USINA PARA PRODUÇÃO DE 5.800.000 ESPOLETAS POR ANO. ADQUIRIR EQUIPAMENTOS IMPORTADOS (PERC) = 60 ADQUIRIR EQUIPAMENTOS NACIONAIS (PERC) = 75 CONTRATAR TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA (CONTRATO) = 1 MONTAR E INSTALAR EQUIPAMENTOS (PERC) = 95 REALIZAR OBRAS CIVIS (PERC) = 36 REALIZAR OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA (PERC) = 70	24.787.024	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.5286 MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL DA FABRICA DE ITAJUBA MODERNIZAR E ACELERAR O PROCESSO PRODUTIVO, ATRAVES DA SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS OBSOLETOS E DESGASTADOS DA FABRICA DE ITAJUBA. ADQUIRIR EQUIPAMENTOS IMPORTADOS (PERC) = 70	12.081.284	0	0	100	0	0	0	0

Exclusiva juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
13.075.0427.2326 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA NUTRICIONAL PROMOVER O CONTROLE DO ESTADO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO, ATRAVES DA NOTIFICAÇÃO DE CASOS, INVESTIGAÇÃO E DEMAIS MEDIDAS DE VIGILANCIA PERTINENTES.	3.889.219	0	0	0	0	0	100	0
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	34.061.782.837							
PROJETOS PRIORITARIOS	29.094.754.086							
13.075.0428.1093 ACOES DE SAUDE NA AMAZONIA LEGAL APRIMORAR O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO NO SETOR SAUDE NOS MUNICIPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRAS E DEMAIS MUNICIPIOS DA AMAZONIA LEGAL, MEDIANTE A INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES PROGRAMATICAS, A IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SISTEMICA E DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DO SETOR. MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 76 NUCLEO PROFISSIONALIZANTE MANTIDO (NUCLEO) = 120 PROJETO DE COOPERAÇÃO TECNICA PRESTADA (PROJ) = 48 SISTEMA REGIONAL DE SAUDE IMPLANTADO (SISTEMA) = 3	25.988.777	100	0	0	0	0	0	0
13.075.0428.1094 ACOES DE SAUDE NO NORDESTE RURAL - PROJETO NORDESTE I PRESTAR ASSISTENCIA MEDICO-SANITARIA NO NORDESTE RURAL A 720.000 HABITANTES, VISANDO REDUZIR EM 50% A MORTALIDADE INFANTIL, EM MENOS 20% A INCIDENCIA EM DOENÇAS PREVINIVEIS POR IMUNIZANTES, E EM 30% E 60%, RESPECTIVAMENTE, A MORTALIDADE PERI-NATAL E MATERNA. EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 4776 INSTALAÇÃO FISICA REFORMADA (UNIDADE) = 501 REFORMA E AMPLIAÇÃO EFETUADAS (UNIDADE) = 564 UNIDADE DE SAUDE CONSTRUIDA (UNIDADE) = 177 UNIDADE DE SAUDE EQUIPADA (UNIDADE) = 177 ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 12	55.226.158	0	100	0	0	0	0	0
13.075.0428.1095 ACOES DE SAUDE NO NORDESTE RURAL - PROJETO NORDESTE II PRESTAR ASSISTENCIA MEDICO-SANITARIA NO NORDESTE RURAL A 2.400.000 HABITANTES, VISANDO REDUZIR EM 50% A MORTALIDADE INFANTIL, EM 20% A INCIDENCIA EM DOENÇAS PREVINIVEIS POR IMUNIZANTES, E EM 30% E 60%, RESPECTIVAMENTE, A MORTALIDADE PERI-NATAL E MATERNA. EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 1656	149.435.490	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS NACIONAIS (PERC) = 30								
11.062.0347.5416 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROJETOS PROMOVER A CAPACITAÇÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA, ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROJETOS. DESENVOLVER ESTUDOS E PESQUISAS (H/HORA) = 661149	5.879.565	0	0	100	0	0	0	0
11.062.0347.6007 CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA REALIMENTAR PROGRAMAS EM FASE DE PRODUÇÃO COM A FINALIDADE DE ATUALIZAÇÃO, DE POSSÍVEIS MODIFICAÇÕES E MELHORIAS. DESENVOLVER ESTUDOS E PESQUISAS (H/HORA) = 1322301	11.881.623	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.554.236.533							
0456 CONTROLE DA POLUIÇÃO	183.385.198							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	183.385.198							
11.062.0456.5306 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL IMPLANTAR SISTEMAS E OBRAS QUE PERMITAM REDUZIR A NÍVEIS ACEITÁVEIS OS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE POR DEJETOS/REJEITOS INDUSTRIAIS, BEM COMO CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS. ADQUIRIR EQUIPAMENTOS (PERC) = 88 ADQUIRIR EQUIP. P/SIST. PRESSURIZAÇÃO (UNID) = 73 ELABORAR PROJETO (PROJETO) = 216 MONTAR E INSTALAR EQUIPAMENTOS (PERC) = 98 REALIZAR OBRAS CONSTRUÇÃO CIVIL (PERC) = 85	183.385.198	0	0	100	0	0	0	0
063 COMÉRCIO	132.569.721							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	6							
DEMAIS PROJETOS	6							
0024 INFORMÁTICA	90.802.714							
DEMAIS PROJETOS	90.802.714							
0353 COMERCIALIZAÇÃO	36.036.564							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	29.099.330							
11.063.0353.4047 COORDENACAO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E COMERCIAL DOS PRODUTOS FLORESTAIS MANTER OS ATUAIS NIVEIS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FLORESTAIS, ATENDER A PEQUENA E MEDIA EMPRESA, FINANCIAR A SAFRA DA BORRACHA NATURAL E MANTER O ESTOQUE REGULADOR. ESTOQUE REGULADOR (T) = 1000 CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE SAFRA (T) = 15000 ESTUDO E DIAGNOSTICO (UNID) = 3600 ESTUDO SOBRE NOVOS MATERIAIS (ESTUDO) = 18	29.099.330	0	0	0	0	0	96	4
DEMAIS PROJETOS	6.937.234							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	5.730.437							
PROJETOS PRINCIPAIS	5.730.437							
11.063.0411.2011 COORDENACAO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS COORDENAR, ACOMPANHAR E ANALISAR OS PROJETOS DE COOPERACAO E ASSISTENCIA TECNICA. PROJETO DE COOPERACAO TECNICA PRESTADA (PROJ) = 44	3.304.940	0	0	0	0	0	100	0
11.063.0411.2017 PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS PROMOVER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA.	2.425.497	0	0	0	0	0	0	100
064 SERVICOS FINANCEIROS	18.676.528.673							
0361 SEGUROS E CAPITALIZACAO	66.008.433							
DEMAIS PROJETOS	66.008.433							
0362 SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS	14.885.647.303							
DEMAIS PROJETOS	14.885.647.303							
1362	3.724.872.937							
DEMAIS PROJETOS	3.724.872.937							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
066 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL	105.549.735							
0375 METROLOGIA	81.434.697							
PROJETOS PRINCIPAIS	81.434.697							
11.066.0375.2404 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL ASSEGURAR A EXATIDÃO DAS MEDIÇÕES EFETIVADAS POR INSTRUMENTOS DE MEDIR E POR MEDIDAS UTILIZADAS EM TRANSAÇÕES COMERCIAIS E QUE ENVOLVAM SEGURANÇA E SAÚDE. EXAME REALIZADO (EXAME) = 3006235 INSPEÇÃO REALIZADA (UNIDADE) = 125900 INSTRUMENTO E MEDIDA APROVADOS (UNID) = 26400000	81.434.697	0	0	2	0	0	98	0
0376 REGISTRO DE EMPRESAS	24.115.038							
PROJETOS PRINCIPAIS	9.004.500							
11.066.0376.1190 MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO PROMOVER E INCENTIVAR A MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO, ATRAVÉS DA INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS. IMPLANTAÇÃO DA MICROFILMAGEM (JUNTA) = 20 REORGANIZAÇÃO DE JUNTA COMERCIAL (JUNTA) = 27	9.004.500	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	15.110.538							

Excluído Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
12 RELAÇÕES EXTERIORES	1.028.849.592							
007 ADMINISTRACAO	38.277.493							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	38.277.493							
DEMAIS PROJETOS	38.277.493							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	20.148.477							
0034 DIVIDA EXTERNA	20.148.477							
DEMAIS PROJETOS	20.148.477							
063 COMERCIO	10.944.395							
0355 PROMOCAO EXTERNA DO COMERCIO	10.944.395							
PROJETOS PRINCIPAIS	10.944.395							
12.063.0355.2066 PROMOCAO COMERCIAL DO BRASIL NO EXTERIOR	10.944.395	0	0	0	0	0	45	55
APROXIMAR A OFERTA BRASILEIRA DE BENS E SERVIÇOS DA DEMANDA EXTERNA, MEDIANTE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA EXPORTADORA, PREPARAÇÃO DO EMPRESARIADO PARA CONTATOS E DIVULGAÇÃO DA IMAGEM E DO POTENCIAL EXPORTADOR DO BRASIL.								
OPERAÇÃO COMERCIAL E INVEST.APOIADO (VISITA) = 180								
PUBLICAÇÃO EDITADA (PUBLICAÇÃO) = 300000								
SISTEMA COMERCIAL INFORMATIZ.INSTALADO (SISTEMA) = 60								
FEIRAS PROMOVIDAS (UNIDADE) = 210								
PRODUTO E MERCADO PESQUISADO (UNIDADE) = 240								
072 POLITICA EXTERIOR	959.479.227							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	35.162.617							
DEMAIS PROJETOS	35.162.617							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	4.544.328							
PROJETOS PRINCIPAIS	4.544.328							

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
12.072.0045.2067 NEGOCIACOES COMERCIAIS, ECONOMICAS, FINANCEIRAS E TECNICAS PROMOVER AS AÇÕES NO PLANO BILATERAL E MULTILATERAL PARA VIABILIZAR O INTERESSE BRASILEIRO NAS AREAS ECONOMICA, COMERCIAL, FINANCEIRA, TECNICA E TECNOLOGICA. ESTUDO, PESQUISA E LEVANTAMENTO REALIZADOS (PESQ) = 53 SEMINARIO E REUNIÃO INTERMINIST.REALIZADA (UNID) = 37	4.544.328	0	0	0	0	0	1	99
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	450.193							
PROJETOS PRIORITARIOS	450.193							
12.072.0057.2058 COLETA E DISSEMINACAO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOGICAS OPERACIONALIZAR, NO EXTERIOR, SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CUNHO CIENTIFICO E TECNOLOGICO PARA USO NO BRASIL, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS QUE PROMOVAM A TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA DE PONTA PARA EMPRESAS NACIONAIS, BEM COMO DISSEMINAR A CAPACITAÇÃO DO PAIS EM CIENCIA E TECNOLOGIA. APOIO A TECNICOS E CIENTISTAS RECEBIDOS (UNIDADE) = 120 INFORMAÇÃO COLETADA E TRANSMITIDA (MIL) = 6 PROJ.DE TRANF. DE TECNOLOGIAS INICIADOS (PROJ) = 90	450.193	0	0	0	0	0	13	87
0247 DIFUSAO CULTURAL	14.049.540							
DEMAIS PROJETOS	14.049.540							
0410 RELACOES DIPLOMATICAS	742.675.675							
PROJETOS PRINCIPAIS	730.304.275							
12.072.0410.1015 RECUPERACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO E ARTISTICO PROMOVER A RECUPERAÇÃO DE IMOVEIS PARA INSTALAÇÃO PERMANENTE DE MISSÕES DIPLOMATICAS E REPARTIÇÕES CONSULARES E RECOMPOR O PATRIMONIO DA UNIÃO, NO PAIS E NO EXTERIOR, PARA SUSTAR A SUA DETERIORAÇÃO. ACERVO PRESERVADO (UNIDADE) = 85 PREDIO RECUPERADO (M2) = 2000	7.517.056	0	0	0	0	0	84	16
12.072.0410.2060 EXECUCAO DA POLITICA EXTERIOR ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO E A OPERACIONALIDADE DA REDE DE POSTOS NO EXTERIOR, GARANTIR A PROTEÇÃO A SAUDE DE SEUS FUNCIONARIOS E SERVIDORES E DEFENDER OS INTERESSES DE PESSOAS FISICAS E JURIDICAS	717.238.959	0	0	0	0	0	7	93

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
BRASILEIRAS CONGRESSO E CONFERENCIA REALIZADO (UNIDADE) = 450 DIPLOMATA REMOVIDO (UNIDADE) = 1500 EMBAIXADA E REPART. CONSULAR MANTIDA (UNIDADE) = 165 BRASILEIRO REPATRIADO (PESSOA) = 94								
12.072.0410.2062 DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS IMPLANTAR E INSPECIONAR MARCOS FÍSICOS NAS FRONTEIRAS EXTERNAS DO PAÍS E REALIZAR CAMPANHAS PERIÓDICAS DE VERIFICAÇÃO NAS FRONTEIRAS SECAS E UMIDAS COM OS PAÍSES LIMITROFES. CAMPANHA DE FRONTEIRA REALIZADA (UNIDADE) = 30 LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICOS REALIZ. (KM) = 9600 MARCO FÍSICO IMPLANT. E INSPECIONADO (UNIDADE) = 5400	5.548.260	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	12.371.400							
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	162.596.874							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	1.952.026							
12.072.0411.2140 PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL COORDENAR E EXECUTAR PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O BRASIL E OUTROS PAÍSES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS.	1.952.026	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	160.644.848							
12.072.0411.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.	153.960.941	0	0	0	0	0	0	100
12.072.0411.2065 COOPERAÇÃO EXTERNA PARA O DESENVOLVIMENTO DESENVOLVER, APROFUNDAR E NEGOCIAR A NÍVEL POLÍTICO MECANISMOS E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E VIABILIZAR A DIFUSÃO DAS TÉCNICAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS A PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO. BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 555 MISSÃO TÉCNICA AO EXTERIOR REALIZADA (UNIDADE) = 36 MISSÃO TÉCNICA ESTRANGEIRA RECEBIDA (UNIDADE) = 30	6.683.907	0	0	0	0	0	53	47

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
13 SAÚDE E SANEAMENTO	49.973.247.122							
007 ADMINISTRAÇÃO	1.906.892.647							
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.879.864.315							
DEMAIS PROJETOS	1.879.864.315							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	27.028.332							
DEMAIS PROJETOS	27.028.332							
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	66.801.070							
0033 DÍVIDA INTERNA	4.171.910							
DEMAIS PROJETOS	4.171.910							
0034 DÍVIDA EXTERNA	62.629.160							
DEMAIS PROJETOS	62.629.160							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	7.789.512							
0206 ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO	7.789.512							
DEMAIS PROJETOS	7.789.512							
010 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.388.656							
0055 PESQUISA APLICADA	1.388.656							
DEMAIS PROJETOS	1.388.656							
017 PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	53.520.201							
0103 PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA	53.520.201							
PROJETOS PRIORITÁRIOS	53.520.201							
13.017.0103.4048 FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS PLANEJAR COORDENAR AUXILIAR E EXECUTAR AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS. FISCALIZAÇÃO DA PESCA (UNIDADE) = 4300 FISCALIZAÇÃO REALIZADA (RELATÓRIO) = 17	53.520.201	20	14	0	0	0	66	0

Excluído juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
075 SAUDE	44.152.471.186							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	9.510.242							
DEMAIS PROJETOS	9.510.242							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	2.068.298.513							
PROJETOS PRINCIPAIS	19.789.074							
13.075.0021.2159 COORDENACAO DAS ACOES DE SAUDE GARANTIR O ACESSO DA POPULACAO AOS SERVICOS BASICOS DE SAUDE, VISANDO A REDUCCAO NA MORBIDADE E MORTALIDADE, PARTICULARMENTE DAS DOENCAS TRANSMISSIVAS.	19.789.074	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	2.048.509.439							
0023 DIVULGACAO OFICIAL	5.262.723							
DEMAIS PROJETOS	5.262.723							
0024 INFORMATICA	48.478.505							
DEMAIS PROJETOS	48.478.505							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	51.974							
DEMAIS PROJETOS	51.974							
0032 CONTROLE INTERNO	4.346.756							
DEMAIS PROJETOS	4.346.756							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	35.052.823							
DEMAIS PROJETOS	35.052.823							
0044 INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	145.435.986							
PROJETOS PRINCIPAIS	145.435.986							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
13.075.0044.2311 OPERACIONALIZACAO DE SISTEMA DE INFORMACAO DAR TRATAMENTO AOS DADOS COLETADOS, TRANSFORMANDO-OS EM INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE SAUDE E DIFUNDINDO METODOS DE AVALIAÇÃO E TRANSFERENCIA DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS. SISTEMA CONTROLADO (SISTEMA) = 12	145.435.986	0	0	0	0	0	100	0
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	152.005.531							
PROJETOS PRIORITARIOS	14.330.171							
13.075.0054.4061 ESTUDOS DE POLITICA E PLANEJAMENTO EM SAUDE DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E MODELOS PARA SUBSIDIAR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE NO PAIS.	14.330.171	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS	137.675.360							
13.075.0054.1106 PESQUISA FUNDAMENTAL EM CIENCIA E TECNOLOGIA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO, PROPORCIONANDO AOS ORGÃOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAR SEUS PROJETOS ESPECIFICOS DE PESQUISA. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 99	23.683.174	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0054.4062 ESTUDOS BIOMEDICOS FUNDAMENTAIS INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLOGICA VOLTADA PARA AS GRANDES ENDEMIAS QUE ACOMETEM A POPULAÇÃO BRASILEIRA. PUBLICAÇÃO REALIZADA (PUBLICAÇÃO) = 837 PESQUISAS DESENVOLVIDAS (PESQ) = 183	113.992.186	0	0	0	0	0	100	0
0055 PESQUISA APLICADA	406.295.332							
PROJETOS PRIORITARIOS	315.299.086							
13.075.0055.1109 INFRA-ESTRUTURA EM CIENCIA E TECNOLOGIA ADEQUAR A INFRAESTRUTURA FISICA DOS ORGÃOS, VISANDO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E PRODUÇÃO. PREDIO CONSTRUIDO (M2) = 1 BIOTERIO AMPLIADO (UNID) = 1 PREDIO AMPLIADO (UNID) = 1	315.299.086	28	0	0	0	0	72	0

Exclusive Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	68.656.095							
13.075.0055.1091 PESQUISA APLICADA EM CIENCIA E TECNOLOGIA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO, PROPORCIONANDO AOS ORGAOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAR SEUS PROJETOS ESPECIFICOS DE PESQUISA. ANIMAL DE LABORATORIO FORNECIDO (ANIMAL) = 100 ANIMAL MANTIDO (ANIMAL) = 400 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 100 PESQUISA CONTRATADA (PESQUISA) = 57 PUBLICAÇÃO E EDIÇÃO (PUBLICAÇÃO) = 15 FARMACO PESQUISADO (FARMACO) = 324 PRINCIPIO ATIVO EXTRAIDO (UNIDADE) = 12 FARMACO DESENVOLVIDO POR BIOTECNOLOGIA (FARMACO) = 12	19.048.051	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0055.2575 COORDENACAO E MANUTENCAO DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE SUPORTE E APOIO LOGISTICO PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO NO QUE DIZ RESPEITO AOS PROJETOS DE PESQUISA IMPLEMENTADAS PELO ORGAO.	49.608.044	0	0	100	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	22.340.151							
0057 INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	224.331.256							
PROJETOS PRIORITARIOS	223.855.588							
13.075.0057.2311 OPERACIONALIZACAO DE SISTEMA DE INFORMACAO DAR TRATAMENTO AOS DADOS COLETADOS, TRANSFORMANDO-OS EM INFORMAÇÕES ESTATISTICAS SOBRE SAUDE E DIFUNDINDO METODOS DE AVALIAÇÃO E TRANSFERENCIA DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS. INFORMAÇÃO COLETADA E TRANSMITIDA (MIL) = 270000 ORGAOS INTEGRADOS (UNID) = 8 SISTEMA DESENVOLVIDO (UNID) = 1 UNIDADE FEDERADA ASSESSORADA (UNIDADE) = 27	119.900.467	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0057.4057 EDUCACAO EM SAUDE E MOBILIZACAO COMUNITARIA DESENVOLVER METODOS E TECNICAS PARTICIPATIVAS JUNTO AS COMUNIDADES PARA MAIOR REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE DE SAUDE E ADOÇÃO DAS MEDIDAS E CONTROLE DOS AGRAVOS. CAMPANHA EDUCATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) = 30	103.955.121	0	0	0	0	0	100	0

Exclui-se Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	475.668							
13.075.0057.2311 OPERACIONALIZACAO DE SISTEMA DE INFORMACAO DAR TRATAMENTO AOS DADOS COLETADOS, TRANSFORMANDO-OS EM INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE SAUDE E DIFUNDINDO METODOS DE AVALIAÇÃO E TRANSFERENCIA DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS. INFORMAÇÃO COLETADA E TRANSMITIDA (MIL) = 270000 ORGAOS INTEGRADOS (UNID) = 8 SISTEMA DESENVOLVIDO (UNID) = 1 UNIDADE FEDERADA ASSESSORADA (UNIDADE) = 27	475.668	0	0	0	0	0	100	0
0058 TESTES E ANALISE DE QUALIDADE	4.595.851							
DEMAIS PROJETOS	4.595.851							
0205 ENSINO DE GRADUACAO	24.286.037							
PROJETOS PRINCIPAIS	24.286.037							
13.075.0205.2323 MANUTENCAO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE MANAUS PROMOVER A FORMAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA AREA DE ENFERMAGEM DE NIVEL SUPERIOR E MEDIO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA AREA. REALIZAR ESTUDOS E PESQUISAS NO CAMPO DA ENFERMAGEM. ALUNO MANTIDO - NIVEL MEDIO (ALUNO) = 480 ALUNO MATRICULADO - NIVEL SUPERIOR (ALUNO) = 40	24.286.037	100	0	0	0	0	0	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	175.644.234							
PROJETOS PRIORITARIOS	45.677.823							
13.075.0217.4068 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ESPECIALIZADOS A NIVEL MEDIO E DE ALTO NIVEL ATRAVES DE OFERECIMENTO DE CURSOS DE POS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU DOTANDO O SISTEMA UNICO DE SAUDE DE PESSOAL QUALIFICADO. PESSOAL MATRIC.POS-GRADUAÇÃO "LATO-SENSU"(PESSOA) = 2118 PESSOAL MATRIC.POS-GRADUA. "STRICTO-SENSU" (PES) = 120 ALUNO MATRICULADO - NIVEL SUPERIOR (ALUNO) = 561	45.677.823	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>ENSINO TECNICO REGULAR (ALUNO) = 390 APERFEIÇOAMENTO E RECICLAGEM (ALUNO) = 121050 RESIDENCIA MEDICA (MEDICO) = 174</p> <p>PROJETOS PRINCIPAIS</p> <p>13.075.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE. CAPACITAÇÃO NO PAIS (PESSOA) = 100000 CURSO ESPECIALIZADO (EVENTO) = 42 EVENTO TECNICO-CIENTIFICO REALIZADO (EVENTO) = 36 PESSOA TREINADA (PESSOA) = 2100 PROJETO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (PROJ) = 12 SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO IMPLANTADO (SISTEMA) = 1 UNIDADE FEDERADA ASSESSORADA (UNIDADE) = 20 SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 573</p> <p>0246 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0411 COOPERACAO INTERNACIONAL</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0427 ALIMENTACAO E NUTRICAO</p> <p>PROJETOS PRIORITARIOS</p> <p>13.075.0427.1115 ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL OFERECER SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR A POPULAÇÕES CARENTES, VISANDO DIMINUIR O INDICE DE MORTALIDADE INFANTIL E OS NIVEIS GERAIS DE DESNUTRIÇÃO, PROPORCIONANDO A POPULAÇÃO, ATRAVES DO ACESSO AOS POSTOS DE SAUDE, O RECEBIMENTO DE CUIDADOS BASICOS DE SAUDE. ALIMENTO DISTRIBUIDO (T) = 373492 CRIANÇA DESNUTRIDA ATENDIDA (CRIANÇA) = 427800 IODADO DE POTASSIO ADQUIRIDO (KG) = 92000 PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) = 32286374</p>	129.966.411							
	129.966.411	0	0	0	0	0	100	0
	159.375							
	159.375							
	48.463.002							
	48.463.002							
	487.879.551							
	487.879.551							
	483.990.332	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>INSTALAÇÃO FÍSICA REFORMADA (UNIDADE) = 7868 REFORMA E AMPLIAÇÃO EFETUADAS (UNIDADE) = 2112 UNIDADE DE SAÚDE CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 801 UNIDADE DE SAÚDE EQUIPADA (UNIDADE) = 1206 ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 18</p>								
<p>13.075.0428.1096 INFRA-ESTRUTURA EM SERVIÇOS DE SAÚDE FORTALECER A INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES DE SAÚDE (HOSPITAIS, UNIDADES MISTAS, CENTROS E POSTOS DE SAÚDE, LABORATORIOS) EM TERMOS DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, BUSCANDO-SE A MAIOR EFICÁCIA DOS SERVIÇOS. UNIDADE DE SAÚDE CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 64 UNIDADE DE SAÚDE EQUIPADA (UNIDADE) = 1556 UNIDADE DE SAÚDE REFORMADA (UNIDADE) = 45 UNIDADE DE SAÚDE AMPLIADA (M2) = 14</p>	20.688.367	0	0	0	0	0	100	0
<p>13.075.0428.1101 APOIO TÉCNICO AS AÇÕES DE SAÚDE APOIAR TÉCNICAMENTE AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE NO PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE, BEM COMO EM TERMOS DE DIAGNÓSTICOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS. LABORATÓRIO MANTIDO (UNIDADE) = 82</p>	1.169.069	0	0	0	0	0	100	0
<p>13.075.0428.1103 IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS PROMOVER A MELHORIA OPERACIONAL DOS SERVIÇOS DE COLETA, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE E HEMODERIVADOS OBJETIVANDO A GARANTIA DA QUALIDADE E A DISPONIBILIDADE PERMANENTE DOS PRODUTOS. TREINAMENTO DE TÉCNICO (PESSOA) = 1500 ELABORACAO DE NORMAS CONTROLE QUALIDADE (NORMA)= 30 FISCALIZACAO (ACOES/ANO) 900 APOIO A CRIACAO DE CENTROS DE HEMOTERAPIA (CENTRO)= 73</p>	64.166.523	0	0	0	0	0	100	0
<p>13.075.0428.1104 CONTROLE DA MALARIA NA BACIA AMAZONICA REDUZIR A INCIDENCIA DA DOENÇA NA BACIA AMAZONICA, ZONA DE ALTA TRANSMISSÃO, EM VIRTUDE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO ECONÓMICA DA REGIÃO, ONDE O FLUXO MIGRATORIO DESCONTROLADO EXIGE UM CONTROLE MAIS AMPLO DAS AÇÕES PREVENTIVAS E CURATIVAS. BORRIFAÇÃO REALIZADA (BORRIFAÇÃO) = 9139200 EXAME LABORATORIAL REALIZADO (EXAME) = 8670 TRATAMENTO DE CASO REALIZADO (PESSOA) = 1683000</p>	15.117.119	100	0	0	0	0	0	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
13.075.0428.1105 CONTROLE DE DOENCAS ENDEMICAS NO NORDESTE ALTERAR PANORAMA SANITARIO DO NORDESTE COM RELAÇÃO A ESQUISTOSSOMOSE, DOENÇA DE CHAGAS E LEISHMANIOSES, ATRAVES DAS AÇÕES DE CONTROLE. REDUZIR A OCORRENCIA DA AIDS/SIDA. APLICAÇÃO DE MOLUSCICIDAS EM FOCOS (UNIDADE) = 78000 BORRIFAÇÃO PARA REDUÇÃO FLEBOTOMOS (BORRIFAÇÃO) = 990000 EXAME LABORATORIAL REALIZADO (EXAME) = 4500 EXAME COPROSCOPICO PARA ESQUISTOSSOMOSE (EXAME) = 19569000 TRATAMENTO DE ESQUISTOSSOMOTICO (PESSOA) = 2614500 CÃO EXAMINADO PARA DIAGNOSTICO DO CALAZAR (EXAME) = 4500000 DOADOR DE SANGUE CADASTRADO (PESSOA) = 20000 PESQUISA EM COLEÇÕES HIDRICAS (PESQUISA) = 753000	5.993.376	0	100	0	0	0	0	0
13.075.0428.2312 NORMATIZACAO E COORDENACAO DE SERVICOS DE SAUDE NORMATIZAR E COORDENAR AS AÇÕES DO SISTEMA DE SAUDE EM SEUS DIFERENTES NIVEIS DE ATUAÇÃO, OBJETIVANDO O FORTALECIMENTO DE SUA CAPACIDADE TECNICO-OPERACIONAL. ASSISTENCIA ODONTOLOGICA PRESTADA (UNIDADE) = 54000000 ASSISTENCIA TECNICA (UNIDADE) = 40 ATIVIDADE ODONTOLOGICA IMPLANTADA (UNIDADE) = 9 CAPACITAÇÃO NO PAIS (PESSOA) = 9000 CASO TRATADO (UNIDADE) = 855258 ESTUDO EXISTENC. EM SAUDE BUCAL EFETUADO (PESQ) = 3 EVENTO TECNICO-CIENTIFICO REALIZADO (EVENTO) = 6 EXAME LABORATORIAL REALIZADO (EXAME) = 9000 IMPRESSO PUBLICADO (EXEMPLAR) = 9834000 INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLOGICA (UNIDADE) = 54 MATERIAL INSTRUCIONAL PRODUZIDO (UNIDADE) = 6150000 PREVENÇÃO DE CASOS DE SIFILIS TRANSFUSIONAL (PES) = 600 PREVENÇÃO DE SIFILIS CONGENITO (PESSOA) = 9000 REGISTRO DE NORMA NACIONAL (NORMA) = 9 SAL DE HIDRATAÇÃO ORAL DISTRIBUIDO (MIL) = 15000 SISTEMA REGIONAL DE SAUDE IMPLANTADO (SISTEMA) = 900 SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO IMPLANTADO (SISTEMA) = 3 TESTE SOROLOGICO (AMOSTRA) = 3600000 TREINAMENTO PESSOAL P/CONTROLE DA AIDS (PESSOA) = 25989 TREINAMENTO DE TECNICO (PESSOA) = 4680 UNIDADE DA FEDERAÇÃO ATENDIDA (UNIDADE) = 27 UNIDADE FEDERADA ASSESSORADA (UNIDADE) = 67 UNIDADE FEDERADA SUPERVIS. E AVALIADA (UNID) = 27 VACINA APLICADA (DOSE) = 326031 AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO APOIADA (PROJETO) = 1290 ELABORAÇÃO DE NORMAS (NORMA) = 54	16.598.645	0	0	0	0	0	100	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>EVENTO, SEMINARIO E REUNIÃO TECNICA (UNID) = 597 TREINAMENTO DE PESSOAL (CURSO) = 933 CAMPANHA EDUCATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) = 72 LABOR. HISTOCOMPATIBILIDADE CADASTRADO (LABORT) = 90 CAMPANHA NAC. PREV. QUEIMADURA REALIZADA (CAMP) = 3 CENTROS DE NUTR. PARENTERAL E ENTERAL (CENTRO) = 150 CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE CADASTRADOS (CENTRO) = 300 NORMAS DE ACREDITAMENTO ELABORADOS (NORMAS) = 3 CENT. DE REFER. DE SAUDE E TRAB. EQUIP. (CENTROS) = 72 LABORAT. DE TOXICOL. REFER. NAC. EQUIP. (LABORT) = 15 CURSOS EPIDEM.DO ENVEL. MINISTRADOS (CURSO) = 15 UNIDADES DE REABIL./SERVIÇOS BAS. EQUIP. (UNID) = 66 PESQUISA SITUAÇÃO PES. IDOSA REALIZ. (PESQ) = 3 PESSOAL CAPAC. EM EMERGENCIA REG. NO (PESSOA) = 75 PES. CAPAC. EM EMERG. REGIÃO NE (PESSOA) = 5546 PESSOAL CAPAC. EM EMERGENCIA REG. SO (PESSOA) = 45 PESSOAL CAPACITADO EM EMERG. REG. CO (PESSOA) = 75 PES. CAPAC. EM EMERGENCIA REGIÃO SUL (PESSOA) = 60 PROGRAMA DE ASSISTENCIA TECNICA IMLEM. (PROJ) = 3 HOSP. EMERG. PREP. COMO CENT. DE TRAUMAS (HOSP) = 15 CENT.TREIN. BOMB. CRIADOS NAS UNID.FED. (CENTRO) = 81</p>	23.463.320.718	0	0	0	0	0	100	0
<p>13.075.0428.2317 PARTICIPACAO NA MANUTENCAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE PRESTAR ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITARIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE. ASSISTENCIA ODONTOLOGICA PRESTADA (UNIDADE) = 18000000 CONSULTA AMBULATORIAL REALIZADA (PESSOA) = 1267236 CONSULTA DE EMERGENCIA REALIZADA (PESSOA) = 317820 EXAME LABORATORIAL REALIZADO (EXAME) = 3153 LEITO OFERECIDO (LEITO) = 9000 ATENDIMENTO AMBULATORIAL REALIZADO (ATEND) = 1002000 INTERNAÇÕES REALIZADAS (INTERN) = 48000000</p>	2.795.487.310	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
TRATAMENTO DE CASO REALIZADO (PESSOA) = 2614500 ELABORACAO DE SISTEMA (UNID)= 1 PROJETOS DE COOPERACAO TECNICA (UNID)= 8 PESQUISAS (UNID)= 10 ELABORACAO DE NORMAS (UNID)= 6 13.075.0428.2513 ASSISTENCIA MEDICO-SANITARIA A COMUNIDADES INDIGENAS PROMOVER A MELHORIA DAS AÇOES MEDICO-SANITARIA DAS COMUNIDADES INDIGENAS. SISTEMA IMPLANTADO (UNID) = 45 PROJETO ELABORADO (PROJ) = 30 SISTEMA LOCAL IMPLANTADO (SYSTEM) = 15	105.082.036	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.2637 CONTRATO DE GESTAO COM A ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS CIRURGIA EFETUADA (UNIDADE) = 17400 CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL (UNIDADE) = 8 EXAME COMPLEMENTAR (EXAME) = 1200000 MEDICO RESIDENTE MANTIDO (PESSOA) = 321 ATENDIMENTO MEDICO-AMBULATORIAL (CONSULTA) = 1050000 POS-GRAD. E MESTRADO STRICTU-SENSU (ALUNO) = 459 INTERNAÇÕES REALIZADAS (INTERN) = 18600	787.913.990	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.3305 PROGRAMA DE COMBATE A AIDS PROMOVER AÇÕES QUE PERMITAM O ADEQUADO TRATAMENTO, CONTROLE E REDUÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR AIDS. INTERNACOES HOSPITALARES (UNID)= 24000 EXAMES LABORATORIAIS (UNID)= 3000000 INTERNACOES DOMICILIARES (UNID)= 21000 CAMPANHAS EDUCATIVAS (UNID)= 6 CREDENCIAR LABORATORIOS REGIONAIS (UNID)= 7 CRIACAO DE CENTROS DE SOROLOGIA ANONIMA (CENTRO)= 300 REALIZACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS (UNID)= 8	180.000.000	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.3306 PROGRAMA DE ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL PROMOVER AÇÕES PROGRAMATICAS DE PROTEÇÃO A SAÚDE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA MULHER EM PERIODO FER- TIL. PROJETOS DE INTERCAMBIO TECNOLÓGICO (UNID)= 27 CAMPANHAS EDUCATIVAS (UNID)= 30 NORMAS DE PROCEDIMENTOS (UNID)= 60 TREINAMENTOS (PESSOA) 1500	99.999.999	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.3308 PROMOCAO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SERVICOS DE SAUDE REESTRUTURAR E REEQUIPAR A REDE HOSPITALAR, ATRAVES DE LINHA DE FINANCIAMENTO A HOSPITAIS PÚBLICOS E	999.999.999	0	0	0	0	0	100	0

Exclusive Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PRIVADOS FILANTRÓPICOS, BUSCANDO-SE A MAIOR EFICIÊNCIA DO SISTEMA. LEITOS A SEREM OFERECIDOS (UNID)= 27000 HOSPITAIS A SEREM FINANCIADOS (HOSPITAL)= 150 13.075.0428.3309 IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA - CENEPI PROMOVER O FORTALECIMENTO DO CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA, PROPORCIONANDO AO SISTEMA DE CONTROLE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO E USO COORDENADO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA NO PAÍS. UNIDADES FEDERADAS ASSISTIDAS (UF)= 27 SISTEMA DESENVOLVIDO (SISTEMA)= 1 ANÁLISE DAS AÇÕES EMPREENHIDAS (UNID)= 12 ELABORAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS (NORMAS)= 60 AÇÕES EMERGENCIAIS REALIZADAS (ACOES)= 30	199.999.998	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.4057 EDUCAÇÃO EM SAÚDE E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER MÉTODOS E TÉCNICAS PARTICIPATIVAS JUNTO AS COMUNIDADES PARA MAIOR REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE DE SAÚDE E ADOÇÃO DAS MEDIDAS E CONTROLE DOS AGRAVOS. CAMPANHA EDUCATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) = 30	814.283	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.4069 SISTEMA NACIONAL DE AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE ENVOLVER A COMUNIDADE NAS AÇÕES DE SAÚDE ATRAVÉS DE TREINAMENTO DE AGENTES DE SAÚDE QUE ATUARÃO NA COMUNIDADE ONDE VIVEM. AGENTE COMUNITÁRIO TREINADO (PESSOA) = 150000 TREINAMENTO REALIZADO (UNID) = 30	107.752.229	0	0	0	0	0	100	0
PROJETOS PRINCIPAIS 13.075.0428.2151 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PROPORCIONAR ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA À COMUNIDADE EM NÍVEL PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO SOB REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO.	2.288.962.358 719.723.895	0	0	0	0	0	100	0
13.075.0428.2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE	1.569.238.463	1	20	36	16	13	14	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>CADA UNIDADE. ASSISTENCIA ODONTOLOGICA PRESTADA (UNIDADE) = 180000000 CONSULTA AMBULATORIAL REALIZADA (PESSOA) = 1267236 CONSULTA DE EMERGENCIA REALIZADA (PESSOA) = 317820 EXAME LABORATORIAL REALIZADO (EXAME) = 3153 LEITO OFERECIDO (LEITO) = 9000 ATENDIMENTO AMBULATORIAL REALIZADO (ATEND) = 1002000 INTERNAÇÕES REALIZADAS (INTERN) = 48000000</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0430 VIGILANCIA SANITARIA</p> <p>PROJETOS PRIORITARIOS</p> <p>13.075.0430.2570 COORDENACAO NORMATIVA DO SISTEMA DE PROTECAO A SAUDE - SUS COORDENAR EM ARTICULAÇÃO COM ESTADOS, MUNICIPIOS E OUTROS SETORES DO GOVERNO FEDERAL A ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE NORMAS E PADRÕES TECNICOS PARA PROTEÇÃO A SAUDE, ADOTANDO ENFOQUE EPIDEMIOLOGICO NA DEFINIÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE RISCOS, BEM COMO IMPLANTAR E MANTER REDE NACIONAL DE LABORATORIOS PARA CONTROLE DE QUALIDADE EM SAUDE. NORMAS PARA SEGURANCA DO USO DE AGROTOXICOS (UNID)= 120 NORMAS PARA A QUALIDADE DE EQUIP. BIOMEDICOS (UNID) 60 NORM. PARA CONTR. SANIT. EM ESTAB. REL.SAUDE (UNID) 30 NORMAS PARA A QUALIDADE DE MEDICAMENTOS (UNID)= 800 NORMAS PARA A QUALIDADE DE SANEANTES (UNID)= 300 NORMAS PARA CONTR. SANITARIO EM SERV. SAUDE (UNID)= 30 NORMAS SANITARIAS RELAT. A CARGAS PERIGOSAS (UNID)= 15 CONTR.DA QUALIDADE DA AGUA DE CONSUMO HUMANO (INSP) 30 NORMAS CONTR. SANIT. DOS AMBIENTES DE TRAB. (UNID)= 70 NORMAS DE CONTR. USO DE MERCURIO EM GARIMPOS (UNID) 3 NORMAS PARA A QUALIDADE DE ALIMENTOS (UNID)= 300 NORMAS PARA A QUALIDADE DE COSMETICOS (UNID)= 150 ESTUDO IMPLIC. SANIT. USO METANOL COMO COMB. (PROJ) 1</p> <p>13.075.0430.2574 COORDENACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE PROTECAO A SAUDE - SUS COORDENAR A NIVEL NACIONAL AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO A SAUDE, MANTENDO AS ARTICULAÇÕES NECESSARIAS COM ESTADOS E MUNICIPIOS , BEM COMO PROMOVER ESTUDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE A AREA EM CONJUNTO COM OS DEMAIS SETORES DO GOVERNO FEDERAL, BEM COMO EXECUTAR CONTROLE DE RISCOS A SAUDE EM PORTOS,</p>	2.678.066.393							
	1.002.108.232							
	1.001.337.665							
	245.741.278	0	0	0	0	0	100	0
	695.596.387	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>AEROPORTOS E FRONTEIRAS INTERNACIONAIS.</p> <p>APOIO A UN.FED. P/REALIZ. ATIV. INSP. E FISC. (U.F.) 27</p> <p>DESC. ROTINAS OPERACIONAIS DA AREA DE PRODUTOS (UF) 24</p> <p>IMPL.SERV.REG.DE VIG.SANIT.PORT.,AEROP.FRONT.(SERV) 27</p> <p>MANUT. ATIV. SANIT. PORT.,AEROP. E FRONT.(INSPECAO) 7000</p> <p>APOIO A PROG. ORIENT. AO CONSUMIDOR/USUARIO (PROG)= 27</p> <p>ELAB. DE PROGRAMA DE FARMACOVIGILANCIA (PROJ)= 1</p> <p>APOIO A LABORATORIOS DE SAUDE PUBLICA (LABOR)= 45</p> <p>INFORMATIZACAO DO SISTEMA (EQUIPAMENTO)= 54</p> <p>CAPACITACAO TECNICOS P/INSPECAO E FISCALIZ (PESSOA) 405</p> <p>IMPLANT.DO PROGRAMA DE FARMACOVIGILANCIA (HOSPITAL) 125</p> <p>APOIO CENTROS DE INFORMACAO TOXICOLOGICA (CENTRO)= 65</p> <p>AQUISICAO DE MATERIAL BIBLIOGRAFICO (UNID) 150</p>								
<p>13.075.0430.3307 ANALISE LABORATORIAL DA QUALIDADE DE PRODUTOS PROMOVER, ATRAVES DO INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE EM SAUDE, A QUALIFICACAO DE ALIMENTOS, FARMACOS, SOROS, REAGENTES E VACINAS.</p> <p>AN.PROD.ALIMENT,FARMACOS, SOROS, REAG. E VAC.(UNID) 750</p> <p>ANAL. AMOSTRAS MATERIAL HUMANO P/DIAG. EPID. (UNID) 300</p>	60.000.000	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	770.567							
0431 PRODUTOS PROFILATICOS TERAPEUTICOS	2.828.186.425							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.828.186.425							
<p>13.075.0431.1102 PRODUCAO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES</p> <p>APOIAR TECNICA E FINANCEIRAMENTE OS SEGUINTES LABORATORIOS: INSTITUTO BUTANTAN, VITAL BRAZIL DE PESQUISAS BIOLOGICAS, TECNOLOGICO DO PARANA, FUNDACOES EZEQUIEL DIAS, ATALPHO DE PAIVA E BIOMANGUINHOS, PARA QUE SE ATINJA A AUTO-SUFICIENCIA EM IMUNOBIOLOGICOS.</p> <p>INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS (PROJ)= 6</p> <p>FINANCIAMENTO E COOPERACAO FINANCEIRA (LABORAT)= 10</p> <p>NORMAS DE PRODUCAO (UNID)= 8</p> <p>LABORATORIOS PARTICIPANTES (UNID)= 10</p> <p>PROJETOS NOVOS (PROJETO)= 2</p> <p>CONTROLE DE QUALIDADE (PROJ)= 24</p>	392.857.970	0	0	0	0	0	100	0
<p>13.075.0431.2315 AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES</p> <p>ADQUIRIR E DISTRIBUIR MEDICAMENTOS PADRONIZADOS E DE USO CORRENTE, VISANDO A ATENDER OS GRUPOS POPULACIONAIS MAIS CARENTES.</p>	2.353.593.452	0	0	0	0	0	100	0

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	MA	EX
<p>MEDICAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 300000 SORO HIPERIMUNE ADQUIRIDO (UNIDADE) = 2670000 VACINA ADQUIRIDA (DOSE) = 825000 POPULAÇÃO ATENDIDA (PERCENTUAL) = 13 ESTOQUE REGULADOR (PERCENTUAL) = 10 ESTOQUE REGULADOR PROGR. ESPECIAIS (PERCENTUAL) = 13</p>								
<p>13.075.0431.4066 PRODUÇÃO DE INSUMOS MEDICAMENTOS IMUNOBIOLOGICOS SOROS E REAGENTES PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS VACINAS REAGENTES PARA DIAGNOSTICOS E OUTROS PRODUTOS PARA OS PROGRAMAS DA SAUDE. DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA (PROJETO) = 21 DOSE DE VACINA PRODUZIDA (DOSE) = 283443000 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO) = 11 REATIVO PARA DIAGNOSTICO (UNIDADE) = 14172</p>	81.735.003	0	0	0	0	0	100	0
<p>0479 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO</p>	1.821.026							
<p>DEMAIS PROJETOS</p>	1.821.026							
<p>0483 ASSISTENCIA AO MENOR</p>	2.418.474.975							
<p>PROJETOS PRIORITARIOS</p>	2.418.474.975							
<p>13.075.0483.3031 PROJETO MINHA GENTE PARTICIPAR NA CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE ASSISTENCIA A CRIANÇA - CIACS.</p>	2.418.474.975	0	0	0	0	0	100	0
<p>076 SANEAMENTO</p>	3.542.240.155							
<p>0021 ADMINISTRACAO GERAL</p>	4.599.061							
<p>DEMAIS PROJETOS</p>	4.599.061							
<p>0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS</p>	29.286.020							
<p>PROJETOS PRINCIPAIS</p>	29.286.020							
<p>13.076.0045.2542 DESENVOLVIMENTO TECNICO E INSTITUCIONAL DESENVOLVER E INCENTIVAR A APLICAÇÃO DE NOVAS TECNICAS E PROCESSOS OTIMIZANDO OS BENEFICIOS, MINIMIZANDO CUSTOS E FORTALECENDO AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.</p>	29.286.020	0	0	0	0	0	100	0

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CR\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	419.383.020							
PROJETOS PRINCIPAIS	419.383.020							
13.076.0183.1558 PROGRAMA SOCIAL DE EMERGENCIA E GERACAO DE EMPREGO - PROSEGE REDUZIR OS CUSTOS SOCIAIS EM REGIÕES METROPOLITANAS, AGLOMERAÇÕES URBANAS E GRANDES MUNICIPIOS ATRAVES DA ABSORÇÃO DE MÃO DE OBRA DESEMPREGADA EM CONSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO E SISTEMAS DE MICRODRENAGEM. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 692418	262.115.121	10	27	40	12	11	0	0
13.076.0183.3026 MODERNIZACAO DO SETOR DE SANEAMENTO EXECUTAR OBRAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, VISANDO A REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DO SETOR DE SANEAMENTO COM PADRÕES MAIS EFICIENTES E EFICAZES DE ATUAÇÃO. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 141000	157.267.899	0	0	0	0	0	100	0
0297 REGULARIZACAO DE CURSOS D'AGUA	141.037.034							
PROJETOS PRIORITARIOS	141.037.034							
13.076.0297.1344 OBRAS DE DRENAGEM RECUPERAR AREAS DOTADAS DE POSSIBILIDADES EFETIVA E POTENCIAL, TORNANDO-AS ECONOMICAMENTE VIAVEIS. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 179872	141.037.034	18	23	39	14	6	0	0
0323 PLANEJAMENTO URBANO	35.638.727							
PROJETOS PRINCIPAIS	35.638.727							
13.076.0323.1345 INFRA-ESTRUTURA URBANA PROMOVER A RECUPERAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA DE CENTROS URBANOS. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 15195	35.638.727	6	24	40	24	6	0	0
0325 LIMPEZA PUBLICA	35.632.901							
PROJETOS PRIORITARIOS	35.632.901							
13.076.0325.1554 SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA,	35.632.901	6	36	35	17	6	0	0

Exclusiva juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>TRANSFERENCIA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 91770</p> <p>0428 ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p>	4.518.147							
<p>0447 ABASTECIMENTO D'ÁGUA</p> <p>PROJETOS PRIORITÁRIOS</p>	850.785.785							
<p>13.076.0447.1347 ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM NÚCLEOS URBANOS IMPLANTAR SISTEMAS INTEGRADOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA POTÁVEL EM NÚCLEOS URBANOS. FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 394245</p>	370.433.040	4	48	31	10	7	0	0
<p>13.076.0447.2325 CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA MANTER O SISTEMA DE VIGILÂNCIA SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO EM CONSONÂNCIA COM OS PADRÕES DE POTABILIDADE. SISTEMA CONTROLADO (SISTEMA) = 1000</p>	6.668.016	0	0	0	0	0	100	0
<p>13.076.0447.3020 ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM ÁREAS DE FRONTEIRAS EXECUTAR OBRAS E SERVIÇOS DE EXPANSÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES URBANAS E RURAIS PRÓXIMAS ÀS FRONTEIRAS NACIONAIS VISANDO MINIMIZAR RISCOS DE MIGRAÇÃO DE DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA. FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 122522</p>	115.122.084	80	0	0	0	20	0	0
<p>PROJETOS PRINCIPAIS</p>	58.562.645							
<p>13.076.0447.1145 PADRE CICERO IMPLANTAR NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO, EM PEQUENAS PROPRIEDADES E COMUNIDADES RURAIS, INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA PERMANENTE PARA AMPLIAR A OFERTA DE ÁGUA MEDIANTE O USO DE TECNOLOGIAS SIMPLES E DE BAIXO CUSTO, COM VISTAS A PERMITIR O CONVÍVIO ADEQUADO DO HOMEM COM AS ESTIAGENS PERIÓDICAS, BEM COMO IMPLEMENTAR AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E PRODUTIVA, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA. FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 124674</p>	58.562.645	0	96	4	0	0	0	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	300.000.000							
0448 SANEAMENTO GERAL	1.338.978.354							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.338.978.354							
13.076.0448.1112 INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BASICO PROPORCIONAR AGUA POTAVEL AS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA DAS PEQUENAS LOCALIDADES, BEM COMO DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS DEJETOS. SISTEMA DE ABASTEC. DE AGUA CONSTRUIDO (SISTEMA) = 2400	398.871.233	0	0	0	0	0	100	0
13.076.0448.1139 SANEAMENTO BASICO EM AREAS RURAIS ORGANIZAR E OPERACIONALIZAR OS SISTEMAS E SERVIÇOS DE SANEAMENTO BASICO EM AREAS RURAIS, IMPLANTANDO SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE DESTINAÇÃO DE DEJETOS, DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE MELHORIAS SANITARIAS COMUNITARIAS. SISTEMA DE SANEAMENTO IMPLANTADO (UNID) = 2700 SISTEMA DE SANEAMENTO OPERADO (UNID) = 4800	822.963.036	0	0	0	0	0	100	0
13.076.0448.1557 PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL - PNSR AMPLIAR OS NIVEIS DE COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D'AGUA, ESGOTAMENTO SANITARIO E MELHORIAS SANITARIAS A COMUNIDADES RURAIS COM POPULAÇÃO CONCENTRADA EM LOCALIDADES DE ATE 5000 HABITANTES, VISANDO MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAUDE E BEM ESTAR. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 101297	95.179.568	12	45	20	13	10	0	0
13.076.0448.3022 SANEAMENTO AMBIENTAL PARA PREVENCAO DA MALARIA EXECUTAR OBRAS E SERVIÇOS DE DRENAGEM E LIMPEZA DE CURSOS D'AGUA, OBJETIVANDO A EXTINÇÃO DE CRIADOUROS ANOFELICOS, RESPONSÁVEIS PELA EXISTENCIA DA DOENÇA. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 280517	21.964.517	90	0	0	0	10	0	0
0449 SISTEMAS DE ESGOTOS	242.563.573							
PROJETOS PRIORITARIOS	242.563.573							
13.076.0449.1343 SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS IMPLANTAR SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE DEJETOS SANITARIOS. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 193593	242.563.573	4	41	40	4	11	0	0

Exclui-se juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0456 CONTROLE DA POLUICAO	439.817.533							
PROJETOS PRIORITARIOS	439.817.533							
13.076.0456.3023 QUALIDADE DAS AGUAS E CONTROLE DA POLUICAO HIDRICA EM AREAS METROPOLITANAS IMPLANTAR OBRAS INTEGRADAS DE SANEAMENTO, ABASTECIMENTO DE AGUA, ESGOTAMENTO SANITARIO, DRENAGEM, LIMPEZA PUBLICA, AÇÃO DE PROTEÇÃO DE MANANCIAS E DE EDUCAÇÃO SANITARIA, VISANDO CONTROLE DE POLUIÇÃO HIDRICA EM REGIÕES METROPOLITANAS. PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) = 4886962	262.079.415	5	29	43	16	7	0	0
13.076.0456.3086 DESPOLUICAO DE BACIAS APOIAR A EXECUCAO DE OBRAS DE DESPOLUICAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM AREAS SOB CONDICÖES AMBIENTAIS CRITICAS. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 332981 FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 332981	177.738.118	2	23	51	22	2	0	0
077 PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE	217.835.061							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	121.574							
DEMAIS PROJETOS	121.574							
0448 SANEAMENTO GERAL	112.315.057							
PROJETOS PRIORITARIOS	112.315.057							
13.077.0448.1337 MINIMIZACAO DA VULNERABILIDADE DAS CIDADES MINIMIZAR A VULNERABILIDADE DAS CIDADES, REDUZINDO AS PERDAS DE VIDAS HUMANAS E AS CONDICÖES INSALUBRES ATRAVES DE AÇÖES PREVENTIVAS E CORRETIVAS. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 355000 MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 620	112.315.057	0	0	0	0	0	100	0
0456 CONTROLE DA POLUICAO	105.398.430							
PROJETOS PRIORITARIOS	105.398.430							

EXCLUSIVO JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	102.693							
DEMAIS PROJETOS	102.693							
045 ENSINO SUPLETIVO	12.778.432							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	12.778.432							
PROJETOS PRIORITARIOS	12.778.432							
14.045.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICACAO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUACAO E SERVICOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDICAOES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE. TRABALHADOR TREINADO (PESSOA) = 45000 NUCLEO IMPLANTADO (UNID) = 300	10.445.756	3	27	46	17	7	0	0
14.045.0217.2136 FORMULACAO E IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE FORMACAO PROFISSIONAL FORMULAR A POLITICA NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA E COMPATIBILIZAR A OFERTA E DEMANDA DE TRABALHO NO QUE DIZ RESPEITO A FORMACAO DE MÃO-DE-OBRA. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 15	2.332.676	3	27	46	17	7	0	0
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	12.195.005.639							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	84.564.000							
PROJETOS PRINCIPAIS	84.564.000							
14.078.0031.2540 AUXILIO FINANCEIRO AO TRABALHADOR DESEMPREGADO PROVER ASSISTENCIA FINANCEIRA AO TRABALHADOR DESEMPREGADO, EM SE TRATANDO DE DISPENSA EM MASSA, NOS TERMOS DA LEI NO. 4.923/65.	84.564.000	3	15	59	19	4	0	0
0427 ALIMENTACAO E NUTRICAO	663.933							
PROJETOS PRINCIPAIS	663.933							
14.078.0427.2138 ALIMENTACAO DO TRABALHADOR PROPICIAR MELHORIA AOS TRABALHADORES ATRAVES DE PROGRAMAS DE ALIMENTACAO DE EMPRESAS BENEFICIARIAS DE INCENTIVOS FISCAIS CONCEDIDOS PELA LEI NO.	663.933	0	0	0	0	0	100	0

exclusive juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
6.542/78. TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA) = 10000000 EMPRESA BENEFICIADA (EMPRESA) = 55000								
0470 SEGURO DESEMPREGO	12.091.498.342							
PROJETOS PRINCIPAIS	12.091.498.342							
14.078.0470.2131 MANUTENCAO SEGURO-DESEMPREGO PROPORCIONAR RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DO SEGURO DESEMPREGO E AUXILIO FINANCEIRO AO TRABALHADOR DESEMPREGADO. INTERMEDIACÃO DE TRABALHADORES DESEMP. (PESSOA) = 3200000 POSTO MELHORADO (POSTO) = 2500 TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA) = 15000000 TRABALHADOR RECICLADO (PESSOA) = 320000 SISTEMA MANTIDO (UNIDADE) = 2	12.091.498.342	3	15	58	18	4	2	0
0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALARIO	18.279.364							
PROJETOS PRINCIPAIS	17.933.590							
14.078.0477.2134 IDENTIFICACAO E REGISTRO PROFISSIONAL COMPROVAR A RELAÇÃO DE EMPREGO E ASSEGURAR OS DIREITOS PREVIDENCIARIOS E SOCIAIS AO TRABALHADOR. CARTEIRA DISTRIBUIDA (UNIDADE) = 23600000 MODULO IMPLANTADO (UNIDADE) = 30 UNIDADE INFORMATIZADA (UNIDADE) = 30	17.933.590	2	10	35	10	4	39	0
DEMAIS PROJETOS	345.774							
079 SEGURANCA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	145.788.057							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	11.021.580							
DEMAIS PROJETOS	11.021.580							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	9.335.865							
DEMAIS PROJETOS	9.335.865							
0055 PESQUISA APLICADA	51.850.445							
PROJETOS PRIORITARIOS	51.850.445							

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
14.079.0055.2139 PESQUISAS TECNICO-CIENTIFICAS SOBRE SEGURANCA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVES DE ESTUDOS, PESQUISAS, CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO TECNICA RELACIONADOS AOS PROBLEMAS DE SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO. ANALISE REALIZADA (UNIDADE) = 54000 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA (PROJETO) = 57 EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 780 PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO (PESQUISA) = 295 COOPERAÇÃO TECNICA MANTIDA (ENTIDADE) = 10 UNIDADE DE PESQUISA EQUIPADA E REEQUIPADA (UNID) = 15	51.850.445	1	11	23	7	3	55	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	10.281.069							
PROJETOS PRIORITARIOS	10.281.069							
14.079.0217.2007 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE. PROFISSIONAL POS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) = 750	10.281.069	0	0	0	0	0	100	0
0479 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO	33.870.712							
PROJETOS PRINCIPAIS	33.870.712							
14.079.0479.2137 IMPLEMENTACAO DAS ACOES DE SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHADOR PROMOVER ATRAVES DE AÇÕES NORMATIVAS E TECNICAS, A MELHORIA DAS CONDIÇÕES E AMBIENTES DO TRABALHO ESTABELECCENDO O CONTROLE DOS AGENTES QUE CAUSAM ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS COM TRABALHO. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 30 MATERIAL INSTRUCIONAL PRODUZIDO (UNIDADE) = 60	12.263.140	3	26	46	17	7	1	0
14.079.0479.2177 NORMATIZACAO E COORDENACAO DAS ACOES DE SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHADOR. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA E SAUDE DO TRABALHADOR DE FORMA COORDENADA E INTEGRADA ATRAVES DA SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE. TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA) = 3015000 SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 900 AUTO LAVRADO (UNIDADE) = 109824 EMPRESA FISCALIZADA (EMPRESA) = 250000	21.607.572	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0480 PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO	29.428.386							
PROJETOS PRINCIPAIS	29.428.386							
14.079.0480.1140 CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO PROPORCIONAR A PARTICIPAÇÃO ATIVA E EFETIVA DA SOCIEDADE NAS QUESTÕES RELACIONADAS A SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR, VISANDO A REDUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS COM O TRABALHO. EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 18 TRABALHADOR TREINADO (PESSOA) = 105000 MÓDULO IMPLANTADO (UNIDADE) = 48	29.428.386	14	28	14	11	14	19	0
080 RELAÇÕES DO TRABALHO	534.113.126							
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	3.709.130							
DEMAIS PROJETOS	3.709.130							
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	102.003							
DEMAIS PROJETOS	102.003							
0475 FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	315.955.446							
PROJETOS PRINCIPAIS	315.955.446							
14.080.0475.2590 DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 114 TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA) = 4468000 PROGRAMA APOIADO (UNIDADE) = 162 AUTO LAVRADO (UNIDADE) = 451117 AÇÃO AVALIADA (UNIDADE) = 52167 MÓDULO IMPLANTADO (UNIDADE) = 90 EMPRESA FISCALIZADA (EMPRESA) = 1210355	315.955.446	3	15	53	16	6	7	0
0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO	214.346.547							
PROJETOS PRINCIPAIS	213.741.444							

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
14.080.0477.2588 MANUTENCAO DA CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO ACOMPANHAR AS MUDANÇAS DO PERFIL OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO COM VISTAS A SUBSIDIAR AS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RECICLAGEM DO TRABALHADOR. CADASTRO IMPLANTADO (UNIDADE) = 1	1.728.864	0	0	0	0	0	100	0
14.080.0477.2591 ESTUDOS E PESQUISAS NA AREA DE EMPREGO SUBSIDIAR A DEFINIÇÃO DE POLITICAS NA AREA DE EMPREGO, APOIANDO E DIRECIONANDO A ATUAÇÃO DO SINE. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 75	5.468.397	0	0	0	0	0	100	0
14.080.0477.2592 SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO PROPORCIONAR A REINTEGRAÇÃO DO TRABALHADOR DESEMPREGADO NO MERCADO DE TRABALHO. INTERMEDIÇÃO DE TRABALHADORES DESEMP. (PESSOA) = 2186000 TRABALHADOR TREINADO (PESSOA) = 215000 EMPREGO GERADO (EMPREGO) = 90000 PROGRAMA APOIADO (UNIDADE) = 177	206.544.183	3	25	41	16	7	8	0
DEMAIS PROJETOS	605.103							
081 ASSISTENCIA	2.079.887.955							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	2.079.887.955							
PROJETOS PRINCIPAIS	2.079.887.955							
14.081.0486.2543 ABONO SALARIAL ASSEGURAR O PAGAMENTO DO ABONO SALARIAL CORRESPONDENTE A UM SALARIO MINIMO AOS TRABALHADORES QUE PERCEBAM ATE 2 SALARIOS MINIMOS, DE EMPREGADORES QUE CONTRIBUAM PARA O PIS/PASEP E ESTEJAM INSCRITOS HA PELO MENOS CINCO ANOS NO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS/PASEP OU CNT (ART. 239, PARAGRAFO 3. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA) = 17300000	2.079.887.955	2	25	50	17	6	0	0
082 PREVIDENCIA	7.626.150							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	7.626.150							
PROJETOS PRINCIPAIS	7.626.150							

EXCLUSIVE JUROS DE DIVIDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
14.082.0025.1003 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS.	1.096.200	0	0	0	0	0	100	0
14.082.0025.1182 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ASSEGURAR BOAS CONDIÇÕES DE FUNCIONALIDADE DOS IMOVEIS, GARANTINDO A CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MESMOS, BEM COMO PROMOVER ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS AO BOM FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS.	1.033.290	0	0	0	0	0	100	0
14.082.0025.1183 MELHORIA DE INSTALAÇÕES MODERNIZAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, BUSCANDO AGILIZAR O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES COM VISTAS A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRODUZIDOS.	5.496.660	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
15 ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	111.490.910.164							
007 ADMINISTRACAO	3.271.804.031							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	1.091.705							
DEMAIS PROJETOS	1.091.705							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	2.935.864.689							
DEMAIS PROJETOS	2.935.864.689							
0023 DIVULGACAO OFICIAL	1.042.686							
DEMAIS PROJETOS	1.042.686							
0024 INFORMATICA	254.813.682							
DEMAIS PROJETOS	254.813.682							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	9.294.372							
DEMAIS PROJETOS	9.294.372							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	69.696.897							
DEMAIS PROJETOS	69.696.897							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.499.998.282							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	7.330.999							
DEMAIS PROJETOS	7.330.999							
0030 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.216.663.286							
PROJETOS PRINCIPAIS	1.216.663.286							
15.008.0030.2350 ARRECADACAO E FISCALIZACAO DA RECEITA PREVIDENCIARIA GARANTIR A MAXIMIZACAO DA RECEITA PREVIDENCIARIA ATRAVES DE UMA AÇAO EFICAZ DE ARRECADACAO, FISCALIZACAO E TREINAMENTO A EMPRESAS. TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA) = 14338384 SISTEMA MANTIDO (UNIDADE) = 98 AUTO LAVRADO (UNIDADE) = 234962	1.216.663.286	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
EMPRESA FISCALIZADA (EMPRESA) = 1075898								
0032 CONTROLE INTERNO	322.232							
DEMAIS PROJETOS	322.232							
0362 SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS	1.275.681.765							
DEMAIS PROJETOS	1.275.681.765							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	196.419.150							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	70.645.998							
DEMAIS PROJETOS	70.645.998							
0043 ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	125.773.152							
DEMAIS PROJETOS	125.773.152							
075 SAUDE	3.413.880							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	3.413.880							
DEMAIS PROJETOS	3.413.880							
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	1.569.909.893							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	6.199.998							
DEMAIS PROJETOS	6.199.998							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	1.563.709.895							
PROJETOS PRINCIPAIS	3.768.918							
15.078.0486.4089 PRESTACAO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PUBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXILIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEICAO, A EDUCACAO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALEM DE OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLACAO PROPRIA.	3.768.918	1	0	0	0	0	99	0

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
DEMAIS PROJETOS	1.559.940.977							
080 RELACOES DO TRABALHO	604.587							
0411 COOPERACAO INTERNACIONAL	604.587							
DEMAIS PROJETOS	604.587							
081 ASSISTENCIA	3.885.027.543							
0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA	2.993.106							
DEMAIS PROJETOS	2.993.106							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	55.274.231							
PROJETOS PRINCIPAIS	55.274.231							
15.081.0045.3087 IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL DESENVOLVER ACOES E PROPICIAR MEIOS NECESSARIOS A FORMULACAO, IMPLANTACAO E IMPLEMENTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE ASSISTENCIA E PROMOCAO SOCIAL. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 2001	55.274.231	0	0	0	0	0	100	0
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS	133.014.089							
PROJETOS PRINCIPAIS	133.014.089							
15.081.0178.2541 ACOES DE PROTECAO A COMUNIDADES AFETADAS POR CONTINGENCIAS CLIMATICAS EXECUTAR ACOES PREVENTIVAS DE RECUPERACAO DE AREAS E PRESTAR ASSISTENCIA A COMUNIDADES E FAMILIAS ATINGIDAS POR FENOMENOS CLIMATICOS ADVERSOS. FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 12000 MUNICIPIO ATENDIDO (MUNICIPIO) = 750	133.014.089	14	25	23	15	15	8	0
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	8.798.905							
DEMAIS PROJETOS	8.798.905							
0483 ASSISTENCIA AO MENOR	1.962.866.774							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.962.866.774							

exclusive juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
15.081.0483.2388 COORDENACAO E MANUTENCAO DA POLITICA DE PROTECAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE PROMOVER A ARTICULAÇÃO, COORDENAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS RELACIONADAS A GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE. COOPERAR TECNICA E FINANCEIRAMENTE COM PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR MUNICIPIOS, ESTADOS, ORGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS. EVENTO REALIZADO (UNIDADE) = 600000 CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDO (PESSOA) = 2620000 PESSOA ATENDIDA (PESSOA) = 265000	564.409.812	5	26	22	17	7	23	0
15.081.0483.2593 APOIO A CRIANCA CARENTE ATENDER INTEGRALMENTE A CRIANÇA ATE SEIS ANOS, NOS ASPECTOS DE ALIMENTAÇÃO, SAUDE, ESTIMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL, POSSIBILITANDO A MÃE DISPOR DE TEMPO PARA AUMENTAR A RENDA FAMILIAR. CRIANÇA ATENDIDA EM CRECHE (CRIANÇA) = 5246000 REAPARELHAMENTO E REC. DE CRECHE CONVENIADA(UNID) = 3600	1.170.052.874	10	29	25	14	6	16	0
15.081.0483.3031 PROJETO MINHA GENTE PARTICIPAR NA CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE ASSISTENCIA A CRIANÇA - CIACS.	228.404.088	0	0	0	0	0	100	0
0484 ASSISTENCIA AO SILVICOLA	60.432.157							
PROJETOS PRIORITARIOS	60.428.235							
15.081.0484.1177 DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE TERRAS ASSEGURAR AOS INDIGENAS A POSSE PERMANENTE DAS TERRAS QUE HABITAM E O USUFRUTO DOS RECURSOS NATURAIS NELAS EXISTENTES, POR REPRESENTAREM A SEGURANÇA E A GARANTIA INDISPENSÁVEIS A SOBREVIVENCIA E AO FUTURO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES INDIGENAS. REGULARIZAÇÃO DE AREA INDIGENA (HA) = 57000 AREA INDIGENA IDENTIFICADA (UNID) = 148 POSTO DE VIGILANCIA INSTALADO (UNID) = 7 AREA INDIGENA DEMARCADA (KM) = 3900	31.460.852	90	1	0	0	7	2	0
15.081.0484.1178 DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES INDIGENAS IMPLANTAR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO QUE VISEM A OFERECER CONDIÇÕES DE SUBSISTENCIA AS COMUNIDADES INDIGENAS EM TODO O BRASIL, MEDIANTE O USO DA TERRA PARA FINS	8.555.058	33	6	0	8	30	23	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1993-1995	N	NE	SE	S	CO	NA	EX
<p>AGROPECUARIOS, BEM COMO PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS PARA A INTEGRAÇÃO DO INDIO NA SOCIEDADE NACIONAL.</p> <p>INSTALAR E DOTAR OS POSTOS INDIGENAS DOS MEIOS FISICOS NECESSARIOS AO BOM ATENDIMENTO NO CAMPO SOCIAL E IMPLEMENTAR MEDIDAS CAPAZES DE EVITAR CONFLITOS DAS FRENTE PIONEIRAS COM OS INDIOS ISOLADOS; VALORIZAR O TRABALHO ARTESANAL, A FIM DE MANTER O ASPECTO CULTURAL E PERMITIR UMA FONTE DE RENDA A POPULAÇÃO INDIGENA QUE SE DEDICA AO ARTESANATO.</p> <p>PESQUISA REALIZADA (PESQUISA) = 30 POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 18000 POSTO MELHORADO (POSTO) = 15 PROJETO COMUNITARIO DESENVOLVIDO (PROJETO) = 150 EQUIPE DE LOCALIZAÇÃO MANTIDA (UNIDADE) = 5 EQUIPE DE VIGILANCIA MANTIDA (UNIDADE) = 7</p> <p>15.081.0484.2368 ASSISTENCIA AS COMUNIDADES INDIGENAS ATENDER AS COMUNIDADES INDIGENAS DIRETAMENTE EM SEU HABITAT, NAS AREAS DE SAUDE E EDUCAÇÃO, ATRAVES DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES COMPATIVAS COM O ESTAGIO DE ACULTURAÇÃO DE CADA GRUPO, DE FORMA A ALCANÇAR MELHORES NIVEIS SOCIAIS, PARA UM RELACIONAMENTO MAIS SIMETRICO COM A SOCIEDADE NACIONAL, ALEM DE CUIDAR DA MANUTENÇÃO BASICA DOS POSTOS INDIGENAS E DAS CHACARAS AMBULATORIOS.</p> <p>ALUNO BENEFICIADO (ALUNO) = 35000 ASSISTENCIA MEDICA PRESTADA (UNIDADE) = 150000 BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 5000 CURSO OFERECIDO (CURSO) = 36 MANUTENÇÃO DE CHACARA-AMBULATORIO (UNIDADE) = 32 MANUTENÇÃO DE POSTO INDIGENA (UNIDADE) = 365 PESSOA VACINADA (PESSOA) = 600000 POPULAÇÃO BENEFICIADA (PESSOA) = 25000 POSTO DE SAUDE EQUIPADO (POSTO) = 67 ESCOLA EQUIPADA (UNIDADE) = 156 POSTO DE VIGILANCIA INSTALADO (UNID) = 90 DIAGNOSTICO AMBIENTAL (HA) = 8730000 REFLORESTAMENTO IMPLANTADO (HA) = 7760</p> <p>DEMAIS PROJETOS</p> <p>0485 ASSISTENCIA A VELHICE</p>	20.412.325	39	9	2	6	29	15	0
	3.922							
	166.708.608							

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

R\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
PROJETOS PRINCIPAIS	166.708.608							
15.081.0485.2596 APOIO A PESSOA IDOSA PROPORCIONAR AS PESSOAS IDOSAS, AÇÕES PARA DAR MAIOR OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM SEU MEIO SOCIAL, VALORIZANDO O POTENCIAL DE VIVÊNCIA A GRUPOS DE CONVIVÊNCIA FAMILIARES/COMUNIDADES E EM ESTABELECIMENTOS ASILARES. IDOSO ATENDIDO (PESSOA) = 902000	166.708.608	7	33	25	24	8	3	0
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	685.671.033							
PROJETOS PRINCIPAIS	664.796.524							
15.081.0486.2222 COORDENACAO DAS ACOES INTEGRADAS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA A SOCIEDADE PROMOVER O ATENDIMENTO POPULACIONAL ATRAVES DE MEDIDAS PRIMARIAS E SECUNDARIAS DE PREVENÇÃO, EFETIVANDO REDUÇÃO DE CERCA DE MEIO POR CENTO DAS DEFICIENCIAS, COMO TAMBEM ATENDER DEZ POR CENTO DOS NASCIDOS COM DEFICIENCIA OU QUE VENHAM A CONTRAI-LAS, ALEM DE APOIAR AÇÕES INOVADORAS QUE FAVOREÇAM O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIENCIA E SUA INTEGRAÇÃO AO MEIO FAMILIAR, EDUCACIONAL, LABORAL E SOCIAL. CAMPANHA REALIZADA (UNIDADE) = 17 MUNICIPIO BENEFICIADO (MUNICIPIO) = 500 PORTADOR DE DEFICIENCIA APOIADO (PESSOA) = 1700000 ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) = 2250	43.532.171	20	28	15	15	22	0	0
15.081.0486.2348 MANUTENCAO DA REABILITACAO PROFISSIONAL ASSEGURAR OS SERVIÇOS PREVIDENCIARIOS VOLTADOS A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DOS SEGURADOS DA PREVIDENCIA SOCIAL. PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) = 119599	182.514.721	2	13	18	7	0	60	0
15.081.0486.2349 MANUTENCAO DO SERVICO SOCIAL PROPICIAR A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE BENEFICIARIOS QUE CARECEM DE ASSISTENCIA. TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA) = 2317468	12.304.156	4	32	45	17	1	1	0
15.081.0486.2595 APOIO AO CIDADAO, A FAMILIA E AO DEFICIENTE VIABILIZAR PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DA DEFICIENCIA ATRAVES DE ATIVIDADES EDUCATIVAS, TRATAMENTO DE REABILITAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE	346.860.387	3	11	39	18	4	25	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)							
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX	
DEFICIENCIA, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES, VISANDO SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL ALEM DE ASSISTIR, EVENTUALMENTE, PESSOAS CARENTES ATRAVES DE AUXILIO DESTINADO A ALIMENTAÇÃO, MEDICAMENTO, ALBERGAGEM, TRANSPORTE, ORTESE E PROTESE, DENTRE OUTROS.									
15.081.0486.3028 FORMULACAO E NORMATIZACAO DA ASSISTENCIA E PROMOCAO SOCIAL PROPICIAR MEIOS E INSTRUMENTOS PARA FORMULAÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL.	79.585.089	0	0	0	0	0	100	0	
DEMAIS PROJETOS	20.874.509								
0487 ASSISTENCIA COMUNITARIA	809.268.640								
PROJETOS PRINCIPAIS	809.268.640								
15.081.0487.1323 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL URBANA ASSEGURAR RECURSOS FINANCEIROS AS PREFEITURAS MUNICIPAIS OU ENTIDADES REGISTRADAS NO CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL, PARA A MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL URBANA, DESTACANDO-SE OBRAS SOCIAIS, EDUCACIONAIS, RECREATIVAS, HOSPITALARES, CRECHES, CENTROS GERIATRICOS, PRAÇAS DE ESPORTES E LAZER; AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTO ESCOLAR, MEDICO E HOSPITALAR; AMPARO A POPULACAO CARENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE ASSISTENCIA A SAUDE, A EDUCAÇÃO E A NUTRIÇÃO.	69.987.984	0	0	0	0	0	100	0	
15.081.0487.2280 ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES REGISTRADAS NO CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL ASSEGURAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADES COMUNITARIAS OU FILANTROPICAS ATUANTES NAS AREAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAUDE E ALIMENTAÇÃO. ENTIDADE BENEFICIADA (ENTIDADE) = 3900	12.260.385	0	0	0	0	0	100	0	
15.081.0487.2371 APOIO AS ACOES COMUNITARIAS E AS INSTITUICOES PROPICIAR A ELEVAÇÃO DOS NIVEIS DE EMPREGO E RENDA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, BEM COMO APOIAR AÇÕES E ORGANIZAÇÕES COMUNITARIAS, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. PROJETO COMUNITARIO DESENVOLVIDO (PROJETO) = 18000 MICROUNIDADE PRODUTIVA APOIADA (UNIDADE) = 54000 RECICLAGEM PROFISSIONAL REALIZADA (PESSOA) = 132000	473.652.591	20	45	16	14	5	0	0	

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
15.081.0487.3027 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS COORDENAR E DESENVOLVER PROJETOS SOCIAIS, APOIANDO TECNICA E FINANCEIRAMENTE AS AÇÕES DOS ESTADOS, MUNICIPIOS E ENTIDADES PRIVADAS, DESTACANDO-SE O APOIO AO MINISTERIO DA CRIANÇA. PROJETO APOIADO (PROJETO) = 4346	148.385.699	17	24	19	16	16	8	0
15.081.0487.5467 ASSISTENCIA A ENTIDADES COMUNITARIAS APOIAR FINANCEIRAMENTE ENTIDADES COMUNITARIAS E INSTITUIÇÕES OBRIGATORIAMENTE REGISTRADAS NO CNSS, VISANDO O AMPARO A POPULAÇÃO CARENTE COM ASSISTENCIA SOCIAL, ALIMENTAR E RECREATIVA, ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR, GERIATRICA, FARMACEUTICA, ODONTOLOGICA, BOLSAS DE ESTUDO E MATERIAL ESCOLAR, CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO.	104.981.981	0	0	0	0	0	100	0
082 PREVIDENCIA	98.900.198.648							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	446.513.580							
PROJETOS PRINCIPAIS	446.513.580							
15.082.0025.1003 CONSTRUCAO DE IMOVEIS PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUARIOS. CONSTRUÇÃO DE PREDIO (UNIDADE) = 120	218.143.800	0	0	0	0	0	100	0
15.082.0025.1182 REFORMA E AMPLIACAO DA REDE FISICA ASSEGURAR BOAS CONDIÇÕES DE FUNCIONALIDADE DOS IMOVEIS, GARANTINDO A CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MESMOS, BEM COMO PROMOVER ADAPTAÇÕES NECESSARIAS AO BOM FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS. REFORMA E AMPLIAÇÃO EFETUADAS (UNIDADE) = 150	92.926.440	0	0	0	0	0	100	0
15.082.0025.1183 MELHORIA DE INSTALACOES MODERNIZAR AS INSTALAÇÕES FISICAS, BUSCANDO AGILIZAR O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES COM VISTAS A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRODUZIDOS.	135.443.340	0	0	0	0	0	100	0
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	74.867.825.520							
PROJETOS PRINCIPAIS	74.665.322.755							

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
15.082.0492.2347 CONCESSAO E MANUTENCAO DE BENEFICIOS GARANTIR AO SEGURADO DA PREVIDENCIA SOCIAL, OS BENEFICIOS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO VIGENTE. PAGAMENTO DE BENEFICIO (UNIDADE) = 42119360 BENEFICIO CONCEDIDO (PESSOA) = 5438599	74.665.322.755	2	19	60	15	3	1	0
DEMAIS PROJETOS	202.502.765							
0495 PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	23.585.859.548							
PROJETOS PRINCIPAIS	17.316.030.201							
15.082.0495.2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS ASSEGURAR A SUBSISTENCIA PECUNIARIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES.	17.316.030.201	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	6.269.829.347							
084 PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	1.163.534.150							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	1.163.534.150							
DEMAIS PROJETOS	1.163.534.150							

Excluído juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
16 TRANSPORTE	20.984.687.747							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.055.102.749							
0033 DIVIDA INTERNA	196.510.981							
DEMAIS PROJETOS	196.510.981							
0034 DIVIDA EXTERNA	858.591.768							
DEMAIS PROJETOS	858.591.768							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	155.092.587							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	57.218.016							
DEMAIS PROJETOS	57.218.016							
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	97.874.571							
DEMAIS PROJETOS	97.874.571							
010 CIENCIA E TECNOLOGIA	114.680.605							
0054 PESQUISA FUNDAMENTAL	114.680.605							
PROJETOS PRIORITARIOS	114.680.605							
16.010.0054.1012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AEROESPACIAL DESENVOLVER PESQUISAS E PROJETOS VISANDO A NACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA NA AREA AEROESPACIAL. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AEROESPACIAL (PERC) = 60	114.680.605	0	0	0	0	0	39	61
082 PREVIDENCIA	669.950.756							
0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	23.239.085							
DEMAIS PROJETOS	23.239.085							
0495 PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	646.711.671							
DEMAIS PROJETOS	646.711.671							

Exclui-se juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
BRASILEIRO, DESENVOLVENDO CAPACIDADE DE ACOPLAR, TRATAR, PROCESSAR E TRANSMITIR DADOS DE UNIDADES TÁTICAS DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO, IMPLANTANDO O SISTEMA DE DEFESA AEREA E CONTROLE DE TRAFEGO AEREO. SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO (PERC) = 36								
16.087.0524.5278 MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO E TELEFONIA AEROPORTUARIA PROMOVER A MELHORIA NOS SERVIÇOS DE AUXILIO A NAVEGAÇÃO AEREA, AMPLIANDO A SEGURANÇA DO TRAFEGO AEREO EM TODO TERRITORIO NACIONAL; MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS DE TELEFONIA AEROPORTUARIA, OFERECENDO MAIOR FACILIDADE DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS USUARIOS E AS EMPRESAS DE AVIAÇÃO. ADQUIRIR EQUIP. E UTENSILIOS AUXILIARES (PERC) = 13 ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E INSTRUM. TECNICOS (PERC) = 56 CONSTRUIR E REFORMAR EDIFICAÇÕES (PERC) = 31	8.800.912	19	7	67	4	3	0	0
DEMAIS PROJETOS	123.660.074							
088 TRANSPORTE RODOVIARIO	5.944.863.388							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	584.963.242							
PROJETOS PRINCIPAIS	58.901.646							
16.088.0021.4081 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA PERMITIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DOS DISTRITOS RODOVIARIOS, BEM COMO OFERECER SUPORTE TECNICO CAPAZ DE VIABILIZAR A EXECUÇÃO DE PROJETOS E OBRAS RODOVIARIAS.	58.901.646	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	526.061.596							
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	255.443.787							
PROJETOS PRINCIPAIS	255.443.787							
16.088.0056.3033 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO RODOVIARIO REALIZAR ESTUDOS E PROJETOS NECESSARIOS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO OBJETIVANDO DIMINUIR CUSTOS E MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS. ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) = 30	255.443.787	0	0	0	0	0	100	0

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	17.115.500							
DEMAIS PROJETOS	17.115.500							
0534 ESTRADAS VICINAIS	5.914.815							
DEMAIS PROJETOS	5.914.815							
0535 CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	675.034.286							
PROJETOS PRIORITARIOS	675.034.286							
16.088.0535.1200 IMPLANTACAO DE PATIOS E POSTOS DE PESAGEM EVITAR A DETERIORAÇÃO PREMATURA DO PAVIMENTO PROVOCADA PELO EXCESSO DE PESO POR EIXO, NO TRANSPORTE DE CARGAS. POSTO DE PESAGEM IMPLANTADO (UNIDADE) = 22	16.489.916	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0535.1202 ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS ELIMINAR PONTOS IDENTIFICADOS POR RELEVANTE INCIDENCIA DE ACIDENTES. PONTO CRITICO ELIMINADO (UNID) = 1700	320.914.852	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0535.2419 MANUTENCAO DA SINALIZACAO RODOVIARIA PROPICIAR A MANUTENÇÃO PERIODICA DAS SINALIZAÇÕES HORIZONTAL E VERTICAL DE TODA A MALHA RODOVIARIA FEDERAL, CONTRIBUINDO PARA A SEGURANÇA DO TRAFEGO. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL MANTIDA (KM) = 26000 SINALIZAÇÃO VERTICAL MANTIDA (KM) = 37333	233.743.049	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0535.2426 MANUTENCAO E OPERACAO DE PATIOS E POSTOS DE PESAGEM PERMITIR O FUNCIONAMENTO DOS POSTOS DE PESAGEM NAS RODOVIAS FEDERAIS COMO FORMA DE EVITAR O EXCESSO DE CARGAS SOBRE O PAVIMENTO. POSTO DE PESAGEM MANTIDO (UNID) = 66	103.886.469	0	0	0	0	0	100	0
0536 SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	3.597.798							
DEMAIS PROJETOS	3.597.798							
0537 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	1.232.455.393							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.146.211.966							

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
16.088.0537.1201 ELABORACAO DE PROJETOS FORNECER SUPORTE TECNICO PARA O PLANEJAMENTO, A CONSTRUÇÃO E/OU A RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS. PROJETO ELABORADO (KM) = 750	8.994.501	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0537.1204 CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS PERMITIR, ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPOEM AS RODOVIAS, O AUMENTO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DE TRAFEGO, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS. IMPLANTAÇÃO DE TRECHO RODOVIARIO (KM) = 320 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHO RODOVIARIO (KM) = 700 OBRA DE ARTE ESPECIAL EXECUTADA (M) = 490	1.137.217.465	11	21	42	17	9	0	0
DEMAIS PROJETOS	86.243.427							
0538 CONSERVACAO DE RODOVIAS	1.101.826.192							
PROJETOS PRIORITARIOS	1.101.826.192							
16.088.0538.2425 CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL CONSERVAR ADEQUADAMENTE A MALHA RODOVIARIA DE MODO A EVITAR A DETERIORAÇÃO PREMATURA DO PAVIMENTO E O CONSEQUENTE AUMENTO DO CUSTO DE OPERAÇÃO DOS VEICULOS. CONSERVAR VIA (KM) = 61250	1.101.826.192	0	0	0	0	0	100	0
0539 RESTAURACAO DE RODOVIAS	2.068.512.375							
PROJETOS PRIORITARIOS	2.001.013.269							
16.088.0539.1205 RESTAURACAO DE RODOVIAS PERMITIR, ATRAVES DA RESTAURAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPOEM AS RODOVIAS, O AUMENTO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DE TRAFEGO, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS. RESTAURAR TRECHOS RODOVIARIOS (KM) = 13500	1.914.072.764	0	0	0	0	0	100	0
16.088.0539.1340 OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS VIABILIZAR A REALIZAÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS NÃO PREVISTAS ORIGINARIAMENTE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA AUTARQUIA.	86.940.505	0	0	0	0	0	100	0
DEMAIS PROJETOS	67.499.106							

Exclusiva Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
089 TRANSPORTE FERROVIARIO	4.528.094.989							
0035 PARTICIPACAO SOCIETARIA	756.457.280							
DEMAIS PROJETOS	756.457.280							
0542 FERROVIAS	1.927.854.566							
PROJETOS PRINCIPAIS	424.403.100							
16.089.0542.3311 FERROVIA NORTE-SUL ATENDER O ESCOAMENTO DE PRODUTOS AGRICOLAS DAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE. CONSTRUIR TRECHOS FERROVIARIOS (KM) = 110	99.756.000	30	0	0	0	70	0	0
16.089.0542.3318 FERROVIA TRANSNORDESTINA IMPLANTAÇÃO, MELHORIA E MODIFICAÇÃO DE TRECHOS DA FERROVIA, VISANDO O ATENDIMENTO AO FLUXO DE PASSA- GEIROS E CARGA NO INTERIOR DA REGIÃO NORDESTE. CONSTRUIR TRECHOS FERROVIARIOS (KM) = 236	324.647.100	0	100	0	0	0	0	0
DEMAIS PROJETOS	1.503.451.466							
0545 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	1.843.783.143							
DEMAIS PROJETOS	1.843.783.143							
090 TRANSPORTE HIDROVIARIO	4.888.937.622							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	15.496.042							
DEMAIS PROJETOS	15.496.042							
0346 PROMOCAO INDUSTRIAL	1.092.633.451							
DEMAIS PROJETOS	1.092.633.451							
0563 PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS	2.634.130.724							
PROJETOS PRINCIPAIS	100.000.000							
16.090.0563.3310 COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE-PE EXECUTAR OBRAS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES, OBJETIVANDO MELHORIA DA OPERACIONALIDADE DE CARGA E DESCARGA DOS NAVIOS, CAMINHÕES E TRENS, TRANSPORTES INTERNOS	100.000.000	0	100	0	0	0	0	0

Exclusivo Juros de dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS.								
DEMAIS PROJETOS	2.534.130.724							
0564 CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO HIDROVIARIO	150.958.275							
DEMAIS PROJETOS	150.958.275							
0565 SERVICOS DE TRANSPORTE MARITIMO	711.010.305							
DEMAIS PROJETOS	711.010.305							
0567 HIDROVIAS	284.708.825							
DEMAIS PROJETOS	284.708.825							
091 TRANSPORTE URBANO	2.906.399.871							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	76.590.313							
DEMAIS PROJETOS	76.590.313							
0572 TRANSPORTE METROPOLITANO	2.829.809.558							
PROJETOS PRINCIPAIS	180.404.140							
16.091.0572.3040 IMPLANTACAO DO METRO DE SUPERFICIE DO DISTRITO FEDERAL IMPLANTAR REDE METROVIARIA NO DISTRITO FEDERAL INTERLIGANDO AS CIDADES SATELITES DE CEILANDIA, SAMAMBAIA, TAGUATINGA E GUARA AO PLANO PILOTO DE BRASILIA. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO (UNID) = 27 AQUISIÇÃO DE TRENS UNIDADE ELETRICOS (UNID) = 80 SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO IMPLANTADO (KM) = 40 ADQUIRIR EQUIP., INSTALAÇÕES E SISTEMAS (PERC) = 100	180.404.140	0	0	0	0	100	0	0
DEMAIS PROJETOS	2.649.405.418							
TOTAL GERAL	413.136.930.509							

Exclusivo Juros da dívida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
13.077.0456.4049 CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL PLANEJAR COORDENAR AUXILIAR E EXECUTAR AS ATIVIDADES DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL DA FLORA E FAUNA. MANANCIAL MONITORADO (UNIDADE) = 43 LICENCIAMENTO IMPLANTADO (ESTUDO) = 9 SUBSTANCIA ESTUDADA (UNIDADE) = 6450 AREA ASSISTIDA (HA) = 1780000	105.398.430	0	0	0	0	0	100	0
078 PROTECAO AO TRABALHADOR	24.308.634							
0428 ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	21.810.761							
DEMAIS PROJETOS	21.810.761							
0486 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	2.497.873							
DEMAIS PROJETOS	2.497.873							

Excluaive juros de divida

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Cr\$ 1.000,00 de fevereiro de 1992

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	VALOR GLOBAL 1993-1995	REGIONALIZAÇÃO (%)						
		N	NE	SE	S	CO	NA	EX
14 TRABALHO	15.368.243.011							
007 ADMINISTRACAO	334.446.519							
0020 SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	1.091.701							
DEMAIS PROJETOS	1.091.701							
0021 ADMINISTRACAO GERAL	304.400.976							
DEMAIS PROJETOS	304.400.976							
0023 DIVULGACAO OFICIAL	1.042.686							
DEMAIS PROJETOS	1.042.686							
0024 INFORMATICA	8.557.875							
DEMAIS PROJETOS	8.557.875							
0025 EDIFICACOES PUBLICAS	3.983.304							
DEMAIS PROJETOS	3.983.304							
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	15.369.977							
DEMAIS PROJETOS	15.369.977							
008 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	46.612.207							
0032 CONTROLE INTERNO	138.097							
DEMAIS PROJETOS	138.097							
0034 DIVIDA EXTERNA	46.474.110							
DEMAIS PROJETOS	46.474.110							
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	11.984.926							
0040 PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	11.882.233							
DEMAIS PROJETOS	11.882.233							

Exclusivo Juros da dívida